

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SOLANGE INÊS ENGELMANN**

**A PÁGINA VIRTUAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM  
TERRA (MST) COMO INSTRUMENTO DE CONTRAINFORMAÇÃO NA LUTA  
POLÍTICO-IDEOLÓGICA PELA REFORMA AGRÁRIA**

Uberlândia  
Outubro de 2013

SOLANGE INÊS ENGELMANN

**A PÁGINA VIRTUAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM  
TERRA (MST) COMO INSTRUMENTO DE CONTRAINFORMAÇÃO NA LUTA  
POLÍTICO-IDEOLÓGICA PELA REFORMA AGRÁRIA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título  
de mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Aldo Duran Gil

Uberlândia  
Outubro de 2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.**

---

E57p  
2013      Engelmänn, Solange Inês, 1981-  
            A página virtual do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)  
            como instrumento de contrainformação na luta político-ideológica pela  
            reforma agrária / Solange Inês Engelmänn. - 2013.

184 f. : il.

Orientador: Aldo Duran Gil.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia - Teses. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra  
- Teses. 3. Reforma agrária – Serviços de informação - Teses. 4. Internet -  
Aspectos sociais. I. Gil, Aldo Duran. II. Universidade Federal de Uberlândia.  
Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais. III. Título.

---

CDU: 316

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SOLANGE INÊS ENGELMANN**

**A PÁGINA VIRTUAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM  
TERRA (MST) COMO INSTRUMENTO DE CONTRAINFORMAÇÃO NA LUTA  
POLÍTICO-IDEOLÓGICA PELA REFORMA AGRÁRIA**

BANCA DE DEFESA:

---

Professor Dr. Aldo Duran Gil (Orientador)

---

Professor Dr. Manoel Dourado Bastos – NIC/UFL

---

Professora Dra. Eliane Soares - INCIS/UFL

---

Professor Dra. Maria Lucia Vannuchi - INCIS/UFL (suplente)

Uberlândia  
Outubro de 2013

***Dedico esse trabalho a todos/as os trabalhadores e as trabalhadoras sem-terra, que seguem  
lutando pela Reforma Agrária no Brasil!***

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Aldo Duran Gil, por topar o desafio de me orientar nessa trajetória, uma vez que sou oriunda de outra área do conhecimento. Pela paciência e disposição em compartilhar um pouco do seu conhecimento.

A todos os militantes, comunicadores militantes e dirigentes do MST, por compartilhar seus conhecimentos e informações, fundamentais para a construção dessa pesquisa.

Aos militantes do Setor de Comunicação do MST pelo apoio, paciência e compreensão, nos momentos de ausência para a realização da pesquisa e elaboração da dissertação. Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!

Aos meus pais, Adelaide e Mirton, pelo seu exemplo de camponeses lutadores pela terra. Obrigada pelo incentivo aos estudos e por me deixar livre para trilhar meu próprio caminho.

Aos meus irmãos, Sandra, Clederson e Sula, pelos ensinamentos vivenciados na infância, no acampamento e assentamento, carinho e apoio, mesmo que distantes. Em especial a Sandra, pelo apoio incondicional nos momentos difíceis e alegres, na construção dessa pesquisa e na vida. Família Engelmann amo vocês!

As amigas, Jaqueline Talga e Agnes Santos, pela parceria, incentivo e apoio na produção do conhecimento, nas noites em claro... A companheira Agnes pelas leituras e sugestões na melhoria do texto. Obrigada pela linda amizade e por sempre poder contar com vocês!

Aos amigos e colegas de turma, Maria Denize, Gustavo Cintra, Lara Mujali, etc; pelo apoio, debates e o compartilhamento de novos conhecimentos.

Ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais, aos professores que ofertaram suas disciplinas que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e para a ampliação do conhecimento nas ciências sociais.

Aos professores Dra. Fabiane Santana Previtali (Incis/UFU) e Dr. Marcelo Cervo Chelotti (IG/UFU) pelo debate e as considerações na banca de qualificação e aos Professores Dr. Manoel Dourado Bastos (NIC/UEL) e a Dra. Eliane Soares (Incis/UFU) por participar da banca de defesa e contribuir no aprimoramento deste trabalho.

Aos amigos/as e companheiros/as do MST do Paraná, onde iniciei minha militância. Marli, Jaime, Pedro, Celso, Delfino, Zumbi, Jovana, Izabel, Baggio, Indianara, Alan, Riquieli, Levi, Araides, etc; pelos ensinamentos na luta de classes, que sempre irão me acompanhar.

Ao professor Aldevino, pelo amparo e apoio nos tempos difíceis da graduação em Maringá/PR.

Ao meu amor Sérgio, pelo seu apoio e compreensão, e por me acompanhar nessa trajetória.

“Malditas sejam todas as cercas!  
Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar!  
Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos, para ampararem cercas e bois e  
fazerem da terra escrava e escravos os homens!”

*(D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia-MT).*

### **Canção da Terra**

[...]

E fez o criador a natureza  
Fez os campos e florestas  
Fez os bichos, fez o mar  
Fez por fim, então, a rebeldia  
Que nos dá a garantia  
Que nos leva a lutar  
Pela terra, terra

Madre terra nossa esperança  
Onde a vida dá seus frutos  
O teu filho vem cantar  
Ser e ter o sonho por inteiro  
Ser sem-terra, ser guerreiro  
Com a missão de semear  
À terra, terra

Mas apesar de tudo isso  
O latifúndio é feito um inço  
Que precisa acabar  
Romper as cercas da ignorância  
Que produz a intolerância  
Terra é de quem plantar  
À terra, terra

*(Pedro Munhoz, cantor e trovador do Rio Grande do Sul).*

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo a análise da página nacional de *internet* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criada em 1997. Nosso propósito foi compreender o processo de construção do portal e qual a importância desse novo aparato de comunicação na divulgação das demandas do MST e no debate da Reforma Agrária no Brasil, para o diálogo com a classe trabalhadora urbana e sua base social.

Para tanto, inicialmente apresentamos uma discussão sobre o *novo* processo de trabalho e a luta de classes, considerando as transformações nos processos de trabalho do século XX, como a criação de sistemas de produção (*taylorismo*, *fordismo*, *toyotismo* e acumulação flexível) que aumentaram a precarização das condições de trabalho e ampliaram a extração de mais-valia e do capital. Tratamos também do surgimento da revolução informacional e a criação da rede mundial de computadores – *internet*, procurando demonstrar seu impacto na sociedade capitalista e seu potencial na expressão de segmentos populares da classe trabalhadora, como os movimentos sociais populares contestatórios.

A partir da necessidade de compreensão da luta pela Reforma Agrária no Brasil, no capítulo dois apresentamos um resgate de parte do debate clássico sobre a questão agrária no país, entre o período de 1950 e 2000, seguido de um breve histórico sobre a formação do MST no Brasil, as características da política agrária do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e a relação desse governo com o MST, quanto à pauta da questão agrária.

Com base na sistematização dos dados e informações adquiridas na pesquisa de campo, debatemos a política de comunicação do MST para, em seguida, analisar a página de *internet* desse Movimento, buscando evidenciar a contribuição desse novo instrumento de comunicação na divulgação das reivindicações, comunicação com sua base social e na ampliação do diálogo com a classe trabalhadora, especialmente urbana.

De modo geral, nesse trabalho verificamos que a página virtual do MST vem se tornando um espaço de referência junto aos segmentos populares da classe trabalhadora em relação ao debate da questão agrária, atuando assim, como um possível instrumento de contrainformação político-ideológica ao discurso do agronegócio sobre a agricultura brasileira e a Reforma Agrária. Combatendo, de tal modo, a hegemonia das frações monopolistas do grande capital no Brasil, principalmente do setor do agronegócio.

**Palavras-chave:** Trabalho, Movimento Sem Terra, Reforma Agrária, novas tecnologias da informação, *Internet*.

## RESUMEN

El presente trabajo tuvo como objetivo el análisis de la página nacional de *internet* del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), creada en 1997. Nuestro propósito fue comprender el proceso de construcción del portal y cual la importancia de ese nuevo aparato de comunicación en la divulgación de las demandas del MST y en el debate de la Reforma Agraria en Brasil, para el diálogo con la clase trabajadora urbana y su base social. Para tanto, inicialmente presentamos una discusión acerca del *nuevo* proceso de trabajo y la lucha de clases, considerando las transformaciones en los procesos de trabajo del siglo XX, como la creación de los sistemas de producción (*taylorismo*, *fordismo*, *toyotismo* y acumulación flexible) que aumentaron la precarización de las condiciones de trabajo y ampliaron la extracción de más-valía y del capital.

Tratamos también del surgimiento de la revolución informacional y la creación de la red mundial de ordenadores – *internet*, buscando demostrar su impacto en la sociedad capitalista y su potencial en la expresión de segmentos populares de la clase trabajadora, como los movimientos sociales populares contestatarios.

A partir de la necesidad de comprensión de la lucha por la Reforma Agraria en Brasil, en el capítulo dos presentamos un rescate de parte del debate clásico acerca de la cuestión agraria en el país, entre el periodo de 1950 y 2000, seguido de un breve histórico sobre la formación del MST en Brasil, las características de la política agraria del gobierno Luís Inácio Lula de Silva (2003-2010) y la relación de ese gobierno con el MST, acerca de la pauta de la cuestión agraria.

Con base en la sistematización de los datos y informaciones adquiridas en la investigación de campo debatimos la política comunicacional del MST para, enseguida, analizar la página de *internet* de ese Movimiento, buscando evidenciar la contribución de ese nuevo instrumento de comunicación en la divulgación de las reivindicaciones, la comunicación con su base social y en la ampliación del diálogo con la clase trabajadora, especialmente urbana.

De modo general, en ese trabajo verificamos que la página virtual del MST viene haciéndose un espacio de referencia junto a los segmentos populares de la clase trabajadora en relación al debate de la cuestión agraria, actuando así, como un posible instrumento de contrainformación político-ideológica al discurso del agronegócio acerca de la agricultura brasileña y la Reforma Agraria. Combatiendo, de tal modo, la hegemonia de las fracciones monopolistas del grande capital en Brasil, principalmente del sector del agronegócio.

**Palabras clave:** Trabajo, Movimiento Sin Tierra, Reforma Agraria, nuevas tecnologías de la información, *Internet*.

## **LISTA DE SIGLAS**

ALBA - Aliança Bolivariana das Américas  
ARPA - Agência de Projetos de Pesquisa Avançada  
CEB's - Comunidades Eclesiais de Bases  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CGI.BR – Comitê Gestor da Internet no Brasil  
CLOC - Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones Del Campo.  
CMC - Comunicação Mediada por Computadores  
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
CPMI - Comissão Mista Parlamentar de Inquérito  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
ENFF - Escola Nacional Florestan Fernandes  
EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional  
FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas.  
FETRAF-BRASIL/CUT - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar  
FHC - Fernando Henrique Cardoso  
FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação  
FT - Força de Trabalho  
GO - Goiás  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IEJC - Instituto de Educação Josué de Castro  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária  
JST - Jornal Sem Terra  
MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragem  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra  
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário  
MCM - Meios de Comunicação de Massa  
MPL - Movimento Passe Livre  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte

NBs - Núcleos de Bases

NIC.BR - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR

NTI - Novas Tecnologias da Informação

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONGs - Organizações Não Governamentais

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PR - Paraná

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

RS – Rio Grande do Sul

UFC - Universidade Federal do Ceará

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                               |     |
|---------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 01</b> - Organograma organização do MST.....        | 109 |
| <b>Figura 02</b> - Página do MST no formato atual.....        | 134 |
| <b>Figura 03</b> - Principais destaques na Página do MST..... | 142 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                              |     |
|------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Tabela 1</b> – Quadro de páginas do MST nas redes sociais.....            | 138 |
| <b>Tabela 2</b> - Número de acessos à página do MST, entre 2010 e 2011. .... | 139 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                              |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                       | <b>13</b>  |
| <b>I. O PROCESSO DE TRABALHO E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO.....</b>                                                  | <b>25</b>  |
| 1.1 O NOVO PROCESSO DE TRABALHO E A LUTA DE CLASSES.....                                                                     | 25         |
| 1.2 A REVOLUÇÃO INFORMACIONAL E A REDE VIRTUAL.....                                                                          | 36         |
| 1.2.1 A revolução informacional e as novas relações de trabalho.....                                                         | 37         |
| 1.2.2 O papel da rede virtual na expressão dos movimentos sociais.....                                                       | 47         |
| 1.2.2.1 O baixo custo da rede virtual.....                                                                                   | 57         |
| <b>2. A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).....</b>                | <b>73</b>  |
| 2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: 1950 AOS ANOS 2000.....                                                                     | 73         |
| 2.2 A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO SEM TERRA.....                                                                                   | 84         |
| 2.2.1 Principais Características do MST .....                                                                                | 101        |
| 2.2.2 Princípios Organizativos do MST.....                                                                                   | 107        |
| 2.3 A POLÍTICA AGRÁRIA NO GOVERNO LULA E A RELAÇÃO COM O MST.....                                                            | 110        |
| <b>3. A PÁGINA VIRTUAL DO MST COMO INSTRUMENTO DE CONTRAINFORMAÇÃO NA LUTA POLÍTICO-IDEOLÓGICA PELA REFORMA AGRÁRIA.....</b> | <b>117</b> |
| 3.1 A COMUNICAÇÃO DO MST.....                                                                                                | 117        |
| 3.2 OS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DO MST.....                                                                                   | 122        |
| 3.3 A CONSTRUÇÃO DA PÁGINA VIRTUAL DO MST.....                                                                               | 129        |
| 3.3.1 Organização da página.....                                                                                             | 135        |
| 3.3.2 Quem produz a página e como?.....                                                                                      | 145        |
| 3.3.3 A página e a base social.....                                                                                          | 147        |
| 3.3.4 A página como referência para a imprensa.....                                                                          | 150        |
| 3.3.5 Referência no diálogo com a classe trabalhadora urbana.....                                                            | 156        |
| 3.3.6 Instrumento de contrainformação político-ideológico na luta pela Reforma Agrária.....                                  | 158        |
| <b>4. CONCLUSÃO.....</b>                                                                                                     | <b>163</b> |
| <b>5. REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                   | <b>169</b> |

|                    |            |
|--------------------|------------|
| <b>ANEXOS.....</b> | <b>180</b> |
|--------------------|------------|

## INTRODUÇÃO

Num contexto histórico de luta da classe<sup>1</sup> trabalhadora pela conquista dos direitos civis, políticos e sociais (luta pela cidadania em geral na sociedade capitalista), várias são as formas que a maioria social (trabalhadores, classes populares, etc.) encontra para se organizar: partidos políticos, sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs) autônomas e aliadas à luta dos trabalhadores e segmentos populares, além dos movimentos sociais populares, entre outras formas de organização. Um desses movimentos sociais populares organizados é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que a partir de 1997 se torna um importante representante da classe trabalhadora na luta de classes, no contexto da sociedade brasileira – um dos maiores movimentos sociais da América Latina<sup>2</sup>. Pautando a necessidade da Reforma Agrária e chamando atenção para o problema dos sem-terra e da concentração fundiária, o MST considera esta última como uma das causas do êxodo rural e da pauperização do agricultor e trabalhador rural, transformado em sem-terra. “O MST atua no conjunto da sociedade brasileira como um sujeito histórico coletivo que desvela as desigualdades sociais e revela o conflito existente entre as classes sociais, dominantes e dominadas no país” (GOHN, 2000, p. 154).

Conforme Maria da Glória Gohn (2000), a partir da Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em 1997, que representou uma das maiores mobilizações populares da histórica política brasileira na década de 1990, o MST altera o cenário das lutas populares no país, forçando com isso a entrada da pauta da Reforma Agrária na agenda do governo e se tornando um expressivo movimento da classe trabalhadora no questionamento de direitos sociais básicos, como a terra e o trabalho.

A partir do desenvolvimento da tecnologia e da criação da rede mundial de computadores na década de 1990, também surge no Brasil um novo meio de comunicação. Para alguns segmentos sociais da classe trabalhadora - que anteriormente não dispunham de espaço nas grandes empresas de comunicação de massa - a *internet* passa a representar um

---

<sup>1</sup> O conceito de luta de classes se fundamenta em Karl Marx e Friedrich Engels (1990). Segundo os autores, historicamente todas as sociedades (escravismo, feudalismo, despotismo asiático e capitalismo) se dividem em duas classes: proprietários dos meios de produção (não-trabalhadores) e trabalhadores diretos (não proprietários). Portanto, a divisão entre burgueses e proletários (trabalhador assalariado) diz respeito unicamente à sociedade capitalista.

<sup>2</sup> Noam Chomsky deixou clara sua opinião acerca do MST em discurso proferido no Fórum Social Mundial de 2003: “Ontem, tive o privilégio de ver alguns dos trabalhos inspiradores a fim de atingir os objetivos postos no encontro internacional da Via Campesina na comunidade do MST [...] que eu acredito ser um dos maiores e mais empolgantes movimento popular do mundo [...]”. Disponível em: <[www.scoop.co.nz/stories/HL0302/S00032.htm](http://www.scoop.co.nz/stories/HL0302/S00032.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2012.

veículo de comunicação importante na ampliação do diálogo com parte da sociedade e com a própria base social dessas organizações. Porém, isso somente se torna possível quando esses segmentos sociais - que lutam por direitos sociais básicos, como a terra - logram obter o acesso à *internet*, para a manutenção de um portal *online* na rede e a produção de conteúdo para publicação nesse espaço<sup>3</sup>.

Verificamos que alguns segmentos da sociedade, entre eles diferentes movimentos sociais populares, percebem a *internet* como uma nova possibilidade de comunicação, sendo assim mais um veículo para a apresentação da plataforma de suas lutas e reivindicações. Desse modo, a partir de uma utilização crítica, o espaço virtual pode ser apropriado como canal de comunicação, colaborando até mesmo na luta por mudanças sociais.

No processo histórico de luta pela terra, Reforma Agrária<sup>4</sup> e direitos civis, políticos e, sobretudo, sociais, atualmente no país, observa-se que o MST mantém uma página nacional de *internet* na rede. O portal foi criado em 1997, com o objetivo de ampliar a divulgação das lutas e alianças com outras organizações e movimentos sociais da classe trabalhadora, urbana e rural. A partir disso, a página virtual<sup>5</sup> deste movimento tem passado por mudanças gráficas e de conteúdo, na tentativa de torná-la um espaço importante de interação e diálogo entre uma parte da sociedade e a base do MST. No portal, diariamente são divulgadas notícias do próprio movimento, suas atividades, lutas e reivindicações, além de discussões acerca da problemática da questão agrária.

Uma das principais potencialidades da página virtual do MST é a de que as informações, imagens e vídeos podem ser postados pelos próprios sem-terra, a partir de uma organização interna e posicionamento político desse movimento, estando isento de filtros externos, a exemplo do que ocorria quando os sem-terra não possuíam o portal virtual; ou como ainda verificam-se quando as ações do MST são abordadas pela mídia em geral (jornais, revistas, grandes portais *online*, TVs, rádios, etc.), passando previamente por um filtro editorial dos veículos de comunicação.

---

<sup>3</sup> Referenciamos-nos no conceito elaborado por Milton Santos (1997), no qual o espaço geográfico é apresentado como "um sistema de objetos e um sistema de ações" que: "é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina" (SANTOS, 1997, p. 51).

<sup>4</sup> No decorrer deste trabalho nos reportamos ao termo com as iniciais em maiúsculo uma vez que a luta por reforma agrária representa a bandeira de luta central do MST, que em seus documentos se refere ao termo desse modo.

<sup>5</sup> Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 15 jul. 2013.

Diante disso, no nosso entendimento, o MST se apresenta como uma organização importante de análise quando se procura compreender as estratégias e especificidades dos movimentos sociais populares em relação à comunicação e utilização de “Novas Tecnologias da Informação” (NTI) e as mídias virtuais.

Para o entendimento das novas tecnologias da comunicação na sociedade contemporânea e a sua utilização por alguns segmentos sociais, se faz necessário compreender, preliminarmente, o impacto dos meios de comunicação de massa na sociedade. John B. Thompson (2001) ressalta em seus estudos que em qualquer tentativa de análise das sociedades capitalistas contemporâneas é fundamental levarmos em consideração a influência que os meios de comunicação de massa (jornal, revista, rádio, televisão, *internet*), exercem no processo de desenvolvimento e consolidação dessas sociedades. Esses instrumentos passam a representar formas importantes de sociabilidade, influenciando direta e indiretamente a população na formação de uma visão de mundo ou ideologia, padrões de consumo, valores morais, culturais e políticos. Dessa maneira, percebe-se que o surgimento e a ampliação do potencial dos meios de comunicação de massa são fatores que contribuem para um processo de reconfiguração e constantes mudanças nas relações dos indivíduos em sociedade.

A partir da tese de Thompson (2001), entendemos que os meios de comunicação de massa apresentam condições de interferir nas relações sociais e no comportamento da população. As principais problemáticas que se verificam quanto ao poder de persuasão da grande mídia seriam: a elaboração e propagação de informações parciais, que na maioria das vezes não representam os interesses de grande parte da população (a classe trabalhadora, os segmentos sociais desta, ou os diversos setores dos movimentos sociais populares) e, sobretudo a deturpação da realidade para defender seus interesses políticos, econômicos e ideológicos. Isso ocorre porque historicamente, no Brasil, os meios de comunicação estão concentrados em alguns grupos econômicos, familiares, políticos, religiosos, entre outros, tornando-se grandes monopólios. O objetivo central desses grupos é a comercialização da informação como um produto mercadológico, dominando o processo de comunicação, que

limita a liberdade de expressão de grande parte da população, em especial, dos vários segmentos populares da classe trabalhadora<sup>6</sup>.

Conforme Venício Lima (2004), o controle da mídia impressa, televisiva e radiofônica se restringe a 13 grupos familiares, sendo oito principais grupos no setor de rádios e TVs e cinco no controle dos grandes jornais e revistas. Segundo o autor, além da dominação por grupos familiares, outras duas características na história do sistema brasileiro de comunicações é a grande concentração de propriedades do setor, dando origem a um oligopólio das redes de comunicação e sua vinculação às elites políticas regionais e locais. Uma vez que muitas concessões de rádios e TVs, por exemplo, foram e seguem sendo usadas como moeda de troca por parlamentares no Congresso brasileiro, sendo concedidas para aliados políticos.

Nesse cenário de concentração dos meios de comunicação no Brasil, várias organizações e movimentos sociais, principalmente de esquerda, tais como o MST, não têm conseguido espaço nas grandes redes de comunicação para a apresentação de suas reivindicações e demandas de luta e, quando surgem na grande imprensa, geralmente são abordados de forma negativa ou pejorativa. Como aponta Christa Berger (2003), a mídia constrói um discurso jornalístico, que procura retratar o MST e sua luta, de um ponto de vista tendencioso, como um grupo “fora da lei”, esvaziando o caráter político e social da Reforma Agrária e deslocando o MST para o campo da ilegalidade.

A fim de que possamos melhor compreender não só a origem do MST, bem como sua luta frente aos meios de comunicação populares e alternativos, faz-se necessário alguns

---

<sup>6</sup> Na concepção de Marx e Engels (1990), historicamente as sociedades se desenvolvem a partir da divisão de duas grandes classes: a classe proprietária dos meios de produção e a classe não-proprietária (= trabalhador direto). A classe proprietária dos meios de produção garante, através do Estado (guardião da propriedade privada), a exploração de classe: extração de sobretrabalho do trabalhador direto, não-proprietário. Assim, a classe economicamente dominante se torna, através do Estado, a classe politicamente dominante. A dupla condição dessa classe, por meio do Estado, possibilita a dominação ideológica. Em geral, na sociedade capitalista o papel ideologicamente dominante é desempenhado pelo conjunto da classe burguesa, mesmo que existam conflitos ideológicos de segundo grau entre as diversas frações de classe burguesa e das frações da grande propriedade fundiária. Embora a problemática sobre a ideologia dominante na sociedade capitalista seja complexa, pode ocorrer que alguns núcleos ideológicos oriundos de certas frações de classe burguesa se tornem hegemônicos. O que significa que as ideologias de certas frações da classe burguesa dominam a ideologia de outras frações da classe dominante, e, por conseguinte, das classes dominadas. Sobre a questão da ideologia, ver Poulantzas (1977), Althusser (1989) e Therborn (1980).

Nesse sentido, o Estado se torna um instrumento fundamental de dominação da classe burguesa para assegurar a coesão social e a subordinação das classes dominadas. Nessa linha de raciocínio, Décio Saes (1998b) sustenta que o Estado burguês desenvolve uma dupla função: a individualização dos agentes da produção e neutralização, no produtor direto, da tendência à ação coletiva, buscando, com isso, assegurar as condições ideológicas fundamentais para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Assim, o Estado burguês (que possui uma ideologia própria, o burocratismo) desorganiza as classes dominadas, ou seja, a classe trabalhadora, neutralizando e esvaziando as lutas coletivas, como é o caso dos movimentos sociais populares formados por segmentos sociais da classe trabalhadora (desempregados, sem moradia, sem-terra, etc.), e de tal forma nega a existência das classes sociais, criando um coletivo supra-classista: o *Estado-Nação* (SAES, 2003).

apontamentos iniciais. O MST surge em 1984, em Cascavel (PR), como um movimento social nacional tendo como objetivo central lutar por terra e Reforma Agrária. Entretanto, conforme Gohn (2000), este se torna um ator social importante na sociedade brasileira somente a partir da “Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, em 1997, momento em que desenvolve ações de pressão como ocupações de terras, atos públicos, marchas, entre outros, na tentativa de inserir o debate da Reforma Agrária na pauta do governo federal. Ainda na concepção da autora, a partir disso o MST vem atuando na sociedade brasileira como “sujeito político coletivo” ao questionar as desigualdades sociais e desvelar os conflitos entre as classes sociais.

De acordo com Lucília Romão (2004, p. 4), após esse período de consolidação do MST, tendo ele se convertido em ator social brasileiro, parte da grande imprensa passa a abordar as ações dos sem-terra como “perigosas”, acusando-os de estimular a “violência” no campo e disseminar o “medo” e a “insegurança junto à opinião pública.” Porém, a autora destaca que, ao utilizar conceitos negativos para se referir à luta do MST a mídia afasta a questão da Reforma Agrária da esfera civil e social aproximando-a da ilegalidade, incentivando assim a criminalização de movimentos camponeses organizados politicamente. Outra consequência negativa desse discurso seria o ocultamento e a manipulação da realidade.

Dado o desenvolvimento da sociedade capitalista e seu avanço tecnológico, outros instrumentos de comunicação são criados, sendo que estes passam a representar uma alternativa frente a outras grandes invenções, tais como a imprensa escrita, a televisão e o rádio. Nesse contexto, uma das principais invenções tecnológicas no campo da informação na contemporaneidade tem sido a *internet*, criada nos Estados Unidos na década de 1960, a fim de servir de ferramenta de comunicação militar alternativa no âmbito da guerra.

Para Jean Lojkin (1995), a revolução informacional gera grandes transformações na área da informática e da comunicação, representando, de forma geral, uma revolução tecnológica de conjunto, fruto da revolução industrial, desenvolvida na sociedade contemporânea. Desse modo, os meios informáticos criam uma nova era na história da humanidade, possibilitando o questionamento da divisão social do trabalho, entre aqueles que detêm o monopólio do pensamento e os excluídos.

Segundo Luís Monteiro (2001), após a sua criação a *internet* torna-se um meio de comunicação capaz de integrar milhares de internautas em todo o mundo. Assim, além de atuar como um elemento integrador de pessoas comuns, essa tecnologia possibilita ainda novos espaços de expressão para vários grupos sociais, antes “marginalizados” e/ou sem espaços para expressar-se nos outros meios de comunicação de massa. Com isso, verifica-se

uma popularização no acesso à rede virtual e uma conseqüente diminuição na concentração da informação.

Octávio Ianni, por sua vez, pondera que o processo de globalização do capitalismo, ao propiciar o desenvolvimento de relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica em escala mundial, desenvolve “tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas”, que generalizam e ampliam os mecanismos de interações, divisões e mudanças “socioculturais e político-econômicas” para todo o mundo. “Em lugar de *O príncipe* de Maquiavel e de *O moderno príncipe* de Gramsci, assim como de outros “príncipes” [...], cria-se *O príncipe eletrônico*, que simultaneamente subordina, recria, absorve ou simplesmente ultrapassa os outros” (IANNI, 1999, p. 12, grifo do autor).

Esse processo teria dado origem ao príncipe eletrônico, que recriaria e substituiria os príncipes anteriores, surgidos nos tempos modernos. O príncipe eletrônico é apresentado como o “*intelectual coletivo e orgânico*” dos blocos dominantes no poder, desde a escala regional à mundial: “[...] conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou [...] apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, legislativo, executivo e judiciário” (IANNI, 1999, p. 24, grifo nosso).

A partir disso, com o desenvolvimento da globalização no capitalismo, as tecnologias midiáticas se inserem em contextos sociais ampliados, atuando no imaginário coletivo da população e das classes sociais, em escala mundial. Assim, esses meios modificam o comportamento da sociedade e influenciam as relações sociais, econômicas, políticas e culturais, em todo o mundo. Uma vez que a mídia eletrônica e impressa se encontra monopolizada por pequenos grupos que pertencem ao bloco dominante, estes atuam como “intelectuais coletivos e orgânicos”, perpetuando a visão de mundo das classes dominantes em escala mundial, em que predomina a produção e reprodução do capital, incentivando o consumismo, que transforma a cultura, a política e ideologia em mercadoria.

Conforme acima descrito, mesmo com uma série de desafios no que tange a *internet*, de acordo com Lojkin (1995), a revolução informacional melhora a circulação de informações antes monopolizadas por uma pequena elite de intelectuais, e negada à maior parte da classe trabalhadora. Nesse contexto, frente ao advento das novas tecnologias da informação e comunicação vários segmentos sociais da classe trabalhadora, antes marginalizados pelos grandes meios de comunicação ou estigmatizados como “uma ameaça à ordem”, passam a expressar suas demandas e reivindicações sociais na rede mundial de computadores. Contudo, faz-se necessária a real compreensão de que essa tecnologia, fruto da

“revolução informacional”, nos termos de Lojkin (1995), não está isenta da lógica mercantil do capitalismo, tendo como fim último a garantia da acumulação e centralização do capital. Desse modo, seu uso e reprodução não estão livres das contradições capitalistas.

Entretanto, a partir do processo contraditório das forças produtivas capitalistas, percebe-se que, se usada criticamente, a *internet* pode contribuir para a organização coletiva e a expressão de vários segmentos sociais populares; diminuindo assim o isolamento e fortalecendo o desenvolvimento de processos de comunicação populares e de contrainformação<sup>7</sup> política e ideológica desses grupos, diante dos setores sociais dominantes. Auxiliando ainda na construção de uma sociedade livre do domínio do capital.

De acordo com essa perspectiva, com a expansão da *internet* no Brasil o MST organiza um portal virtual para a divulgação das demandas de lutas e discussões em torno da pauta da Reforma Agrária, obtendo assim um canal direto de comunicação com parte da população, aparentemente, ausente de filtros ou censura prévia externa. Há uma década, a partir de 2003 o espaço ganha atualizações diárias acerca do que diz respeito ao MST. Diante disso, o portal se torna um dos principais meios para a divulgação das reivindicações dessa organização, diálogo com outros segmentos sociais da classe trabalhadora, interação com sua base social e fonte de informação para as empresas de comunicação e pesquisadores e indivíduos com interesse em conhecer a luta desse movimento social.

O objetivo central do MST é consolidar este espaço enquanto referência para a consulta de informações sobre a sua luta e o debate da Reforma Agrária no Brasil: “[...] a nossa página deve ser referência e fonte de informação para a discussão sobre os modelos de agricultura [...], a Reforma Agrária, a luta dos [...] Sem Terra e as realizações do MST, especialmente nas áreas da produção agrícola e educação” (MST, 2010a, p. 20). Todavia, observa-se que a compreensão política do MST em torno da necessidade da construção de processos de comunicação popular perpassa seu modelo organizativo e suas linhas políticas, reconhecendo a importância da comunicação para a mobilização dos “pobres do campo”, na pressão ao governo e na legitimidade da luta pela terra na sociedade.

O objeto de estudo dessa pesquisa se concentra na *construção da página nacional de internet do MST* enquanto um instrumento importante na divulgação das reivindicações desse movimento social popular e na contrainformação político-ideológica em relação à luta da Reforma Agrária no Brasil. Procuramos compreender como um segmento social da classe trabalhadora, especificamente de trabalhadores explorados organizados, como os sem-terra, se

---

<sup>7</sup> O termo contrainformação apresentado possui um sentido amplo, voltado à luta política e ideológica dos vários segmentos sociais populares contra a dominação geral das classes dominantes.

apropriada da rede mundial de computadores com vistas não somente à mobilização de sua base social, mas também na busca pela ampliação do diálogo com outros segmentos que compõem a classe trabalhadora: o operariado, os partidos de esquerda, segmentos sindicais, professores e intelectuais, desempregados, sem-teto, etc. Trata-se de compreender qual o grau de contribuição desse aparato tecnológico para a divulgação das demandas do MST, no processo contrainformativo político-ideológico ao discurso hegemônico das frações monopolistas do setor informacional midiático e do grande capital, principalmente do setor do agronegócio, em relação à Reforma Agrária e à solução de outros problemas sociais na sociedade brasileira.

Nossa hipótese de pesquisa é de que, mesmo com as limitações e contradições da *internet* na sociedade brasileira capitalista dependente<sup>8</sup> é possível considerar a consolidação do portal virtual do MST como um instrumento de apoio na luta pela Reforma Agrária, em contraposição à estrutura fundiária dominante e ao modelo do agronegócio, sob o controle do capital na cidade e no campo. Esse espaço também se torna referência para outros segmentos importantes dos movimentos sociais populares em relação ao debate sobre a questão agrária e a luta pela Reforma Agrária no país.

A hipótese é composta por três elementos fundamentais, articulados com o objeto de estudo, que atuam diretamente na formação e consolidação da página nacional de *internet* do MST como um instrumento importante na divulgação das demandas desse Movimento e na contrainformação político-ideológica em relação à luta da Reforma Agrária no Brasil:

1) O portal como espaço de caráter ideológico e político: Se apresenta como um instrumento importante na divulgação das reivindicações do MST, contribuindo para a mobilização social pela Reforma Agrária, além de outras bandeiras da classe trabalhadora, como a criação de um novo modelo agrícola sustentável, com base em práticas agroecológicas, educação do campo, preservação ambiental, campanha contra os agrotóxicos e transgênicos, valorização do campo e da cultura camponesa, entre outros. Atuando como um “porta-voz” oficial do MST na sociedade brasileira, frente à luta desse Movimento pela Reforma Agrária.

2) Busca de diálogo com outros segmentos de luta social, especialmente urbano: o portal vem se consolidando enquanto um espaço de referência para obtenção de informações sobre as ações do MST e a luta pela Reforma Agrária no Brasil. Com vista à ampliação do diálogo com outros movimentos sociais populares, organizações sindicais, partidos de

---

<sup>8</sup> Abordamos essa discussão a partir da perspectiva de Marini (1973). Para ele, no Brasil, a burguesia nacional optou pela estratégia do capitalismo dependente ao colocar em curso o desenvolvimento de um modelo de industrialização capitalista, voltado à integração da exportação de matérias-primas e importação de tecnologias dos grandes centros capitalistas desenvolvidos, como, por exemplo, a Europa.

esquerda e setores populares organizados, principalmente urbanos (operários, metalúrgicos, sem-tetos, professores, estudantes, desempregados, trabalhadores rurais, camponeses, etc.), buscando ampliar a legitimidade da bandeira da Reforma Agrária e a inserção do MST junto à classe trabalhadora.

3) Auxilia na mobilização da base social: ele também se constitui como um importante meio de articulação na mobilização de sua própria base social, contribuindo para a manutenção da unidade nacional, uma vez que a divulgação das ações do MST e de outros movimentos sociais populares pode ser acompanhada em tempo real, principalmente por grande parte dos dirigentes e militantes do MST, que possuem acesso à *internet*<sup>9</sup>, sendo de extrema relevância em mobilizações, momentos de criminalização e campanhas de solidariedade.

Nesse sentido, nossa pesquisa requer uma análise crítica acerca da construção da página nacional do MST na *internet*, na divulgação das reivindicações dos sem-terra e seu grau de importância para a luta pela Reforma Agrária e na solução de outros problemas sociais (externos) da ação política e ideológica do MST através de seu portal eletrônico. Também procuramos discutir de modo crítico, a partir dos autores, de um lado, as condições sócio-históricas da luta pela Reforma Agrária no governo Lula (limites e contradições) e as mudanças da tecnologia informacional (avanços, limites e contradições), a partir do processo de comunicação popular e alternativo organizado pelo setor de comunicação do MST, com base nas reivindicações populares por Reforma Agrária.

Salientamos que esta pesquisa parte de um olhar acadêmico que exclui a “neutralidade científica”, pois integra a visão de uma militante do MST inserida no setor de comunicação dessa organização, porém, buscamos, na medida do possível – sem pretender oferecer solução à maioria das questões abordadas, a realização de uma análise crítica sobre a problemática proposta.

Diante disso, nosso trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos uma revisão de literatura sobre o *processo de trabalho e as novas tecnologias da comunicação*, em que a partir dos traços essenciais do surgimento das NTI no capitalismo, discutimos o *novo* processo de trabalho e a luta de classes. Procuramos demonstrar as transformações nos processos de trabalho do século XX, tendo como base o desenvolvimento do *taylorismo*, *fordismo*, *toyotismo* e acumulação flexível que provocam um aumento da

---

<sup>9</sup> Devido à deficiência no acesso a essa tecnologia no campo, em geral, a maioria da base social (famílias acampadas e assentadas) do MST possuem acesso precário ou nenhum acesso à página virtual do MST. Discussão mais detalhada nos capítulos 1 e 3.

precarização e flexibilização das condições de trabalho e na apropriação das NTI pelos capitalistas, devido seu importante potencial para a ampliação da extração de mais-valia e concentração do capital. No tópico seguinte, apresentamos alguns impactos das NTI e da criação da rede mundial de computadores – *internet* na sociedade capitalista, buscando analisar o possível potencial desse novo instrumento de comunicação na democratização dos meios de comunicação e expressão de alguns segmentos sociais da classe trabalhadora, antes marginalizados pelos oligopólios de comunicação na sociedade, como os movimentos sociais populares contestatórios.

No segundo capítulo, organizado em três tópicos, tratamos da *luta pela terra no Brasil e a formação do MST*. Assim, diante do pressuposto de que para a compreensão da luta pela Reforma Agrária se faz necessário, primeiramente, entender os aspectos centrais da problemática da questão agrária no Brasil, inicialmente realizou-se um breve resgate de parte do debate clássico de algumas teses divergentes de Ignácio Rangel, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Caio Prado Junior sobre a questão agrária no país, no período entre 1950 e os anos 2000. Posteriormente abordamos a atualidade da Reforma Agrária, como política estrutural para o desenvolvimento do rural e urbano e a eliminação da concentração fundiária. Apresentamos também um histórico sobre a formação do MST no Brasil, sua organização e programa de Reforma Agrária, e por fim, destacamos algumas características da política agrária do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e avançamos na relação desse governo estabelecida com o MST, em torno da demanda por Reforma Agrária.

Finalmente, no terceiro capítulo analisamos a construção da *página virtual do MST como um instrumento de contrainformação na luta político-ideológica da Reforma Agrária*. Com base na sistematização e análise dos dados coletados no trabalho de campo (entrevistas e observação participante), realizamos uma análise sobre a experiência de comunicação, a construção e organização da página virtual do MST, partindo de um breve histórico sobre o processo de comunicação do MST e seus principais veículos de comunicação, tendo como base os processos de mobilização e luta pela Reforma Agrária. A seguir analisamos a construção e o funcionamento do portal do MST, a fim de compreender a importância desse instrumento na divulgação das demandas desse Movimento na *internet*, a transmissão do cotidiano e das reivindicações dos sem-terra para o espaço virtual e como, por meio da rede virtual, o MST procura ampliar o diálogo com a classe trabalhadora, especialmente urbana, e mobilizar sua base social.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Desenvolvemos este trabalho a partir do contexto de luta do MST e sua página nacional de *internet*, bem como da apreensão do conjunto da comunicação popular e alternativa, baseada no processo de mobilização e luta pela Reforma Agrária, permeada por elementos contrainformativos desse movimento social popular. Para atingir os objetivos propostos, trabalhamos metodologicamente com os seguintes momentos: revisão bibliográfica, observação participante – que inclui entrevistas a integrantes do MST, coleta de dados qualitativos sobre a página de *internet* desse movimento - e análise do material bibliográfico e empírico.

Após a realização do levantamento bibliográfico sobre o objeto de estudo ou a temática da pesquisa (no primeiro momento), apresentamos uma análise preliminar de algumas obras e autores importantes que nos auxiliaram na compreensão da história e características do MST, a problemática da questão agrária no Brasil, bem como os aspectos centrais da revolução informacional e do processo de desenvolvimento da *internet*. Desse modo, partimos para a análise desse novo aparato de comunicação no contexto de democratização dos meios de comunicação e expressão de alguns segmentos sociais na contrainformação ideológica e política do MST na luta pela Reforma Agrária, em relação à hegemonia das frações monopolistas do grande capital no Brasil. Para este fim nos apoiamos nas seguintes referências: Antunes (2002b), Berger (2003), Braverman (1987), Caio Prado Jr. (1981), Castells (2006a), Gramsci (1980), Harvey (2006), Intervozes (2011), Lojkin (1995), Marx (1996, 1978), MST (2001, 2007; 2010), Peruzzo (2006b), Saes (1987, 1998b), Stédile & Fernandes (1999), entre outros.

Contudo, procurando compreender as percepções de alguns integrantes do MST sobre a página de *internet* desse movimento social popular e o processo de transmissão de informações da realidade para o espaço virtual, em um segundo momento desta pesquisa, utilizamos o método da observação participante e entrevista, tanto em encontros quanto em atividades do MST. Nestas, buscamos coletar dados sobre a organização do processo de comunicação dessa organização, a construção e os objetivos do portal virtual do MST.

Para a realização da observação participante, nos apoiamos na concepção de que as instituições sociais se interligam de tal modo que podem ser explicadas por meio da posição e a função que exercem na estrutura social. Nesse sentido, a observação participante representa

um “mergulho” na vida do *outro*, ou seja, do sujeito pesquisado e da instituição que integra<sup>10</sup>. Na entrevista, utilizamos esse instrumento buscando estabelecer um processo de interação social de caráter mais subjetivo, entre o entrevistador/pesquisador e o sujeito entrevistado, para a coleta de informações mais detalhadas. De modo que as entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro com pontos e tópicos pré-estabelecidos, de acordo com a problemática central da pesquisa<sup>11</sup>.

Nessa etapa elaboramos três modalidades de roteiro de entrevistas semiestruturadas, que foram aplicadas a um grupo de integrantes do MST: três dirigentes (modalidade 1), cinco comunicadores/as do Setor de Comunicação (modalidade 2) e cinco militantes (modalidade 3). Na entrevista com o coordenador do Setor de Comunicação e coordenador da página de *internet* do MST – inserida na modalidade de comunicador - foram incorporadas mais algumas questões específicas. Ao todo entrevistamos 13 pessoas dos estados de São Paulo, Brasília, Santa Catarina, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba e Ceará. Ainda consultamos algumas pessoas do MST para obtenção de outras informações específicas. Para tanto, não realizamos a seleção de uma amostra determinada, primando-se por entrevistas com membros do MST de diferentes estados, buscando demonstrar as distintas visões e realidades dos trabalhadores sem-terra desse movimento social popular.

---

<sup>10</sup> Brandão (1999).

<sup>11</sup> Haguette (1987).

## CAPÍTULO UM

### O PROCESSO DE TRABALHO E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO

#### 1. 1 - O NOVO PROCESSO DE TRABALHO E A LUTA DE CLASSES

Nesse capítulo iniciamos a revisão de literatura de nossa pesquisa a fim de analisar a página *online* do MST, verificando se a mesma atua como um instrumento de contrainformação na disputa político-ideológica da Reforma Agrária. Para isso, apresentamos um debate sobre o *novo* processo de trabalho e a luta de classes, discutindo, especialmente, os traços essenciais do surgimento da tecnologia no capitalismo. Dentro dessa temática, abordamos o desenvolvimento dos processos de transformação do trabalho no século XX, que promovem um aumento da precarização e flexibilização das condições de trabalho, contexto em que as “Novas Tecnologias da Informação” apresentam um importante potencial na ampliação da exploração de mais-valia e concentração do capital.

Em seguida, discutimos o surgimento da revolução informacional e a criação da rede mundial de computadores – *internet*, procurando analisar como essas novas tecnologias da informação impactam na sociedade atual e qual a importância desse novo fenômeno na democratização dos meios de comunicação e expressão de alguns segmentos sociais antes marginalizados na sociedade, como os movimentos sociais populares contestatórios. Buscamos, assim, compreender como a *internet*, mesmo com suas contradições inerentes ao processo de globalização do capitalismo, pode ser considerada detentora de um possível potencial de caráter contrainformacional e libertário, ou seja, de luta política, criando outras possibilidades de comunicação e interação entre os grupos e classes sociais que compõem o campo popular.

Partimos do debate, no campo marxista, sobre o avanço da divisão do trabalho e seu processo de desenvolvimento no âmbito da luta de classes. Ao discutir o processo de trabalho e de valorização, em *O Capital*, Karl Marx (1996) aponta que o trabalho é um processo em que o homem modifica a natureza e a si mesmo tendo como fim último o desenvolvimento da vida. Na visão do autor, o processo de trabalho é uma atividade orientada para a produção de valores-de-uso e assim se apropriar da natureza a fim de satisfazer as necessidades humanas.

No final do século XIX, Marx demonstra a principal diferença entre o pior dos arquitetos e a mais habilidosa das abelhas, que se refere à capacidade humana de planejar a realização do seu trabalho previamente no imaginário, não agindo de forma meramente instintiva assim como os animais. É por intermédio do trabalho que o homem media sua relação com a natureza para a própria sobrevivência. Ao mesmo tempo, o trabalho também é responsável pela mediação entre os homens, ou seja, na vida em sociedade. Para o autor, o modo pelo qual o homem (re)produz seus meios de vida depende da natureza dos meios anteriormente existentes, que necessitam para se reproduzir. Com isso, a vivência dos indivíduos depende das condições materiais da sua produção.

De acordo com Marx (1996), no sistema capitalista o processo de trabalho é apropriado pelo capitalista que detém os meios de produção e domina a força de trabalho (FT) do operário. Logo que entra na fábrica o trabalhador tem sua FT apropriada pelo proprietário dos meios de produção, o capitalista. Com isso, o seu trabalho e o produto do mesmo pertencem então ao patrão, alienando desse modo o trabalho do trabalhador:

[...] o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu (MARX, 1996, p. 311).

Assim, quando passa a vender sua força de trabalho o trabalhador perde o poder sobre o resultado do seu próprio trabalho, alienando-o e transformando-o em mercadoria. Marx (1996) salienta ainda que, a partir do momento em que o trabalho se transforma em valor-de-uso esse mecanismo é utilizado pelos capitalistas como “substrato material”, portador do valor-de-troca, para a extração da mais-valia do trabalhador.

Em seu capítulo VI, inédito de *O Capital*, Marx discute o processo de trabalho como auto-valorização do capital e a problemática do trabalho vivo e trabalho morto. Ele classifica o trabalho vivo como sendo a força de trabalho manifesta ativamente dentro do processo de produção. Com isto, “o domínio do capitalista sobre o operário é, por conseguinte, o da coisa sobre o homem, o do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor [...]” (MARX, 1978, p. 20). Nessa perspectiva, o capitalista faz uso do trabalho morto, presente na tecnologia, bem como do trabalho vivo aumentando diretamente a exploração do trabalhador no processo de trabalho, com vistas à acumulação do capital e o desenvolvimento do capitalismo.

Na sociedade burguesa o trabalho vivo é um meio de aumentar o trabalho acumulado. Com isso, não é o operário quem faz uso dos meios de produção, mas os meios de produção

que se utilizam dos operários que atuam “unicamente como absorventes da maior quantidade possível de trabalho vivo” (MARX, 1978, p. 19). O resultado desse processo é a “autovalorização do capital” e a exploração da mais-valia, que se tornam artifícios indispensáveis do sistema capitalista para assegurar a acumulação de capital e a geração de lucro.

Vemos surgir frente ao cenário posto uma estrutura social e de Estado determinadas pela atuação real e pela produção material dos indivíduos. Sendo que estas condições materiais são determinadas pelo processo de produção e exploração de cada sociedade. Com a divisão do trabalho na sociedade capitalista, o produto adquire poder superior ao trabalhador. E a partir da contradição entre interesse particular e coletivo, o Estado assume uma forma aparentemente destacada, acima da sociedade, descolado dos interesses reais desta, tornando-se o guardião da classe dos proprietários dos meios de produção sobre o trabalhador direto, sendo o representante dessa classe social, ou seja, passa a servir aos interesses da classe dominante.

Para Engels, o Estado é fruto do desenvolvimento da divisão social do trabalho e das formas de propriedade privada, processo histórico correlato ao aparecimento das classes sociais. Este se constitui como um produto do próprio antagonismo de classes da sociedade, se afirmando como aparelho de dominação de classe: “O Estado não é de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; [...] É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento [...]” (ENGELS, 1979, p. 191). Portanto, o Estado é criado mediante o surgimento da divisão da sociedade em classes, sendo o instrumento responsável por amortecer o choque entre as classes e manter a ordem social, ou coesão social imposta, evitando a destruição das classes sociais entre si, que possuem interesses econômicos antagônicos.

Analisando a história das sociedades humanas, percebe-se que os indivíduos se tornam cada vez mais submissos a um poder que lhes é estranho. Para Marx e Engels (1990), a história de todas as sociedades até hoje tem sido a história da luta de classes, pois, *a priori*, a luta de classes tem provado ser o motor de transformação revolucionária da sociedade. Isto é, a divisão de classes iniciada historicamente a partir da civilização não é superada pela sociedade burguesa que, de forma contrária, amplia o antagonismo entre duas grandes classes, constantemente em luta: a burguesia e o proletariado. Uma das teses centrais do materialismo histórico é a de que em toda sociedade dividida em classes e em toda época histórica, a ideologia dominante da sociedade é sempre a da classe dominante. No caso da sociedade capitalista, a ideologia dominante é do conjunto da classe burguesa. Assim, a classe que domina os meios de produção materiais também garante a dominação de forma completa, por

meio do pensamento e da ideologia. Desse modo, a classe economicamente dominante se torna a classe politicamente dominante. O Estado se torna um instrumento fundamental de dominação (da classe proprietária dos meios de produção) na garantia de coesão social e subordinação de uma classe por outra;

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são medidas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política (MARX & ENGELS, 1989, p. 98).

Assim, as instituições que integram o Estado moderno ou capitalista assumem um aspecto universal de representação da vontade coletiva, do *Povo-Nação*, ocultando sua natureza de classe. Porém, na realidade, o Estado é, em sentido amplo, o instrumento político que reproduz o capital e garante a dominação da classe burguesa sobre a classe operária e o conjunto das classes dominadas<sup>12</sup>.

Nesse contexto, se faz necessário compreender as mudanças ocorridas no processo de trabalho do século XX, analisando como esse processo se articula com a luta de classes e qual o efeito do avanço tecnológico na divisão e nas condições (im)postas aos trabalhadores, gerando assim o que denominamos de um *novo* processo de trabalho. Buscando responder essas questões partimos da análise de como o capitalismo ao longo dos séculos tem criado sistemas (*taylorismo*, *fordismo*, *toyotismo* e a *acumulação flexível*) que visam um controle cada vez maior do processo produtivo e do trabalhador, em busca da ampliação dos lucros.

Ao tratar do desenvolvimento do processo de produção e de trabalho na sociedade capitalista moderna, em seu livro *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, Braverman (1987) apresenta um estudo de como as transformações da revolução científico-tecnológica do período do capitalismo monopolista modificam as relações de trabalho. O autor aborda o surgimento do que ele chama de *gerência científica*, que tem como objetivo central a criação de novos mecanismos para a ampliação do controle do capital sobre o processo de trabalho e a classe trabalhadora.

---

<sup>12</sup> Nesse contexto, a função do Estado se apresenta de modo mais complexo, do que apenas um mero instrumento da classe dominante. Conforme Poulantzas (1977), que avança nessa discussão, o Estado capitalista possui uma dupla função, que se concentra na representação da unidade do *Povo-Nação* e o isolamento das lutas sociais, possibilitando a formação e o funcionamento de um “bloco no poder”, composto por várias classes e frações de classes dominantes. Assim, o Estado se constitui como o centro do poder político das classes dominantes, tendo o papel de garantir os interesses econômicos e a hegemonia política de algumas classes dominantes e, em contrapartida, desorganizar politicamente as classes dominadas. Diante disso, a unidade do bloco no poder se organiza a partir da classe ou frações das classes hegemônicas, que agregam os interesses políticos de outras frações de classes e adquirem o poder do Estado, que assume o papel de organizador, ou seja, se torna “o *fator de unidade política do bloco no poder sob a égide da classe ou fração hegemônica* [...] de forma a que os seus interesses específicos possam polarizar os das outras classes e frações do bloco no poder” (POULANTZAS, 1977, p. 296, grifo do autor).

Assim, quando o trabalho se torna livre, a sociedade capitalista percebe a necessidade de criar meios para ajustar os trabalhadores às jornadas de trabalho determinadas pelo patrão. “[...] [Nas] oficinas, a gerência primitiva assumiu formas rígidas e despóticas, visto que a criação de uma ‘força de trabalho livre’ exigia métodos coercitivos para habituar os empregados às suas tarefas e mantê-los trabalhando durante dias e anos” (BRAVERMAN, 1987, p. 67). Com a criação da gerência os capitalistas donos de fábricas e empresas procuravam eliminar a diferença entre a força de trabalho e o trabalhador, tornando a compra do trabalho uma mercadoria equivalente ao produto produzido pelo trabalhador, ou seja, equivalente à mercadoria. Tentando desse modo ajustar o trabalho e o trabalhador à forma capitalista de produção.

A partir do surgimento da indústria capitalista o trabalho é subdividido de forma sistemática dentro de cada “especialidade produtiva em operações limitadas”. Nesse processo a gerência passa a ter a função de supervisionar um novo sistema de divisão fragmentada de trabalho que elimina a autonomia do trabalhador e impede-o de acompanhar o processo de produção por completo. Assim, no modelo de produção capitalista, centrado na obtenção do lucro, essa divisão do trabalho se torna fundamental para a diminuição dos custos de trabalho. Nesse sistema a finalidade do capitalista é excluir o trabalhador da totalidade do processo de produção, mantendo o controle integral dos mesmos. Para resolver esse problema desenvolve-se a gerência científica<sup>13</sup>, que procura “[...] aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (BRAVERMAN, 1987, p. 82).

O propósito da gerência científica é garantir a submissão do trabalhador às novas condições, parcializadas e especializadas do trabalho para efetivar a necessidade de reprodução e acumulação do capital. Porém, o funcionamento efetivo da gerência depende da manutenção e controle sobre as decisões do trabalho. Desse modo, o *taylorismo* procura afastar o processo de trabalho das especificidades dos trabalhadores e provoca a separação entre a concepção e execução do processo de trabalho.

[...] a fim de assegurar o controle pela gerência como baratear o trabalhador, concepção e execução devem tornar-se esferas separadas do trabalho, e para esse fim o estudo dos processos do trabalho devem reservar-se à gerência e obstar aos trabalhadores, a quem seus resultados são comunicados apenas sob a forma de funções simplificadas, orientadas por instruções simplificadas o que é seu dever seguir sem pensar e sem compreender os raciocínios técnicos ou dados subjacentes (BRAVERMAN, 1987, p. 107).

<sup>13</sup> Tal mecanismo de controle foi desenvolvido por Taylor, originando o *taylorismo*, que defende a criação de uma ciência capaz de ampliar o controle do processo de trabalho, tornando o trabalho um elemento independente do ofício e dissociado do conhecimento dos trabalhadores. Para discussão aprofundada ver Braverman (1987).

A partir da criação da gerência os capitalistas procuram aumentar o controle sobre o processo de trabalho e diminuir os custos da mão de obra, excluindo totalmente o trabalhador de qualquer decisão sobre o funcionamento do processo de trabalho. Assim, o *taylorismo* impõe o aumento do poder do capital sobre o trabalho e o trabalhador, onde, por sua vez, os trabalhadores não perdem somente o controle dos instrumentos de produção, mas, principalmente, a autonomia sobre o modo de execução do processo de trabalho por completo.

Inserido nessa perspectiva, em *A condição pós-moderna*, David Harvey (2006) parte da discussão sobre a sociedade contemporânea em seus diversos aspectos e do questionamento sobre o conceito de pós-modernidade, para analisar os processos de trabalho no bojo da acumulação flexível capitalista. Em relação aos vários elementos que compõem a modernidade e a pós-modernidade o que mais chama atenção no pós-modernismo é “sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico [...]”. [Assim,] “na medida em que não tenta legitimar-se pela referência ao passado [...] enfatiza o profundo caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com ele com o pensamento racional” (HARVEY, 2006, p. 49).

Uma das principais características do pós-modernismo é a defesa de uma ampla fragmentação dos discursos universais, rejeitando assim as “metanarrativas”<sup>14</sup> que têm a função de legitimar a existência de uma sociedade universal. Voltando-se, portanto, para a defesa de um pluralismo e uma heterogeneidade de estilos de vida e formas de linguagens. De tal modo, o pós-modernismo procura combater a construção do modernismo de representação unificada e de totalidade da sociedade. Nessa nova sociedade nos deparamos com uma redução da experiência do passado e uma supervalorização do presente, fragmentado, que não se relaciona com o tempo histórico, podendo impedir assim a construção de futuros melhores. Fundamentado em um rompimento temporal, o pós-modernismo rejeita a ideia de progresso e a continuidade da memória histórica, desenvolvendo em contrapartida, “uma incrível capacidade de pilhar a história e absorver tudo o que nela classifica como aspecto do presente” (Harvey, 2006, p. 58). Esse rompimento temporal com a memória histórica e a exaltação da instantaneidade refletem as mudanças culturais da sociedade contemporânea, com base na cultura do espetáculo, da mídia e das novas tecnologias.

Considerando que o advento do pós-modernismo tem provocado mudanças significativas nas práticas culturais e político-econômicas, Harvey (2006) assevera que se

---

<sup>14</sup> São interpretações teóricas que procuram disseminar a necessidade de construção e aplicação do conceito universal, em vários contextos (HARVEY, 2006).

verifica uma relação próxima entre o avanço das transformações culturais pós-modernas e o sistema flexível de acumulação do capital, a partir da década de 1970. Porém, o autor suspeita que essas mudanças estejam muito mais no campo de uma aparência superficial do que represente efetivamente o desenvolvimento de uma nova sociedade.

Na tentativa de compreender essas mudanças Harvey (2006) analisa as mutações político-econômicas do sistema capitalista, partindo do advento do *fordismo* à evolução para o modelo de “acumulação flexível de capital.” Esse sistema surge, principalmente a partir da depressão dos anos 30, como uma resposta à crise do capitalismo. Nesse contexto, o desenvolvimento do *fordismo-keynesianismo* possibilita o crescimento do capitalismo nos países desenvolvidos, com taxas estáveis de crescimento econômico e melhoria nos padrões de vida, além de desempenhar um importante papel na contenção das crises, na manutenção da democracia de massa e bloqueio de ameaças de guerras anticapitalistas, possibilitando assim, a expansão internacional capitalista. A derrota dos movimentos operários radicais no pós-guerra também facilitou o surgimento de um período com vários mecanismos de controle do trabalho e aparente melhorias nas condições de trabalho.

Contudo, a despeito de todos os descontentamentos e de todas as tensões manifestas, o núcleo essencial do regime fordista manteve-se firme ao menos até 1973, e, no processo, até conseguiu manter a expansão do período pós-guerra – que favorecia o trabalho sindicalizado e, em alguma medida, estendia os “benefícios” da produção e do consumo de massa de modo significativo – intacta. Os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros prevalecia. Só quando a aguda recessão de 1973 abalou esse quadro, um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início (HARVEY, 2006, p. 134).

Mesmo diante dos processos que ocasionaram um desenvolvimento desigual entre os países capitalistas, o *fordismo* ganhou força durante um longo período no pós-guerra, gerando alguns benefícios para os trabalhadores, como o aumento da renda. Porém, ao mesmo tempo ampliou também as taxas de lucro do capital produtivo. Os primeiros sinais de enfraquecimento desse sistema surgem em meados da década de 1960, com o aumento da competição internacional e o enfraquecimento da hegemonia fordista dos Estados Unidos. Procurando explicitar as consequências desse enfraquecimento o autor aponta que:

[...] o período de 1965 a 1973 tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade do *fordismo* e do *keynesianismo* de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez [...]. Por traz de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital (HARVEY, 2006, p. 135-136, grifo nosso).

A recessão de 1973 e a dificuldade do *fordismo* em lidar com o problema da superacumulação fez com que o sistema perdesse forças para o surgimento de um novo padrão de organização industrial, social e política. Esse novo modelo denominado de “acumulação flexível” procura manter o avanço do capital:

*A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnologia e organizacional. A acumulação flexível envolve várias mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] (HARVEY, 2006, p. 140, grifo do autor).*

Desta forma, a acumulação flexível cria novas regras sociais, econômicas e políticas, centradas na intensificação do processo de desenvolvimento capitalista desigual e na concentração do capital, implantando desse modo outros setores de trabalho, como o “setor de serviços” e chegando a regiões outrora pouco exploradas pelo capitalismo, como por exemplo, o “Terceiro Mundo”. A consequência disso, como explica o autor, se traduz na precarização das relações de trabalho, no crescimento do desemprego “estrutural” e na ampliação do controle das forças de trabalho.

A maior centralização do capital ocorre por meio do aumento na mobilidade geográfica, flexibilidade do processo de trabalho e consumo, a partir da utilização de novos sistemas tecnológicos. Por outro lado, os avanços tecnológicos criam novos postos de trabalho especializados, ao mesmo tempo em que provocam o crescimento dos “setores de serviços”, permeado por uma maior precarização e flexibilidade das condições de trabalho e aumentando as desigualdades de renda.

A desvalorização da força de trabalho sempre foi a resposta instintiva dos capitalistas à queda de lucros. Mas a generalidade dessa afirmativa esconde alguns movimentos contraditórios. As novas tecnologias aumentaram o poder de certas camadas privilegiadas; ao mesmo tempo, sistemas alternativos de produção e de controle do trabalho abrem o caminho para a alta remuneração de habilidades técnicas, gerenciais e de caráter empreendedor. A tendência, exagerada pela passagem para o setor de serviços e pelo alargamento da “massa cultural”, tem sido de aumentar as desigualdades de renda [...], talvez pressagiando o surgimento de uma nova aristocracia do trabalho, bem como a emergência de uma subclasse mal-remunerada e totalmente sem poder [...]. Isso, contudo, traz sérios problemas quanto à sustentação da demanda efetiva e levanta o espectro de uma crise de subconsumo – o tipo de manifestação de crise que o fordismo-keynesianismo mais quis evitar (HARVEY, 2006, p.179-181).

Em tal medida, mesmo diante das aparentes transformações na passagem do sistema *fordista-keynesiano* para a acumulação flexível o autor defende que, de forma geral, se verificam mais sinais de continuidade do que de rupturas entre os dois modelos, configurando-se em um processo de transição do *fordismo* para a acumulação flexível:

[...] podemos dissolver as categorias do modernismo e do pós-modernismo num complexo de oposições que exprime as contradições culturais do capitalismo. Assim, vemos as categorias do modernismo e do pós-modernismo como reificações estáticas impostas à interpenetração fluida de oposições dinâmicas. [...] Nesse caso, a rígida distinção categórica entre modernismo e pós-modernismo desaparece, sendo substituída por uma análise do fluxo de relações interiores no capitalismo como um todo (HARVEY, 2006, p. 305).

Contudo, como aponta Harvey (2006), as contradições entre modernismo e pós-modernismo e os modelos *fordista-keynesiano* e de acumulação flexível não representam a construção de uma sociedade pós-capitalista. Ainda que, por sua vez, atuem como fio condutor de distinções aparentes, na essência representa um processo de continuidade e transição do mesmo sistema, ou seja, do capitalismo. Nesse contexto, o controle do trabalho se torna fundamental para a garantia da acumulação capitalista, sendo influenciado pelas múltiplas fases da “acumulação flexível de capital”. No entanto, o desenvolvimento dos diferentes modelos produtivos não possibilita a construção de outro sistema social, atuando como mecanismo de renovação e crescimento do lucro capitalista.

Nessa perspectiva, Ricardo Antunes (2002a) em sua obra *Adeus ao trabalho?* analisa o *fordismo*, o *toyotismo* e o processo de acumulação flexível, tecendo sua crítica às mudanças no mundo do trabalho. Segundo o autor, com o avanço da divisão do trabalho o trabalhador não transforma mais somente objetos materiais, mas supervisiona o processo produtivo em máquinas computadorizadas programando e concertando robôs caso necessário. Se a crise é do trabalho abstrato não haveria novidade nenhuma, pois ela se traduz na redução do trabalho vivo e na ampliação do trabalho morto, apontado por Marx como uma tendência do capitalismo.

A redução no número de trabalhadores e o aumento da carga horária de trabalho geram forte impacto social. Neste sentido, o *toyotismo* é a experiência com maiores chances de se propagar, tornando-se um risco real para a classe trabalhadora, especialmente os europeus, ameaçando os avanços do *Welfare-State*, pois “o modelo japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente social-democrática” (ANTUNES, 2002a, p. 39-40).

Criado na tentativa de superar o sistema fordista, o *toyotismo* se adapta rapidamente à nova economia global e ao sistema produtivo flexível. Suas principais características estão baseadas no

sistema de fornecimento *kan-ban* (ou *just in time*), no qual os estoques são eliminados ou reduzidos substancialmente mediante entregas pelos fornecedores nos locais de produção [...]; “controle de qualidade total” dos produtos ao longo do processo produtivo, visando um nível tendente a zero de defeitos e melhor utilização dos recursos; envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo por meio de trabalho em equipe, iniciativa descentralizada, maior autonomia para a tomada de decisão no chão de fábrica, recompensa pelo desempenho das equipes e hierarquia administrativa horizontal, com poucos símbolos de *status* na [...] empresa (CASTELLS, 2006a, p. 214-215).

Esse modelo possui como característica central a desintegração vertical da produção que passa a ser organizada por uma rede de empresas, substituindo a integração vertical de departamentos na mesma empresa. Porém, o bom resultado do *toyotismo* depende de um processo de produção contínuo, sem rupturas no processo de trabalho, em que também se torna indispensável o controle total sobre os trabalhadores, além da conquista de fornecedores confiáveis e uma previsão adequada de mercado (CASTELLS, 2006a). Ou seja, para funcionar de forma satisfatória, depende de um sistema integrado entre o processo de produção, trabalho e distribuição eficientes, que não permite a possibilidade de erros em qualquer um dos níveis, elevando com isso a pressão e a exploração sobre os trabalhadores<sup>15</sup>.

Desse modo, a partir de fenômenos tais como o *toyotismo*, o universo do trabalho atravessa um processo de ampliação na heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe-que-vive-do-trabalho<sup>16</sup>. Crítico da tese que prega o fim do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, na obra *Os sentidos do Trabalho*, Antunes (2002b) constata que a crise estrutural do sistema capitalista tem provocado profundas “mutações” no âmbito do trabalho, aumentando o desemprego estrutural, que amplia o contingente de trabalhadores em condições precarizadas em paralelo à valorização do capital.

O desenvolvimento do capitalismo promove, por sua vez, o alargamento da classe trabalhadora, englobando a totalidade dos indivíduos que vendem sua força de trabalho, ou seja, abarca a *totalidade dos trabalhadores assalariados*. Essa noção de classe trabalhadora ampliada incorpora a totalidade do *trabalho coletivo assalariado*, produtivo e improdutivo, incluindo:

<sup>15</sup> Por não ser nosso objeto de estudo não realizaremos uma análise profunda sobre o funcionamento do *toyotismo*.

<sup>16</sup> Conforme Antunes (2002b), o uso dessa expressão procura dar atualidade e abarcar a amplitude do ser social que trabalha, ou seja, que pertence à classe trabalhadora no sistema capitalista hoje.

[...] todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital (ANTUNES, 2002b, p. 103, grifo do autor).

Conforme Antunes (2002b), nessa fase o capitalismo necessita, cada vez menos, do trabalho estável e tradicional (representado pelo operariado industrial) e, de maneira similar, aumenta a dependência pelo trabalho parcial e terceirizado, como o *part-time*, presentes na constituição do processo produtivo do capital. Tal processo ocasiona a redução do *trabalho vivo* e a ampliação do *trabalho morto*, pois, como não é possível eliminar todo o *trabalho vivo*, a alternativa encontrada pelo capitalismo é ampliar a produtividade, associada principalmente à tecnologia, procurando, com isso, reduzir o tempo da extração do sobretrabalho. Assim, o sistema de metabolismo social desenvolve um processo crescente de degradação e precarização das condições de trabalho, centrado no aumento do *trabalho morto*, em substituição ao *trabalho vivo*, fundamental para a ampliação do capital e apropriação da mais-valia.

Em consequência da criação de sistemas produtivos voltados para a ampliação do controle de trabalho e do lucro (*toyotismo* e acumulação flexível) observa-se uma heterogeneidade e fragmentação do trabalho, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento na complexidade da classe trabalhadora, mediante duas tendências distintas: por um lado, verifica-se uma freqüente redução do proletariado industrial, estável e especializado; enquanto de outro lado há um aumento do *novo proletariado fabril e do setor de serviços*, com trabalhos precarizados, terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre outros (ANTUNES, 2002b, grifo nosso).

[...] se pode observar um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, especialmente (mas não só) nos países de capitalismo avançado. Por outro lado, ocorreu um processo intensificado de subproletarização, presente na expansão do trabalho parcial, precário, temporário, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado (ANTUNES, 2002b, p. 211).

Portanto, com as transformações no trabalho, principalmente nos países de capitalismo avançado, que também refletem-se no “Terceiro Mundo”, verifica-se um fenômeno de *desproletarização* do trabalho industrial e, paralelamente, uma crescente *subproletarização*, reforçando a desigualdade de renda entre os trabalhadores e mantendo o antagonismo de classes. Essa diminuição do operariado industrial tradicional, em decorrência do crescimento do trabalho terceirizado e parcial se traduz no encolhimento do operariado industrial e no

crescimento da classe-que-vive-do-trabalho. Na mesma medida em que se verifica um crescimento da intelectualização do trabalho manual, também se observa uma tendência à desqualificação e precarização de alguns setores do trabalho intelectual.

Ainda que se evidencie um processo de fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, Antunes (2002b) assevera que tais fatores não eliminam a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. Para ele, ocorrem mudanças do atual sistema capitalista em relação à ampliação da tecnologia a fim de acelerar a extração da mais-valia, que mantém a necessidade da classe trabalhadora para a reprodução social. Desse modo, não é possível cogitar a eliminação da classe-que-vive-do-trabalho. Sabemos, contudo, que essa tendência à eliminação da centralidade do trabalho se apresenta controversa, pois o trabalho é o que torna o ser humano distinto do ser animal, obrigando-o a conviver em sociedade, portanto, a apropriação deste trabalho pela classe dominante é o pilar de sustentação da atual sociedade capitalista, pois é dela que os proprietários dos meios de produção extraem a mais-valia e garantem o lucro. Isto posto, a partir da discussão dos autores, as possibilidades de emancipação humana com base nas revoltas e contestações em torno do trabalho seguem tendo um potencial importante na pressão da classe trabalhadora sobre o capital, fundamentalmente na luta de classes, para demonstrar as contradições capitalistas e melhorar as condições de trabalho e vida.

## **1.2 - A REVOLUÇÃO INFORMACIONAL E A REDE VIRTUAL**

Frente ao aumento das contradições capitalistas, que promovem a flexibilização e precarização das condições de trabalho, um dos principais avanços tecnológicos na área da comunicação e informação nos últimos tempos tem sido a criação da rede mundial de computadores, a *internet*. A partir disso, passamos a discutir alguns aspectos sobre o desenvolvimento da revolução informacional, enfocando suas novas relações de trabalho, o surgimento da *internet* e o seu impacto na sociedade capitalista; procurando, de tal modo, compreender como, a partir de um maior acesso da população em geral, as tecnologias e técnicas para a troca de informações contribuem para a expressão de grupos sociais anteriormente marginalizados, que não dispunham de espaços para a divulgação de suas demandas nos grandes meios de comunicações (TVs, rádios, jornais, revistas, etc.).

### 1.2.1 - A revolução informacional e as novas relações de trabalho

A *internet* surge a partir do desenvolvimento das Novas Tecnologias da Informação. O tema é abordado por Jean Lojkine (1995) em *A revolução informacional*, no qual apresenta o advento de uma importante revolução na área da informática e da comunicação. A revolução informacional resulta de uma transformação tecnológica de conjunto, criada mediante o avanço do maquinismo e da automação, associado à revolução industrial capitalista desenvolvida na sociedade contemporânea. Nesse contexto, para o autor, a revolução tecnológica, que dá origem ao advento da revolução informacional, pode ser considerada como a segunda revolução industrial. Porém, o processo informacional, de forma geral não possui a capacidade de substituir o elemento material das relações de trabalho. Assim, mesmo diante do avanço das funções intelectuais e especializadas a tecnologia da informação não elimina a existência das forças produtivas no mundo, conforme debate apresentado anteriormente, em que Marx demonstra o funcionamento do trabalho vivo e do trabalho morto.

Diante do processo revolucionário no qual se encontra inserido, Lojkine (1995) alerta que o computador não pode ser considerado puramente uma “tecnologia intelectual” ou um simples elemento de “representação”, mas um instrumento de transformação do mundo material e humano. Sendo assim, ele se torna fundamental na ampliação da produtividade do trabalho, em todos os setores.

Para o capital, realmente, o desenvolvimento do maquinismo é somente uma maneira particular de produzir mais-valia relativa. [...] Substituindo a mão do trabalhador que maneja o instrumento, a máquina-ferramenta permite ao seu proprietário capitalista diminuir o volume de trabalho total exigido e consumido por uma mesma produção material. O critério determinante desta medida capitalista da produtividade do trabalho (e do progresso técnico) é, pois, a taxa de substituição do trabalho pelo capital, do trabalho vivo pelo trabalho morto (LOJKINE, 1995, p. 86-87).

De acordo com o pensamento marxista, a força produtiva se constitui na transformação da natureza pelo homem. No entanto, a mesma contrapõe-se à concepção neutra e passiva da “tecnologia” como simples extensão de uma relação social; “força” que se refere a uma ação “produtiva”, ação de transformação da natureza material. Assim, as forças produtivas passam a ser constantemente mais influenciadas pela tecnologia e as funções intelectuais ampliam-se (LOJKINE, 1995). No entanto, as transformações em curso a partir dos meios informáticos originam uma nova era na história da humanidade que possibilita o questionamento da divisão de classes:

A revolução informacional [...] constitui o anúncio e a potencialidade de uma civilização, pós-mercantil, emergente da ultrapassagem de uma divisão que opõe os homens desde que existem as sociedades de classe: divisão entre os que produzem e os que dirigem a sociedade [...] (LOJKINE, 1995, p. 11).

Nesse contexto, em *A Sociedade em Rede*, Castells (2006a) parte da revolução da tecnologia da informação<sup>17</sup> para analisar os aspectos econômicos e culturais da nova sociedade. O autor volta-se para a compreensão de uma nova estrutura social, responsável por um novo modo de desenvolvimento, o informalismo<sup>18</sup>, que surge no final do século XX, em consequência da reestruturação do modo capitalista de produção. No entanto, a sociedade contemporânea é uma sociedade globalizada, que privilegia a utilização de informação e conhecimento, tendo sua base material modificada por uma revolução tecnológica informacional, que ocasiona mudanças profundas nas relações sociais, nos sistemas políticos e de valores.

[...] A revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implantação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980. No processo, o desenvolvimento e as manifestações dessa revolução tecnológica foram moldados pelas lógicas e interesses do capitalismo avançado, sem se limitarem às expressões desses interesses (CASTELLS, 2006a, p. 50).

Ainda que essa nova sociedade se caracterize como informacional ela segue sendo capitalista. O que ocorre é um processo de reestruturação e oxigenação do capital, a partir das crises. O princípio do capitalismo é a busca pela maximização dos lucros, no entanto, a ampliação do excedente do capital depende do controle privado dos meios de produção e circulação. Desse modo, enquanto no capitalismo industrial “as relações sociais de produção e, portanto, o modo de produção determina a apropriação e os usos do excedente”, no capitalismo informacional “a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos” (CASTELLS, 2006a, p. 53).

O conhecimento e a informação são fundamentais em todos os modelos de desenvolvimento, pois o processo produtivo depende de algum grau de conhecimento para processar as informações: Porém, no sistema informacional o foco central se torna a ação do

<sup>17</sup> Partimos da concepção de Castells (2006a), que qualifica a tecnologia como a utilização de conhecimentos científicos para determinar as formas de reproduzir as coisas. Na categoria das tecnologias da informação ele inclui “o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (*software* e *hardware*), telecomunicações/rádiodifusão, e optoeletrônica”. (p. 67, grifo do autor); além da engenharia genética.

<sup>18</sup> O termo indica uma forma específica de organização social na qual a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se a principal fonte de produtividade e poder em consequência dos novos desenvolvimentos tecnológicos criados nesse período histórico (CASTELLS, 2006a).

conhecimento sobre o próprio conhecimento, enquanto fonte principal de produtividade, criando um novo paradigma tecnológico, com base na tecnologia da informação. Em tal medida, a função da produção tecnológica do informalismo é caracterizada pela constante busca por conhecimentos e informação, tendo uma ligação maior com a cultura e as forças produtivas, o que origina novos processos de interação, controle e transformação social.

Porém, o desenvolvimento do paradigma da tecnologia da informação surge a partir dos anos de 1980, em consequência do processo de reestruturação capitalista, com base na desregulamentação da economia, privatizações, precarização das condições de trabalho, corte de gastos sociais, dentre outros. Desse modo, “a inovação tecnológica e a transformação organizacional com enfoque na flexibilidade e na adaptabilidade foram absolutamente cruciais para garantir a velocidade e a eficiência da reestruturação” (CASTELLS, 2006a, p. 55). O novo paradigma informacional representa, contudo, uma teia complexa que contempla a interação histórica entre a transformação tecnológica, política industrial e de ação social, que se desenvolvem permeadas por conflitos. Assim, Castells (2006a) chama atenção para o fato de que não é possível apresentar um padrão único da sociedade informacional capitalista, já que a análise das relações de trabalho e da reestruturação capitalista nessas sociedades deve considerar o processo histórico político e cultural de cada país.

Nesse contexto, consideramos de fundamental importância analisar os principais impactos da revolução informacional nas novas relações de trabalho e configurações de classe, procurando, de tal modo, compreender como a classe trabalhadora se articula nesse novo paradigma informacional, na busca pela melhoria das condições de trabalho e nas lutas para demonstrar as contradições e limites da sociedade capitalista.

Mesmo não sendo possível apresentar um padrão único em torno das relações de trabalho na sociedade informacional, observa-se que as novas tecnologias da informação modificam o processo de trabalho e o comportamento dos trabalhadores, eliminando e criando novos postos de trabalho e transformando os salários e as condições de trabalho. Essas transformações nos padrões de trabalho não ocorrem unicamente em consequência do progresso tecnológico, mas também são determinadas pelas relações sociais e administrativas, inerentes ao processo de reestruturação capitalista e das mudanças tecnológicas da revolução informacional. Sendo assim, de forma geral, “*não há relação estrutural sistemática entre a difusão das tecnologias da informação e a evolução dos níveis de emprego na economia como um todo*” (CASTELLS, 2006a, p. 328, grifo do autor).

Isto posto, a tecnologia da informação não pode ser considerada a única causa das mudanças no âmbito do trabalho, nem ser responsabilizada diretamente pelo desemprego,

mesmo que reduza o tempo de trabalho por unidade de produção. Ainda que a sociedade informacional modifique as formas de trabalho em quantidade, qualidade e na forma de execução, introduzindo um modo de trabalho e de trabalhador cada vez mais flexível, a difusão da tecnologia da informação, por si só não é responsável pela eliminação de empregos, porém promove modificações profundas na natureza do trabalho e na organização da produção, conforme sustenta o autor:

A reestruturação de empresas e organizações, possibilitada pela tecnologia da informação e estimulada pela concorrência global, está introduzindo uma transformação fundamental: *a individualização do trabalho no processo de trabalho*. [...] A nova organização social e econômica baseada nas tecnologias da informação visa à administração descentralizadora, trabalho individualizante e mercados personalizados e com isso segmenta o trabalho e fragmenta as sociedades (CASTELLS, 2006a, p. 330, grifo do autor).

Devido à concorrência global, criada pela sociedade informacional em consequência da reestruturação das relações capital-trabalho, a nova organização social e econômica promove um processo de flexibilização e individualização do trabalho e das relações sociais. A implantação da forma de organização empresarial em rede facilita a terceirização e a subcontratação de novas formas de trabalho que se adaptam melhor às novas condições do capital.

Contudo, Lojkin (1995) considera que as Novas Tecnologias da Informação criam condições para o questionamento da divisão social do trabalho, entre o grupo que detém o monopólio do pensamento (gerência, controle de produção, etc.) e os operários excluídos desse processo. Essa é apresentada como a questão central do debate que se torna um problema socialmente real na escola da humanidade, mesmo nos sistemas capitalistas mais desenvolvidos. Porém, como surge no capitalismo e é um produto desse sistema, a revolução informacional reproduz a divisão de funções entre os indivíduos, não só entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo de valor (mais-valia), mas também entre a indústria e os serviços. Além disso, se apresenta como potencial importante na circulação de informações entre os trabalhadores.

[...] o instrumento informático pode permitir, conectado a outras novas técnicas de telecomunicação, a criação, a circulação e a estocagem de uma imensa massa de informações outrora monopolizadas, e em parte esterilizadas, por uma pequena elite de trabalhadores intelectuais (LOJKINE, 1995, p. 15).

O sistema informacional possibilita, assim, a conexão com novas técnicas de telecomunicações, aperfeiçoando a circulação de informações antes monopolizadas por uma pequena elite de intelectuais e negadas à maioria da classe operária. Nesse sentido - na

concepção do autor, as revoluções tecnológicas anteriores foram importantes ao longo da história, por estabelecer uma divisão entre o trabalho manual e intelectual, o que fundamentou as sociedades de classes. Mas, o surgimento das NTI e a difusão do texto eletrônico não representam um simples prolongamento deste processo, pois rompem efetivamente com as sociedades anteriores, pré-mercantis e mercantis.

Desse modo, o capitalismo informacional está ligado a um processo de reestruturação do próprio capitalismo na busca pela ampliação e extração da mais-valia e, portanto, do lucro. A revolução informacional também gera grandes mudanças e evidencia a problemática do “controle social de enormes massas de informação, liberadas pela conjunção da informática e das telecomunicações.” Isto é, não se trata apenas “de uma revolução ‘*informática*’, mas de uma revolução da *informação*” (LOJKINE, 1995, p. 109, grifo do autor). As mudanças não se limitam somente à implantação de sistemas computadorizados, mas modificam todo o processo de criação e estratégias da informação, nos aspectos políticos, econômicos, científicos, entre outros.

Lojkin defende ainda que a revolução informacional, juntamente com as modificações produzidas a partir da sua criação, evidencia a necessidade de uma nova relação no modo da organização produtiva e de gestão das empresas capitalistas. Ao mesmo tempo, nesse novo sistema não é possível separar a transformação da natureza material do desenvolvimento produtivo das funções informacionais, abstratas. Isto é, com o desenvolvimento da inteligência artificial e a ampliação da tecnologia da informação, o capitalismo necessita da manutenção da relação entre as forças produtivas e a revolução informacional; em que o trabalho morto gerado pelo uso da tecnologia depende de uma maior conexão e interação com o trabalho produtivo.

Assim, a máquina informacional não substitui o homem – ao contrário, reclama a sua presença e a interatividade, ampliando e liberando não só a sua memória, mas também a sua imaginação criadora. O sistema inteligente, exigindo preliminarmente a presença do sujeito no dispositivo, opõe-se ao sistema técnico que opera a expulsão do sujeito humano (LOJKINE, 1995, p. 137).

Desse modo, mesmo que diante do desenvolvimento da inteligência artificial, o sistema informacional não se torna totalmente autônomo em relação ao operário produtivo. De tal forma, a inteligência artificial não consegue substituir o homem, exigindo a presença do sujeito/trabalhador e adquirindo sentido somente ao interagir com o ser humano.

Nesse contexto, Lojkin (1995) considera um equívoco a hipótese da substituição do homem pela máquina e refuta a tese de alguns teóricos da sociedade pós-industrial, de que com a revolução informacional se observaria a *substituição* da produção industrial pela

informação, na qual a centralidade do trabalho da sociedade industrial seria substituída pela centralidade do saber da sociedade pós-industrial. Para ele, é notório e não há como negar o aumento dos tempos-mortos devido à automação e ao avanço tecnológico da sociedade contemporânea, mas nos processos de inovações bem sucedidos o que se observa é um aumento das conexões entre a pesquisa científica e o desenvolvimento produtivo e não uma ruptura entre o saber e o trabalho. Assim, não há como reduzir esse processo a uma simples substituição do material pelo imaterial, se efetivando assim a criação de uma nova interação entre as forças produtivas materiais e a informatização, que estabelecem uma maior interconexão entre produção e serviços (trabalho produtivo e improdutivo).

O processo informacional também não elimina por completo as relações hierárquicas presentes na organização das grandes empresas. Porém, percebe-se que, se por um lado reforça a centralização do capital pelos capitalistas, a depender da capacidade de organização dos trabalhadores, por outro lado, também pode servir de estímulo para uma revolução na organização do processo de trabalho, que conquiste no acesso dos trabalhadores às informações. Isso porque, mesmo diante do poder das grandes multinacionais, reforçado a partir das Novas Tecnologias da Informação, essas empresas não podem impedir, em longo prazo, “que, pela primeira vez numa sociedade de classes, surja à perspectiva histórica de superar a divisão entre os que produzem e os que pensam a produção, entre os produtivos e os improdutivos” (LOJKINE, 1995, p. 229-230).

Desse modo, o autor considera que as “*potencialidades tecnológicas*” da revolução informacional não podem ser consideradas uma utopia, já que seus impactos verificam-se nos diferentes aspectos dos sistemas sociais atuais. Porém, da mesma forma que a criação da máquina na revolução industrial, esse novo avanço tecnológico também é utilizado pelo sistema capitalista como mecanismo para a diminuição da mão de obra e redução de custos. Assim, a revolução informacional ainda que apresente um potencial transformador importante, também é utilizada pelo capital para a ampliação da mais-valia.

Por outro lado, a revolução informacional, produto do próprio desenvolvimento industrial do capital, pode produzir instrumentos que contribuam para o questionamento da civilização industrial capitalista. Porém, essas transformações não se limitam a sua dimensão tecnológica, elas se expandem pelos diversos aspectos da informação, que confere sentido a vida em sociedade. Pois “[...] tal revolução não é apenas tecnológica, mas, igualmente, cultural, ética, tanto mais quanto seu eixo central é a produção, a circulação e a distribuição de informações entre todos os homens [...]” (LOJKINE, 1995, p. 301-302).

De forma similar, Castells (2006a) também defende que o desenvolvimento da tecnologia é importante para as mudanças das relações sociais, à medida que os usuários adquirem as condições (sociais, políticas e, principalmente, econômicas) de apropriarem-se da mesma e a redefinem, para atender as necessidades da classe trabalhadora. Elevando com isso criadores e usuários a patamares próximos da produção e do acesso de conteúdo e permitindo a interação com a tecnologia, como, por exemplo, no caso da *internet*.

O efeito da revolução informacional no avanço da divisão do trabalho perpassa também a imprensa, em especial os jornais diários. A informatização da imprensa, aliada aos grandes investimentos, torna a informação um produto industrial, sufocando com isso os meios de comunicação alternativos, marginais ou independentes que raramente sobrevivem. Uma das conseqüências desse processo de modernização da comunicação – segundo Lojkine (1995) – é que a informação, que deveria ser um serviço público e representar os interesses da maioria da sociedade, torna-se um produto mercantil, com clientes específicos, reforçando os conflitos de classes e omitindo os problemas sociais.

Portanto, o avanço da sociedade pós-industrial – na visão de Lojkine (1995) – não se efetiva, como previsto por alguns autores, com a substituição da classe operária por uma nova classe, dos trabalhadores da informação, ao passo que também não se verifica a absorção de novas camadas assalariadas de serviços em uma classe operária ampliada:

O que se constata, especialmente, são processos complexos, contraditórios, de aproximação, mas também de diferenciação, entre assalariados da produção e assalariados dos serviços, cujas formas originais de “proletarização” nos anos 80 [...] colocam em questão as antigas clivagens categoriais entre dirigentes e operários [...] e mais profundamente, entre produtivos e improdutivos (LOJKINE, 1995, p. 243).

Contudo, o que se observa é um aumento nas conexões entre os trabalhadores dos setores produtivos e de serviços. Porém, esse é um processo contraditório que às vezes amplia a integração, ao mesmo tempo em que se verificam novas diferenças entre os dois setores, dando origem a uma crise de identidade em algumas categorias de profissionais que se encontram na fronteira móvel e instável das mudanças desse avanço tecnológico.

Em tal medida, Lojkine (2007), considera que a revolução informacional capitalista provoca uma reordenação de classes sociais em três grandes pólos de informação, que se dividem entre:

O grupo que monopoliza as informações estratégicas (capitalistas proprietários dos principais meios de produção e de troca [...]), o grupo que organiza e elabora a gestão das grandes empresas (quadros intermediários que perderam o monopólio da organização do trabalho [...]) e, por fim, os executivos que criam, coletam, trocam as

informações “operacionais” (operários e *employés*<sup>19</sup> [...]) (LOJKINE, 2007, p. 41-42).

Nesse contexto, dada uma reordenação das classes sociais, com base em novos grupos de trabalho, o autor considera que a tendência das sociedades capitalistas desenvolvidas é apresentar um processo de bipolarização das relações de classe: enquanto no caso dos quadros intermediários, responsáveis pela organização da produção e nas profissões intelectuais, encarregadas do processo formativo e organizativo da sociedade, cresce a desqualificação e a precarização das condições de trabalho; de forma inversa, verifica-se um aumento dos lucros para as elites que possuem o domínio do poder econômico, político e ideológico. Assim, do mesmo modo que o processo de pauperização avança entre os grupos intermediários e os operários, as frações superiores seguem crescendo e ampliando seu poder.

Seguindo na mesma perspectiva de Antunes, Castells (2006a) assevera que no âmbito dessas novas relações sociais de produção, os trabalhadores não desaparecem enquanto classe. Pelo contrário, o que se observa é a criação de mais empregos e um maior número de pessoas com idade para o trabalho. O que nas sociedades industrializadas se deve, principalmente, ao crescimento das mulheres no mercado de trabalho. Diante disso, o autor refuta a visão de que o desenvolvimento tecnológico determine um avanço do desemprego, a demissão de trabalhadores ou, ainda, o fim de postos de trabalho.

De forma geral, as principais mudanças nesse processo estariam nas transformações das relações sociais entre o capital e o trabalho, em que o capital adquire poder global, enquanto o trabalho segue sendo local. Assim:

o informalismo, em sua realidade histórica, leva à concentração e globalização do capital exatamente pelo emprego do poder descentralizador da rede. A mão-de-obra está desagregada de seu desempenho, fragmentada em sua organização, diversificada em sua existência, dividida em sua ação coletiva (CASTELLS, 2006a, p. 570-571).

As relações sociais se inserem em uma dicotomia entre capital e trabalho, pois enquanto o capital é cada vez mais afetado pela instantaneidade das redes eletrônicas, o trabalho segue o tempo cronológico da vida cotidiana material. De forma mais profunda, nessa nova realidade social, as relações de produção passam a se desconectar da sua real existência, enquanto os trabalhadores perdem sua identidade coletiva, abrindo espaço para um processo de trabalho mais individualizado.

---

<sup>19</sup> Em francês: *employés* significa os trabalhadores assalariados que não se enquadram na categoria de quadros e operários, como os empregados do comércio e funcionários de escritórios (LOJKINE, 2007).

Porém, a mudança nesse processo de individualização e precarização das condições de trabalho, inerente ao sistema informacional e que atinge principalmente a classe trabalhadora, depende da organização dos trabalhadores (sindicatos, partidos políticos, associações, etc), em criar novas relações, entre os diferentes grupos da heterogênea e complexa classe trabalhadora atual.

Em consonância com a discussão de Lojkine (1995), em *A sociedade informática* Adam Schaff (1995) parte de uma perspectiva otimista para discutir qual o futuro que nos aguarda a partir da sociedade da informação e defende que a sociedade contemporânea encontra-se em uma avançada revolução da microeletrônica com inúmeras possibilidades de desenvolvimento, que geram impactos na produção e modificam as relações sociais. Para ele, ao substituir o trabalho manual por autômatos, a revolução informática amplia as capacidades intelectuais do ser humano, gerando um considerável enriquecimento da sociedade e uma tendência à eliminação total do trabalho humano, em produção e serviços. Em geral, a revolução da informação gera um avanço significativo do conhecimento humano e proporciona – conforme o autor – “melhorias na qualidade de vida” da população.

Essa revolução é composta por três aspectos: a revolução microeletrônica, associada à revolução técnico-industrial; a revolução microbiológica, que resulta da engenharia genética e a revolução energética, que busca a criação de novas fontes de energia. Desse modo, o avanço tecnológico e o conseqüente aumento da riqueza, provocam um aumento do desemprego estrutural.

[...] a automação e a robotização (no pressuposto de um aumento de energia utilizada pela produção em consequência das descobertas de novas fontes energéticas) provocarão um grande incremento da produtividade e da riqueza social; por outro lado os mesmos processos reduzirão, às vezes de forma espetacular, a demanda de trabalho humana (SCHAFF, 1995, p. 27).

Para enfrentar o crescimento do desemprego estrutural e suprir a insuficiência do trabalho em seu caráter tradicional, Schaff (1995) aponta como saída à redução das horas de trabalho e a criação de outras ocupações não remuneradas, a fim de garantir a preservação do sentido de vida e motivação humana às populações. Porém, a manutenção do exército de desempregados deve ser assumida pelo Estado, pois à medida que a sociedade aumenta sua produção de riqueza, também deve criar alternativas para amenizar o impacto desse processo.

Nesse cenário, o futuro da nova sociedade não pode ser determinado pela tecnologia, mas pelos processos histórico-sociais, políticos, econômico, cultural, etc., de cada sociedade. Porém, em detrimento das mudanças culturais da sociedade informatizada e o surgimento de novas práticas democráticas, principalmente da democracia direta em governos locais, Schaff

(1995) chama atenção para o fato de que esse processo não se traduz automaticamente em uma forma mais elaborada de democracia. O aperfeiçoamento da democracia depende, fundamentalmente, da organização e atuação política dos partidos populares e organizações dos trabalhadores, caso contrário, o desenvolvimento informacional pode levar ao aprofundamento da divisão social, nesse caso, entre os que têm acesso à informação e os que não têm. “Quanto maior é a expansão do processo, maior é o perigo de uma divisão entre os que possuem e os que não possuem as informações adequadas” (SCHAFF, 1995, p. 27).

Para o autor, em contraposição à propriedade dos meios de produção, a informação se torna o novo diferencial de discriminação, com o risco de promover uma ressignificação da divisão de classes, similar, porém diferente da atual (classe capitalista e classe trabalhadora), já que neste contexto as relações antagônicas se estabelecem entre os grupos que detêm e os que não têm acesso às informações. No entanto, para Lojkine (1995), a luta de classes segue sendo um referencial importante na análise da sociedade informacional.

Em oposição à tese de Antunes, que refuta a possibilidade do fim da centralidade do trabalho e da classe trabalhadora e de Castells (2006a) que também não considera possível o desaparecimento da classe trabalhadora, Schaff (1995) defende que o avanço da robotização, provocado pela revolução microeletrônica, culminaria na eliminação do trabalho (na sua forma tradicional), eliminando progressivamente também o trabalhador humano e a classe trabalhadora. Visão que se opõe, de tal forma à realidade de mundo do trabalho capitalista, presente na atualidade (voltado à venda da força de trabalho para a sobrevivência da classe trabalhadora).

Porém, mesmo diante de uma série de desafios e contradições, explicitadas na análise anterior - principalmente por Lojkine (1995) -, a partir das contradições inerentes ao sistema capitalista, a revolução informacional poderia melhorar a circulação de informações antes restritas a um pequeno grupo privilegiado, dos setores dominantes que historicamente controlam os meios de comunicação de massa no Brasil (rádios, TVs, jornais, revistas, etc.) apresentando, porém, de modo parcial, uma possibilidade de apropriação de um certo conhecimento e uso das ferramentas do ciberespaço<sup>20</sup> (linguagem *web*, *hardware*, *softwares*, etc.) pelos trabalhadores e setores dos movimentos populares organizados como o MST. Esse processo de apropriação do conhecimento digital/virtual poderia ser socializado com um possível fim contrainformativo. Especialmente no processo de produção, em que aos poucos se estabelece uma relação direta entre “prestadores de serviços” (os meios de comunicação de

---

<sup>20</sup> Área virtual de troca de informações que integra em rede computadores do mundo todo, operado pelos usuários.

massa) e os usuários das novas tecnologias de comunicação (trabalhadores e integrantes dos movimentos populares, que organizam processos de comunicação populares, voltados ao uso do ciberespaço). Porém, tais possibilidades de socialização da rede virtual e dos instrumentos informáticos não excluem o controle dessas novas tecnologias pela indústria capitalista, ou seja, os oligopólios da comunicação e informação que produzem a tecnologia informacional também controlam a comercialização dos insumos, equipamentos e os programas da *internet*.

A partir da análise apresentada por Lojkin e os demais autores, percebe-se que a revolução informacional apresenta um potencial importante na luta pelo rompimento das hierarquias milenares da divisão social do trabalho e da divisão de classes. Mas, o avanço e a transposição dos limites das “Novas Tecnologias da Informação” dependem da conscientização de assalariados, cidadãos, além de organizações sociais e políticas, de que as decisões estratégicas na sociedade devem ser definidas pela maioria social, especialmente pelos trabalhadores, e não apenas por uma minoria dominante. Ou seja, a organização da classe trabalhadora na luta de classes segue desempenhando um papel fundamental, para desvelar as contradições do sistema capitalista e buscar melhorias nas relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores e da maioria social.

### **1.2.2 - O papel da rede virtual na expressão dos movimentos sociais**

Inúmeros dados empíricos têm demonstrado que, historicamente na análise das sociedades não é prudente desprezar a influência dos meios de comunicação sobre a cultura dos povos. A partir da produção de mensagens explícitas e subliminares a mídia tenta modificar e impor determinados comportamentos aos indivíduos, atuando como um sistema de “*feedbacks* entre espelhos deformadores” [...] representando assim a “expressão de nossa cultura, e nossa cultura funciona principalmente por intermédio dos materiais propiciados pela mídia” (CASTELLS, 2006a, p. 422).

No entanto, da mesma forma que a mídia expressa a cultura de uma determinada sociedade, essa mesma cultura se propaga e se realiza através dos meios de comunicação. Para melhor compreender esse cenário comunicacional em relação à sociedade capitalista, recorreremos primeiramente a Thompson (2001). Ele demonstra em seus estudos que em qualquer tentativa de análise das sociedades capitalistas contemporâneas é necessário considerar o impacto dos meios de comunicação de massa (jornal, revista, rádio, televisão, *internet*), em especial no processo de transformação dessas sociedades. Tais instrumentos se tornaram formas importantes de sociabilidade influenciando direta e indiretamente a

população, no que diz respeito à sua visão de mundo ou ideologia, cultura, padrões de consumo, valores morais, culturais e políticos.

A expressão “comunicação de massa” surge como forma de designar os instrumentos tecnológicos capazes de transmitir uma grande quantidade de informações similares para um grande contingente de pessoas de forma simultânea, ou seja, ao mesmo tempo. De acordo com Marilena Chauí, no começo esses meios só retransmitiam o rádio e o cinema a fim de atingir públicos diversos, para além da imprensa – pois possuíam uma linguagem pouco acessível à população em geral e precisavam de pessoas alfabetizadas para ser entendidos. Porém, “pouco a pouco, essa ferramenta se estendeu para a imprensa, a publicidade ou propaganda, a fotografia e a televisão. Esses objetos tecnológicos [tornam-se] os meios por intermédio dos quais a informação é transmitida ou comunicada” (CHAUI, 2006, p. 35).

Assim, o surgimento e a ampliação do potencial dos meios de comunicação de massa reconfigura as relações em sociedade, transformando “[...] a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento do local comum” (THOMPSON, 2001, p. 14).

Diante do poder simbólico da mídia, desempenhado historicamente sobre as culturas, os sistemas políticos, econômicos e ideológicos, que atuam diretamente no inconsciente coletivo da sociedade. Além do alargamento espacial e dos novos mecanismos de interação criados pela revolução informacional, nossa análise parte do princípio de que os meios comunicação de massa influenciam e também são influenciados pela organização social de cada processo histórico. Sendo que, de forma geral, na sociedade informacional capitalista, se inserem na lógica de produção e comercialização de conteúdo, visando à padronização das culturas e à obtenção do lucro. Assim, ao analisar o surgimento do mais novo meio de comunicação criado pela sociedade informacional, a rede virtual, é preciso levar em conta o poder simbólico dos meios de comunicação de massa presentes na sociedade.

Nesse contexto, passamos para a discussão dos principais elementos do surgimento da *internet* e impacto dessa nova tecnologia na sociedade, especialmente no caso de segmentos sociais da classe trabalhadora, como alguns movimentos sociais, que anteriormente sofreriam um processo de exclusão e invisibilidade por parte das grandes empresas de comunicação. Todavia, mesmo sendo um produto da globalização do capitalismo, qual o potencial da *internet* na expressão e divulgação das reivindicações de segmentos sociais dos trabalhadores, como é o caso, por exemplo, de movimentos sociais de luta pela terra, como o MST?

Para responder a essa questão, precisamos antes compreender o surgimento da *internet* e de como a sociedade informacional e/ou da Era da Informação, a partir da revolução

tecnológica, cria uma “cultura” virtual da realidade, que, em geral, não modifica a estrutura social capitalista. Assim, o avanço tecnológico no mundo do trabalho cria outros meios de comunicação como a rede mundial de computadores – *Internet*. Castells (2006a) aponta que a *internet* representa a espinha dorsal da Comunicação Mediada por Computadores (CMC): a rede que liga a maior parte das redes. O que equivale ao núcleo central da comunicação virtual na atualidade.

A *internet* foi idealizada nos EUA, nos anos 1960, como ferramenta de comunicação militar alternativa no âmbito da guerra, na tentativa de impedir a danificação do sistema norte-americano de comunicação pelos soviéticos, no caso de uma suposta guerra nuclear. Nesse contexto, para Lojkin (1995), o sistema informacional é criado, primeiramente, para atender a uma demanda do pentágono e de universidades dos Estados Unidos, na época da Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria, voltados para uma lógica militar de centralização de informações, proteção e ataque aos países considerados inimigos.

Entretanto, a *internet* se desenvolve nas três últimas décadas do século XX, a partir de uma fusão entre a estratégia militar e de cooperação científica norte-americana, baseada na iniciativa tecnológica e inovação da contracultura. Como aponta Castells (2006a), essa tecnologia foi desenvolvida pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA) do Departamento de Defesa dos EUA, após o lançamento pela União Soviética ao espaço do primeiro Sputnik<sup>21</sup>, em fins da década de 1950. Em seguida, a ARPA empreendeu inúmeras iniciativas ousadas na área da tecnologia até a chegada da Era da Informação em grande escala. A principal estratégia foi a criação de um sistema de comunicação que não poderia ser atingido por ataques nucleares. Assim, é formada na década de 1980 a rede das redes, primeiramente chamada de ARPA-INTERNET e depois designada somente de INTERNET. Mais tarde, quando a tecnologia digital possibilitou o envio de informações, imagens e som, originou-se uma rede que conseguia se comunicar com seus nós sem um aparente centro de controle.

O resultado foi uma arquitetura de rede que, como queriam seus inventores, não pode ser controlada a partir de nenhum centro e é composta por milhares de redes de computadores autônomos com inúmeras conexões, contornando barreiras eletrônicas. [...] Essa rede foi apropriada por indivíduos e grupos no mundo inteiro e com todos os tipos de objetivos, bem diferentes das preocupações de uma extinta guerra fria (CASTELLS, 2006a, p. 44).

Dessa maneira, conforme Castells (2006a), a *internet* teria se convertido em uma rede virtual com abrangência global - capacidade de envio de dados, imagens e sons – não sendo

---

<sup>21</sup> Foi o primeiro satélite artificial da terra, enviado ao espaço pela União Soviética em 4 de outubro de 1957.

possível estabelecer uma forma de controle ou centralização por nenhum centro específico, o que ultrapassaria, por sua vez, as barreiras anteriores de controle da informação e possibilitaria uma diversidade de conexões em nível planetário. A partir disso, Monteiro (2001) também defende que a *internet* se consolidaria em um novo meio de comunicação, com capacidade para integrar internautas em todo o mundo, possibilitando novos espaços de interação e expressão para vários grupos sociais, antes “marginalizados” e/ou impossibilitados de se comunicar com grande parte da sociedade. Estes, geralmente, não dispunham de espaços de expressão e visibilidade nos meios de comunicação de massa.

Contudo, percebe-se que Castells procura demonstrar que num período de avanço da globalização do capital, o desenvolvimento dessa tecnologia supostamente representaria uma “fuga do controle” das informações. Porém, é importante ressaltar que os acontecimentos da atualidade têm demonstrado a ineficácia dessa tese, pois mesmo sendo apropriado por alguns indivíduos e segmentos, como os movimentos populares, as denúncias de grupos como o *Wikileaks*<sup>22</sup> sobre a existência de um controle da *internet* pelos Estados Unidos e países aliados desvela que esse aparato tecnológico também pode ser usado para espionar outras nações, investigar e reprimir grupos contrários.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que com o surgimento da *internet* se observa um fenômeno de crescimento na “integração” entre os indivíduos, com acesso à rede virtual, de tal forma que o uso do ciberespaço apresentaria um possível potencial alternativo, especialmente aos monopólios da informação e comunicação, mesmo que de modo parcial, limitado e marginal. Porém, não dispomos de elementos suficientes para qualificar as características dessa ampliação de “integração” entre os indivíduos e os grupos sociais. Também não pretendemos negar a existência de um possível potencial alternativo da *internet*, destacado pelos autores, quanto à circulação e socialização de informação e o desenvolvimento de novos processos de comunicação, mas procuramos evitar a reprodução de concepções idealistas e românticas em relação a um suposto potencial “libertador” da rede virtual, isento de controles e contrações sociais nos quais se encontra inserida (capitalismo globalizado).

A seguir realizamos uma análise crítica sobre essa problemática. Para isso, nas próximas páginas passamos a discutir as características dessa nova “cultura” virtual, que tem gerado um acesso desequilibrado dos usuários à rede. Todavia, mesmo não dispondo de um centro de controle por parte do Estado ou de instituições públicas e/ou privadas, porém, por

---

<sup>22</sup> Organização que se dedica a divulgar na *internet* informações sigilosas, geralmente relacionadas à diplomacia dos países.

ser um instrumento tecnológico da revolução informacional capitalista, a rede virtual está inserida na estrutura social e de mercado, de tal modo que não rompe com as desigualdades sociais, políticas, culturais, etc, no acesso dos usuários a essa tecnologia. Prova disso é que atualmente, os países mais desenvolvidos concentram a maior parte dos usuários com acesso a *internet*. “[...] por volta de 1998-2000, os países industrializados, com cerca de 15% da população do planeta, representavam 88% dos usuários da Internet” (CASTELLS, 2006a, p. 433). A situação não é diferente internamente nos países, em que também se verifica uma grande desigualdade social, racial, sexual, etária e espacial:

No mundo inteiro, 30% dos usuários da Internet tinha diploma universitário, e a proporção aumentava para 55% na Rússia, 67% no México e 90% na China. Na América Latina, 90% dos usuários da Internet provinham dos grupos de renda mais alta. Na China, só 7% dos usuários eram mulheres. [...] A média etária dos usuários da Internet nos EUA era 36 anos, e no RU [Reino Unido] e na China estava abaixo de 30. [...] Nos Estados Unidos, os lares com renda de US\$ 75.000 ou mais tinham 20 vezes mais probabilidade de ter acesso à Internet do que os dos níveis mais baixos de renda. [...] A probabilidade de acesso à Internet dos negros e dos hispânicos era de um terço das dos asiáticos, e dois quintos da dos brancos (CASTELLS, 2006a, p. 433-434).

Os principais fatores a serem considerados em relação ao acesso dos usuários à rede é a desigualdade espacial, característica do modelo de desenvolvimento industrial centrado no espaço urbano. Castells (2006a) cita o exemplo dos Estados Unidos, em que a análise de renda indicou que os moradores dos espaços urbanos tinham mais que o dobro de possibilidade de acesso à *internet* do que os moradores rurais. No entanto, a rede mundial de computadores ainda é um instrumento ausente na maioria das zonas rurais dos países desenvolvidos, quicá dos países em desenvolvimento.

No Brasil se observou um grande crescimento da população no acesso à *internet* a partir da década de 1990. Em 2005, entre a população a partir de 10 anos de idade, 21%<sup>23</sup> dos brasileiros tinham acesso à *internet* em algum local (domicílio, local de trabalho, escola, centro público de acesso gratuito ou pago, etc.). Já em 2011, as pesquisas demonstram que já são cerca de 74 milhões de brasileiros com acesso a *internet*<sup>24</sup>, atingindo 38% dos domicílios brasileiros, com quatro em cada dez domicílios tendo acesso à *internet*.

<sup>23</sup> Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios que investigou como tema suplementar, o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para uso pessoal, referente a 2005. Numa parceria entre o IBGE e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br). Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/internet.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

<sup>24</sup> Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2011. Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), 2012. Disponível em: <www.op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-e-empresas-2011.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

Porém, as desigualdades sociais voltadas aos aspectos geográficos e de renda ainda dificultam o acesso às tecnologias, como o computador e a *internet*, para uma parcela da população. De forma geral, o uso do computador ainda é muito superior na área urbana: ao passo que esta última concentra 51% dos computadores, na área rural o acesso ao equipamento equivale a apenas 16% da população. Esse cenário desigual se repete em relação à renda familiar, onde os maiores números de domicílios com acesso se concentram nas faixas de maiores rendas salariais:

Entre os domicílios cuja renda familiar é de até um salário mínimo, o acesso à Internet é de 6%, enquanto chega a 91% entre as famílias que somam ganhos superiores a cinco salários. Já nos domicílios classificados como DE, a penetração do acesso à Internet é de 5%, em contraste aos 96% observados na classe A (CGI.BR, 2012)<sup>25</sup>.

Por outro lado, Castells (2006a) considera que o desenvolvimento desse novo sistema eletrônico de comunicação, com alcance global, apresenta a possibilidade de integração de “todos” os meios de comunicação com certa interatividade, que provocará transformações profundas em nossa cultura. Com base nessas mudanças surge uma nova cultura – a *cultura da virtualidade real*, conforme sustenta o autor. No entanto, ao longo da história, a humanidade tem se desenvolvido a partir de sistemas simbólicos; contudo, o elemento novo que surge com o sistema de comunicação e informação da rede eletrônica não é a tentativa de indução à realidade virtual, mas a construção de uma realidade virtual própria:

É um sistema em que a própria realidade (ou seja, a experiência simbólica/material das pessoas) é inteiramente captada, totalmente imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo do faz-de-conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na experiência (CASTELLS, 2006a, p. 459).

Desse modo, encontra-se em curso a criação de um novo sistema de comunicação - a multimídia – que deve integrar a rede eletrônica nas diversas formas de comunicação e concentrar a diversidade das linguagens e meios no mesmo espaço, reunindo em seu domínio uma diversidade das expressões culturais. Seu funcionamento equivale ao fim da separação entre mídia audiovisual e impressa, cultura popular e cultura erudita, entretenimento e informação, educação e persuasão.

Essa integração de vários aspectos culturais, a partir da produção, distribuição e intercâmbio de sinais eletrônicos digitalizados, provoca mudanças significativas nos

<sup>25</sup> O CGI.br foi criado pelo governo federal, a partir da Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995, que por sua vez foi alterada pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, que trata da regulação e coordenação do funcionamento da *internet* no país. Disponível em: <www.cgi.br>. Acesso em: 15 jun. 2013.

processos sociais, como o enfraquecimento do poder simbólico de outros meios tradicionais e hábitos sociais construídos historicamente, tais como a religião, a moralidade, a autoridade, valores tradicionais, a ideologia política, etc. Por outro lado, ao se integrar no sistema há o perigo desses meios tradicionais potencializarem seu poder de influência, dada a materialização eletrônica desses hábitos.

Contudo, o novo sistema de comunicação produz um esvaziamento dos espaços materiais em seu aspecto cultural, histórico e geográfico, transformando o tempo e o espaço, ou seja, as dimensões fundamentais da vida. O tempo passa a ser retratado a partir da simultaneidade e intemporalidade, já que a comunicação mediada por computadores possibilita a divulgação de acontecimentos e diálogos em tempo real. Esse novo conceito de tempo adapta-se à lógica de acumulação flexível do capitalismo e à dinâmica da sociedade em rede, transplantando os sonhos individuais e às representações coletivas para um panorama mental atemporal (CASTELLS, 2006a).

Para o autor, a principal característica da sociedade informacional é a organização da estrutura social em redes. A sociedade em rede<sup>26</sup> transforma os processos produtivos e de experiência, poder e cultura, e perpassa todos os processos de dominação e transformação da nova sociedade, reorganizando as relações de poder na sociedade.

Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio (CASTELLS, 2006a, p. 459).

Ao mesmo tempo, o surgimento da sociedade em rede não significa o fim do sistema capitalista. Porém, ela apresenta aspectos distintos em relação aos modelos históricos anteriores, criando uma estrutura global, que funciona a partir de uma rede de fluxos financeiros, com a capacidade de influenciar as relações sociais em todo o planeta. Isto é, “[...] a acumulação de capital prossegue e sua realização de valor é cada vez mais gerada nos mercados financeiros globais estabelecidos pelas redes de informação no espaço intemporal de fluxos financeiros” (CASTELLS, 2006a, p. 567). Desse modo, a partir da rede eletrônica o capitalismo se torna um sistema global, com conexões em todo o mundo, voltadas para a busca de lucros em nível global, criando assim uma metarrede de fluxos financeiros. Nesse cenário, a tecnologia e a informação se tornam mecanismos fundamentais para a geração e

---

<sup>26</sup> Conforme Castells (2006a), Rede é um conjunto de nós interconectados.

ampliação do lucro (mais-valia) do capital, que exige uma relação cada vez mais qualificada entre a rede e o capital financeiro.

Diante disso, constata-se que “os processos de transformação social sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede ultrapassam a esfera de relações sociais e técnicas de produção: afetando a cultura e o poder de forma profunda” (CASTELLS, 2006a, p. 572). A cultura é descolada do contexto histórico e geográfico, e passa a ser mediada pelas redes eletrônicas a partir de uma diversidade de códigos e valores. Em certa medida, nesse novo sistema social há o risco de criação de novas formas dominantes de espaço e tempo, que desenvolvem uma metarrede.

Sendo assim, nos voltamos para a seguinte questão: será que a *internet* se torna importante na criação de novas comunidades reais e virtuais ou, pelo contrário, incentiva o isolamento social do indivíduo no mundo real/material? Nesse contexto, Castells (2006a) aponta que ainda não há como afirmar qual o grau de interação proporcionado pelas redes eletrônicas e as conseqüências culturais dessa nova forma de sociabilidade, mas acredita que os vínculos virtuais podem estabelecer novas relações sociais aos indivíduos com relações mais limitadas. É digno de nota que estes vínculos, estas relações virtuais, possibilitam uma comunicação mais desinibida nas redes, estimulando a participação de trabalhadores de *status* inferior nas empresas e uma maior expressão por parte de grupos sociais, como, por exemplo, as mulheres. A política também é cada vez mais permeada pela rede, além de novos movimentos transnacionais, em âmbito internacional que passam a fazer uso da *internet* para ampliar o poder de informar, organizar e mobilizar. Porém, é preciso ter claro que a rede virtual também pode ser usada para reforçar a coesão social e o poder das elites dominantes, através dos sistemas culturais, educacionais e econômicos.

No entanto, a *internet* se difunde em um ritmo acelerado pelo planeta, de tal modo que o acesso generalizado a essa tecnologia se torna a norma vigente nos países avançados no início do século XXI. Comparada ao surgimento de outros meios de comunicação (rádio, TV, cinema) na sociedade, a *internet* adquire um índice maior de penetração entre as populações. Enquanto nos EUA o rádio demorou trinta anos para atingir sessenta milhões de pessoas e a TV chegou a essa difusão em 15 anos, a *internet* ultrapassou esse número após três anos de criação (CASTELLS, 2006a).

Nesse cenário, para além dos limites estruturais e demais fatores que interferem no acesso ao rádio e à TV e aos outros veículos de comunicação, Castells (2006a) considera que a *internet* possibilitaria aos usuários se tornarem produtores de conteúdo, passando a atuar como “sujeitos ativos” nos processos de comunicação, o que romperia com o padrão clássico

dos meios de comunicação de massa (MCM), entre o emissor e o receptor – no qual o emissor apresentava a função de produtor de conteúdo, tendo uma postura ativa – enquanto o receptor somente recebia o conteúdo, de forma passiva; gerando com isso uma relação de assimetria entre os papéis de emissor e receptor<sup>27</sup>. Historicamente, a organização da comunicação de massa resulta dessa assimetria que prevê posturas diferentes no processo de comunicação entre emissores e receptores (saber-fazer versus saber-reconhecer) e uma articulação diferenciada (entre emissores e receptores) em relação aos critérios de atribuição e significados dos textos dos *mass media* (WOLF, 1987).

Nesse contexto, ainda que a estrutura capitalista se mantenha sem grandes mudanças na estrutura da sociedade informacional, Castells (2006a), procura demonstrar que mediante o acesso à *internet* e a apropriação de ferramentas informáticas e digitais, os usuários da rede teriam novas possibilidades no desenvolvimento de práticas comunicacionais; que podem ser produzidas nas comunidades, não necessariamente por profissionais de comunicação e postadas posteriormente no ciberespaço. Esse fenômeno provocaria uma diversificação na produção e divulgação de conteúdos que, aparentemente, enfrentaria um controle menor das empresas de comunicação de massa, se comparado à imprensa tradicionais (rádio, TVs, jornais, revistas, etc.), em que o conteúdo, geralmente, deveria ser produzido por profissionais da área e submetido a filtros editoriais, ideológicos, econômicos, etc. Porém, essa mudança positiva nos sistemas informativos e comunicacionais também apresentam limitações e contradições, de tal modo que as novas tecnologias da informação e comunicação, em geral, seguem monopolizadas por empresas capitalistas de comunicação e entretenimento. O que não garante a construção de processos de informação e comunicação totalmente “livres” de filtros externos e controles de conteúdo.

De modo geral, na comunicação de massa, uma empresa detém a propriedade de um meio de comunicação tradicional (rádio, TV, revista, etc.), tendo o poder de decidir sobre qual tipo de comunicação será produzido, como será transmitida e para qual público ela será direcionada, quem se deseja atingir. Assim sendo, os meios de comunicação de massa são dominados por alguns grupos empresariais, que também concentram a tecnologia sobre a produção e divulgação de conteúdos, distribuídos a partir de uma organização específica e um canal que transmite um determinado sinal, sendo recebidas por receptores (populações) indiscriminados.

---

<sup>27</sup> Para análise aprofundada ver Wolf (1987).

Diante disso, a partir das características da rede virtual e das novas possibilidades de comunicação possibilitadas por ela, o modelo de comunicação clássico passa por um processo de transformação e reconfiguração:

O processo de formação e difusão da Internet e das redes de CMC a ela ligadas nos últimos 25 anos moldou de forma definitiva a estrutura do novo veículo de comunicação na arquitetura da rede, na cultura dos seus usuários e nos padrões reais de comunicação. A arquitetura da rede é, e continuará sendo, aberta sob o ponto de vista tecnológico, possibilitando amplo acesso público e limitando seriamente restrições governamentais ou comerciais a esse acesso, embora a desigualdade social se manifeste de maneira poderosa no domínio eletrônico (CASTELLS, 2006a, p. 441).

No entanto, de forma geral, a ampliação do acesso aos usuários à *internet*, em quantidade e qualidade, apresenta uma via de mão dupla: por um lado é fundamental para a expressão de grupos sociais antes marginalizados pelas grandes empresas de comunicação, ao mesmo tempo em que também gera benefícios ao mercado e ao Estado, pois quanto maior a diversidade de mensagens e usuários, maior é o potencial de lucro do capital. Contudo, como a rede surge a partir de uma estratégia militar, associada ao ideal utópico libertário de um grupo de cientistas, inserida num processo inovador de acessibilidade livre, imposto pelos primeiros *hackers*: paira sobre a mesma um espírito pioneiro contrário à comercialização. Com isso, mesmo diante dos esforços de regulamentação, privatização e comercialização do capital “as redes de CMC [Comunicação Mediada por Computador], [...] têm como características: penetrabilidade, descentralização multifacetada e flexibilidade” (CASTELLS, 2006a, p. 442).

Na contramão da monopolização dos meios de comunicação de massa anterior, o autor defende que a *internet* apresenta uma dinâmica distinta da mídia da “Gália de MacLuhan”, a saber: tendo uma interatividade e individualização culturalmente embutidas nesse instrumento, o que dificulta a imposição de mecanismos de controle ou comercialização. Por outro lado, essas características também não garantem totalmente a não apropriação da rede pelo mercado, como parte de um processo crescente de controle de organizações públicas e privadas no âmbito da comunicação.

A dinâmica da revolução informacional torna possível uma maior interação e comunicação aos cidadãos, mesmo que a *internet* ainda seja utilizada por uma pequena parcela de trabalhadores (pois na periferia do capitalismo a maioria não tem acesso aos meios eletrônicos, dado, sobretudo, seus altos custos e os baixos salários pagos à classe trabalhadora). Até o final do século XX, a divulgação pública de informações não estava à disposição do cidadão comum, uma vez que a comunicação por intermédio dos grandes meios

de comunicação demandava um grande volume de investimentos em recursos financeiros; e o controle na distribuição das informações limitava-se às camadas da classe média, sobretudo as classes dominantes. Conforme Monteiro (2001), se comparado aos meios de comunicações como as TVs, rádios, jornais e revistas, entre outros, o uso da *internet* não demanda o mesmo volume de investimentos, tornando-se assim um meio em potencial na produção e, principalmente, na distribuição de informações, pelos usuários, popularizando o acesso e dificultando a concentração das informações:

Este é um fato inédito, que transforma radicalmente o ambiente da comunicação de massa e dá à Rede características de um espaço democrático por excelência, uma espécie de “ágora eletrônica”, onde minorias e majorias, grandes e pequenos podem compartilhar o mesmo espaço (MONTEIRO, 2001, p. 33).

### 1.2.2.1 – O baixo custo da rede virtual

No entanto, as próprias características da *internet* – como uma rede aparentemente aberta e descentralizada, que possibilitaria uma maior divulgação das informações e melhor acesso dos usuários – também faz desse um instrumento de informação e comunicação mais barato até então. Diante disso, nesse tópico procuramos demonstrar as diferenças no custo de investimentos para a apropriação e manutenção de portais virtuais na *web*, seus limites, contradições e as novas potencialidades de uso dessas novas tecnologias da informação e comunicação.

Hoje a criação de uma página *web* na *internet* depende, inicialmente, da liberação de um domínio<sup>28</sup> e a contratação de um provedor para sua hospedagem. No Brasil para ter acesso a um domínio (com.br, .com, .net, .org, etc.) é necessário recorrer ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br, que concede os registros .BR. O custo médio de um domínio é de R\$30,00<sup>29</sup>, porém, a contratação da hospedagem de um provedor deve ser realizada diretamente com as empresas que oferecem esses serviços, não sendo possível uma estimativa de valores, por depender do mercado (CGI.BR, 2013).

Dado o avanço tecnológico, um dos principais requisitos para o bom desempenho de um portal *online* hoje é o uso de uma conexão banda larga. Diante disso, em consulta a uma

<sup>28</sup> Conforme o CGI.br (2013), o domínio é o registro que possibilita a localização e identificação de conjuntos de computadores e de serviços na *internet*. “O nome de domínio foi concebido com o objetivo de facilitar a memorização desses endereços, pois sem ele, teríamos que memorizar uma sequência grande de números. [...] Domínios que não estão registrados, não podem ser encontrados na Internet; Os domínios na Internet com extensão .BR são registrados, exclusivamente, no Registro.br, ou através de Provedores de Serviços”. Disponível em: <www.registro.br>. Acesso em: 25 jun. 2013.

<sup>29</sup> Disponível em: <www.registro.br>. Acesso em: 25 jun. 2013.

empresa do segmento de informática, verificamos que a comercialização dos serviços para a criação de uma página *web* na *internet* ocorre de forma segmentada, sendo geralmente oferecido por mais de uma empresa, em forma de pacotes, que vão desde o registro de um domínio até a contratação de um provedor para hospedagem do *site*. Verificamos no *site* Locaweb (2013)<sup>30</sup>, que oferece esse tipo de serviços, que o custo para a contratação de um domínio é de R\$ 40,00 por ano, mais a hospedagem, que varia entre um pacote inicial, denominado “Basic”, de R\$ 29,90 até um pacote mais avançado chamado “Max” no valor de R\$ 199,90. Além disso, geralmente, também há a necessidade de criação do desenho *web* da página, de um serviço de manutenção técnica e de alimentação de conteúdo. Conforme o promotor cultural de Uberlândia, A (2013)<sup>31</sup>, o custo do serviço de *web design*, varia entre R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00. Por outro lado, observamos que a manutenção operacional e a alimentação de conteúdo podem variar muito, não sendo possível estimar custos, já que depende do tipo de conteúdo publicado em cada portal e do tipo de profissional contrato.

A título de exemplo, conforme a coordenadora da gestão de rede da página do MST, B (2013)<sup>32</sup>, atualmente o MST gasta em média R\$ 1.000,00, por mês para manter três páginas de *internet* no mesmo servidor – em que veicula informações, imagens e vídeos, além de um serviço de banco de dados. Todos no domínio .ORG<sup>33</sup>. O custo da manutenção operacional é realizado por um profissional da área e apoiador, que recebe em torno de R\$ 600,00 por mês pelos serviços.

Ao mesmo tempo, verifica-se que quando se tratam de segmentos sociais populares, como movimentos sociais, ONGs populares, sindicatos, etc., que, de modo geral não dispõem de muitos recursos financeiros para investir em comunicação; os custos adicionais para a criação de um portal *online*, como a contratação de profissionais especializados para a construção e a manutenção dessas *webs*, são relativamente menores, sendo geralmente realizados por militantes e/ou apoiadores capacitados nessas áreas. Observamos que esse tem sido alguns dos mecanismos encontrados, especialmente, no caso dos movimentos sociais para baratear custos e possibilitar a divulgação de suas demandas e ações na *internet*. Ou seja, ainda que o valor de investimentos para a criação e manutenção de uma página *web* atualmente seja bem inferior, se comparado aos meios de comunicação tradicional, a maioria

<sup>30</sup> A empresa vende serviços de registro e hospedagem de sites. Disponível em: <www.locaweb.com.br>. Acesso em: 25 jun. 2013.

<sup>31</sup> Entrevista com A, promotor cultural de Uberlândia. Realizada em 19 de novembro de 2011, em Uberlândia-MG. Para manter o anonimato dos entrevistados, estes serão identificados com letras, se as letras se repetirem serão acrescentados números. Doravante usaremos esse formato para nos referir aos entrevistados.

<sup>32</sup> Entrevista com B, coordenadora de gestão de rede da página do MST. Realizada em 25 de junho de 2013, em São Paulo.

<sup>33</sup> O domínio .ORG é destinado para a criação de páginas online de organizações sociais sem fins lucrativos.

dos segmentos populares ainda necessitam contar com a solidariedade de apoiadores e militantes para garantir o acesso à *internet*.

O espaço da *internet* também apresenta perigos e contradições, não sendo totalmente seguro, pois é vulnerável a ataques de vírus e *hackers*, o que obriga os *sites*, inclusive os dos segmentos populares, a contratar serviços de tecnologias avançadas para se proteger de ataques de grupos opositores, geralmente *hackers* da “direita”. Ou seja, esses portais também precisam fazer investimentos em pacotes de *antivírus* e serviços de técnicos especializados, para se proteger de possíveis ataques e preservar as informações desses espaços. Um exemplo disso foi o *site Outras Palavras*<sup>34</sup>, mídia alternativa aos grandes meios de comunicação criada pela mesma equipe que fundou o *Le Monde Diplomatique Brasil*<sup>35</sup>, que durante três dias (entre 30 de dezembro de 2012 e 01 de janeiro de 2013) sofreu ataques de vírus, que tentou tirá-la fora do ar, durante a divulgação da *Retrospectiva 2012*.

No entanto, o acesso às Tecnologias da Informação também depende da contratação de técnicos ou especialistas na área, que acarreta um aumento de investimentos financeiros a essas mídias alternativas e populares, que nem sempre tem capital suficiente para arcar com esses custos econômicos, prevalecendo os grupos monopolistas economicamente poderosos que dominam o setor.

Porém, mesmo diante das ressalvas explicitadas, ao ter acesso à tecnologia da informação, dominar a linguagem do ciberespaço e ter condições, principalmente econômicas, de criar um portal virtual, vários grupos sociais e cidadãos comuns têm a oportunidade de manter uma página na rede mundial de computadores, para apresentar suas demandas, comunicar-se e interagir com outros setores sociais.

Em geral, a partir do momento em que os seguimentos populares adquirem condições de acesso ao desenvolvimento informático e aparatos digitais e virtuais, a rede virtual apresenta-se como uma possível alternativa frente ao monopólio dos meios de comunicação de massa, possibilitando aos integrantes desses grupos a se tornarem criadores de conteúdos

---

<sup>34</sup> Disponível em: <[www.outraspalavras.net](http://www.outraspalavras.net)>. Acesso em: 28 jun. 2013.

<sup>35</sup> “Nascido em 1954 na França, *Le Monde Diplomatique* é publicado em 25 idiomas e tem uma tiragem de 2,4 milhões de exemplares. Tornou-se também uma referência mundial para indivíduos, movimentos e organizações que buscam transformações sociais e humanas e discutem alternativas ao *status quo*. Suas páginas trazem à luz questões altamente relevantes, muitas vezes negligenciadas pela grande imprensa, contribuindo para a crítica ao pensamento único e para a construção de novos paradigmas.” Surge no Brasil, em 2007, em versão impressa, “por iniciativa do Instituto Polis e de uma série de apoiadores que viam no original francês uma publicação fundamental para estimular o pensamento crítico, a reflexão e o debate de temas prementes da sociedade. A edição eletrônica teve início em 1999 [...]” (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2013). Disponível em: <[www.diplomatique.org.br](http://www.diplomatique.org.br)>. Acesso em: 29 jun. 2013.

informativos (notícias, áudios, vídeos, imagens, etc.) e organizar processos de comunicação populares e alternativos, a partir da *internet*.

As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia como no caso da Internet (CASTELLSa, 2006, p. 69).

Contudo, a rede virtual se apresentaria como um novo aparato de comunicação com características distintas dos meios de comunicações anteriores tendo um potencial “democratizador”, apregoado por Castells. Esta suposta ‘democratização’ possibilitaria o desenvolvimento de novos processos de comunicação, aparentemente, descentralizados, com a diversificação de espaços para a divulgação das demandas e interação de grupos sociais antes marginalizados pelas grandes empresas de comunicação. Ao se tornarem usuários da rede, os integrantes desses grupos podem atuar como “criadores de conteúdos”, na medida em que tem condições de se apropriar da tecnologia digital e da linguagem do ciberespaço, divulgando suas versões sobre os fatos vivenciados por esses segmentos sociais, que em geral, lutam por direitos sociais e políticos.

Ianni, por sua vez, chama atenção para o processo de globalização do capitalismo que propicia o desenvolvimento das relações e estruturas de dominação política e de apropriação econômica em escala mundial. Este processo desenvolve também “tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas”, que generalizam e ampliam os mecanismos de interações, tensões, divisões e mudanças “socioculturais e político-econômicas pelos quatro cantos do mundo” (IANNI, 1999, p. 12), originando, assim, o sistema de desenvolvimento informacional. Em princípio, o autor acredita que essas novas tecnologias da informação podem ser consideradas inofensivas, mas na medida em que se inserem no contexto das relações sociais e da sociabilidade, agem como forças dinamizadoras, influenciando as estruturas das sociedades nacionais e mundiais:

À medida que se multiplicam os descobrimentos científicos e as suas traduções em tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas, multiplicam-se as faculdades e as capacidades políticas, econômicas e culturais das técnicas sociais, isto é, dos intelectuais, técnicos, profissionais, gerentes, empresários, governantes, proprietários e outros que dispõem das aplicações e dos usos sociais, econômicos, políticos e culturais das técnicas (IANNI, 1999, p. 20-21).

Assim, as tecnologias da informação e a cibernética passam a ser utilizadas e associadas às dinâmicas das relações sociais, que se inserem nas disputas sociais. A partir do momento em que as novas tecnologias são apropriadas por grupos sociais, nas disputas políticas, econômicas, culturais e ideológicas, esses meios podem se transformar em técnicas

sociais, contribuindo, portanto, na modificação de processos e composições nos vários níveis das sociedades, no âmbito nacional e internacional. Nesse sentido, esses novos meios tecnológicos auxiliam os atores e grupos sociais na efetivação de uma atuação mais ampla, para além das instituições sociais “clássicas”, como partidos políticos, organizações, igrejas, empresas, etc., que passam a ser instrumentalizadas, modificadas ou até marginalizadas (IANNI, 1999).

De tal modo, percebe-se que o mundo virtual também se encontra permeado por processos antagônicos, pois se insere e reproduz os contextos das relações sociais de cada processo histórico, que seguem permeados por contradições e conflitos de classes. Esse processo, na concepção do autor, cria o príncipe eletrônico, que ultrapassa o príncipe de *Maquiavel* e o moderno príncipe de *Gramsci*.

O príncipe eletrônico pode ser visto como uma das mais notáveis criaturas da mídia, isto é, da indústria cultural. Trata-se de uma figura que impregna amplamente a política, como teoria e prática. Impregna a atividade e o imaginário de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais, nações e nacionalidades, em todo o mundo. Em diferentes gradações, conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, legislativo, executivo e judiciário (IANNI, 1999, p. 24).

Para tanto, o príncipe eletrônico se apresenta como o “*intelectual coletivo e orgânico*” dos blocos dominantes no poder desde a escala regional à mundial. Ele ultrapassa as figuras clássicas do líder político e do partido político, principalmente em relação à organização política intelectual proposta por Gramsci, de liderança no contexto das forças sociopolíticas; atuando como uma figura ameaçadora, presente e, ao mesmo tempo, invisível em um cenário virtual, nos mais diversos níveis da sociedade (IANNI, 1999, p. 14, grifo do autor). Desse modo, o príncipe eletrônico demonstra que o espaço virtual não pode ser considerado isento de tensões e antagonismos de classes, sendo também um local em que a luta de classes se manifesta. Ou seja, a divisão de classes e os conflitos sociais seguem multiplicando-se, porém, agora em escala virtual e planetária.

Ao atuar diretamente no contexto virtual, segundo Ianni (1999), o príncipe eletrônico se beneficia das tecnologias empregadas na virtualização dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, os transformando em signos e símbolos. Assim, devido ao seu avanço tecnológico e poder de envolvimento, o príncipe eletrônico pode ser utilizado pelos blocos dominantes como um mecanismo para negar as divisões sociais, mascarar a luta de classes e a dominação do proletariado. Isto posto, as tecnologias midiáticas atingem o imaginário coletivo da população e das classes, agora em escala mundial, podendo influenciar e/ou

direcionar o comportamento social dos indivíduos, a partir da ferramenta da informática e da *internet*. De tal maneira que a imprensa, ao ser monopolizada por grupos dominantes, expressa, como um “intelectual coletivo e orgânico”, a visão de mundo predominante desses grupos. Num contexto em que predomina a produção e a reprodução do capital, mediante o incentivo desenfreado ao consumismo, tornando a cultura, a política e a ideologia tal qual uma mercadoria.

Tendo em conta o cenário em que as Novas Tecnologias da Comunicação se encontram inseridas atualmente, devemos ser cautelosos com a forma que adquire (e adquiriu) essa tecnologia específica, no atual estágio do capitalismo, a saber, uma suposta “democratização da informação” defendida pelos grandes portais comerciais, pela indústria de microcomputadores e pelos fornecedores de serviço de *internet*, entre outros. Se a *internet* surge do processo que Lojkine (1995) chama de “revolução informacional”, produto da última fase do capitalismo - cujo eufemismo é a “globalização” - ela não está isenta da lógica de funcionamento do capital, ao passo em que se transforma em mercadoria, inserida na lógica de acumulação flexível do capital com suas tendências à concentração e a centralização, de modo desigual e vertical (entre países capitalistas centrais e da periferia do capitalismo, etc.). Trata-se de uma lógica nada democrática no funcionamento da economia capitalista, o que, por sua vez, demonstra que a informação veiculada por esses meios tampouco pode ser denominada democrática. Esse seria o caso das grandes redes que monopolizam a informação: *Google*, *Yahoo*, *MSN*, entre outras; as quais estão interligadas aos setores monopolistas de agências internacionais de informações como *Reuters*, *EFE*, *BBC*, etc., também articulados aos trustes da televisão e jornais estadunidenses (*CNN*, *Fox*, *New York Times*, *Washington Post*, etc.).

Vale ressaltar ainda que a tecnologia informacional encontra-se monopolizada pelos países capitalistas dominantes, dirigidos pelos Estados Unidos, em especial com vistas a manter o funcionamento e assegurar a proteção do aparato militar-bélico e manter a hegemonia desse país e dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sobre o mundo. Logo, investimentos bilionários são feitos com o objetivo de garantir o funcionamento da indústria e da tecnologia instalada, bem como para assegurar sua renovação ou atualização e para a proteção contra a proliferação de vírus, de supostos “terroristas” e *hackers* que podem destruir e paralisar o sistema informacional, etc.

Contudo, percebe-se que a lógica de funcionamento da tecnologia informacional, seu uso e reprodução (dominada pelo capital) não estão isentas de contradições. A principal delas pode ser detectada no próprio processo de produção capitalista do trabalho: este assume um

caráter *socializado* ou *coletivizado*, de interdependência dos trabalhadores no processo de produção de mercadorias; e ao mesmo tempo expressa a apropriação privada do produto social pelos proprietários dos meios de produção (minoria social) ou do capital. Vista de outro ângulo, tal contradição demonstra a alienação do processo de trabalho: o trabalhador direto, além de perder a direção do processo de trabalho, perde também o produto do seu trabalho, tornando-se mero apêndice ou instrumento da máquina, ao realizar tarefas parcelizadas, que determinam assim o isolamento do trabalhador. Impõe-se com isso a separação entre trabalho manual e intelectual, entre execução e concepção do trabalho. Além do capital se apropriar do conhecimento e subjetividade dos trabalhadores no processo de trabalho, ele se apropria ainda do conhecimento científico e tecnológico dos trabalhadores não-manuais. Tal separação e apropriação do saber dos trabalhadores manuais e não-manuais pelo capital adotam formas complexas, nas fases *taylorista*, *fordista*, *toyotista* e também na acumulação flexível, aprofundando assim o fosso entre execução e concepção do trabalho. No caso da revolução informacional, a alienação do trabalho mantém expressões complexas de separação entre execução e concepção (LOJKINE, 1995).

Conforme demonstra Saes, no processo de trabalho na grande indústria moderna detecta-se a expressão objetiva de duas tendências contraditórias: a oposição entre dependência (socialização ou trabalho coletivizado) e a independência (parcelização das tarefas, individualização ou isolamento do trabalhador direto). Todavia, tal contradição determina a formação no trabalhador, de duas tendências em luta permanente: a tendência ao isolamento e a tendência à ação coletiva.

Porém, essa tendência do trabalhador ao isolamento só tem condições de vigorar se outra esfera, diferente da esfera da produção, neutralizar a tendência oposta. “Esse *efeito neutralizador* provém da esfera do Estado” (SAES, 1998b, p. 29, grifo do autor). Desse modo, historicamente o Estado burguês viabiliza as condições ideológicas necessárias para as relações de produção capitalistas, ao desempenhar uma dupla função: a individualização dos agentes da produção e neutralização, do produtor direto, da tendência à ação coletiva.

Pela primeira função, o Estado burguês coloca o produtor direto, no mercado de trabalho, como sujeito individual, dotado de vontade e de direitos; por esta segunda função, o Estado neutraliza a tendência dos produtores diretos a se unirem num coletivo antagônico ao proprietário dos meios de produção: a *classe social* (SAES, 1998b, p. 30-31, grifo do autor).

O Estado burguês impõe, assim, um coletivo alternativo, o *Povo-Nação*, que cria uma aparente unidade nacional, em que os agentes da produção, produtores diretos e proprietários, são considerados como “*iguais*” por habitar um mesmo território. No entanto, essa unificação

formal ou aparente dos membros de classes sociais antagônicas em *Povo-Nação* possui a função de neutralizar a tendência dos trabalhadores à ação coletiva, incentivando o isolamento dos indivíduos e impedido a formação de uma *classe social* que desenvolva lutas contra a exploração do trabalho e as condições de trabalho, vigentes no capitalismo (SAES, 1998b).

Esse conceito de Estado burguês proposto por Saes é crucial, pois revela a articulação entre a esfera econômica e a esfera política, demonstrando como o Estado intervém jurídica e politicamente no processo de trabalho capitalista. Caso não se entenda assim, todo processo de trabalho e suas mutações (e a produção de novas tecnologias, sua permanente renovação incluída as contradições) são consideradas unicamente como uma questão econômica, deslizando claramente para um economicismo e excluindo o papel crucial que o Estado detém no processo de reprodução ampliada do capital (ou seja, interação recíproca das esferas econômica e política, processo de trabalho e Estado; fases de transformação do trabalho – *taylorismo*, *fordismo*, *toyotismo* e acumulação flexível, articuladas ao papel do Estado capitalista, em relação ao processo de trabalho e criação de novas tecnologias, etc.).

Como a revolução informacional, destacada por Lojkin (1995), surge a partir do desenvolvimento do capitalismo, a criação das novas tecnologias da informação volta-se para uma busca no aumento da flexibilização e parcelização das relações de trabalho na ampliação da capacidade de produção e extorsão do sobretrabalho, a extração da mais-valia do trabalhador. Nesse sentido, o Estado burguês mantém a função de representante da classe dominante procurando garantir a reprodução capitalista e, por meio de uma unidade formal, do *Povo-Nação*, estimula a tendência à individualização do trabalhador e neutraliza a disposição à ação coletiva.

Detectando o papel geral do Estado (apontado por Saes no duplo papel do Estado burguês) e de sua função particular em relação às novas tecnologias de informação e comunicação (*internet*), podemos obter certa luz sobre como combater a forma de uso dessa tecnologia e a difusão da informação, no embate contrainformativo ou contra-hegemônico em relação a luta da Reforma Agrária, junto à classe trabalhadora brasileira.

A partir disso, passamos à discussão do conceito da democracia burguesa em Saes, para a compreensão das limitações e avanços da democracia no Estado burguês e uma análise mais consistente quanto às contradições e as possíveis potencialidades da *internet* na construção de processos “democráticos” de comunicação. Saes (1987) analisa a democracia como uma forma do Estado burguês. Sistema em que todos os membros das classes sociais (exploradoras e exploradas) são considerados cidadãos, possuindo, em tese, os mesmos direitos no plano civil. Conforme ele, para ser democrático o Estado burguês também deve ter

um regime político democrático. Nessa perspectiva, a existência da democracia burguesa depende de algumas condições mínimas para existir, como as chamadas garantias de *liberdades políticas*. Em que os integrantes de todas as classes sociais teriam direitos garantidos para participar de organizações partidárias e integrar o Parlamento burguês.

Porém, o direito à cidadania política e liberdade de participação de todos os membros das classes ao Parlamento não modificam o caráter do Estado burguês, que “impõe invariavelmente limites, definidos pelos interesses das classes exploradoras, à ação do ‘órgão da democracia’ (Parlamento)” (SAES, 1987, p. 54). Todavia, tendo em vista que essas liberdades políticas se apresentam como formais e concretas, percebe-se – conforme o autor – que o regime político burguês também precisa garantir, a todos os membros das classes sociais, o exercício das liberdades políticas, como, por exemplo, o direito à expressão, à reunião e à organização partidária. Caso estas condições mínimas não sejam asseguradas, este se torna um sistema ditatorial. Porém, ainda que a democracia burguesa necessite da garantia das liberdades políticas, estas não são asseguradas de forma ilimitada:

[...] a) a liberdade política geral, resultante do cumprimento efetivo das liberdades políticas particulares, não é, na democracia burguesa, *ilimitada* e, sim, *limitada*; b) as liberdades políticas particulares não são, na democracia burguesa, *igualmente* usufruídas pelas diferentes classes sociais (SAES, 1987, p. 62, grifo do autor).

Assim, na democracia burguesa as liberdades políticas são limitadas e aplicadas de modo diferente entre os integrantes das classes sociais (exploradores e explorados). Sendo que, os poderes ilimitados passam a ser exercidos pela burocracia estatal que, inclusive, pode vir a suspender as liberdades políticas particulares, em momentos de crises ou revoltas revolucionárias, mediante o argumento de ameaça à “ordem social”. Diante disso, com o apoio do Parlamento a burocracia estatal pode suspender os direitos democraticamente constituídos para garantir “a sobrevivência do capitalismo” (SAES, 1987, p. 63). Contudo, as limitações das liberdades políticas gerais nas democracias burguesas não são aplicadas pela burocracia estatal e o Parlamento para garantir a integridade dos processos democráticos, mas para manter os interesses gerais do capital e a continuidade da sociedade capitalista.

Isto posto, na nossa interpretação, a revolução informacional amplia a interação virtual entre os usuários e grupos sociais, com um possível potencial quanto à “democratização” dos processos comunicativos, na medida em que alguns setores, como os movimentos sociais populares brasileiros, anteriormente marginalizados pelos monopólios de comunicação tradicionais passam a se utilizar da *internet*, organizando processos de comunicação populares para a divulgação de conteúdos, aparentemente, livres de filtros externos (ideológicos e

editoriais), voltado à propagação de suas demandas e que dialoga com outros segmentos sociais. Porém, apoiados na discussão de Saes (1987), conclui-se que um possível caráter de democratização da rede virtual, defendido por Castells, se apresenta de modo parcial e limitado. Tendo em vista que na democracia burguesa as liberdades políticas são limitadas. Pois no capitalismo, os recursos materiais e humanos colocados à disposição da classe trabalhadora (ou movimentos populares em geral) são infinitamente inferiores aos recursos materiais e humanos disponibilizados pelas classes dominantes no processo democrático. Desse modo, as liberdades políticas podem ser exercidas somente de modo limitado na democracia burguesa e usufruídas desigualmente pelas diferentes classes sociais. Nesses termos, a garantia da liberdade política à expressão, troca de informação e comunicação dos segmentos populares através da *internet* podem vir a ser suspensas pelo Estado democrático burguês em situações de crises ou revoltas populares e revolucionárias, para evitar qualquer ameaça ao capitalismo.

Nesse sentido, pensamos que a tecnologia informacional deve ser analisada levando em conta os diversos aspectos das contradições mencionadas (SAES, 1998b, 1987). E diante da perspectiva de Lênin (1978) e Saes, ainda que com potencial limitado, consideramos que os movimentos populares devem fazer uso dessa nova tecnologia para apresentar suas demandas, fortalecer a tendência à ação coletiva e lutar contra a exploração do trabalho capitalista. Trabalhando assim para a organização política autônoma dos diversos setores do campo popular a fim de atenuar a tendência ao isolamento dos trabalhadores, bem como fortalecer formas de comunicação contrainformativas e contra-hegemônicas com o intuito de contribuir na construção de uma sociedade sem a lógica da extração da mais-valia e domínio do capital.

Nesse sentido, com o avanço tecnológico e o desenvolvimento da *internet*, vários segmentos populares: partidos políticos, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais, etc., percebem na rede virtual uma nova ferramenta de informação e comunicação e passam a utilizá-lo na divulgação de suas reivindicações e na ampliação do debate junto à sociedade nacional e internacional. Fugindo com isso dos filtros editoriais e ideológicos dos grandes conglomerados de comunicação e atuando como produtores de conteúdo, divulgando suas próprias demandas e ações.

Desse modo, apresentamos uma breve abordagem sobre algumas experiências de alguns grupos populares no uso da *internet*, como é o caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, a “Primavera Árabe”, entre o norte da África e o Oriente Médio, os Mapuches no Chile e na Argentina e o MST, no Brasil. No caso do MST,

como a análise sobre a utilização da rede virtual por esse movimento social perpassa todo o nosso trabalho, esta será mais bem detalhada no terceiro capítulo.

No geral, esses grupos sociais organizados questionam as contradições do sistema capitalistas e lutam por direitos sociais e políticos, além de reconhecimento étnico e cultural. A propósito, essas organizações populares não buscam, prioritariamente, atingir milhões de pessoas em seu país ou mundialmente, mas interagir com a população, tornando suas demandas e propostas conhecidas e procurando romper com o monopólio da grande imprensa, a fim de apresentar uma visão contra-hegemônica de grupos sociais que lutas por direitos civis, sociais e políticos.

De tal forma, enquanto os meios de comunicação impõem filtros entre os fatos que devem ser notícias e os que precisam ser ocultados, por outro lado, através da *internet* se percebe a possibilidade de romper com esse cerco, tornando os agentes dos fatos, ou seja, os sujeitos, em produtores das informações que chegam ao conhecimento da sociedade. Esse foi um dos principais fatores que, conforme Moraes (2000), em 1994 levou o EZLN a utilizar a *internet* como aliada na divulgação de suas reivindicações. No dia 1 de janeiro de 1994, mesma data em que entrou em vigor o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), cerca de três mil integrantes do EZLN, com armas em punho tomaram o controle das principais cidades próximas à Floresta de Lacandona, no estado de Chiapas, na região sul do México. O líder subcomandante Marcos usou a rede virtual para comunicar ao mundo os motivos da insurgência dos zapatistas e suas demandas. A Declaração da Selva Lacandona, divulgada através da *internet*, foi publicada na íntegra pelo diário mexicano *La Jornada* e no dia seguinte ao levante traduzida para o inglês e outras línguas<sup>36</sup>.

A habilidade do subcomandante Marcos em despertar o interesse da imprensa e a capacidade dos zapatistas em se manter constantemente nas redes eletrônicas informando com novos fatos tornou conhecida a realidade dos indígenas da região e as reivindicações dos insurgentes. O que faz com que os zapatistas de Chiapas não chamassem atenção somente da sociedade mexicana, mas chegando assim a vários países. Segundo Ortiz (2005), a estratégia de comunicação utilizada pelo EZLN a fim de divulgar ao mundo as demandas das populações indígenas, pela *internet*, juntamente com as ações da sociedade civil foi importante na criação de uma rede de comunicação e apoio em torno dos insurgentes, que agregou vários movimentos sociais na *Rede Intercontinental de Comunicação Alternativa*,

---

<sup>36</sup> Disponível em <[www.ezln.org](http://www.ezln.org)>. Acesso em: 21 mai. 2013.

fundamental na guerra contra a desinformação. Em pouco tempo os zapatistas passaram a ser conhecidos em várias partes do mundo.

Tal estratégia de comunicação foi tão bem sucedida que os zapatistas são considerados como “o primeiro movimento de guerrilha informacional” (CASTELLS, 2006b, p. 103, grifo do autor). A criação de uma rede de comunicação através da rede eletrônica para transmitir suas mensagens ao mundo teve ainda a função de evitar uma guerra sangrenta contra os insurgentes. Sendo que em 12 de janeiro de 1994, após a insurreição, o presidente do México Carlos Salinas de Gortari anunciou um cessar-fogo e iniciou as negociações de paz. Tornando assim o grupo conhecido no mundo.

A capacidade de os zapatistas comunicarem-se com o mundo e com a sociedade mexicana e de captarem a imaginação do povo e dos intelectuais acabou lançando um grupo local de rebeldes de pouca expressão para a vanguarda da política mundial. Nesse sentido, Marcos desempenhou um papel fundamental [...]. Entretanto, possuía extraordinária capacidade de estabelecer um elo de ligação com a mídia, por meio de textos bem redigidos e do *mise-en-scène* (a máscara, o cachimbo, entrevistas marcadas) logrando sucesso com suas atitudes meio que de forma inesperada, como no caso da máscara, que exerceu importante papel na popularização da imagem dos revolucionários: em todo o mundo, qualquer um poderia tornar-se zapatista, bastando para isso usar uma máscara (CASTELLS, 2006b, p. 104).

Imagina-se que sem essa combinação de elementos: resistência das comunidades e bases indígenas dos zapatistas, aliadas ao poder de comunicação da rede eletrônica, que originou uma rede nacional e internacional de solidariedade, os zapatistas teriam encontrado maiores dificuldades para enfrentar o governo e o exército mexicano. Desse modo, a partir da utilização e ampla divulgação na rede virtual os zapatistas tornam sua causa conhecida em todo o mundo, de forma instantânea, criando uma rede de apoio em torno dos guerrilheiros e um movimento internacional de pressão da opinião pública, que indiretamente evitou uma maior repressão do governo mexicano<sup>37</sup>.

Outra experiência considerada pioneira no uso da *internet*, principalmente das redes sociais para fins políticos<sup>38</sup> foi um conjunto de protestos entre o norte da África e o Oriente Médio que se tornou conhecido como “Primavera Árabe”. No final de 2010 e início de 2011, nessa região se iniciou uma onda de protestos contra governos ditatoriais no poder. Uma multidão foi às ruas de forma espontânea para protestar contra os governos ditatoriais. Os manifestantes exigiam o fim das ditaduras e a garantia de direitos sociais negados, como:

<sup>37</sup> Para uma discussão mais aprofunda ver Castells (2006b) e Ortiz (2005).

<sup>38</sup> Ver Cabral Filho e Carvalho (2013).

participação cívica, democracia, respeito aos direitos humanos, liberdade de expressão e melhores condições de vida.

No período entre janeiro a outubro de 2011, as atenções do mundo se voltaram principalmente para a Tunísia, com a queda de Bel Ali; ao Egito, com a derrubada de Hosni Mubarak e à Líbia, devido o linchamento público do Muammar Kadafi, que teve ampla repercussão da imprensa mundial. Os atos na Líbia contaram com um forte estímulo e apelo da imprensa dos Estados Unidos (DI FÁTIMA, 2012).

Conforme Cabral Filho e Carvalho (2013), a utilização das redes sociais como ferramenta política teve início com o “Movimento Verde Iraniano”, durante as eleições de 2009 no país, em que a fim de fugir da censura do governo nas mídias tradicionais, grupos contrários ao regime passam a usar as redes sociais para contestar o resultado das eleições, que para muitos havia sido fraudada, ao manter Mahmuod Ahmadinejad no poder. Na época o *Twitter* e o *Facebook* foram utilizados pela população não somente na divulgação de informações contra-hegemônicas ao sistema político, mas também para convocar protestos e ataques contra páginas do governo.

Em resposta, na tentativa de frear as mobilizações e a repercussão das mesmas, além da repressão policial às manifestações nas ruas, o governo iraniano usou como tática a censura à *internet*, diminuindo a velocidade, bloqueando alguns *sites* e suspendendo totalmente a conexão por alguns dias. Embora Ahmadinejad tenha permanecido no poder, o engajamento da população no que ficou conhecido como o “*Twitter Revolution*” demonstrou o potencial transformador que pode ser desempenhado, a partir do acesso às redes sociais.

Ainda que diante de algumas visões controversas sobre o papel das redes sociais nestas mobilizações, de modo geral, naquele momento as mesmas exerceram fundamental importância nos diferentes países árabes, na conscientização e no estímulo da população aos protestos, já que inicialmente, antes das grandes mobilizações, a maioria dos protestos havia sido convocada através das redes sociais. Porém, em tal contexto, a *internet* foi utilizada em níveis diferentes, diante da dinâmica política e social de cada país. Além da importância na convocação de mobilizações a rede virtual também teve papel fundamental na divulgação instantânea dos protestos, possibilitando uma repercussão internacional ao movimento.

Essas experiências demonstram o potencial da rede eletrônica, ao ser utilizada de forma crítica, por movimentos populares contra-hegemônicos que combatem a ordem capitalista estabelecida. No entanto, da mesma forma que as redes sociais desempenharam um papel primordial nas manifestações Árabes, para a convocação e divulgação das mobilizações, por outro lado, a apropriação das redes sociais nessas circunstâncias também chamou a

atenção de governos e empresas desses países, que passaram a considerá-la como uma ameaça à estabilidade dos regimes e a se utilizar da *internet* para mapear os grupos sociais.

Outro exemplo de grupos populares, que também se apropriaram da tecnologia informacional para a divulgação das suas demandas, pode ser observado no contexto da América do Sul, em que várias organizações de Mapuches, indígenas, localizados no sul da Argentina e do Chile, criam redes *web* voltadas ao reconhecimento étnico dessas populações e apresentação de uma visão contra-hegemônica ao discurso dos grandes meios de comunicação tradicionais.

Os povos Mapuches mantêm uma Agência Mapuche de Notícias na *internet* desde o ano 2000, chamada de *Mapuexpress*<sup>39</sup>. O portal é especializado na divulgação de conteúdo informativo Mapuche. Os Mapuches também mantêm outras páginas *online* de organizações existentes no Chile e na Argentina<sup>40</sup>, procurando, assim, divulgar e valorizar a cultura indígena, denunciar os desrespeitos aos direitos humanos, lutar pelo direito à comunicação e resistir ao poder do Estado (CAVALCANTE, 2010).

Segundo informações do portal, o *Mapuexpress* foi criado como uma seção de notícias em uma página *online* de uma organização Mapuche em 1999 e, ao perceber a grande procura por notícias, no ano seguinte o espaço foi transformando em um portal de informações indígenas. A página, que funciona por meio de trabalho voluntário, é produzida pela organização Kona Pewman<sup>41</sup> de Temuco, no Chile, e mantida com apoio da Fundação Mapuche Folil, localizada em Amsterdam, na Holanda. De tal modo, os Mapuches têm tido um protagonismo ativo na utilização das novas tecnologias da informação e comunicação e na criação de espaços alternativos, procurando se utilizar das redes cibernéticas na democratização e defesa dos direitos humanos, possibilitando assim novas possibilidades para a mobilização dos indivíduos (MOTA, 2010).

Nesse sentido, a rede virtual torna-se uma ferramenta importante e passa a ser utilizada pelos povos indígenas como uma aliada para chamar atenção da sociedade nacional e mundial às suas demandas políticas, culturais, sociais e econômicas. Portanto, as organizações

<sup>39</sup> Disponível em: <[www.mapuexpress.net/](http://www.mapuexpress.net/)>. Acesso em: 22 mai. 2013.

<sup>40</sup> Comunicaciones mapuche XEG-XEG, Disponível em: <[www.geocities.com/CapitolHill/Senalte/7718](http://www.geocities.com/CapitolHill/Senalte/7718)>; Fundación Rehue, Disponível em: <[www.xs4all.nl/rehue](http://www.xs4all.nl/rehue)>; Mapuche Inter-regional Council/ Mapuche International Link, Disponível em: <[www.members.aol.com/mapulink](http://www.members.aol.com/mapulink)>, Ñuke Mapu, Disponível em: <[www.Linux.nc.uu.se/mapuche](http://www.Linux.nc.uu.se/mapuche)> (GODOY, 2003). Acesso em: 09 jun. 2013.

<sup>41</sup> Conforme Grillo (2006-2007), o Grupo Kona Pewman incentiva ações de voluntários, sem fins lucrativos, exercida na sua maioria por jovens técnicos e profissionais de Temuco que, de forma geral, vêm das zonas rurais e mantém algum vínculo familiar com as comunidades Mapuches.

Mapuches perceberam o potencial de divulgação da *internet* e passam a utilizá-la na reafirmação da identidade cultural e na luta pela criação de políticas públicas para a melhoria das condições de vida dessas populações indígenas.

Salientamos que nossa análise não parte de uma visão idealista da tecnologia, da *internet* e das redes sociais, como um instrumento transformador por si só. Observamos que esses instrumentos tecnológicos, se utilizados de forma crítica podem vir a se tornar aliados importantes na convocação e estímulo para a organização de protestos, mediante a articulação de grupos populares, dando maior visibilidade às manifestações, especialmente em países onde a grande imprensa, monopolizada pelo capital e/ou controlada pelo Estado, silencia e ignora as mobilizações populares<sup>42</sup>. Possibilitando, com isso, a divulgação das demandas desses grupos e desvelando as contradições capitalistas em escala mundial; além de ter um papel importante na criação de redes internacionais de apoio, em torno de protestos localizados, como se observou no caso dos zapatistas e da “Primavera Árabe”<sup>43</sup>.

Nesse sentido, acreditamos que a análise de tal problemática deve se inserir no contexto da luta de classes em que a sociedade capitalista se encontra atualmente: a classe ou frações de classes que dominam os meios de produção também dominam os meios ideológicos e culturais (intelectuais e de divulgação de ideias, etc.), tendo o Estado burguês como protetor não só da propriedade capitalista, mas também enquanto instrumento de dominação do capital. Assumindo que a *internet* surge como consequência da última etapa da revolução industrial (revolução informacional), afirmando-se como um instrumento tecnológico importante a serviço do capital, dada as contradições das forças produtivas capitalistas, essa nova tecnologia informacional pode contribuir para a organização coletiva e expressão de vários segmentos sociais populares, antes marginalizados pelos grandes meios de comunicação de massa, como, por exemplo, o caso das experiências discutidas acima.

Ainda que não haja como subestimar as possibilidades de monopolização da rede virtual por parte dos conglomerados midiáticos, que já dominam grande parte do mercado da informação e do entretenimento, se verifica um processo de contrainformação por parte de vários segmentos populares em relação à visão hegemônica da grande imprensa que, se traduz

---

<sup>42</sup> Um exemplo disso se verificou no Brasil durante os protestos populares de junho de 2013, em que a *internet*, por meio das redes sociais, teve um importante papel político na convocação e divulgação das mobilizações de massa. Ainda que uma parte do movimento fosse influenciada pela classe média conservadora, as redes sociais exerceram influência significativa em relação ao estímulo nas massas populares em se mobilizar. Mais informações sobre os protestos ver D. Harvey; et. al (2013). *Cidades rebeldes*. Ver também entrevista com Marilena Chauí, sobre a *Tecnologia e as manifestações recentes*. Revista Cult, agosto de 2013.

<sup>43</sup> Para uma análise aprofundada sobre os movimentos que eclodiram em 2011 (Primavera Árabe, os Indignados na Espanha e os movimentos *Occupy* nos Estados Unidos) Ver Castells (2013). *Redes de Indignação e Esperança*. E Morin e Viveret (2013). *Como viver em tempos de crise?*

em um movimento de democratização da comunicação a partir do ciberespaço, dada as facilidades tecnológicas e técnicas para a troca de informações e visibilidade de grupos sociais antes marginalizados pelos grandes meios de comunicações (TVs, rádios, jornais, revistas, etc.).

No capítulo seguinte discutiremos a problemática que envolve o movimento social escolhido como nosso sujeito de pesquisa, a saber, o MST. Para isso, apresentamos um breve debate sobre a questão agrária no Brasil, entre o período de 1950 e os anos 2000, acompanhado de um histórico sobre a formação do MST, alguns elementos sobre as principais características do projeto de Reforma Agrária do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e a relação desse governo com o MST.

## **CAPÍTULO DOIS**

### **A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

#### **2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: 1950 AOS ANOS 2000**

Para uma melhor compreensão dos movimentos sociais populares da luta pela terra no Brasil, nesse capítulo elencamos alguns elementos sobre a problemática da estrutura agrária, desenvolvida historicamente no país. O capítulo se divide em três partes. Inicialmente realizamos um resgate de parte do debate clássico em relação à questão agrária brasileira entre o período de 1950 e os anos 2000, apresentando algumas teses divergentes de Ignácio Rangel e Caio Prado Junior. Em seguida, apresentamos debate sobre a importância de um programa de Reforma Agrária como política estrutural para o desenvolvimento da sociedade brasileira e a eliminação da concentração fundiária.

Na segunda parte retratamos um breve histórico sobre a luta e formação do MST, no Brasil e a problemática da luta pela terra no país, tendo como foco central as características de organização e funcionamento desse Movimento e a natureza do seu programa de Reforma Agrária.

Por fim, na terceira parte destacamos as principais características do projeto de Reforma Agrária do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), durante seus dois mandatos, bem como a relação estabelecida entre o MST e este governo, em torno da demanda de Reforma Agrária. Nesse tópico analisamos a questão da Reforma Agrária no Brasil, basicamente a partir de duas visões clássicas e divergentes sobre o assunto: entre Inácio Rangel e Caio Prado Junior. Tendo em conta a urgência de um programa de Reforma Agrária para o desenvolvimento do campo e cidades brasileiras, enfocamos a seguir, essa problemática hoje.

No Brasil o debate sobre a questão agrária, nos campos acadêmico e político, surge no final da década de 1950 (pelo menos em relação ao primeiro campo), sendo analisado principalmente do ponto de vista macroeconômico. Essa temática ganha força a partir de 1955, com as Ligas Camponesas que reivindicam pela primeira vez uma Reforma Agrária no Brasil. A década de 1960 se caracteriza por uma política econômica de recessão, combate à inflação e à instabilidade política de governos populista e militar, iniciado com golpe militar em 1964, cujo regime tentou apagar qualquer vestígio da questão agrária. Nesse modelo,

acreditava-se que o estímulo ao crescimento da produção agrícola resolveria os problemas econômicos rurais e urbanos.

Mesmo com a pressão popular desse período, que culminou em uma proposta de Reforma Agrária apresentada pelo governo populista de João Goulart (1961-1964), a mesma não foi encarada como uma alternativa para o desenvolvimento capitalista da agricultura e da industrialização. Isso porque o governo Goulart foi deposto pelo golpe militar de 1964, que enterrou a proposta e promoveu uma caçada aos líderes dos movimentos de luta pela terra, tais como as Ligas Camponesas. Nessa época o modelo econômico brasileiro voltava-se para o desenvolvimento de um projeto de industrialização, visando à substituição das importações e o enfrentamento da crise do mercado internacional, projeto em que a função da agricultura brasileira era produzir matéria-prima para a indústria e para exportação, além de fornecer alimentos e mão de obra barata às cidades. Na contramão de um projeto de Reforma Agrária, esse processo consolidou a oligarquia agrária latifundiária, ampliando as áreas de monocultivos/oligopólios<sup>44</sup> e a concentração fundiária.

No fim da década de 1980, com a derrocada do regime militar, a industrialização e a modernização da agricultura brasileira, o debate da Reforma Agrária é retomado, principalmente a partir do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)<sup>45</sup>, com Tancredo Neves. Nesse contexto, a Reforma Agrária retorna à pauta da sociedade brasileira, e a partir de 1995 passa a ser considerada, pelos governos federais, como uma alternativa política para amenizar os problemas da agricultura brasileira.

Porém, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) não houve uma política de Reforma Agrária para o desenvolvimento do campo, mas apenas a criação de alguns assentamentos pelo país, a partir da luta e capacidade de pressão dos movimentos sociais de luta pela terra. Nesse período, a política governamental se destinava à amenização dos conflitos por terra no campo, buscando acalmar os movimentos sociais e os fazendeiros. Conforme Bernardo Fernandes (2003), a política agrária do governo FHC se voltou para a criminalização das ocupações de terra e dos movimentos sociais do campo e a criação do Banco da Terra, transformando a Reforma Agrária em uma questão econômica, de mercado, incentivada pelas políticas do Banco Mundial.

---

<sup>44</sup> A formação dos oligopólios é incentivada como uma nova maneira de superar a produção de base feudal e gerar bens agrícolas para o mercado interno (RANGEL, 2005).

<sup>45</sup> MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural*, 2005. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em: 01 abr. 2012.

Na concepção dessa política os problemas relacionados à questão agrária seriam resolvidos com o desenvolvimento do capitalismo no campo. Com isso FHC procurou criar a ideia de desenvolvimento de um “*novo mundo rural*”, focando na “noção de desenvolvimento sustentável, mercantilizando a questão agrária, colocando-a no território do capital, onde os camponeses são plenamente subalternos” (FERNANDES, 2003, p. 13).

Com isso, FHC tentou desmobilizar a luta dos trabalhadores sem-terra, transferindo a questão agrária do campo político, para o espaço econômico, mediante a mercantilização das terras e a criminalização das lutas do MST, procurando convencer a sociedade de que o problema agrário poderia ser resolvido, somente com desenvolvimento econômico capitalista.

A retomada da Reforma Agrária, como um programa político de desenvolvimento capitalista para o campo e a diminuição da pobreza, reaparece na campanha do Partido dos Trabalhadores (PT) para a presidência da república em 2002, pleito em que Luis Inácio Lula da Silva foi eleito. Nesse contexto, a Reforma Agrária é encarada como um conjunto de políticas governamentais aplicadas nos países capitalistas para modificação da estrutura fundiária e o desenvolvimento econômico da agricultura:

Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal... (OLIVEIRA, 2006, p. 5).

A aplicação do programa de Reforma Agrária significa uma mudança na estrutura pré-existente da sociedade, isto é, uma reforma na estrutura fundiária vigente. Conforme Ariovaldo Oliveira (2006), nas sociedades capitalistas esse tipo de reforma foi realizado em vários países, em que modificou a estrutura fundiária da terra e promoveu o acesso dos camponeses e trabalhadores rurais a mesma. Entretanto, a efetivação dessa reforma depende de duas políticas fundamentais - fundiária e agrícola:

A política fundiária refere-se ao conjunto de princípios que as diferentes sociedades definiram como aceitável ou justo para o processo de apropriação privada da terra... Na política fundiária, está incluído também, o conjunto de legislações que estipulam os tributos incidentes sobre a propriedade privada da terra; as legislações especiais que regulam seus usos e jurisdições de exercício de poder; e programas de financiamentos para a aquisição da terra. A política agrícola por sua vez, refere-se ao conjunto de ações de governo que visam implantar nos assentamentos de Reforma Agrária a assistência social, técnica, de fomento e de estímulo à produção, comercialização, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários [...] (OLIVEIRA, 2006, p. 7).

Enquanto a política fundiária trata de uma legislação para regulamentação da terra, a política agrícola compreende um programa governamental de criação de assentamentos e políticas sociais, complementares para o campo.

Passamos, assim, ao debate das teses de Rangel e Prado Jr. sobre a questão agrária no Brasil. Prado Jr. considera a questão agrária como um problema social e de classe. Por outro lado, o estruturalista cepalino Rangel, por sua vez, defende que a transformação da questão agrária no Brasil perpassa a economia por intermédio da inserção do setor agrícola na industrialização, concentrando-se nos complexos rurais da economia brasileira, que nos países subdesenvolvidos suprem o setor primário, secundário e terciário da economia, simultaneamente.

Ainda de acordo com Rangel, a Reforma Agrária não é uma medida necessária para a modernização da agricultura e o desenvolvimento do país, pois a formação do capital oligopolista que se desenvolveu no Brasil é suficiente para ultrapassar o sistema feudal da agricultura e abastecer as cidades. Essa visão é influenciada pelas teses da CEPAL, que trata o setor agrícola como um pólo gerador de tensões estruturais sobre a inflação e crises freqüentes de abastecimento de alimentos:

A tese central da CEPAL neste período, protagonizada aqui no Brasil pela contribuição de Celso Furtado e diagnosticada no Plano Trienal 1963-1965, destacou o caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial, como um problema estrutural do setor agrícola brasileiro que justificaria mudança na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo (DELGADO, 2001, p. 160).

Nessa perspectiva, os complexos rurais dificultavam a dinamização da economia, inviabilizando a formação de um mercado interno e dos segmentos antagônicos, que barram o avanço do capitalismo. Diante disso, para Rangel (2005) verifica-se no Brasil a existência de um dualismo no contexto agrário, entre segmentos capitalistas e feudais. Enquanto, de um lado, sobrevivem latifundiários com características de produção feudais, paralelo a isso, há um crescimento de grandes produtores de terras que desenvolvem relações modernas com a economia.

O centro da questão agrária estaria desse modo na superpopulação que a indústria não absorve e na superprodução que o mercado não consegue escoar, sendo que, a crise agrária resulta da falta de mecanismos de controle da própria indústria e do mercado, e o excesso de mão de obra e produção decorre, simplesmente, da incapacidade da indústria e do mercado em criar mecanismos satisfatórios de controle. Em nosso entendimento, essa visão não toca na origem do problema de excesso de mão de obra rural e superprodução industrial, criado pelo

modelo de desenvolvimento econômico agrícola, que se baseia, essencialmente, na expansão do latifúndio e êxodo rural, resultando no inchaço dos centros urbanos, além de outros problemas sociais.

Rangel (2005) divide ainda, a questão agrária em problemas próprios e impróprios. Os primeiros se referem à oferta global de superpopulação rural e agrícola, devido à desestruturação dos complexos rurais. Já no que se refere aos problemas classificados como sendo impróprios não há necessidade de mudança na estrutura agrária, uma vez que representam a falta na oferta de bens agrícolas e a escassez sazonal de mão de obra em alguns setores agrícolas. Nessa lógica, a crise agrária não representa um problema fundiário, mas decorre do excesso de mão-de-obra, provocado pela passagem dos complexos rurais para a industrialização da agricultura:

[...] a industrialização substituidora de importações torna desnecessária a Reforma Agrária prévia, enquanto a presença de terra livre, que essa mesma industrialização induz a incorporar à economia [...] a industrialização dizíamos, permite incorporar à economia grandes quantidades de terra (RANGEL, 2005, p. 60).

Dessa maneira, o problema agrário pode ser resolvido com a modernização do campo, em que a industrialização possibilitaria a ocupação de grandes quantidades de terras, antes sem finalidade ou de difícil acesso. Rangel (2005) defende, assim, que não se faz necessário um programa de Reforma Agrária para a modificação da estrutura fundiária, uma vez que a solução para os problemas impróprios estaria na modernização do campo e criação de pequenas áreas agricultáveis próximas dos grandes complexos rurais, a fim de assegurar a oferta de mão-de-obra e a subsistência dos assalariados rurais o ano todo. E no caso dos problemas próprios, a solução estaria no investimento das exportações para o exterior. Dessa forma, o problema da superpopulação e superprodução industrial estaria resolvido.

Caio Prado Junior - oriundo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - apresenta uma perspectiva distinta de Rangel. Para Prado Jr., o Brasil não passou pela fase do feudalismo, se integrando diretamente ao desenvolvimento capitalista e tornando-se dependente do capital internacional. Com isso, as relações de produção capitalistas dominam a agricultura brasileira desde a colonização, não tendo o país passando por um processo de transição do feudalismo para o capitalismo; nesse contexto, a realização de uma Reforma Agrária no Brasil deveria ter um caráter anticapitalista.

Com uma visão marxista, Caio Prado analisa a questão agrária como um conflito de classes entre burguesia/capitalista e empregados/assalariados, demonstrando que as relações de trabalho não são feudais, mas capitalistas. Neste caso, a questão agrária representaria um

problema social, tendo como característica principal a concentração fundiária de grandes fazendas e a mão de obra rural precarizada: “[...] A questão agrária, [...] vêm a ser, em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do país, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” (PRADO JR., 1981, p. 18).

A concentração da terra causaria, assim, as precárias condições de trabalho no campo. Ao mesmo tempo, porém, o autor situa a problemática da questão agrária nos trabalhadores assalariados, não nos camponeses, já que para ele a maior parte da população rural seria composta por assalariados, sendo que o camponês surgiu tardiamente e de modo localizado no país. Nessa perspectiva, o foco central da Reforma Agrária não se concentra na distribuição fundiária, mas na criação de melhores condições de trabalho e existência para a população rural.

Prado Jr. chega a elencar a concentração da propriedade fundiária no Brasil como um entrave para o desenvolvimento do campo, mas não considera a solução dessa problemática como um elemento central para a efetivação da Reforma Agrária:

A Reforma Agrária [...] nas circunstâncias atuais, precisa se desenvolver simultaneamente na base das duas ordens de medidas que visam respectivamente, de um lado, à regulamentação legal das relações de trabalho no campo; e doutro, à facilitação do acesso à propriedade e uso da terra, por parte da população trabalhadora rural (PRADO JR., 1981, p. 92).

A questão agrária é tratada como sendo um problema econômico e jurídico, que pode ser resolvido frente ao fortalecimento e a regulamentação das leis trabalhistas, com vistas à melhoria das condições de vida e consumo do trabalhador rural, inserindo-o no mercado de consumo. Assim, para Prado Jr. (1981), o desenvolvimento do campo depende de um processo de industrialização urbana e de modernização do meio rural, que gera por consequência uma melhoria nas condições de vida do trabalhador rural, possibilitando sua aproximação do assalariado urbano.

A questão agrária é apresentada pelos autores supracitados como uma consequência das transformações na organização do trabalho e produção dos trabalhadores rurais, não como uma problemática histórica que decorre da forma de distribuição desequilibrada da estrutura fundiária realizada no Brasil. Contudo, verificamos algumas divergências, pois, enquanto Prado Jr. foca na existência de um antagonismo de classes entre burguesia/capitalista e empregados/assalariados no sistema capitalista, Rangel apresenta a dualidade desse sistema, ao passo que verifica a coexistência entre características capitalistas e feudais dentro do

mesmo complexo agrícola. Porém, as alternativas propostas também convergem ao atribuírem como solução para a questão agrária, uma via estritamente econômica e jurídica. Nesse caso, a principal questão compartilhada entre os autores é a necessidade de um desenvolvimento capitalista do campo, próximo ao modelo capitalista do assalariado urbano. Para De Mera, essa “solução converge com a visão capitalista que via uma solução à melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, iniciando com uma mudança na legislação” (DE MERA, 2008, p. 14).

A partir desse debate, coloca-se como questão central a necessidade de analisarmos até que ponto, dentro do modelo capitalista de desenvolvimento, a Reforma Agrária não é um programa necessário? Como criar um modelo de agricultura voltado para o mercado interno e com garantias de aplicação das leis trabalhistas no campo, para a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores rurais, sem modificar a estrutura e a concentração fundiária, implantadas historicamente no Brasil?

Buscando responder essas questões redirecionamos assim o foco para o debate em torno da luta camponesa nesse processo, visualizando a Reforma Agrária como uma política estrutural importante, envolvendo prioritariamente o camponês e o trabalhador rural na redistribuição fundiária. De acordo com Oliveira, o Brasil possui uma área total de 850 milhões de hectares, com 170 milhões de terras sem registro, invadidas e/ou griladas por grandes proprietários. Portanto, “mais de 30% do território brasileiro ainda são de terras devolutas, [...] que fazem parte [...] das terras públicas não discriminadas” (OLIVEIRA, 2009, p. 30). Para ele, a questão fundiária no país chega a esse ponto porque a concentração da propriedade privada possui um caráter rentista, de centralização de riqueza e capital. Assim, uma parte das grandes fazendas em vez de ser utilizada para a produção de alimentos é adquirida com o objetivo de acumulação e especulação de capital, possibilitando desse modo que o capitalista se torne também um proprietário de terras. Com isso, a modernização da agricultura não transforma os latifundiários em empresários capitalistas, mas, torna os capitalistas industriais e urbanos principalmente no Centro-Sul do país, em latifundiários.

Na visão do autor, os dados sobre as terras devolutas demonstram que existem áreas suficientes em todos os estados para a realização de uma ampla Reforma Agrária no Brasil. Dessa maneira, Oliveira (2009) considera que a Reforma Agrária continua sendo uma política estrutural necessária para a sociedade brasileira a fim de solucionar o problema da desigualdade fundiária da terra e da improdutividade. Concepção que se contrapõe a outros setores da sociedade como o agronegócio e alguns pensadores, entre eles Prado Júnior e Rangel, além de intelectuais e gestores do capital que fazem parte do próprio governo do PT.

Historicamente a burguesia brasileira vem criando modelos de desenvolvimentos para o campo que não modificam a concentração da terra. Além de tentar evitar movimentações em torno dessa proposta cria mecanismos de repressão aos movimentos sociais, principalmente dos camponeses, que reivindicam a redistribuição da terra e a Reforma Agrária, como aconteceu no golpe militar de 1964.

De acordo com Saes (2001a), na década de 1960 com a transição capitalista no Brasil houve a possibilidade do setor agrícola se inserir nesse processo, enquanto mercado consumidor. Processo que colocou a industrialização diante de um dilema, pois era necessário optar entre dois modelos de desenvolvimento: romper o compromisso histórico com o latifúndio e implantar uma Reforma Agrária distributiva, para o desenvolvimento da pequena agricultura, consolidação de um mercado interno e abastecimento da indústria; ou continuar com o processo de industrialização sem a ruptura do compromisso histórico com os grandes fazendeiros, incentivando a monocultura e o uso da terra como capital especulativo. Nesse período a fração da burguesia brasileira que detinha a hegemonia política estava aliada à oligarquia agrária e aos militares, que derrotaram o projeto de desenvolvimento baseado na Reforma Agrária, instalando o golpe de Estado de 1964.

Interagindo com tal contexto, o grupo militar e a burocracia estatal solucionariam, mediante uma nova política econômica e social, a “crise de hegemonia”, instaurando no seio do bloco das classes dominantes a hegemonia política de um subsistema de interesses econômicos capitalistas. Tal subsistema correspondia a uma rede de interesses monopolistas, que articulava o capital monopolista estrangeiro, o capital monopolista interno e o capital monopolista estatal, com a preponderância dos interesses do grande capital bancário nacional (SAES, 2001a, p. 402).

Assim, em vez de adotar um projeto de industrialização nacional para o desenvolvimento do espaço urbano e rural de forma integrada, o que ocorreu foi a inserção do Brasil num modelo de desenvolvimento capitalista dependente do capital estrangeiro e da preponderância dos interesses do grande capital bancário nacional. Esse modelo garante até hoje – com as mudanças no subsistema de interesses hegemônicos que na atualidade estaria composto pelo capital financeiro internacional, pelo capital monopolista estrangeiro (principalmente industrial) e pelo capital bancário nacional<sup>46</sup> - a concentração da terra enquanto um bem especulativo comercial, ao passo que a pequena agricultura se desenvolve de forma precária nas terras mais empobrecidas e distantes das fronteiras agrícolas e dos centros urbanos. De acordo com Oliveira (2001), contraditoriamente ocorre à reprodução da

---

<sup>46</sup> Sobre as mudanças do sistema hegemônico de interesses no período pós-1988 no Brasil, embora não exatamente conforme a hipótese provisória indicada acima, ver Saes (2001b), “Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas”, no livro *A república do Capital*.

agricultura familiar camponesa também na fronteira agrícola, pois como enfatiza José de Souza Martins (1983), o campesinato brasileiro é um segmento desenraizado, conforme debate a seguir.

Diante da opção pelo desenvolvimento capitalista dependente, os camponeses e agricultores que se organizam para questionar a estrutura agrária brasileira enfrentam a violência do latifúndio e o descaso do governo:

A questão fundamental é que a história do Brasil da segunda metade do século passado é uma história com duas fases contraditórias: uma hegemônica, aquela a que conta a epopéia da concentração fundiária; a outra refere-se à luta sangrenta travada pelos camponeses pelo acesso à terra em todo o território brasileiro (OLIVEIRA, 2009, p. 31).

Ao longo da história brasileira a quantidade de trabalhadores assassinados decorrentes do envolvimento na luta pela terra é alarmante, devido ao seu caráter extremamente violento por parte dos proprietários fundiários, e segue avançando nesse século. Conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) (1993), entre 1964 e 1988 cerca de 2.100 trabalhadores rurais do campo foram assassinados. E entre 1991 e 1995 foram registradas mais 240 mortes. Essa situação não se altera com o PT na presidência da república (Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma a partir de 2011)<sup>47</sup>. Ainda, segundo a CPT (2010), entre 2001 e 2010, mais 376 trabalhadores rurais foram assassinados, sendo que em 2010 ocorreram 1.186 novos conflitos por terra, no campo brasileiro.

Este cenário de violência no campo demonstra como a concentração da terra segue penalizando os agricultores e trabalhadores rurais, que lutam pela democratização da mesma no Brasil. Segundo Oliveira (2009), nos cadastros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se verificam a existência de uma média de 120 milhões de terras improdutivas no país. Montante de terras, que na visão do autor, seriam suficientes para o assentamento das famílias sem-terra que atualmente permanecem acampadas. Isso ocorre mesmo que o artigo 184 da *Constituição Federal do Brasil de 1988*<sup>48</sup>, que trata da política agrícola, fundiária e da Reforma Agrária, determine para fins de Reforma Agrária, a

<sup>47</sup> Segundo dados do relatório de Conflitos no Campo do Brasil, da CPT (2013, p. 07), constatou-se um aumento de 24% no número de trabalhadores assassinados no campo, em 2012, avançando dos 29, registrados em 2011 para 36. Também se observou um crescimento de 51% nas tentativas de assassinato, em relação ao ano anterior (de 38 para 77). No geral, os conflitos no campo, principalmente por terras registram avanço de 3,1% (de 1.035 em 2011 para 1.067, em 2012). Disponível em: <[www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/316-conflitos-no-campo-brasil-2012?Itemid=23](http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/316-conflitos-no-campo-brasil-2012?Itemid=23)>. Acesso em: 04 ago. 2013.

<sup>48</sup> *Constituição Federal do Brasil de 1988*, que trata da “política agrícola e fundiária e da reforma agrária”, Brasil (1988). Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

desapropriação de grandes latifúndios improdutivos que não cumprem a função social da terra.

A Reforma Agrária pode ser considerada como um processo de ação política fundamental para a eliminação da miséria na sociedade. Mas, para Oliveira, se este tipo de reforma atingir somente as terras devolutas, não representaria ameaça nenhuma, nem atrapalharia “*o pujante agronegócio gerador de divisas para o país*” (OLIVEIRA, 2009, p. 32, grifo do autor). Percebe-se, a partir do comentário do autor, que a modificação da estrutura fundiária só se realiza de fato, ao tocar no aspecto central do problema: o latifúndio. Entretanto, para gerar desenvolvimento no país a Reforma Agrária precisa democratizar a estrutura da terra.

Diante dessa perspectiva, no nosso entendimento, há que se analisar a possível coexistência entre dois modelos de agricultura no Brasil: o agronegócio e a agricultura familiar e camponesa. Temos que questionar ainda como os incentivos governamentais ao agronegócio e a realização de uma Reforma Agrária se situam nesse processo? Para responder a estas questões, antes se faz necessário compreender qual o modelo de desenvolvimento agrário vigente.

Até o momento, o que podemos observar no país, no que diz respeito aos diferentes governos, é a existência de uma política agrícola com incentivos voltados prioritariamente ao modelo do agronegócio e, por outro lado, uma política mínima que destina míseros recursos para a agricultura familiar e camponesa e a criação de alguns assentamentos. Esse tratamento marginal à agricultura familiar e camponesa vem garantindo o fortalecimento de grandes áreas de extensão rurais, ou seja, a manutenção do latifúndio.

João Pedro Stédile (1997) defende que um programa de Reforma Agrária no Brasil deve romper o compromisso histórico dos governos com os grandes proprietários de terras, para modificar a estrutura fundiária e diminuir o custo na geração de empregos em grande escala:

[...] costuma-se lembrar apenas os benefícios diretos da Reforma Agrária, que são as famílias de trabalhadores que irão receber as terras desapropriadas. [Mas] [...] de forma indireta, são inúmeros os setores e grupos sociais beneficiados, especialmente no meio urbano, pelas transformações no sistema econômico que o desenvolvimento da agricultura traz, ampliando o mercado interno consumidor de bens produzidos na indústria, e, portanto, criando mais empregos na cidade (STÉDILE, 1997, p. 28).

Nesse modelo a Reforma Agrária é apresentada como sendo um elemento fundamental para o desenvolvimento rural e urbano, principalmente no que se refere a bens e serviços para a industrialização.

Na contramão de outros países capitalistas em que a agricultura atuou como suporte no abastecimento da industrialização, no Brasil, o desenvolvimento capitalista no meio rural não se deu do mesmo modo que no meio urbano. Conforme Celso Furtado (1970), isso ocorreu porque as estruturas agrárias na América Latina, incluindo a brasileira, tiveram como ponto de partida a produção de matérias-primas para a exportação. Ou seja, a economia latino-americana do século XIX desenvolveu-se a partir da exploração de grandes extensões de latifúndios e uma ampla massa de mão-de-obra, numa conjuntura em que os países da região buscavam se inserir no mercado mundial de exportação:

[...] o desenvolvimento econômico constituiu, [na região latino-americana] até começos do século atual, em utilizar extensivamente recursos disponíveis de terras e mão-de-obra para inserir-se nos mercados mundiais de produtos primários. Essa inserção requereu, muitas vezes, importantes investimentos infraestruturais que, via de regra, foram financiada do estrangeiro (FURTADO, 1970, p. 353).

Além de exaurir os recursos naturais e produzir uma mão de obra empobrecida, esse modelo de desenvolvimento tornou a região dependente de investimentos externos, principalmente, na área de infraestrutura para o desenvolvimento da indústria. Ao contrário de uma industrialização clássica (com a inovação dos processos produtivos e a formação de um mercado interno) optou-se por criar um processo inicial de industrialização voltado à *substituição das importações*:

Enquanto na experiência clássica a industrialização resultou da introdução de inovações nos processos produtivos, as quais, através da redução dos preços, permitiu a substituição dos produtos artesanais e a formação do próprio mercado, no caso latino-americano o mercado formou-se como decorrência da elevação de produtividade causada pela especialização externa, sendo inicialmente abastecido mediante importações (FURTADO, 1970, p. 124).

Para Maria Tavares (1976), as variáveis internas e externas do desenvolvimento com vistas à substituição de importações foram importantes para o avanço da industrialização e o crescimento da economia brasileira. Porém, tal crescimento econômico resultou em relações assimétricas de dependência dos países agro-exportadores de matérias-primas com os grandes centros industrializados; um exemplo é o caso brasileiro, que desenvolveu uma economia dependente de investimentos e financiamentos dos capitais estrangeiros. Assim, o processo de industrialização dos países latino-americanos, localizados na periferia do capitalismo, se torna dependente das importações de tecnologias dos países desenvolvidos, que haviam criado grandes parques industriais.

Sendo assim, para Furtado, a opção por um modelo de agricultura baseado na monocultura representaria um entrave para a industrialização, por impossibilitar a

implantação de formas diversificadas na organização da produção e no abastecimento da indústria: “[...] a industrialização vem sempre acompanhada de rápida urbanização, que só pode efetivar-se se o setor agrícola responde com uma oferta adequada de alimentos” (FURTADO, 1974, p. 241). O desenvolvimento da indústria depende assim de uma agricultura forte para o abastecimento das demandas industriais e o mercado interno. Porém, no Brasil se observa que o objetivo inicial da industrialização voltou-se para as exportações e a satisfação do setor urbano, tendo contribuído desse modo para a ausência de profundas modificações no setor agrícola e na estrutura agrária.

Como ocorreu no México, em que se realizou uma Reforma Agrária para criação de uma infraestrutura agrícola e um conjunto de políticas voltadas ao estímulo do desenvolvimento capitalista na agricultura; os governos brasileiros historicamente não optaram por modelo similar para desenvolver o capitalismo no campo. Na concepção de Tavares (1976), essa forma assimétrica de desenvolvimento econômico que ocorreu no Brasil colocou em risco a própria organização do sistema capitalista, pois o crescimento do mercado interno não teria sido suficiente para garantir a sustentação da indústria. Como alternativa a esse modelo desequilibrado a autora defende a criação de um projeto de Reforma Agrária reformista, voltado ao desenvolvimento econômico e a incorporação de uma parcela da população do setor primário no mercado consumidor, sendo esta a característica básica de uma sociedade capitalista desenvolvida.

Em seguida apresentamos um breve histórico sobre a formação do MST, procurando expor as principais características, o processo organizativo e suas bandeiras de luta desse movimento social popular de luta pela Reforma Agrária.

## **2.2 A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO SEM TERRA**

Criado oficialmente em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel-Paraná, o MST é um movimento social popular com atuação nacional, que possui como bandeira de luta a democratização da terra e a Reforma Agrária. Composto por trabalhadores sem-terra que realizam ocupações de latifúndios, ocupações de beiras de estradas e de prédios públicos, atos públicos e marchas, a fim de pressionar os governos na implantação de um programa de Reforma Agrária (MORISSAWA, 2001).

A partir da sua fundação, este movimento social se organiza em torno de três objetivos principais: “Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária;” e “por uma sociedade mais justa e

fraterna.” Esses objetivos são definidos nos Congressos, Encontros Nacionais e no Programa de Reforma Agrária do MST para orientação da ação política da organização (MST, 2009b).

Observa-se que o MST atua como um movimento social popular que questiona a concentração da terra no Brasil e defende a mudança da estrutura social, ou seja, combate a desigualdade social do sistema capitalista, propondo como alternativa a transição para um modelo de sociedade com igualdade de direitos e justiça social. Ao se posicionar contra a atual organização social, lutando pela democratização da terra e a Reforma Agrária, os sem-terra trazem à tona as desigualdades sociais, demonstrando a existência do conflito de classes, entre a classe burguesa e a classe operária<sup>49</sup> (incluído aqui as classes populares urbanas e rurais) e entre os latifundiários e a grande maioria social pobre do campo. Diante disso, principalmente partir de 1996, após o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em que 21 trabalhadores foram assassinados pela polícia, a luta do MST contribuiu para a inserção da Reforma Agrária na pauta do governo federal.

Historicamente a organização do MST resultou da união de outros movimentos sociais que lutavam pela terra, mas possuíam atuação restrita em alguns Estados, principalmente no Sul do país, no qual a luta pela terra já era travada, antes da criação oficial desse movimento, por arrendatários, posseiros, meeiros e agricultores sem posse da terra, etc. Nesse contexto, verifica-se que a própria história das Ligas Camponesas, por exemplo, possui uma continuidade no MST, pois após a estagnação da questão agrária durante a ditadura militar, a partir da década de 1980 os sem-terra recolocam o debate da Reforma Agrária no cenário político brasileiro. Esta hipótese é defendida por Mitsue Morissawa (2001). Ela acredita que o MST pode ser considerado herdeiro das lutas de Canudos e Contestado do final do século XIX e das Ligas Camponesas do Nordeste e Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Sul do país, realizadas entre 1950 e 1964, entre outros movimentos de despossuídos da terra no Brasil.

São vários os movimentos sociais de luta pela terra e Reforma Agrária no país, tais como o MST, que surgem a partir da inspiração do Estatuto da Terra, criado no período da ditadura militar. O Estatuto, aprovado em 1964, fruto da pressão dos movimentos sociais, tinha um caráter progressista para a época, permanecendo, contudo, somente no papel, uma vez que os governos militares priorizaram o desenvolvimento da agricultura capitalista, voltada para as grandes áreas de cultivos agrícolas, destinados à exportação e ao abastecimento da industrialização.

---

<sup>49</sup> Conforme o conceito de luta de classes apresentado em Marx e Engels (1989, 1990).

O Estatuto da Terra surge enquanto uma lei que trata da execução de uma Reforma Agrária e política agrícola brasileira: “Art. 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964)<sup>50</sup>.

Essa foi a proposta de Reforma Agrária aprovada pelo Congresso Nacional em 30 de novembro de 1964, no primeiro governo militar do general Castelo Branco. A Lei do Estatuto da Terra apresentava a necessidade da implantação de um programa de Reforma Agrária no Brasil, como condição necessária para a modernização da agricultura e solução dos problemas políticos no campo. Conforme Regina Bruno (1995), a conceituação da Reforma Agrária prevista no Estatuto tinha um caráter *reformista* voltada à reforma fundiária, apresentando como ponto chave a modificação no regime de posse e uso da terra. Nesse contexto, Castelo Branco defendia a realização do que se denominou de Reforma Agrária de caráter “democrática e cristã”, em contraposição a proposta socialista de Reforma Agrária, defendida pelos movimentos sociais de luta pela terra da época.

Além de instituir uma política agrícola com novos conceitos em torno dos diferentes tipos de propriedades no Brasil, o Estatuto da Terra cria a primeira lei de Reforma Agrária no país. Para Morissawa (2001), o principal avanço da lei foi a definição da *função social* da terra, que registrou na legislação a necessidade do uso racional da grande propriedade:

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (BRASIL, 1964).

O elemento central da noção de função social concentrava-se na exigência de um nível mínimo de produtividade e nas condições de trabalho. A partir disso, a grande propriedade que deixasse de respeitar a função social da terra poderia ser destinada para fins de Reforma Agrária.

Com o estabelecimento em lei da obrigação do uso racional da terra buscava-se atacar a improdutividade e especulação ociosa das grandes propriedades, ou seja, do latifúndio improdutivo existente no país. Na mesma lei também se cria o conceito de empresa rural com o qual se procura amenizar a problemática do latifúndio, que passa a ser utilizado pela elite

---

<sup>50</sup> Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2012.

agrária como base de sustentação da modernização agrícola e do desenvolvimento nacional, como explica Bruno (1995, p. 26):

[...] Em torno da noção de empresa agrícola, começa a se ordenar todo um conjunto de pressupostos econômicos, políticos e sociais acerca da redefinição das relações entre agricultura e indústria, da reconfiguração das relações sociais no campo e do padrão tecnológico a ser desenvolvido.

A partir disso, os latifundiários e empresários encontraram na defesa da empresa rural uma forma de garantir a continuidade da concentração do latifúndio improdutivo, justificando-o como um elemento fundamental para expansão da grande empresa capitalista rural: “a propriedade que não excedesse o equivalente a 600 vezes o módulo da região e fosse explorada racionalmente, ocupando mais de 50% da área total agricultável, seria classificada, para efeito legal, como empresa rural” (MORISSAWA, 2001, p. 99).

A fim de se adequar a esse novo conceito, o latifúndio não precisava pertencer legalmente a uma empresa para ser considerado como uma empresa rural, e sim se enquadrar nas normas racionais de uso da terra, a saber, a utilização de pelo menos 50% da área. Essa forma de “modernização” da agricultura possibilitou a criação de uma nova identidade para o latifúndio, mascarando seu caráter violento e improdutivo e transformando-o no “moderno empresariado rural”.

Para Sônia Mendonça (2010), o Estatuto da Terra não representou uma ameaça ao latifúndio, mas estabeleceu somente mais um mecanismo para estimular a manutenção da grande propriedade e sua modernização no Brasil: “[...] a lei de reforma agrária era, simplesmente, uma lei de desenvolvimento agrícola, o que, além de abrandar sua intencionalidade política, tornava-se um texto passível de ambigüidades flagrantes [...]” (MENDONÇA; STEDILE (org.), 2010, p. 42). Nesse contexto, a aprovação do Estatuto da Terra não se converte na implantação de um programa de Reforma Agrária ou mudança na concentração de terra no Brasil, mas torna-se um elemento fundamental na institucionalização de um projeto político reformista de desenvolvimento, nos moldes da ditadura militar; pois, ao mesmo tempo em que a lei é aprovada o governo reprime e persegue os movimentos sociais populares de orientação populista e socialista, que lutam por terra e Reforma Agrária, torturando e assassinando suas lideranças.

Antes do golpe militar a proposta do Estatuto da Terra, apresentada pelo governo João Goulart (1961-1964), representava uma bandeira de luta dos movimentos sociais, ao propor a criação de um projeto nacional de desenvolvimento para a agricultura. Nessa conjuntura, após o golpe de Estado e a instauração da ditadura militar, a aprovação do Estatuto da Terra se

concretizou a fim de amenizar as tensões da luta pela terra e desenvolver o latifúndio, considerado um dos principais entraves para a modernização da agricultura e o processo de industrialização urbana.

A opção do governo pela reforma agrária, como uma das medidas prioritárias para a modernização da agricultura, deveu-se principalmente à visão de que o latifúndio representava um obstáculo estrutural à modernização e à industrialização; e de que se necessitava neutralizar os conflitos sociais no campo que haviam ultrapassado, na prática, os limites do projeto nacional-populista do governo João Goulart (BRUNO, 1995, p. 12).

Ao se apropriar da bandeira da Reforma Agrária, defendida pelos movimentos sociais de esquerda, o governo Castelo Branco concebe outro significado para a questão agrária, desvinculando-a da proposta inicial e apresentando-a como um programa político do governo militar. A partir dessa manobra, o regime militar apresenta o Estatuto da Terra como justificativa para garantir a chamada “modernização conservadora”, implantando no Brasil um modelo de desenvolvimento agrícola capitalista, baseado na concentração da terra e no poder econômico do capital.

Por não incorporar os trabalhadores rurais no processo de Reforma Agrária e, por outro lado, não afetar a desconcentração fundiária, o Estatuto da Terra demonstrou seu caráter contraditório e antipopular, sendo criticado pelos movimentos sociais e intelectuais de esquerda, e, ao mesmo tempo, também pela classe dominante agrária. Conforme Bruno (1995), as entidades patronais acusaram o presidente Castelo Branco de “traição” aos grandes proprietários de terras, pois não admitiam qualquer modificação na estrutura fundiária vigente, mantendo a defesa intransigente da propriedade privada como um direito sagrado.

Mesmo tendo em conta a importância do Estatuto da Terra, por ter sido a primeira Lei de Reforma Agrária criada no Brasil, na concepção de Bruno (1995), ao se analisar o processo histórico de lutas sociais, entre o que se apresentou como alternativa pelos movimentos sociais da época e o que se concretizou de fato, a lei já surge defasada. Tendo em vista que o programa de modernização conservadora da ditadura militar não modificou a estrutura fundiária do país, este gerou novos problemas sociais no campo e nos grandes centros urbanos. Uma das principais consequências foi a intensa exclusão social, que resultou na migração de trabalhadores rurais, sem-terra e sem-trabalho para as regiões metropolitanas, passando a “engrossar o contingente de miseráveis urbanos” (MENDONÇA; STEDILE (org.), 2010, p. 73).

Frente à conjuntura da ditadura militar, a história do MST se inicia no final da década de 1970, período em que a agricultura brasileira passa por um processo de modernização,

como resultado da industrialização, provocando a expulsão em massa de assalariados rurais, arrendatários e posseiros, principalmente no Sul do país. Muitos desses agricultores migraram para as cidades ou para projetos de colonização do Governo Federal em fronteiras agrícolas. É nessa época que se dá início à construção de grandes hidrelétricas que inundaram as terras de pequenos proprietários e posseiros, em vários estados, por exemplo, a hidrelétrica de Itaipu no Paraná, berço das primeiras ocupações de terras no estado. Estas condições produziram elementos fundamentais para a criação do MST no Brasil. Segundo Stédile e Fernandes, essa base social passou a lutar contra a colonização e a migração para as cidades, procurando maneiras de não abandonar a área rural e continuar vivendo nos estados de origem, trabalhando como agricultores: “[O camponês] quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive”. Contudo, com o aumento na expulsão de terras e sem solução para os problemas, esses camponeses começam a se organizar para buscar outras formas de luta e tentar resistir (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 17).

Nesse contexto, no dia 7 de outubro de 1979, aproximadamente 110 famílias ocupam a gleba Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. No ano seguinte, em 1980, cerca de 600 famílias de trabalhadores sem-terra montaram acampamento na Encruzilhada Natalino/RS. Esse processo inicial teve o apoio da CPT, que realizou um importante trabalho de conscientização com os agricultores. Demonstrando assim como o fator ideológico e organizacional foi fundamental para a formação do MST.

[CPT] organismo pastoral da igreja católica, vinculado a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT foi organizada em 1975 em Goiânia (GO), durante um encontro de bispos e agentes de pastoral, a partir de reflexões sobre a crescente onda de conflitos de terra que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. A CPT teve como referência doutrinária a Teologia da Libertação. Procurava aplicar na prática as orientações do Concílio Vaticano II. Embora iniciada no Norte e no Centro-Oeste, estendeu suas atividades para quase todos os estados do Brasil. Atua em todas as dioceses em que há problemas de terra (FERNANDES e STÉDILE 1999, p. 19).

Esse processo de conscientização dos agricultores estava ligado ao trabalho das pastorais das igrejas Católicas e Luterana, com origem na prática expressa pela Teologia da Libertação. No caso da Igreja Católica, a partir das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's), que a partir da década de 1970 contribuíram de forma significativa, do ponto de vista ideológico e organizacional, na reorganização dos movimentos sociais de luta pela terra. A Teologia da Libertação surge a partir do Concílio do Vaticano II e outras correntes progressistas da Igreja Católica:

Corrente pastoral das igrejas cristãs que aglutina agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. Essa corrente ficou conhecida assim porque, do ponto de vista teórico, procurou aproveitar os ensinamentos sociais da igreja a partir do Concílio Vaticano II (FERNANDES e STÉDILE 1999, p. 20).

Essa corrente voltou-se para o trabalho das causas sociais fazendo uso de metodologias de análises da realidade desenvolvidas pelo marxismo. Conforme Stédile e Fernandes (1999), a CPT atuou na aplicação da Teologia da Libertação, desenvolvendo colaboração decisiva na luta dos camponeses, principalmente no aspecto da formação ideológica, pois os padres, agentes pastorais e religiosos passaram a conscientizar este segmento social sobre a necessidade de se organizar e lutar pela terra.

Processo este que culminou na realização do 1º *Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, em janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, quando foi criado o MST. Com a participação de sem-terra de 12 estados, o MST surge como um movimento social dos sem-terra, com o objetivo de lutar pelo acesso à terra e a Reforma Agrária.

Atualmente o Movimento Sem Terra se encontra organizado em 24 estados brasileiros e possui 29 anos de história, tendo conquistado o assentamento de cerca de 350 mil famílias sem-terra, beneficiadas com lotes de terra, créditos agrícolas e infraestrutura mínima para produzir e sobreviver no campo, abandonando assim a condição de sem-terra e tornando-se agricultores camponeses<sup>51</sup>.

De acordo com estimativas do MST (2012), baseado em dados do INCRA, ainda existem no Brasil hoje cerca de 180 mil famílias à espera da Reforma Agrária, que se encontram acampadas em latifúndios e beiras de estradas, vivendo em barracas de lona. Somente ligadas ao MST, há em média 60 mil famílias que permanecem acampadas.

Para uma melhor compreensão sobre a categoria de famílias acampadas e assentadas demonstramos, a seguir, a diferença entre as condições de vida das famílias sem-terra, que vivem hoje nos acampamentos e aquelas que já foram assentadas.

A organização dos acampamentos sem-terra ocorre a partir da ocupação da terra, uma das formas mais importantes de luta utilizada historicamente pelo MST para pressionar o governo federal a atender as reivindicações desse movimento social, por exemplo, desapropriando fazendas improdutivas ocupadas para fins de Reforma Agrária.

[...] as ocupações de terra continuam a ser a principal forma de pressão de massas que os camponeses têm para, de forma prática, fazer a reforma agrária avançar e terem acesso direto à terra para trabalhar. Trabalho, escola para seus filhos e a oportunidade de produzir (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 117).

<sup>51</sup> *Nossa História*, (2009a). Disponível em: <www.mst.org.br>.

O acampamento é composto por um grupo de famílias sem-terra, que se organizam para ocupar latifúndios, beiras de estradas, prédios públicos, entre outros; estes são construídos com barracas de lona, nas quais as famílias vivem provisoriamente, a fim de pressionar o governo para a desapropriação de fazendas e a realização da Reforma Agrária. Esses acampamentos sem-terra podem ter caráter provisório – sendo desmontados assim que atendidas as reivindicações junto às autoridades. O mais comum, entretanto, são acampamentos permanentes, instalados em fazendas ocupadas, que se dissolvem somente quando as famílias acampadas se tornam assentadas. Muitos desses acampamentos se prolongam por vários anos.

Os acampamentos de sem-terra, geralmente, reúnem famílias de agricultores que anteriormente viviam no campo, tais como trabalhadores rurais, arrendatários, bóias-frias, meeiros, além de famílias pobres que migraram para as periferias das cidades e pretendem voltar a viver da agricultura. Os acampamentos também podem mudar constantemente de local, pois, em muitos casos, os fazendeiros ganham na justiça a reintegração de posse dessas áreas e as famílias sem-terra precisam desocupá-las, caso contrário, são despejadas pela polícia.

Após a fase de acampamento, com a desapropriação da fazenda ocupada pelos sem-terra, constitui-se o assentamento, em que a terra é dividida em lotes e as famílias abandonam a condição de ex-acampados tornando-se pequenos agricultores. Dessa forma, o acampamento representa um momento transitório e itinerante de luta dos sem-terra, sendo que o assentamento é um local fixo, da terra conquistada, em que as famílias se estabelecem e passam a produzir a própria existência e viver em comunidade.

O assentamento representa outra fase de luta, em que aqueles outrora acampados, têm de organizar a produção para garantir a sobrevivência da família no campo. A partir desse novo contexto, os assentados reivindicam junto ao governo federal a criação de políticas públicas como moradia, créditos agrícolas, educação, infraestrutura, entre outros. Assim, as ações do MST perpassam um processo constante de criação e recriação de luta social, que tem início com o acampamento, na luta pela terra, e continua na luta pela sua manutenção no assentamento; ou seja, a luta na terra. Quando os sem-terra adquirem a terra e se tornam

agricultores camponeses<sup>52</sup> estes estabelecem novas relações sociais com a sociedade do entorno, da antiga fazenda, agora dividida em pequenas propriedades.

O conceito de camponês passa a ser adotado no Brasil, a partir da década de 1950, época em que adquire destaque nas Ciências Sociais, principalmente, mediante a organização das Ligas Camponesas, no Nordeste brasileiro. Ao abordar a temática do campesinato, Martins (1983), o aponta como um conceito político, ressaltando a existência de diferenças significativas entre o campesinato russo do século XIX e o brasileiro atual, não sendo possível uma comparação simples entre esses dois segmentos. Enquanto na Rússia o campesinato lutava contra a expansão e o processo de expropriação do capital, para não sair da terra, se apresentando como um *campesinato estamental*, ancorado à propriedade comunitária e tradicional; ao contrário, no Brasil, o campesinato se constituiu como uma classe, e não como um estamento. Assim, segundo o autor, o que se observa no Brasil é um processo inverso, de um campesinato que mesmo expulso tenta retornar para a terra, ainda que em locais distantes da sua origem.

No nosso caso, o avanço do capitalismo não dependeu da abertura de um espaço livre à ocupação do capital. O trabalhador já era expropriado. Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da sua própria força de trabalho. Por essa razão o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação (MARTINS, 1983, p. 17).

Nesse contexto, a organização do campesinato brasileiro resulta da expansão capitalista no campo, que transforma a terra em mercadoria. Em tal medida, o avanço do capital obriga os camponeses-posseiros, pequenos agricultores, etc., a perambularem pelo país em busca de terra para trabalhar e produzir a sobrevivência de suas famílias, transformando-o num sujeito desenraizado, migrante, que em muitos casos, deixa seus locais de origem para lutar pela terra em outros locais. Desse modo, as lutas camponesas provocam reações imediatas de agressão, subordinação e violência de classe, por parte da fração agrária da classe dominante. Nesse sentido, a resistência camponesa contra a expropriação do capital se insere dentro do próprio capitalismo, expressando as contradições fundamentais do capital.

---

<sup>52</sup> Procurando negar a concepção de agricultura familiar, defendida, principalmente por Abramovay (1992) e utilizada por algumas organizações de luta pela terra o MST adota o conceito de campesinato para designar seus integrantes ex-sem-terra, quando estes se tornam assentados, adquirindo um lote de terra. Uma das principais organizações que a terminologia da agricultura familiar é a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-BRASIL/Central Única dos Trabalhadores - CUT), criada em 2004, que defende o fortalecimento da organização dos agricultores familiares no Brasil. Disponível em: <www.fetra.org.br>. Acesso em: 23 ago. 2012.

Na mesma perspectiva, Marta Marques (2008) também considera o *campesinato*<sup>53</sup> como uma classe social, que não se resume a um único setor da economia, forma de organização da produção ou um modo de vida. Para ela, enquanto houver desigualdade social no campo e o latifúndio concentrar o poder político e econômico, o *campesinato* deve permanecer como conceito-chave para a análise dos processos sociais e políticos que ocorrem no campo.

Como, na visão de Marques (2008), no Brasil o campesinato surge em uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. Nesse contexto, o modo de vida camponês pode resistir dentro da sociedade capitalista, ora apresentando uma relação de subordinação, ora de negação do próprio sistema social:

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário, etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUES, 2008, p. 60).

Assim, a constituição da unidade camponesa é determinada a partir da existência de uma organização familiar da produção e no modo de vida rural.

Conforme Marques, a partir de meados dos anos 1990, observa-se um processo de retomada da identidade camponesa no Brasil, com o surgimento de movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, que se auto-define como um *movimento camponês*. A partir disso, atualmente verifica-se um processo de *recampesinização* das famílias sem-terra que ocorre com o assentamento das mesmas; demonstrando assim um movimento contrário em relação ao avanço da proletarização no campo e uma “possibilidade de *recriação camponesa* [que] não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade” (MARQUES, 2008, p. 65, grifo do autor).

Não realizaremos uma abordagem ampla sobre o assunto em foco nesta pesquisa, dada sua complexidade e uma vez que este não se mostra indispensável para o entendimento da nossa problemática central. Dessa maneira, retornamos a discussão sobre a formação dos assentamentos, em que, os então acampados, ao assumirem a categoria de agricultor camponês<sup>54</sup> passam a desenvolver a produção para a manutenção da família e comercializar o excedente no mercado local. Assim, este passa a ser visto como um indivíduo importante

<sup>53</sup> Essa visão se contrapõe a Shanin (2005), em que o *campesinato* é visto como um grupo social de baixo “caráter de classe”, que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta somente em momentos de crise.

<sup>54</sup> Conceito utilizado pelo MST para designar a base de famílias que abandonam a condição de acampadas e são assentadas, em fazendas desapropriadas pelo governo para fins de Reforma Agrária.

frente à comunidade local, principalmente no contexto da economia e política da sociedade. Os assentados vivenciam um processo de re-socialização<sup>55</sup>, tendo acesso à moradia, trabalho e renda, o que ocorre a partir de uma consolidação econômica e política no território em que estão localizados.

[...] um assentamento, ao comercializar seus produtos, gera recursos para o município, soma-se ao mercado consumidor, aquece o comércio local e participa da receita do governo, pagando impostos. Nas mãos dos assentados, o crédito agrícola pode resultar numa nova dinâmica na região (MORISSAWA, 2001, p. 226).

Nesse contexto, o assentamento representa um núcleo social, em que se combina produção, convivência social e organização. Um dos principais desafios é tornar viável a produção da pequena propriedade camponesa, garantindo a subsistência das famílias no campo.

Os assentamentos caminham no sentido da resolução das necessidades das famílias, criando condições para o trabalho, para a produção e moradia, ou seja, organizam a economia e as dimensões da vida social, educacional e cultural das famílias assentadas (MST, 2010b, p. 21).

Diante disso, a permanência das famílias camponesas no campo também depende da implantação de políticas públicas mais amplas, como educação, saúde, cultura, lazer, etc. Uma das principais lutas do MST, nesse sentido, têm sido pela instalação e manutenção de escolas públicas nos assentamentos e acampamentos para que seus filhos não tenham que se deslocar até a cidade para ter acesso à educação.

[...] o MST luta desde 1984 pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos. [...] Em toda a nossa história, foram conquistadas 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país (das quais 1.800 até a 4ª série, 400 até o Ensino Fundamental completo e apenas 50 para o Ensino Médio) (MST, 2010b, p. 23-24).

A educação nos assentamentos se estende do ensino infantil até o médio. No entanto, ainda são poucas as escolas que possuem ensino médio e muitos são os assentamentos e acampamentos que ainda não têm escola. A luta pela educação e criação de escolas no MST, surge logo após sua criação enquanto organização nacional, na medida em que os sem-terra percebem a necessidade de exigir o direito à educação de seus filhos, nos locais onde vivem.

Desse modo, o MST desenvolve a luta pela construção de escolas nos próprios assentamentos, próximos dos locais em que as famílias camponesas vivem, para garantir educação pública no campo e evitar que os estudantes tenham que se deslocar por longes

---

<sup>55</sup> A discussão sobre essa questão ficará mais explícita à frente.

percursos, a pé ou de ônibus, até chegar às escolas das áreas urbanas. Com a conquista das primeiras escolas nos assentamentos os sem-terra também percebem que a transferência da concepção da escola urbana para o espaço rural apresenta limitações. E a partir disso, inicia um investimento na formação de educadores do campo, buscando criar um ensino, que além de estar localizado no campo, também valorize o espaço rural como um local bom de vivência e incentive os estudantes a permanecer nos assentamentos. Buscando assim, contribuir para a valorização do rural e diminuir a migração dos jovens e das famílias para os centros urbanos, incentivando os estudantes a permanecerem no campo e se tornarem sujeitos críticos, para transformar o espaço em que vivem. “Não basta ter escola *no* assentamento; ela tem que ser uma escola *de* assentamento. Não basta ter escola *no* campo; tem que ser uma escola do campo, que assuma as causas e a cultura de quem ali vive e trabalha” (MST, 2001, p. 127, grifo do autor).

Assim, a partir do que o MST chama de “pedagogia do Movimento”, o setor de educação do MST constrói um projeto político pedagógico para as escolas dos assentamentos, baseado no fortalecimento do desenvolvimento do campo, no trabalho, na luta por mudanças sociais, cooperação agrícola e valorização da cultura camponesa (MST, 2001).

Desse modo, o MST luta pela criação de uma escola pública do campo, como todas as outras escolas, mas que tenha um vínculo com a prática de luta e organização dos sem-terra, por Reforma Agrária, mudanças sociais, entre outros. Nesse sentido, conforme Roseli Caldart (2012, p. 257) cria-se a concepção de “Educação do Campo”, que representa um “*fenômeno da realidade brasileira atual*”, construído pelos trabalhadores e suas organizações que buscam inserir na política de educação os interesses e a visão social das comunidades camponesas:

Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento das lutas dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que tem implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de políticas públicas, de educação e de formação humana. (idem).

À medida que a Educação do Campo é instituída como um princípio de educação pública *no campo* prega um ensino crítico, com base no trabalho e nas lutas sociais dos camponeses, construindo outro projeto para o campo brasileiro que também influencia a concepção de educação pública da sociedade como um todo.

A expressão “Educação do Campo” é elaborada partir do “Seminário Nacional de Educação do Campo”, entre 26 a 29 de novembro de 2002, em Brasília. Porém a gestão desse processo se inicia na preparação da “I Conferência Nacional por uma Educação Básica do

Campo”, em Luziânia/GO, em julho de 1998 (CALDART, 2012, p. 258). Nesse contexto, a expressão foi forjada a partir das lutas do MST, por mudanças na estrutura educacional nas áreas de assentamentos, que depois se amplia para a luta por educação mais ampla, abrangendo o conjunto dos trabalhadores e movimentos populares do campo.

[...] a Educação do Campo recoloca desde sua luta específica a questão sempre adiada na história brasileira da efetiva universalização do direito à educação, tensionando na esfera da política formas e conteúdos de ações do Estado nessa direção. E se buscar confrontar a lógica que impede os trabalhadores de ter acesso pleno à educação básica não é ainda a “revolução brasileira”, na prática, a superação do capitalismo não se realizará sem passar por esse confronto e sua solução (CALDART, 2012, p. 263).

Todavia, uma política de Educação do Campo não representa somente a educação no contexto escolar, pois, associa educação escolar com a luta social e o direito ao trabalho, a cultura camponesa, etc.; a partir da visão de mundo dos sujeitos que vivem no campo, corroborando para uma formação humana crítica vinculada à produção material da existência. Portanto, essa concepção de educação tem papel fundamental na conscientização e formação humana desses trabalhadores, na luta pelo fim da sociedade capitalista e construção de uma sociedade sem classes.

Em uma análise comparativa entre a educação moderna burguesa e a educação do campo, Marlene Ribeiro (2008) considera que a segunda se constitui como uma educação popular, pois é construída a partir da experiência da prática de luta dos movimentos sociais populares rurais, por trabalho e direitos sociais, o que confere a mesma o caráter de classe – ao ser gestada a partir da e para a classe trabalhadora. Nesse contexto, “[...] o movimento social popular é educador, capaz de forjar uma identidade de classe [...]. A educação popular tal como a compreendemos, tem, então, um caráter de classe, e é isso que a distingue de um conceito abstrato de educação” (RIBEIRO, 2008, p. 44).

Para a autora, o conceito de educação popular busca resgatar a relação da educação com o trabalho, como princípio educativo, no qual se localizam os sujeitos políticos coletivos, que a partir de suas práticas sociais e pedagógicas são responsáveis por forjar uma nova concepção de educação. Em outras palavras, a educação popular é construída por meio da luta dos movimentos sociais populares do campo, que geram profundas mudanças nas concepções e nas práticas da escola pública do campo. O que demonstra a importância da educação popular para o avanço dos movimentos sociais populares do campo.

Na atualidade, a educação do campo projetada pelos movimentos sociais populares rurais/do campo começa a assumir uma identidade própria, [...] pela autonomia que

relaciona o direito ao trabalho à posse da terra, e pela emancipação social como o horizonte das lutas que unem as classes populares (RIBEIRO, 2008, p. 62).

Contudo, a educação do campo se torna um importante instrumento de formação para os trabalhadores, possibilitando o entendimento dos antagonismos de classes e contribuindo para a organização dos sujeitos camponeses na luta por direitos sociais, como a terra, o trabalho, etc. Recoloca assim a possibilidade de construção de um projeto popular de emancipação da classe trabalhadora do campo. Temos consciência de que a questão da educação do campo se apresenta como uma discussão relevante para o MST, mas devido ao curto espaço de tempo não realizamos uma análise detalhada dessa temática, já que isso nos afastaria do nosso objeto de pesquisa.

Isto posto, para além da educação escolar outra preocupação permanente do MST é para com a formação de quadros<sup>56</sup>, no aspecto político e técnico, para atuar nos setores e na organização desse Movimento. Para isso, atualmente o MST mantém duas escolas nacionais com formação em nível médio e técnico.

O Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), hoje vinculado ao Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), foi criado em 1995 e se localiza em Veranópolis/RS. Segundo C (2011)<sup>57</sup>, o ensino é organizado a partir do tripé que congrega a escolarização formal, formação técnica e formação política de militantes, em nível fundamental, médio e profissionalizante, nas áreas de saúde, educação, produção, etc., para atuarem no MST. O instituto conta com estudantes de vários estados do Brasil, tendo seus cursos certificados pelo Conselho Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Sul. Estes funcionam em regime de alternância, com um período de ensino integrado na escola e outro nos assentamentos ou acampamentos em que os estudantes vivem – o que o MST denomina de “tempo escola” e “tempo comunidade”. A escola é administrada em forma de cooperativa, contando com a contribuição dos estudantes para sua manutenção<sup>58</sup>.

Buscando ampliar a formação política e formal de seus militantes, em 2005 o MST também inaugurou a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema-SP. O complexo foi construído com o trabalho voluntário de militantes de vários estados brasileiros. Atualmente, a ENFF realiza cursos informais em várias áreas do conhecimento, voltados principalmente à formação política, além de oferecer cursos formais de graduação de várias áreas para assentados da Reforma Agrária. Estes funcionam em parceria com universidades

<sup>56</sup> Formação política e técnica de dirigentes e militantes, que irão dar continuidade a luta desse Movimento.

<sup>57</sup> Entrevista com C, coordenador nacional do Setor de Comunicação do MST. Realizada em 20 de setembro de 2011, em Guararema-SP.

<sup>58</sup> Com informações de Morissawa (2001).

públicas brasileiras, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em convênios com o Governo Federal. A escola também oferece cursos para indígenas e militantes de outros movimentos sociais da América Latina e da África. De acordo com o coordenador da ENFF, D<sup>59</sup>, o objetivo da escola é construir um conhecimento crítico para a análise da dinâmica social e mudança da realidade, atuando como suporte formativo na qualificação da luta dos movimentos sociais. Os cursos são ministrados por professores voluntários de universidades públicas, além de educadores de outros movimentos e organizações populares, aliados e militantes do MST.

Através de parcerias com universidades públicas, vários trabalhadores do MST estudam em 50 diferentes instituições de ensino. Atualmente se encontram em funcionamento em média 100 turmas de cursos formais, que congregam a formação de técnicos em nível médio, graduação e especialização, com mais de cinco mil estudantes. São cursos como, administração de cooperativa, saúde comunitária, magistério, agroecologia, pedagogia, letras, licenciatura em educação do campo, ciências agrárias, agronomia, veterinária, direito, geografia, história, jornalismo, etc. (MST, 2010b).

Nos últimos anos se observou um crescimento no número de cursos formais de graduação e especialização, em parceria com universidades públicas, voltados aos trabalhadores do MST e da Via Campesina<sup>60</sup>. O que demonstra a preocupação deste Movimento em investir na formação de seus próprios quadros políticos e técnicos, com profissionais de nível médio e superior, em várias áreas do conhecimento, com vistas a garantir a continuidade da sua luta, a autonomia e independência política e ideológica, enquanto um movimento social popular de massa.

Por outro lado, na tentativa de diminuir o isolamento das famílias camponesas, melhorar as condições de produção e sobrevivência no campo, na área da produção o MST também incentiva a organização de agrovilas e cooperativas de produção, coletivas ou semi-coletivas. No sistema de agrovilas as casas são construídas próximas umas das outras, formando um núcleo social, o que facilitaria a convivência e a instalação de infraestruturas;

---

<sup>59</sup> Entrevista com D, coordenador da Escola Nacional Florestan Fernandes. Realizada em 20 maio de 2012, em Guararema-SP.

<sup>60</sup> A Via Campesina é uma organização internacional, que concentra camponeses, pequenos e médios produtores, sem-terras, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo. Criada em 1993 em Mons, na Bélgica, hoje agrega 150 organizações locais e nacionais de 70 países, localizados em quatro continentes (África, Ásia, Europa e América). A principal bandeira é a defesa de uma agricultura sustentável, combate ao modelo do agronegócio e das multinacionais, justiça social e dignidade para os camponeses. Disponível em: < [www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)>. Acesso em 02. jul. 2013.

além do cultivo da terra, que pode ser feito de forma coletiva, em cooperação ou individualmente. Assim, conforme apontam Stédile e Fernandes (1999), no sistema de cooperação agrícola estabelecem-se condições mais favoráveis para a instalação de agroindústrias e o desenvolvimento industrial do campo.

Porém, ao observarmos os assentamentos do MST pelo país, percebe-se a existência de poucas experiências de coletivos de produção ou cooperação agrícola, pois parte dos camponeses ainda busca a manutenção de unidades de produção individuais, tendo como modelo a pequena propriedade capitalista. Fator que, aliado a outros desafios, é um dos entraves no enfrentamento ao modelo do agronegócio, já que muitos camponeses passam a produzir dentro da mesma lógica das grandes propriedades - com grandes quantidades fazendo o uso de insumos agrícolas e agrotóxicos em áreas menores.

Mesmo diante dos limites anteriormente apresentados, ao longo da formação do MST os camponeses criaram várias cooperativas e associações nos assentamentos brasileiros. Conforme dados do MST (2010b), existem hoje mais de 100 cooperativas, 1.900 associações e 96 agroindústrias em funcionamento que, além de cumprirem um importante papel na organização das famílias e produção dos assentamentos, propõem uma organização coletiva da vida e da produção (mesmo com limites), possibilitam aos assentados uma renda maior na comercialização, ao agregar valor maior à matéria-prima, e no acesso as políticas públicas, gerando melhorias na qualidade de vida dessas famílias.

Todavia, na concepção do MST, o enfrentamento ao modelo de produção do agronegócio no campo e a viabilidade dos assentamentos também depende da implantação de outra matriz de produção, baseada em um sistema de cultivo agroecológico. Com vistas a tal fim, o MST desenvolve um trabalho técnico e ideológico, com cursos de formação e capacitação, junto aos camponeses assentados, na implantação de experiências com técnicas de produção agroecológica nos assentamentos. O desenvolvimento destas experiências estimula os assentados a dar início ao processo de transição da agricultura convencional para a Agroecologia,<sup>61</sup> implantando um novo modelo de produção com o uso de técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente e a produção de alimentos sem agrotóxicos (MST, 2007).

---

<sup>61</sup> Trabalhamos com o conceito da Agroecologia como uma nova ciência, que apresenta importante potencial de contribuição na construção de outro modelo de agricultura e desenvolvimento rural, a partir da concepção de Caporal; Costabeber e Paulus (2006).

A proposta da Agroecologia<sup>62</sup> como um modelo de agricultura, tem se consolidado como uma ciência de base para um novo paradigma de desenvolvimento rural, como elemento de contribuição fundamental no enfrentamento da crise socioambiental da nossa época. Isso ocorre, porque, entre outros fatores, “a Agroecologia se apresenta como uma matriz disciplinar integradora, totalizante, holística, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas [...]” (CAPORAL; COSTABEBER e PAULUS, 2006, p. 02).

Assim, a Agroecologia enquanto uma nova ciência integradora e interdisciplinar teria um potencial importante para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, pois o sistema de produção agroecológico combina várias técnicas alternativas de manejo do solo, em que os insumos agrícolas e os agrotóxicos são substituídos por recursos naturais, livres de veneno, evitando a contaminação do solo. Porém, tal ciência não pode ser resumida somente a estes fatores:

A Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas múltiplas interrelações e mútua influência (CAPORAL; COSTABEBER e PAULUS, 2006, p. 03).

Ao mesmo tempo em que se fundamenta na convivência equilibrada com o meio ambiente, buscando um manejo ecológico, essa nova ciência torna-se fundamental para proporcionar uma melhor convivência sócio-ambiental entre o homem e a natureza.

A implantação e difusão desse novo modelo de agricultura nos assentamentos do MST dependem do enfrentamento de alguns desafios, tais como, a ampliação no intercâmbio entre os camponeses - visto que uma grande parcela das famílias assentadas vive em lotes de terra distantes uns dos outros, cultivando a terra individualmente. Outro desafio diz respeito às dificuldades de muitos agricultores na mudança de postura e concepção em relação ao cultivo do solo, na substituição de manejos agrícolas, com base nos agrotóxicos - o que demanda um dispêndio menor de força de trabalho e oferece resultados econômicos em curto prazo - por técnicas alternativas que necessitam de uma quantidade maior de força de trabalho e apresentam resultados econômicos em longo prazo. Ao mesmo tempo, também observamos um intenso apelo do mercado agrícola para o consumo e manutenção desse tipo de agricultura

---

<sup>62</sup> Como na visão dos autores supracitados a “Agroecologia” representa a formação de uma nova ciência no contexto da agricultura brasileira, sendo utilizada com a primeira letra em maiúsculo, no decorrer do texto optamos por manter a mesma grafia do termo.

industrial, baseada na monocultura, no uso de insumos agrícolas e agrotóxicos e arrendamento das terras por alguns assentados para o plantio de cana-de-açúcar, soja, mandioca, etc.

As dificuldades, apresentadas anteriormente, na implantação do sistema agroecológico são permanentes nos assentamentos. Porém, ao mesmo tempo, também percebemos que essas limitações não foram suficientes para impedir algumas famílias assentadas de realizar um processo de transição da agricultura convencional para a agroecológica. Dessa maneira, após vários anos de discussões, formação e intercâmbios entre os camponeses, profissionais e pesquisadores, observa-se a existência de um aumento na conscientização dos camponeses assentados em relação aos limites e malefícios do modelo agrícola, baseado no uso de agrotóxicos.

Esse processo de transição para o modelo de produção agroecológico pode ser identificado, de maneira mais avançada, nos assentamentos que possuem organizações coletivas, semi-coletivas e onde há alguma forma de cooperação. Em muitos destes locais, uma grande parte do sistema de produção ou toda a unidade de produção geralmente se encontra inserida no sistema agroecológico, ou, em fase de transição da agricultura convencional para a Agroecologia.

Contudo, verifica-se que a transição do abandono da condição de sem-terra acampado para agricultor camponês assentado, não representa a realização da etapa final da Reforma Agrária, mas, a continuidade da luta, pois as famílias precisam produzir sua sobrevivência e manutenção no campo. Assim, os assentados seguem reivindicando junto ao Estado, políticas públicas de crédito, infraestrutura, assistência técnica, educação, saúde, entre outros, para a estruturação dos assentamentos e a construção de um novo modelo de agricultura, baseado na produção de alimentos de qualidade, com técnicas agroecológicas, para o fortalecimento de um modelo de agricultura camponesa e participativa, procurando combater o modelo do agronegócio, com o uso de agrotóxicos e o arrendamento de terras, no território dos assentamentos. Nesse contexto, o MST tenta avançar no processo de agroindustrialização do campo para o abastecimento do mercado interno e melhoria da condição de vida dos camponeses.

### **2.2.1 Principais Características do MST**

Dado o modelo de organização e luta pela terra, por Reforma Agrária e os direitos sociais e políticos, o MST vem se configurando, historicamente, como um movimento de massas de caráter popular, sindical e político. Constituindo-se como um movimento social

popular, reunindo trabalhadores sem-terra, geralmente, de origem rural, expulsos do campo, que almejam uma parcela de terra para produzir e sobreviver da agricultura. Ao mesmo tempo, o movimento em questão também conta com pessoas que não sobrevivem da agricultura, mas defendem a luta pela terra. Agregando, dessa forma, a luta corporativa à luta de classes.

O MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe. Se tivéssemos feito um movimento camponês apenas para lutar por terra, esse movimento já teria terminado. Qualquer movimento camponês que restringe sua luta ao aspecto corporativo, sindical, estará fadado ao fracasso (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 35).

Nesse contexto, segundo os autores, o elemento fundamental para a continuidade e fortalecimento desse movimento social, no contexto histórico do Brasil, foi à natureza do seu caráter político e social, vinculando a luta pela terra e por Reforma Agrária ao caráter de luta de classes.

Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra um grileiro. [...] Os nossos inimigos são os latifúndios e o Estado, que não democratiza as relações sociais no campo, não leva o desenvolvimento para o meio rural. Esse Estado está imbuído de interesses de classe (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 35-36).

Esse conjunto de fatores demonstra a visão de alguns dirigentes do MST,<sup>63</sup> que percebem a necessidade da luta pela desconcentração fundiária avançar para além do caráter corporativo e aliar-se à luta de classes. Desse modo, no nosso entendimento, o MST se caracteriza atualmente como um “sujeito coletivo” na sociedade brasileira, que mediante ações de luta reivindicatória, pressiona o governo federal para a resolução da problemática da concentração fundiária e das desigualdades sociais existentes.

Diante disso, o primeiro programa de Reforma Agrária do MST, de 1984, defende a realização da Reforma Agrária e questionava a estrutura da sociedade capitalista. Os objetivos eram: “Lutar por Reforma Agrária já; Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo.” Conforme o programa, os sem-terra devem reivindicar o acesso à terra, por meio de protestos e ações de ocupações de terra, porém, mantendo a autonomia em relação ao Estado e as outras instituições da sociedade (STÉDILE, 2005, p. 178).

No seu primeiro programa de Reforma Agrária o MST defendia, assim, a implantação de um modelo de Reforma Agrária clássico, estando este inserido na sociedade capitalista. Porém, um programa de Reforma Agrária dessa natureza - para o desenvolvimento do campo e estímulo à industrialização - depende de um projeto político governamental de

<sup>63</sup> Como por exemplo, na concepção de um dos coordenadores nacionais do MST, João Pedro Stédile.

desenvolvimento nacional, aliado a outras políticas públicas, para assegurar direitos sociais básicos no campo, como créditos agrícolas, infraestruturas, tecnologia, educação, saúde, cultura, lazer, etc.

Na concepção de Saes, a luta pelo igualitarismo move as classes dominadas de todos os tempos, na qual, “a aspiração a uma distribuição igualitária da riqueza é um elemento ideológico próprio às classes dominadas de todos os modos de produção (escravista, feudal, capitalista); em suma, um invariante ideológico das classes dominadas” (SAES, 1998a, p. 155). Para o autor, as massas do século XIX não lutavam por uma democracia burguesa, mas pela distribuição igualitária da riqueza material, reivindicando uma igualdade sócio-econômica entre proprietários e trabalhadores. Desse modo, a classe trabalhadora almejava a instalação de uma democracia direta com a organização de comitês de trabalhadores, em contraposição a democracia burguesa de caráter representativo e indireto. Ainda de acordo com Saes, isto demonstra que a democracia burguesa não atende, prioritariamente, aos interesses da burguesia, nem do proletariado, mais é a síntese de um processo de lutas entre estas duas classes.

Dada a contradição instituída pela implantação da democracia burguesa na sociedade capitalista e sua complexidade para a luta proletária, ao ultrapassar a luta por “igualdade absoluta” as classes dominadas iriam adquirir consciência da necessidade de lutar por uma sociedade socialista. A partir disso, as classes dominadas atingiriam a consciência revolucionária de classe, percebendo que é preciso ampliar a luta para a destruição do Estado burguês, construção de um Estado proletário e a democracia de massas (SAES, 1998a, p. 156).

Sendo assim, a própria contradição da democracia burguesa, apresentada pelo autor, pode ser usada como um fator determinante na revelação do caráter de classe do Estado. Ao lutar por um Estado burguês democrático, em contraposição, ao Estado ditatorial, o proletariado deve ainda denunciar as contradições de classes, intrínsecas a democracia burguesa capitalista e seu caráter ilusório de igualdade política entre as classes sociais, e a não existência, por conseguinte, da igualdade social.

Frente a esse processo histórico brasileiro, somos levados a crer que a Reforma Agrária não foi implantada até hoje porque as frações da burguesia em geral e as frações da burguesia industrial, em particular não a consideram como uma alternativa para a construção de um projeto de desenvolvimento nacional. Postura que se mantém nos governos do PT - com Luis Inácio Lula da Silva e (2003-2010) e Dilma Rousseff - que até o momento não implantou um programa de Reforma Agrária reformista, mas optou pela criação de políticas

governamentais compensatórias, voltadas principalmente para a população miserável que vive no campo e nos centros urbanos, como os programas *Bolsa Família* e *Fome Zero* (para combater a fome, fortalecer a agricultura familiar e criar assentamentos para produção de alimentos).

Segundo dados do INCRA (2012),<sup>64</sup> no período entre 2003 e 2010 foram assentadas 556,1 mil famílias sem-terra, criando 3.748 novos assentamentos no país. Porém, no ano de 2011, durante o governo Dilma (PT), somente 22.021 novas famílias foram assentadas. Desse total, apenas 1.651 famílias pertencem à base social do MST (2012). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a quantidade de famílias assentadas vem diminuindo, os dados do Censo Agropecuário de 2006, do (IBGE),<sup>65</sup> demonstram que a concentração da terra permaneceu inalterada nos últimos 20 anos. Segundo o índice Gini, que mede o grau de desigualdade social no campo, ao passo que em 1985 a concentração de terras era de 0,857, em 2006 esse número caiu para 0,854, diminuindo somente três milésimos. Nesse caso, quanto mais o coeficiente se aproxima de um, maior é o grau de concentração de terra.

Cenário esse que, conseqüentemente, representa uma maior limitação no acesso à terra pelos camponeses sem-terra. Em reportagem do jornal *Brasil de Fato*, Aline Scarso (2012),<sup>66</sup> demonstra que a política de assentamento do governo Dilma Rousseff (PT) atingiu a pior marca dos últimos dezessete anos, se comparada aos primeiros anos dos governos anteriores. Em 1995, no governo FHC, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foram assentadas 42.912 famílias, já em 2003, Lula (PT) assentou outras 36.301 famílias.

Com a diminuição na criação de assentamentos, avanço do capitalismo e o fortalecimento do agronegócio brasileiro, a tese que passa a ser defendida por vários intelectuais liberais, inclusive de esquerda e do próprio governo do PT, é de que a Reforma Agrária estaria superada na sociedade capitalista. Conforme Fernandes (2003, p. 36), essa perspectiva surge na década de 1990, sustentada por uma nova corrente sobre a questão agrária no Brasil, que cria novos conceitos, tais como a “agricultura familiar para substituir a agricultura camponesa; ou agricultura empresarial para substituir o conceito de agricultura capitalista”. Esta concepção é fortalecida tanto por setores da classe trabalhadora quanto por intelectuais de esquerda, influenciando o discurso da burguesia e estimulando a organização

<sup>64</sup> Dados disponíveis em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2012.

<sup>65</sup> Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 abr. 2012.

<sup>66</sup> Disponível em: <www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 05 mai. 2012.

de novos movimentos sociais, que centralizam sua luta no fortalecimento da agricultura familiar e a inserção da mesma ao mercado capitalista<sup>67</sup>.

Desse modo, o Programa Agrário do MST de 2007 se volta para a defesa de um “projeto popular para a agricultura brasileira”, para a construção de “uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável” (MST, 2007). Nesse caso, para o MST, a Reforma Agrária deve ser efetivada a partir de mudanças sociais, com base na democratização do acesso à terra aos camponeses e trabalhadores rurais, além do estabelecimento do tamanho máximo da propriedade rural, de acordo com as características da cada região e a desapropriação de latifúndios, baseado na função social da terra<sup>68</sup>.

Em termos gerais, o programa propõe ainda: a organização de um modelo de produção agrícola sustentável, de bases agroecológicas para a produção de alimentos saudáveis, criação de agroindústrias para a industrialização do interior do país, crédito agrícola e assistência técnica, educação do campo com a universalização do acesso à educação escolar pública e de qualidade em todos os níveis, entre outros (MST, 2007). Porém, o MST aponta que essas mudanças somente serão possíveis mediante um amplo processo de mobilização popular dos trabalhadores, em pressionar o Estado para a modificação do funcionamento das instituições públicas e implantação de um programa popular de Reforma Agrária.

Essa nova proposta de Reforma Agrária se contrapõe ao projeto de desenvolvimento do capital no campo e ao modelo do agronegócio e apresenta como alternativa a mobilização popular dos trabalhadores organizados:

[...] além do latifundiário temos de enfrentar o modelo do agronegócio que representa uma aliança entre os grandes proprietários de terra, o capital estrangeiro e o capital financeiro. E some-se a eles o apoio ideológico irrestrito da grande mídia, que ataca permanentemente quando qualquer trabalhador se mobiliza. [...] Por outro lado, se a Reforma Agrária depende agora de mudança de modelo de desenvolvimento, isso carece por sua vez de um amplo processo de mobilização popular no país, que ainda não está na agenda pelo refluxo do movimento de massas [...] (STÉDILE; AGGEGE, 2011).<sup>69</sup>

Contudo, o projeto de Reforma Agrária é interditado no contexto do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Ao passo que, nesse sistema, o discurso hegemônico aponta para a

<sup>67</sup> A FETRAF-BRASIL/CUT é uma organização sindical, ligada a CUT. Sua atuação se concentra na mobilização de agricultores familiares para a organização econômica. Buscando a inserção dos produtores familiares, associações, cooperativas de produção e de crédito, redes de comercialização, agroindústrias familiares, ao mercado. “Os objetivos principais da FETRAF-BRASIL/CUT são: Fortalecer e ampliar a representação dos agricultores e agricultoras familiares do Brasil; Unificar a ação sindical cutista, tendo como eixo central o fortalecimento da agricultura familiar [...]” (FETRAF-BRASIL/CUT, 2012). Disponível em: <www.fetra.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2013.

<sup>68</sup> Ver nota 4 deste capítulo.

<sup>69</sup> STÉDILE (2011), em entrevista a Soraya Aggege, Revista *Carta Capital*. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/politica/o-mst-muda-o-foco>. Acesso em: 19 jul. 2013.

inviabilidade de sua concretização, a partir disso, alguns movimentos sociais populares de luta pela terra, a exemplo do MST, irão readequar sua proposta de Reforma Agrária frente à nova conjuntura, tornando-a mais ampla e radical, baseada na mobilização popular e na criação de um novo modelo de produção agrícola. Diante dessa situação, no seu segundo Programa Agrário em 2007, o MST amplia suas bandeiras de luta em relação ao seu programa de 1984, incluindo outras demandas da classe trabalhadora tais como: Agroecologia, soberania alimentar, educação do campo, enfrentamento ao agronegócio, campanha contra uso de agrotóxicos e transgênicos, preservação dos recursos naturais, entre outros. Em geral, estas são pautas defendidas pela Via Campesina<sup>70</sup>, organização internacional de camponeses integrada pelo MST, estando direta e indiretamente relacionadas à questão agrária, à luta dos trabalhadores sem-terra e da classe trabalhadora por mudanças estruturais contra o capital.

Nesse sentido, os dados da CPT (2003) demonstram que no primeiro ano do governo Lula (2003-2010) os movimentos sociais e sindicais brasileiros realizaram 285 ocupações de terra, enquanto em 2010, último ano do governo se registrou somente 35 novos acampamentos. Diante deste cenário, em consequência das políticas sociais, da coerção do governo em relação aos movimentos sociais, entre outros fatores, verifica-se na sociedade brasileira uma diminuição nas ocupações de terras e mobilizações massivas dos movimentos sociais do campo em relação à pauta da Reforma Agrária. Contudo, a implantação de um programa de Reforma Agrária no país depende, essencialmente, da capacidade de rearticulação e ampliação das mobilizações massivas dos movimentos sociais populares de luta pela Reforma Agrária.

A partir da análise da sociedade capitalista, ao demonstrar que a democracia burguesa não elimina a exclusão social, nem a divisão de classes, mas que apresenta em contrapartida uma falsa igualdade social entre todos os indivíduos, percebe-se a necessidade de que a luta por igualdades sociais ocorra associada à luta de classes e a necessidade da destruição do Estado burguês. Ou seja, a luta reivindicatória por direitos fundamentais e igualitarismo (a transformação da estrutura fundiária e a Reforma Agrária popular) precisa estar em consonância com a luta pela eliminação das classes e a construção de uma sociedade socialista.

---

<sup>70</sup> As principais bandeiras defendidas pela Via Campesina são: a soberania alimentar, agricultura sustentável de pequena escala, preservação da biodiversidade, combate ao agronegócio e as transnacionais. Disponível em: <[www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

### 2.2.2 Princípios Organizativos do MST

Na concepção marxista, a desigualdade social é constitutiva da sociedade capitalista, pois demonstra a existência de classes e, por conseguinte, da luta de classes, a partir da dominação de uma classe detentora dos meios de produção, que controla não só o modelo produtivo vigente e o processo de trabalho, bem como o poder econômico e intelectual sobre o proletariado, que é obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. Desse modo, quando a classe trabalhadora se conscientizar da exploração, a qual está submetida, esta se organiza na luta por melhores condições de vida e pela eliminação da exploração do trabalho e da sociedade de classes. Para Marx e Engels (1990), a expropriação dos meios de produção pelo proletariado só é possível a partir de um processo revolucionário e a superação do modo de produção existente.

Nesse contexto, tendo em vista a divisão de classes presente não só no Brasil, mas em todos os países capitalistas; quando os camponeses, trabalhadores rurais, expropriados da terra e/ou expulsos do campo são obrigados a vender sua força de trabalho aos proprietários de terra, ou geralmente, migrar para os centros urbanos; parte desses agricultores ao procurar mecanismos para permanecer no campo passa a se organizar em movimentos sociais populares de luta por terra e Reforma Agrária, a exemplo do MST.

Diante disso, percebe-se a necessidade de organização do proletariado, apontada por Marx e Engels (1990) no *Manifesto do Partido Comunista*. Observamos assim, que o MST se organiza como um movimento social de caráter popular, sindical e político, que reivindica a desconcentração fundiária, o acesso dos sem-terra à terra e uma Reforma Agrária popular. Contudo, este movimento social popular apresenta uma dinâmica de organização política distinta de outros segmentos da classe trabalhadora, como os movimentos sociais e partidos políticos, que possuem uma estrutura verticalizada e hierárquica de poder. Não há no MST um presidente, um grupo de vanguarda ou de pensadores descolados da realidade da luta pela terra. O grupo de coordenação nacional do MST é composto por um colegiado de lideranças, com dois representantes por estado e setores, que integram a direção nacional. As definições e linhas políticas que norteiam as ações desse movimento são de responsabilidade desse grupo de dirigentes, composto por sem-terra acampados, assentados, trabalhadores que vivem no campo ou que possuem vínculos junto às famílias assentadas e acampadas (base social do MST).

Esses dirigentes são eleitos por um coletivo de famílias na qual se encontram inseridos (assentamentos e acampamentos). Cada estado escolhe seus dirigentes: um homem e uma

mulher, em respeito às normas de gênero construídas dentro do MST,<sup>71</sup> que representam os sem-terra nas instâncias (direções e coordenação de setores) nacionais. A troca de lideranças nas direções é realizada a cada dois anos.

Logo, é a base que define quais serão seus dirigentes locais, estaduais e nacionais. A partir dessa metodologia procura-se assegurar que as lideranças sem-terra mantenham vínculos com o grupo de trabalhadores do qual se tornam representantes, além da localidade em que vivem e a questão agrária. Esse princípio, denominado de “vínculo com a base”, vem sendo cultivado historicamente pelo MST como meio de garantir a continuidade do próprio movimento social.

Para o MST o mais importante é manter o vínculo de movimento de massas. [...] Queremos organizar o povo. No momento em que o MST perder a sua base social ou o contato com o povo, aí se foi. Podemos ser os mais sabidos da Reforma Agrária no Brasil, mas não vamos ter nenhuma força (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 81).

Sendo assim, no nosso entendimento, percebe-se que a força política do MST não se concentra na análise política de sua direção acerca da conjuntura e da realidade agrária e social de cada momento histórico, ou ainda na radicalidade do seu projeto de Reforma Agrária popular, mas na capacidade de pressão como movimento social de massa a partir da organização, mobilização e preservação da sua base social.

Além de demandar o vínculo com a base, esse modelo de organização e funcionamento se encontra ancorado em princípios norteadores, da direção coletiva e na divisão de tarefas, que propiciam a organização de uma estrutura um tanto hierárquica, porém predominantemente horizontal, possibilitando uma maior participação da base nas definições do MST: “entende-se por direção coletiva a participação de dezenas e centenas de pessoas na tomada de decisões e, para isto, é necessário que se estabeleça um sistema de formação técnica e política permanente” (BOGO, 1999, p. 39).

As linhas políticas do MST são definidas nacionalmente, nos encontros nacionais e instâncias de direções, porém, a implementação dessas decisões ocorre de forma descentralizada nos estados, a partir de cada realidade local. Alguns documentos internos do MST (2001) expressam a preocupação com a formação de novas lideranças de base, militantes e dirigentes. O foco principal é formar novos quadros para a orientação e direção desta organização popular, procurando assegurar uma autonomia e independência política e

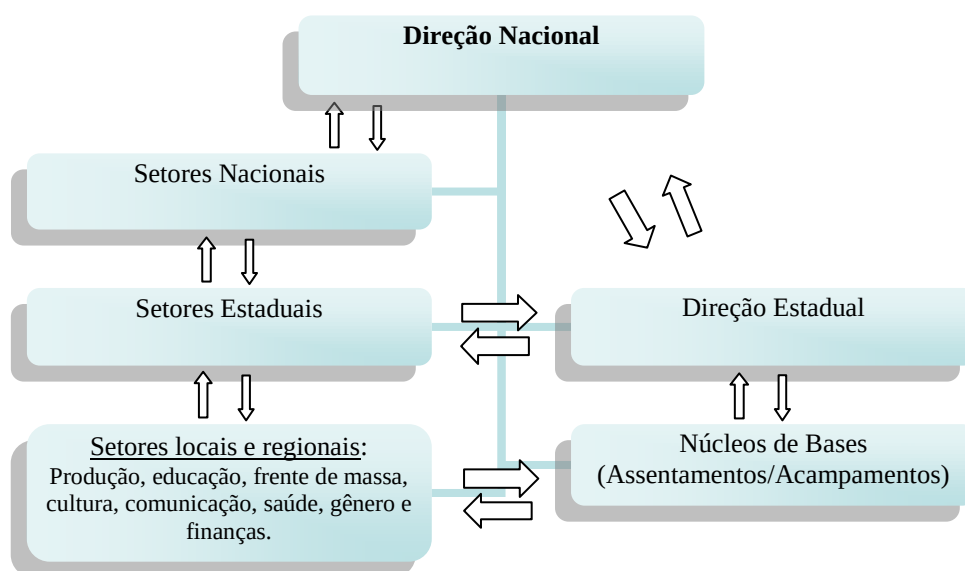
---

<sup>71</sup> Verificamos que a partir da luta das mulheres no MST, pela garantia da participação feminina e construção de relações mais equilibradas de gênero nas direções, a organização estabeleceu como norma a necessidade de participação de 50% de cada sexo, desde as direções dos núcleos de base até a direção nacional.

ideológica, como um movimento social de massa, em relação aos governos e outros segmentos sociais da classe trabalhadora na sociedade brasileira (STÉDILE e FERNANDES, 1999).

Contudo, para facilitar a organização da base social e a divisão de tarefas nos assentamentos e acampamentos, os sem-terra do MST se organizam em grupos de aproximadamente dez famílias, denominados de Núcleos de Bases (NBs). Os núcleos são estruturados em setores, para uma melhor divisão de tarefas, que compõem um dos princípios organizativos do MST, e a realização de atividades que perpassam a realidade desses camponeses. Encontram-se presentes internamente nesse Movimento os seguintes setores: produção, frente de massa, saúde, gênero, comunicação, educação, finanças, cultura, além dos coletivos de direitos humanos, relações internacionais e juventude; organizados desde o local até o nacional, de acordo com as necessidades e demandas de cada localidade.<sup>72</sup> A atuação orgânica dos militantes e dirigentes no MST ocorre, de modo geral, a partir da inserção nesses setores.

**Figura 01 – Organograma organização do MST**



<sup>72</sup> Organização (MST, 2009c). Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 10 mai. 2012.

## 2.3 A POLÍTICA AGRÁRIA DO GOVERNO LULA E A RELAÇÃO COM O MST

Nesse tópico apresentamos as principais características do Programa Agrário do governo do PT, de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) frente à questão agrária durante seus dois mandatos presidenciais. Analisamos também qual a natureza da relação estabelecida entre o governo Lula o MST, em torno da demanda da Reforma Agrária no país.

Lula foi um dos grandes líderes da classe operária brasileira e representava o anseio de décadas de luta dos partidos de esquerda para eleger um representante dos trabalhadores. Eleito presidente em 2002, ele despertou ampla expectativa positiva por parte da classe trabalhadora Latino-Americana, inclusive de segmentos de movimentos sociais populares, como o MST, de que o Brasil passaria por profundas transformações sociais com a realização de algumas reformas, entre elas a agrária. No decorrer do seu governo as propostas de mudanças sociais permaneceram apenas nas promessas de campanha e no passado histórico de Lula e do PT.

Ao contrário do que grande parte da classe trabalhadora esperava, Lula desenvolveu uma política governamental assistencialista de combate à pobreza, tendo como eixo central o programa *Fome Zero*,<sup>73</sup> voltado à distribuição de renda para a população mais pobre. Política compensatória que não culminou em uma ampla geração de emprego, além de não ter conseguido eliminar as desigualdades sociais no Brasil.

A partir desse contexto, passamos à análise do Programa Agrário do PT, que em 1989 defendia a realização de um projeto de Reforma Agrária para a eliminação da concentração da terra e o desenvolvimento da agricultura brasileira: “A reforma agrária é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Visa, antes de mais nada, romper o monopólio da terra e lançar as bases de um padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira” (*PROGRAMA AGRÁRIO DO PT*, 1989, apud STÉDILE, 2005, p. 181).

Já no Programa Agrário de 2002 o PT trata a Reforma Agrária como uma política fundamental para o desenvolvimento rural, baseada na desapropriação de terras improdutivas; conciliada com a produção de alimentos para o combate à pobreza e a recuperação dos assentamentos, com infraestrutura social e econômica, assistência técnica e créditos agrícolas:

O ponto de partida será a realização de um programa efetivo de Reforma Agrária, contextualizado ao programa econômico sob o controle do Estado, via instrumento de desapropriação, complementado pelos demais instrumentos convencionais,

<sup>73</sup> Disponível em: <[www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

incluindo política auxiliar de crédito fundiário para regiões e setores específicos. Com a participação da sociedade civil será elaborado o 'Plano Nacional de Reforma Agrária' (*PROGRAMA AGRÁRIO DA CAMPANHA PRESIDENCIAL DO PT*, 2002, apud STÉDILE, 2005, p. 218).

Isto é, a proposta de Reforma Agrária do PT de 2002 concentra-se no combate à pobreza e no desenvolvimento capitalista do campo, acompanhado principalmente, de um programa básico de políticas públicas para estruturação de assentamentos já consolidados; e em menor intensidade na desapropriação de áreas para novos assentamentos. Percebe-se com isso, que o projeto de agricultura do governo Lula concentra-se em dois eixos centrais: estimula o abastecimento alimentar e nutricional da população, ao mesmo tempo em que propõe a criação de políticas para ampliar o mercado exportador. Nessa linha, a política assistencialista de combate à fome de Lula anuncia como foco central a soberania alimentar da população que se encontra na linha da pobreza:

O eixo central da nossa política de segurança alimentar está na conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, Reforma Agrária, entre outros – e as intervenções de ordem emergencial muitas vezes chamadas de políticas compensatórias (Idem, p. 217).

Nessa proposta o fortalecimento da agricultura familiar e a implantação de um PNRA figuram como políticas fundamentais para a garantia da soberania alimentar, erradicação da pobreza, além da geração de emprego e melhoria nas condições de vida da população rural. Assim, a Reforma Agrária que aparece como um elemento central das políticas estruturais, na prática, figura como um programa secundário e discurso retórico, como veremos posteriormente.

Ao compararmos os dois Programas Agrários do PT, observamos algumas mudanças estruturais. Em 1989, o objetivo central era o enfrentamento da concentração fundiária no país, com a desapropriação de latifúndios e a criação de uma política estrutural para o desenvolvimento capitalista do campo e da indústria. No programa do primeiro mandato de Lula em 2002, a Reforma Agrária é encarada como um plano de desenvolvimento rural para combater a pobreza, com a desapropriação de latifúndios improdutivos ou áreas ilegais (griladas e/ou com trabalho escravo). Constata-se assim, que nesses 13 anos, o eixo central da proposta de Reforma Agrária do PT passou de um programa de democratização fundiária e enfrentamento ao modelo do latifúndio para uma política de criação de assentamentos, restrita as áreas improdutivas e/ou ilegais e à reestruturação de assentamentos antigos, voltado ao abastecimento do programa *Fome Zero*. O segundo Programa Agrário do governo Lula

propõe ainda a garantia da soberania alimentar, ao mesmo tempo em que apresenta como fundamental a geração de excedentes para a exportação de matérias-primas.

Observa-se, então, uma tentativa de conciliação entre dois projetos aparentemente antagônicos de agricultura. De um lado, desenvolve uma política de fortalecimento da agricultura familiar e criação de assentamentos para a produção de alimentos ao programa *Fome Zero*; enquanto por outro lado, concede altos incentivos financeiros ao agronegócio, voltado para a exportação – na retórica do governo: “gerar divisas para o país”. Porém, a primeira vista pode-se observar que a conciliação desses dois projetos não seria possível visto que a Reforma Agrária não aconteceu e a agricultura familiar vem perdendo espaço para a grande propriedade fundiária, com a produção de grandes monoculturas e *commodities* agrícolas para a exportação que têm crescido nos últimos anos (ENGELMANN e DURAN GIL, 2012).

A exemplo disso, o país possui dois ministérios para tratar da agricultura e da política agrária no país. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), criado em 1930<sup>74</sup>, inicialmente como Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, é responsável pela gestão de políticas públicas voltadas à agropecuária e ao agronegócio. E o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), organizado em 1999<sup>75</sup>, que administra as políticas públicas referentes à Reforma Agrária, agricultura familiar, reconhecimento e demarcação de comunidades quilombolas e a regularização fundiária na Amazônia Legal. No processo de elaboração da política estatal e seu produto final (a política estatal realmente implementada) em relação às políticas agrícola e agrária, predominou, em longo prazo as políticas de demarcação e regulação fundiária, que voltaram para a impossibilidade da destruição do grande latifúndio, a sobrevalorização da grande empresa capitalista no campo, eufemisticamente denominada “agronegócio”.<sup>76</sup>

Assim, a nosso ver, não se verifica uma contradição entre esses dois projetos agrários, mas uma opção pelo modelo do agronegócio. Visto que se fossem aplicados de forma plena não havia como conciliá-los, pois enquanto a Reforma Agrária depende da democratização da terra, a grande propriedade e o latifúndio necessitam da concentração da estrutura fundiária.

<sup>74</sup> Com informações portal do MAPA, Disponível em: <[www.agricultura.gov.br/ministerio/historia](http://www.agricultura.gov.br/ministerio/historia)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

<sup>75</sup> Disponível em: <[www.mda.gov.br/portal/](http://www.mda.gov.br/portal/)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

<sup>76</sup> Essa tendência do predomínio, em longo prazo, da política estatal no setor agrário (manutenção do grande latifúndio), acoplada à implementação de políticas agrícolas (sejam compensatórias ou não) que reforçam a política agrária, também é encontrada em outros países na periferia do capitalismo, como a Bolívia, onde se realizou inicialmente uma reforma agrária radical dinamizada por trabalhadores urbanos e camponeses (reforma agrária de 1953) e a atual experiência de reforma agrária do governo Morales (2006). Sobre esse caso ver: Duran Gil (2011).

O que pode ser percebido desde o início do mandato do governo Lula, ao destinar a maioria dos investimentos para o modelo da grande propriedade, optando pelo desenvolvimento de uma política agrícola voltada ao agronegócio, destinada à produção em grande escala para exportação. Nesse contexto, o conjunto de medidas compensatórias não se contrapõe a política agrária vigente, mas a reforça.

Noutras palavras, a Reforma Agrária não ocorreu até o momento, de modos que a criação de novos assentamentos vem diminuindo drasticamente e a agricultura familiar tem recebido poucos incentivos governamentais. Paralelo a isso, as grandes áreas de monocultivos agrícolas para a exportação seguiram crescendo, pois tem à sua disposição o maior volume de recursos econômicos governamentais e privados. A título de comparação no Plano Safra 2011/2012<sup>77</sup>, o governo federal disponibilizou R\$ 107,2 bilhões para o financiamento da produção agrícola e agropecuária empresarial. Para o mesmo período foram liberados somente R\$ 16 bilhões para a agricultura familiar. “O que significa que as políticas agrícolas e assistencialistas estão determinadas pela política agrária, ou seja, a não realização da reforma agrária ou destruição/partilha do grande latifúndio” (Idem, p. 09).

Mesmo sendo considerado um governo de “esquerda” e/ou centro-esquerda - principalmente no primeiro mandato - o governo Lula (PT) coloca o Estado a serviço dos grandes proprietários de terra - que integram a classe dominante brasileira - em contraposição a classe dominada composta por trabalhadores, entre eles os movimentos sociais populares do campo. Conforme aponta Saes (2003), o Estado (burocracia estatal) aliado às classes dominantes desorganiza as classes trabalhadoras e populares, neutralizando a ação política coletiva de classe - como no caso dos movimentos sociais populares formados por alguns segmentos sociais da classe trabalhadora (desempregados, sem moradia, sem-terra, etc.). Entre os mecanismos político-ideológicos usados para tal fim estão: cooptação de lideranças, o clientelismo, o assistencialismo, a criminalização dos movimentos sociais populares, etc. Além do uso da força coercitiva direta da polícia, em determinados casos. A partir dessa desorganização o Estado tenta negar a existência das classes sociais, colocando um coletivo supra-classista: o *Estado-Nação*.

O Estado surge com o desenvolvimento da divisão social do trabalho e as formas de propriedade privada, enquanto aparelho de dominação de classe dos proprietários dos meios de produção sobre o trabalhador. Portanto, o Estado é criado a partir da divisão de classes, tornando-se responsável por amortecer o choque entre as classes e manter uma aparente

---

<sup>77</sup> Disponível em: <[www.agenciabrasil.ebc.com.br](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

“ordem”, evitando a destruição das classes sociais com interesses econômicos antagônicos. Com isso, a classe que domina os meios de produção materiais também garante a dominação política, ideológica e cultural. Essa discussão foi apresentada no primeiro capítulo desta dissertação (ENGELS, 1979).

Conforme Gonçalves (2006), os dados do MDA e INCRA, entre os dois mandatos de Lula (2003-2008) informam que um total de 519.000 famílias foram assentadas. Enquanto isso, nos oito anos (1995-2002) do governo de FHC, segundo o INCRA, foram assentadas 524.380 famílias. Como a análise comparativa dos números dos dois governos não aponta diferenças significativas, em relação aos movimentos sociais do campo, quais seriam as principais diferenças? Nesse contexto, o governo FHC implantou um projeto neoliberal no país, com a criminalização dos trabalhadores sem-terra e um programa de Reforma Agrária de mercado. Já em relação ao governo Lula observa-se a criação de políticas sociais para o campo e o tratamento da questão agrária como um problema político e social apesar da tentativa de “coerção dos movimentos sociais”.

Oliveira (2009) contesta os números de novos assentamentos divulgados pelo governo Lula. Para ele, os dados não correspondem à desapropriação de novas áreas, uma vez que o INCRA contabiliza a criação dos novos assentamentos juntamente com outras metas de ações do PNRA; tais como, a regularização de posses, o reconhecimento de assentamentos antigos e o reassentamento de agricultores atingidos por barragens.

Assim como a maioria dos movimentos sociais de luta pela terra, o autor também não concorda com a metodologia de sistematização de dados adotada pelo governo, em relação à criação de novos assentamentos. Segundo ele, o número geral dos novos assentamentos criados a cada ano deve ser calculado com base somente na desapropriação de novos latifúndios ou obtenção de terras públicas. Observa-se assim, na concepção de Oliveira, uma tentativa premeditada do governo em “inflar” o número real de novas famílias assentadas e convencer os movimentos sociais e sindicais, e principalmente a sociedade, de que as metas do PNRA foram cumpridas. Desse modo, *“o governo finge que faz a Reforma Agrária, e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar”* (OLIVEIRA, 2009, p. 35, grifo autor).

Em protesto a essa postura em 2005 o MST divulgou nota acusando o governo Lula de inflar os números de novos assentamentos, incluindo nesses dados a regularização de lotes antigos:

Lamentavelmente, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, comemora hoje uma política que não desconcentra a propriedade da terra e premia o

latifúndio, por meio de iniciativas que parecem mais com os projetos de colonização da Amazônia do regime militar (1964-1985) do que qualquer política que pudesse ser chamada de Reforma Agrária (MST, 2005, p. 1).

Para o MST, um projeto de Reforma Agrária deve desconcentrar a propriedade da terra e resolver o problema da pobreza no campo, o que não ocorreu com a política agrária do governo Lula.

A partir do desmembramento dos dados de novos assentamentos, apresentados pelo INCRA, Oliveira (2009) demonstra que, ao contrário do anúncio de que entre 2003 e 2008 o governo Lula teria assentado 519 mil famílias, nesse período foram assentadas somente 183.308 novas famílias. O restante corresponde a processos de regularização, reordenação e reassentamentos fundiários. Na concepção do autor, Lula não fez a Reforma Agrária, pois sua política agrária se concentrou no incentivo ao agronegócio, estimulando a produção de grandes monocultivos agrícolas destinados à exportação - as chamadas *commodities* (matérias-primas como: petróleo, café, suco de laranja, minério de ferro, soja, alumínio, etc.).

Tendo em conta que durante a campanha eleitoral Lula se comprometeu a implantar um programa de Reforma Agrária no Brasil, no seu primeiro mandato o MST voltou-se para a organização da própria base, à espera da sua realização. Ao perceber que o governo não iria cumprir sua promessa de campanha, os sem-terra retomam as ações de ocupações de terras e as mobilizações públicas. Mas, a partir do segundo mandato de Lula, conforme demonstrado no tópico anterior, na medida em que o governo abandona o projeto de Reforma Agrária, observa-se um esvaziamento no número de ocupações de terras, acampamentos e protestos dos movimentos sociais populares do campo em todo país. Verifica-se assim um processo de diminuição das mobilizações de massas dos movimentos de luta pela terra.

No primeiro governo Lula, houve um grande número de famílias acampadas, porque se criou a expectativa de que o governo iria fazer Reforma Agrária. Porque, historicamente, havia um compromisso. No segundo governo, houve uma diminuição porque muitas pessoas desistiram de ficar acampadas. Como o governo não acelerou as desapropriações, os sem-terra perceberam que a Reforma Agrária seria mais demorada e, por isso, a nossa base ficou um pouco desiludida (STÉDILE; AGGEGE, 2011).

No entanto, havia uma esperança concreta por parte dos movimentos sociais, como o MST, de que o governo Lula faria a Reforma Agrária a partir da via institucional. Com isso, no primeiro mandato, as mobilizações diminuíram à espera de respostas governamentais. Dado seu perfil de sindicalista e negociador, durante os dois mandatos, o governo Lula estabeleceu um diálogo (porém não para mudar sua política agrária, mas para tentar conter e desorganizar os movimentos populares, como o MST e os sindicatos da CUT e Força

Sindical, entre outros) com os movimentos sociais, evitando uma política de criminalização por parte do Estado - embora isso não impedisse a repressão mesmo que em menor escala se comparada a governos anteriores. Fator que também contribuiu para que os movimentos sociais do campo não se mobilizassem na mesma intensidade que no governo FHC. Na visão de Stédile um maior diálogo com o governo não garantiu o avanço na consolidação das promessas de Reforma Agrária.

Diante dessa conjuntura, constata-se que nos seus dois mandatos o governo Lula não realizou um programa de Reforma Agrária no Brasil, criando em contrapartida uma política compensatória de assentamentos para o desenvolvimento capitalista do campo, a partir da intensidade dos conflitos no campo, e a pressão e mobilização dos movimentos sociais de luta pela terra.

Nesse contexto, as perspectivas para a efetivação de um programa de Reforma Agrária no governo Rousseff (PT) são ainda menores que no governo Lula, pois se verifica atualmente, por parte dos movimentos sociais de luta pela terra, uma menor intensidade de mobilizações massivas - ocupações de terra, ocupações de prédios públicos, entre outros - ao mesmo tempo em que os recursos para a Reforma Agrária vêm caindo vertiginosamente.

Como verificado anteriormente na discussão, diante da nova correlação de forças imposta à classe trabalhadora, o MST amplia suas bandeiras de luta em relação ao seu primeiro Programa Agrário de 1984, voltando-se para a organização interna da sua base social, mantendo na pauta a luta pela Reforma Agrária Popular e apoiando outras bandeiras da classe trabalhadora urbana. As novas demandas do MST se concentram, especialmente, na reorganização da produção agrícola e no campo ambiental, com um novo modelo voltado a produção de alimentos, sem agrotóxicos e com base na Agroecologia e a luta pela educação do campo, para a ampliação de escolas no meio rural e a universalização no acesso à educação pública, entre outros.

No capítulo seguinte realizamos uma análise detalhada sobre a construção da página virtual do MST, apresentando alguns elementos sobre o processo organizativo de comunicação desse movimento, os objetivos, contradições e avanços na manutenção do portal, com base nas reivindicações populares, por parte de um movimento social de luta pela terra e Reforma Agrária.

## CAPÍTULO TRÊS

### A PÁGINA VIRTUAL DO MST COMO INSTRUMENTO DE CONTRAINFORMAÇÃO NA LUTA POLÍTICO-IDEOLÓGICA PELA REFORMA AGRÁRIA

A discussão no capítulo anterior mostra como a apropriação da *internet* pelos segmentos populares da classe trabalhadora, como os movimentos sociais populares, pode representar um potencial importante na expressão das demandas desses grupos, no ciberespaço e no diálogo com outros segmentos da classe trabalhadora, outrora relegados à margem da comunicação de massa pelos grandes conglomerados da informação; bem como chama atenção para a permanência da necessidade de implantação de um projeto de Reforma Agrária Popular no Brasil, defendido pelo MST.

A partir dos dados e informações coletados no trabalho de campo, nesse capítulo apresentamos uma análise sobre a própria página virtual do MST, dos atores envolvidos e da sua dinâmica de construção material e imaterial. Noutros termos, buscamos examinar a construção da página nacional de *internet* do MST enquanto instrumento de contrainformação na luta política e ideológica pela Reforma Agrária no Brasil. Procuramos compreender tanto o processo de comunicação quanto a construção e organização da página de *internet* do MST, como esta se apresenta e se representa como instrumento importante na divulgação da luta desse Movimento. Verificar-se-á também a função desse meio eletrônico na mobilização da sua base social e no diálogo com outros segmentos populares da classe trabalhadora urbana, bem como a transmissão das ações e reivindicações do MST para o espaço virtual.

#### 3.1 A COMUNICAÇÃO DO MST

Buscamos compreender como setores sociais populares - como o MST - se utilizam de um aparelho tecnológico (rede mundial de computadores) para a divulgação de informações, comunicação, mobilização social e interação com outros setores populares.

A compreensão política do MST acerca da importância da comunicação e sua estratégia política surgem a partir da fundação desse Movimento enquanto organização nacional, de tal forma que a criação dos meios de comunicação populares e alternativos do MST representou uma ferramenta importante no acesso ao povo sem-terra e na expansão desse Movimento no território nacional.

Nesse contexto, conforme Cicília Peruzzo (2006b), a comunicação popular tem origem nos movimentos populares do Brasil e da América Latina das décadas de 1970 e 1980, como uma forma alternativa de comunicação, se constituindo a partir de um processo de participação democrática na luta dos movimentos e organizações populares, por melhores condições de vida.

Assim, a comunicação popular também é designada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica. Elas possuem o mesmo sentido político, pois são expressão de segmentos populares excluídos, que lutam por direitos sociais e políticos. Embora o termo “popular” tenha, para alguns autores, o mesmo significado que “comunicação do povo” (mesmo que ambíguo e elástico), sublinha-se a comunicação popular produzida pelo povo e destinada a ele, por meio de suas organizações e movimentos populares, em luta pela sobrevivência desses grupos e por transformações sociais (PERUZZO, 2006b).

Nessa perspectiva, a comunicação popular emerge da luta dos movimentos sociais populares, mediante a criação de canais autônomos de comunicação, para a expressão desses grupos e a mobilização para a conquista de direitos sociais e políticos.

[...] a comunicação popular e alternativa se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para a participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que o torna um processo democrático e educativo (PERUZZO, 2006b, p. 4).

Diante disso, a comunicação popular e alternativa se desenvolve a partir de um caráter educativo e de emancipação, em que o “povo” é o protagonista principal desse processo, constituindo-se num instrumento político utilizado pelas classes subalternas (classes dominadas) para a expressão de sua visão de mundo e construção de uma sociedade igualitária.

Retomemos a discussão do processo de comunicação no MST. A partir dessa concepção percebe-se que a criação do setor de comunicação e dos veículos de comunicação do MST, como o *Jornal Sem Terra* (JST), por exemplo, tiveram papel importante na organização e consolidação de unidade e linha política desse Movimento no território nacional. Contribuindo, assim, de forma decisiva, com as estratégias organizativas e as mobilizações em vários estados, além da sua importância na divulgação das demandas do MST para com os trabalhadores do campo, na organização da sua base social e no estímulo ao debate da Reforma Agrária, voltado aos segmentos populares da classe trabalhadora urbana.

De tal modo esses instrumentos se tornam (e se tornaram) uma espécie de “porta-voz” do MST.

O jornal faz parte da organicidade e da formação do MST. [...] A relação entre o JST e a organicidade leva à ação, conseqüentemente ajuda no processo de formação da consciência. [...] Outro objetivo é ajudar na unidade política, revelando que a realidade e os problemas sociais são comuns a todos os estados e regiões [...] (STRONZAKE, 2011, p. 9)<sup>78</sup>.

O JST é um dos precursores das atividades de comunicação do MST, que surge antes da fundação dessa organização, em 1981 no Rio Grande do Sul, como “Boletim Sem Terra”. Após a fundação do MST em 1984, este veículo adquire abrangência nacional, periodicidade mensal e passa a ser distribuído em todos os estados em que o MST se encontra organizado. Quando foi criado, o objetivo do JST era dialogar com a sociedade local acerca da realidade dos trabalhadores sem-terra e suas demandas de luta. Com o passar dos anos esse propósito se amplia para uma abrangência nacional. O JST segue sendo editado há mais de 30 anos e continua circulando como um veículo de comunicação oficial do MST, priorizando o diálogo com sua base social (MST, 2010a).

Desse modo, o JST está entre os veículos de comunicação, de organizações populares, mais antigos em circulação no Brasil no recente período histórico, pois mesmo diante das dificuldades financeiras e os processos de repressão, segue sendo editado atualmente pelo MST. Verifica-se que a criação deste veículo estimulou também o desenvolvimento de um novo processo de comunicação, de caráter popular e alternativo, com base na realidade dos trabalhadores sem-terra e na luta pela Reforma Agrária.

Ao longo do seu processo de formação e organização, o MST cria vários setores para facilitar sua dinâmica organizativa e assegurar a divisão de tarefas entre seus militantes. Devido às necessidades básicas de sobrevivência das famílias sem-terra no campo e o acesso à educação pública, os setores que possuem maior expressão no MST são: produção e educação. Porém, após os anos 2000 o setor de comunicação também vem adquirindo importância, na medida em que o MST percebe a necessidade de construir uma política de comunicação voltada para a organização interna de sua base social e divulgação de suas reivindicações a outros grupos sociais (governos, organizações populares e população urbana).

De acordo com um dos trabalhos de nossa autoria, escrito com um colega (Cf. GUINDANI & ENGELMANN, 2011), mostramos que inicialmente os militantes

---

<sup>78</sup> Entrevista de Judite Stronzake, integrante do setor de formação do MST ao Jornal Sem Terra. *Encarte especial JST 30 anos*. Edição jun/jul, 2011.

responsáveis pela comunicação do MST faziam parte do setor de jornal e propaganda, que somente a partir do final da década de 1990 passa a ser denominado como *setor de comunicação*. Este setor tem a função de orientar as discussões e construir as linhas políticas do processo de comunicação do MST, no âmbito interno junto à base e no diálogo com outros segmentos populares (classe trabalhadora), bem como coordenar a organização dos instrumentos de comunicação criados por este movimento.

O setor de comunicação está vinculado à estrutura organizativa do MST e se organiza por meio de um coletivo de militantes, responsáveis pela comunicação nas regiões, estados e nos espaços nacionais. Sua coordenação nacional é composta por dois militantes, dos quais um também integra a direção nacional. Uma equipe de comunicadores, sob a orientação do setor de comunicação e da Secretaria Nacional do MST, em São Paulo, coordena a edição dos principais veículos de comunicação do MST, que possuem abrangência nacional – *Jornal Sem Terra*, *Revista Sem Terra*, programas de rádios, assessoria de imprensa, página de *internet* do MST e rede de computadores (MST, 2001).

Conforme discussão anterior, na qual se constata que o MST investe na formação de novos quadros<sup>79</sup>, no campo político e técnico, nas áreas da comunicação e cultura em 2001, os trabalhadores do MST criaram o primeiro curso de nível médio e profissionalizante para seus militantes, realizado no IEJC (RS), com cerca de 50 estudantes. Entre 2008 e 2011 o mesmo curso formou uma segunda turma com 46 alunos. Como explica C (2011)<sup>80</sup>, os estudantes formados nas duas turmas eram oriundos de dez estados brasileiros e se capacitaram nas seguintes frentes: agentes de desenvolvimento cultural e rádios comunitárias. A partir da sua criação o setor de comunicação, juntamente com os setores de cultura, educação e o coletivo de juventude do MST vêm organizando oficinas para a formação política e técnica de novos militantes, atingindo principalmente a juventude, nas áreas de rádio comunitária, audiovisual, teatro, agitação e propaganda, música, entre outros.

No campo da formação superior, a partir de 2010, através de uma parceria da Via Campesina com a Universidade Federal do Ceará (UFC), teve início a primeira turma de graduação em Jornalismo, chamada de “Jornalismo da Terra”, voltada para a formação de militantes dos movimentos que integram a Via Campesina do Brasil. A turma conta com 45 estudantes, oriundos do MST e do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)<sup>81</sup>. Grande parte desses estudantes passou pelos cursos de comunicação realizados no IEJC. O que

<sup>79</sup> Ver capítulo dois: “A luta pela terra no Brasil e a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”, no tópico 2.2: “A formação do Movimento Sem Terra”.

<sup>80</sup> Ver nota 57 e 31.

<sup>81</sup> Movimentos sociais populares que integram a Via Campesina.

demonstra que vários militantes formados nos cursos de comunicação do MST permanecem atuando na área ou em outros setores do Movimento.

Os investimentos na formação de comunicadores populares em cursos de níveis médios e superiores, os quais são oriundos da base social do MST, evidenciam que o Movimento procura formar seus próprios militantes, profissionais e quadros políticos, para a divulgação da concepção de sociedade de seus trabalhadores sem-terra; buscando criar processos de comunicação políticos e populares, a partir da organização de novos aparatos de comunicação, ao mesmo tempo em que mantêm alguns já existentes.

Assim, logo no início da sua organização o MST percebe a necessidade de desenvolver práticas de comunicação popular e alternativa, para auxiliar na organização, mobilização e educação dos trabalhadores sem-terra, a partir da ação política e da dinâmica de luta, por Reforma Agrária e mudanças sociais.

Ao longo de nossa história, estamos desenvolvendo uma comunicação que tem por objetivo organizar e mobilizar, ser ferramenta de educação do povo, divulgar e agitar as pessoas na luta pela Reforma Agrária e por um Projeto Popular para o Brasil (MST, 2001, p. 134).

Partindo do protagonismo dos trabalhadores sem-terra, percebemos que o foco central do processo de comunicação do MST se concentra na consolidação da sua unidade nacional, estímulo à mobilização de sua base social e na difusão de suas reivindicações na sociedade, principalmente junto aos segmentos populares da classe trabalhadora urbana e na pressão ao Governo Federal. Com isso, a organização do processo de comunicação passa a ser considerada uma estratégica política na dinâmica organizativa interna e no diálogo externo do MST com a sociedade. Fatores que demonstram a sua relação direta entre o seu processo de comunicação popular e alternativo e as linhas políticas do MST, bem como o cotidiano dos sem-terra na luta pela Reforma Agrária.

Nesse contexto, Berger (2003) aponta que o processo de comunicação do MST encontra-se subordinado às diretrizes políticas dessa organização. Para ela, no caso desse Movimento, se verifica um estímulo não somente no campo da organização da informação, mas também na formação de quadros políticos nessa área, procurando estruturar uma política de comunicação dos trabalhadores sem-terra e formar seus próprios militantes comunicadores, que necessariamente não precisam ser jornalistas ou especialista na área.

Com base na concepção de Peruzzo (2006b), que considera a comunicação popular e alternativa como um processo de participação democrático e emancipatório das classes subalternas, e mediante o protagonismo dos movimentos sociais e organizações populares que

lutam por melhores condições de vida, observamos que o processo de comunicação do MST se estrutura a partir de uma concepção popular e alternativa, na medida em que passa a ser considerado um instrumento importante dentro da estratégia organizativa dos trabalhadores sem-terra, principalmente em relação às mobilizações e na divulgação de suas demandas, junto aos governos e outros setores da sociedade. Vários documentos do MST<sup>82</sup> alertam que uma retratação próxima da realidade da luta pela terra e da visão dos trabalhadores sem-terra depende da organização de dinâmicas de comunicação popular e alternativa que estejam vinculadas às linhas políticas das organizações e dos movimentos sociais populares que representam esses trabalhadores. E que, sobretudo, transforme os trabalhadores em sujeitos ativos nos processos de produção e gestão da informação e da comunicação.

Diante disso, para além do JST, criado na década de 1980, ao longo da década de 1990 e dos anos 2000, o MST cria outros meios de comunicação populares e alternativos, que adquirem abrangência nacional, estadual e regional, sendo os principais: as rádios comunitárias, *Revista Sem Terra*, *Jornal Sem Terrinha*, Brigada de Audiovisual, Assessoria de Imprensa e Página virtual do MST. Porém, esses aparatos apresentam alguns limites quanto aos custos de manutenção e transmissão de conteúdo. Nesse cenário, a partir da organização e manutenção da página virtual, a *internet* passa a representar um novo canal de comunicação com importante potencial na transmissão e difusão de informações do Movimento.

### 3.2 OS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO DO MST

#### **Jornal Sem Terra**

O Jornal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi o primeiro meio de comunicação criado pelo MST e tem grande importância para os sem-terra. Este surge antes da fundação oficial desse Movimento, em 1981, em formato do boletim informativo (“Boletim Sem Terra”) com circulação semanal, no acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS). O boletim foi organizado pelas famílias com o objetivo de ultrapassar o isolamento do exército, que durante a ditadura militar transformou o acampamento em área de segurança nacional. Seu objetivo era romper a barreira física para informar a sociedade sobre

---

<sup>82</sup> Ver MST (2001; 2010a).

a realidade das famílias acampadas e obter apoio para a luta pela Reforma Agrária. Por outro lado, também possuía a função de informar as famílias acampadas sobre as negociações com os governos e a postura da sociedade em relação à luta desses trabalhadores (MST, 2010a).

Em 1986, o jornal ganhou o prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo<sup>83</sup> por se destacar na luta pelos direitos humanos e na democratização da comunicação. Atualmente o JST possui uma tiragem de 10 mil exemplares, com 16 páginas, periodicidade mensal, sendo distribuído nos 24 estados em que o MST está organizado. Este aparato possui importância histórica para o MST por se destacar na construção da identidade dos trabalhadores sem-terra, na mobilização de sua base social e na consolidação da unidade nacional desse Movimento. Seu principal foco é informar a sociedade sobre a realidade do MST, suas lutas e ações, e manter sua base social informada sobre as lutas da classe trabalhadora, em andamento no país.

Quanto à informação, pretendemos atender a duas necessidades: divulgar à sociedade as lutas, avanços e conquistas dos trabalhadores rurais e levar ao conhecimento dos Sem Terra as lutas que ocorrem em todo o país. O Jornal Sem Terra é mais um instrumento para avançar na conquista da Reforma Agrária e na construção da sociedade justa, solidária e igualitária (MST, 2010a, p. 9).

O JST é editado por uma equipe de comunicadores, localizada na Secretaria Nacional do MST. Porém, o processo de produção é realizado de forma coletiva, que se inicia com uma reunião de pauta com a participação de alguns dirigentes nacionais. A elaboração de conteúdo é dividida entre os comunicadores e militantes do setor de comunicação em SP e nos estados, bem como dirigentes e militantes de outros setores e intelectuais aliados. Como pode ser adquirido através de assinaturas, além da militância e da base social do Movimento, o público do jornal se estende para entidades apoiadoras: igrejas, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, universidades, entre outros.

### **Jornal Sem Terrinha**

O Jornal Sem Terrinha foi criado em 2007, após o primeiro seminário do MST em que se discutiu a temática da infância sem-terra. O jornal publica desenhos, textos e brincadeiras, buscando estimular o diálogo das crianças com os pais e educadores, sobre o cotidiano do MST, temas sobre a realidade do campo e a problemática da questão agrária. “[...] A ideia é que o jornal deve ser o mais próximo a nossa realidade e trazer os temas de nosso cotidiano.

---

<sup>83</sup> A premiação é concedida anualmente pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, desde 1978 e conta com o apoio do Comitê Brasileiro de Anistia, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Comissão de Justiça e Paz da Cúria Metropolitana/SP, Associação Brasileira de Imprensa e Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Também é buscado trabalhar temas que estão na mídia em geral e dar um sentido e uma leitura desde o Movimento” (MST, 2010a, p.17).

A proposta desse Jornal é estimular a leitura e o desenvolvimento de uma identidade nas crianças, em relação à organização e a continuidade do MST. Quanto ao público alvo não há uma idade determinada, porém, a proposta é abranger, especialmente, as crianças que vivem nos acampamentos e assentamentos, cuja organização das atividades é realizada pelas suas famílias. Assim, o objetivo é atingir a infância sem-terra e ser um instrumento que provoque o debate nas escolas dos assentamentos e acampamentos do MST. A publicação é encartada no Jornal Sem Terra, mensalmente e o processo de produção é realizado por meio de uma parceria entre os setores de educação, cultura e comunicação do MST.

### **Rádios do MST**

Outro aparato de comunicação apropriado historicamente pelo MST são as rádios comunitárias. Como aponta Prado (1989), o rádio é um meio ágil e, além da possibilidade de produzir programas ao vivo, abrange um público mais amplo por não exigir um conhecimento especializado para a recepção da mensagem. Por isso, apresenta maior facilidade em atingir os segmentos populares e se torna um dos principais meios de acesso para a classe trabalhadora rural e urbana. Também necessita de menores investimentos financeiros, se comparado a outros meios de comunicação tradicionais (TVs, jornais, revistas, etc.).

Segundo o Manual de Redação do MST (2010a, p. 35), o Movimento passa a utilizar o rádio ainda na década de 1980 - entre 1987 e 1988, quando produzia e veiculava um dos primeiros programas semanais de alcance nacional, na Rádio Aparecida, que fazia parte da rede católica. Nesse período, a organização também buscou espaços em programas de entidades aliadas e comprou horários em rádios comerciais, para a divulgação de programas sobre a luta por Reforma Agrária, além de instalar rádios-poste em alguns acampamentos para auxiliar na comunicação com a base.

Influenciado pelo crescimento do movimento das rádios comunitárias, a partir da década de 1990, tentativa em melhorar a comunicação entre as famílias sem-terra e com a sociedade externa, nesse período o setor de comunicação do MST inicia a organização de cursos e oficinas para a capacitação de militantes e instalação de rádios comunitárias em vários assentamentos e acampamentos pelo país.

A principal experiência do MST em programas de rádio surge com a produção do programa “Vozes da Terra”, que possuía distribuição mensal de CD’s temáticos, com quatro

programas de 15 minutos cada. Os programas eram distribuídos para as rádios do MST, bem como outras rádios: católicas, universitárias, comunitárias e algumas comerciais pelo país. Os temas abordavam a luta do MST e os problemas sociais, políticos, entre outros; e debates sobre a conjuntura de interesse dos sem-terra. Seu conteúdo também era publicado na página de *internet* do MST (MST, 2010a). Outra experiência importante tem sido a montagem de rádios em mobilizações massivas. Nesse contexto, destacam-se a “Rádio Brasil em Movimento”, organizada durante a Marcha Nacional do MST, em 2005, e no seu 5º Congresso Nacional, em 2007<sup>84</sup>. Essas rádios tiveram papel fundamental na organização interna das ações do Movimento, além de contribuir na qualificação e capacitação dos militantes da comunicação.

O MST avalia que a organização das rádios comunitárias nos acampamentos e assentamentos melhora a comunicação interna da base e abastece a sociedade local com informações sobre o cotidiano das famílias sem-terra e a luta pela Reforma Agrária, principalmente nas áreas da produção e educação, em que o MST possui várias experiências importantes<sup>85</sup>. Por isso, o setor de comunicação segue investindo na criação de novas rádios comunitárias e na ampliação desse aparato de comunicação no território do MST.

Há uma compreensão e decisão política do MST de ampliar o número de rádios em assentamentos e acampamentos para avançar na relação com o conjunto das famílias Sem Terra e com a sociedade em geral. A avaliação é de que este não é um processo fácil, pois exige, além da montagem da rádio (equipamentos), o funcionamento e coordenação interna permanente. O desafio cotidiano é ter continuidade e persistência no trabalho com as rádios comunitárias camponesas (MST, 2010a, p. 39).

Percebe-se que entre as dificuldades do MST quanto à ampliação das rádios comunitárias estão: a capacitação técnica e política dos comunicadores da base sem-terra, os custos financeiros dos equipamentos e a produção de conteúdo. Porém, no entendimento do Movimento a problemática central se concentra na legislação de Radiodifusão Comunitária no Brasil<sup>86</sup>, que está ultrapassada e não tem condições de atender as necessidades do campo. Diante disso, historicamente no país verifica-se um processo de criminalização das rádios

<sup>84</sup> A Marcha Nacional do MST de 2005 teve a participação de mais de 10 mil pessoas, que caminharam durante 15 dias, no trajeto entre Goiânia (GO) e Brasília (DF). E o 5º Congresso Nacional do MST reuniu 18 mil delegados durante uma semana (MST, 2010a).

<sup>85</sup> Ver discussão do capítulo 2.

<sup>86</sup> O serviço de Radiodifusão Comunitária foi criado pela Lei 9.612, de 1998. E trata da radiodifusão sonora, em frequência modulada, que deve ser operada em baixa potência de 25 watts e cobertura restrita a um raio de 1 km. As rádios comunitárias devem atender a comunidade beneficiada e estimular a difusão de ideias, da cultura, das tradições, hábitos sociais da comunidade, entre outros. Além disso, as rádios com autorização de outorgas para operação do serviço de radiodifusão comunitária só podem ser concedidas a associações comunitárias ou fundações, sem fins lucrativos, com sede na localidade em que será instalada a rádio (BRASIL, 1998). Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm)>. Acesso em: 13 jul. 2013.

comunitárias por parte das rádios comerciais e do Estado brasileiro, que nos últimos anos tem fechado muitas rádios do MST.

O MST denomina suas rádios comunitárias de “rádios comunitárias camponesas” e, através do setor de comunicação orienta que a organização das mesmas deve ser feita de modo coletivo, a partir da formação de uma coordenação política, para garantir a participação de representantes das famílias acampadas ou assentadas nos locais em que estas forem instaladas. Conforme dados do MST (2010a), atualmente existem aproximadamente 25 rádios comunitárias camponesas em funcionamento, a maioria destas na região Sul do país.

### **Revista Sem Terra**

A Revista Sem Terra foi criada pelo MST em 1997, com o intuito de produzir um veículo de comunicação mais aprofundando sobre a questão agrária, para colaborar na formação de militantes e abastecer o público apoiador da Reforma Agrária, principalmente da classe trabalhadora urbana. Suas temáticas giram em torno de pautas conjunturais, questão agrária, assuntos de caráter internacional de interesse do MST e dos segmentos populares. Sobretudo, além de apresentar o MST e discutir a questão agrária, o objetivo central é fazer o contraponto à mídia burguesa.

A Revista contribui para uma visão mais ampla sobre o MST, além do que é tratado na mídia comercial. [...] Para que a sociedade defenda a Reforma Agrária e apóie as mobilizações sociais e ações governamentais contra a existência e perpetuação do latifúndio é essencial que os moradores das cidades compreendam os problemas do campo e caminhem juntos na busca de soluções justas e legítimas. Neste aspecto, a Revista é instrumento eficaz para atingir professores, parlamentares, lideranças, profissionais liberais, sindicatos urbanos, igrejas, organizações não-governamentais, partidos políticos e apoiadores internacionais (MST, 2010a, p. 25).

A Revista apresenta uma discussão mais elaborada dos trabalhadores sobre a luta pela terra, a questão agrária e outros temas como política, economia, educação, história e cultura do país. Além de ser distribuída gratuitamente para os dirigentes, militantes do Movimento e representantes de grupos sociais aliados; também é divulgada em outros países, através dos comitês de apoio à Reforma Agrária e ao MST, presentes principalmente na Europa, Estados Unidos e América Latina. A tiragem é de 10 mil exemplares, com circulação bimestral, sendo editada com 36 páginas coloridas.

Porém, devido às dificuldades financeiras e criação de outros veículos de comunicação, a exemplo da página de *internet* – que, em parte, vem suprimindo a necessidade de debate com a militância do Movimento e a classe trabalhadora urbana -, a partir de 2011 a

Revista é transformada em um veículo de edição especial, sendo publicado somente em algumas ocasiões em que o MST considera importante discutir mais profundamente alguma temática de seu interesse. Seu conteúdo completo<sup>87</sup> pode ser acessado no portal virtual do MST.

## **Audiovisual**

Com o avanço tecnológico da década de 1990, os trabalhadores sem-terra se apropriaram da linguagem audiovisual para retratar sua realidade de luta pela Reforma Agrária. Porém, segundo o MST (2010a), o processo de produção audiovisual adquire um caráter de sistematização a partir da criação da Brigada de Audiovisual da Via Campesina, com a experiência de produção do filme “Lutar Sempre! - 5º Congresso Nacional do MST”, em 2007. O objetivo desse coletivo é capacitar militantes dos movimentos sociais que integram a Via Campesina Brasil para se utilizarem da produção audiovisual, a partir de uma linguagem da classe trabalhadora. Ou seja, tornar a prática de luta e os processos coletivos dos trabalhadores do campo protagonistas desse processo. No caso específico do MST, o propósito é organizar uma produção audiovisual sobre as lutas do MST e retratar as conquistas dos trabalhadores sem-terra, nas mais diversas dimensões da prática camponesa: educação, cultura, produção, saúde, comunicação, entre outros. Esses vídeos são divulgados na página de *internet* e do *youtube* do MST<sup>88</sup>, bem como distribuídos para outros movimentos sociais e organizações aliadas.

A partir da organização de cursos formativos na ENFF, em Guararema (SP), entre 2006 e 2009, com militantes da Via Campesina, a Brigada de Audiovisual inicia um processo de discussão e análise com base em filmes produzidos sobre, para e com os movimentos; voltado para a construção de outra linguagem audiovisual dos movimentos sociais a partir dos atores ou sujeitos dessas organizações. Nesse sentido, optou-se pelo uso de uma linguagem audiovisual crítica vinculada à realidade dos movimentos sociais populares, buscando a produção de reflexões aprofundadas sobre os problemas sociais e a realidade dos trabalhadores do campo e à construção de um sujeito coletivo no processo de conscientização da classe trabalhadora. Procura-se com isso tornar a linguagem audiovisual como “[...] mais uma das diversas ferramentas que os movimentos sociais possuem para difundir seus ideais e conquistar suas bandeiras de luta” (MST, 2010a, p. 64).

---

<sup>87</sup> Entre as edições de maio e junho de 2004 a outubro de 2010.

<sup>88</sup> Disponível em: <[www.youtube.com/user/videosmst](http://www.youtube.com/user/videosmst)>. Acesso em 15 ago. 2013.

Nesse contexto, o propósito do coletivo de audiovisual do MST é produzir filmes ou vídeos que não se encerrem na edição, mas sejam utilizados como aparatos de comunicação na promoção do debate político e formação sobre as lutas dos movimentos sociais populares.

### **Assessoria de Imprensa**

Devido à cobertura negativa dos grandes meios de comunicação sobre o MST e suas ações na luta pela Reforma Agrária, tratando da luta do MST como ilegal e qualificando os sem-terra como um “bando fora da lei”, a partir de 2004 o MST iniciou a organização de uma rede nacional de assessoria de imprensa.

Percebendo o poder de influência da grande imprensa na sociedade brasileira e na tentativa de amenizar os efeitos negativos da cobertura jornalística e a criminalização da mídia em relação ao MST, a assessoria de imprensa passou a atuar em três frentes: produção de conteúdo para a distribuição entre os jornalistas (*releases*, materiais de apoio, etc.), principalmente durante as mobilizações e ações do MST; qualificação no contato com estes profissionais e na preparação de seus dirigentes para dialogar com a imprensa. Porém, conforme o Manual de Redação do MST, os trabalhadores sem-terra devem ter certo cuidado com os grandes meios de comunicação e não nutrir “[...] ilusões com os veículos burgueses. Nós nos comunicamos com o povo brasileiro através da luta. Contudo, é preciso dialogar com esses meios, sobretudo para evitar que o enviesamento das notícias seja ainda maior” (MST, 2010a, p. 28). Isso demonstra que os sem-terra têm consciência do caráter burguês e de classe da imprensa e percebem que, mesmo a imprensa tendo uma grande influência na opinião pública, a melhor forma de o MST se comunicar com a sociedade segue sendo através da organização de mobilizações de massa.

Atualmente o MST possui militantes/assessores que integram o setor de comunicação em dois grandes centros: São Paulo e Brasília, onde se verifica uma busca maior da imprensa por informações. Também existem comunicadores em aproximadamente dez estados, em que o MST possui uma capacidade maior de mobilização e expressão. Esses comunicadores se tornam referência para a imprensa nos estados, na busca de informações sobre o MST, evitando assim um contato direto com os dirigentes. A partir disso, cria-se uma espécie de “blindagem” da organização e de seus dirigentes e uma relação de maior profissionalismo com a imprensa (GUINDANI e ENGELMANN, 2011).

Em geral, no MST o trabalho de assessoria de imprensa não é realizado exclusivamente por jornalistas formados. Na maioria dos estados, os militantes do setor de

comunicação que atuam nessa frente são de estudantes da turma de jornalismo da Via Campesina na UFC (Jornalismo da Terra) e, em outros, de militantes com profissionalização em outras áreas. Além da assessoria de imprensa esses comunicadores realizam outras funções, como a produção de conteúdo para o JST, Revista Sem Terra, página virtual, entre outros veículos, como veremos a seguir.

### 3.3 A CONSTRUÇÃO DA PÁGINA VIRTUAL DO MST

Nesse tópico passamos a apresentar a descrição dos dados coletados na pesquisa de campo para a análise da temática em questão, buscando verificar como o MST se utiliza das novas tecnologias da informação (*internet*) para ampliar sua relação com os segmentos populares da classe trabalhadora urbana, bem como melhorar a organização interna e ultrapassar o cerco da mídia burguesa. Também procuramos levantar informações de como o Movimento, através do setor de comunicação, organiza internamente seu processo de comunicação e mantém uma página virtual para a divulgação de suas demandas e reivindicações; e, sobretudo, demonstrar como o conteúdo publicado no portal virtual retrata as várias interpretações dos fatos que ocorrem no cotidiano de luta do MST.

Para tanto, partimos da análise de entrevistas semiestruturadas realizadas com lideranças, comunicadores do setor de comunicação e militantes do MST, no período entre 2011 e 2013, abrangendo um universo de 13 pessoas, de oito estados diferentes. Nesse sentido, Haguette (1987) aponta que a entrevista, assim como os outros métodos científicos das ciências sociais, é um instrumento utilizado para a coleta de dados que deve seguir alguns pressupostos, tais como a busca da objetividade e “leitura” do real, procurando evitar contaminações por parte do pesquisador ou de fatores externos. A autora considera que, mesmo diante da impossibilidade de uma ciência neutra, ainda assim, se faz necessário a busca pela objetividade, mesmo que esta seja inatingível.

Desse modo, Haguette (1987) recomenda o uso da entrevista na coleta de dados, buscando contemplar as normativas dos métodos científicos e a fim de evitar o viés da pesquisa, porém, também considera fundamental reconhecer os limites deste instrumento.

Com relação às fontes de vieses oriundos do informante, é preciso distinguir entre as informações de caráter subjetivo e aquelas de caráter objetivo emitidas por ele ao longo de uma entrevista [...]. Temos que reconhecer que estamos recebendo meramente o retrato que o informante tem de seu mundo, cabendo a nós,

pesquisadores, avaliar o grau de correspondência de suas afirmações com a “realidade objetiva”, ou factual (HAGUETTE, 1987, p. 88).

Nessa perspectiva, o viés pode originar-se de fatores internos ao observador, na elaboração do roteiro e no depoimento do entrevistado ou informante. Sendo que, na entrevista, as declarações subjetivas dos informantes refletem a visão de mundo desses sujeitos, suas opiniões e valores, que precisam ser confrontadas com comportamentos passados e posturas não verbais, informações objetivas e dados de outras fontes relacionadas, a fim de atestar a validade e consistência das informações.

Contudo, procurando minimizar as distorções e apresentar um retrato mais próximo da realidade, sobre a criação e o funcionamento da página virtual do MST, nesta pesquisa optamos pelo uso de dois métodos complementares, a entrevista e a observação participante.

Em relação à observação participante nos apoiamos na concepção de Brandão (1999), que considera a mesma um importante instrumento para a apreensão das percepções pessoais e subjetivas dos sujeitos, que integram algum grupo social. Contribuindo assim com uma análise mais completa sobre o funcionamento e o posicionamento das instituições sociais na estrutura da sociedade. O autor também aponta que por muito tempo acreditava-se que a metodologia científica adequada deveria ser utilizada para proteger o sujeito de si mesmo, no entanto, de sua própria subjetividade. Porém, mediante a aplicação e experimentação dos métodos científicos nas ciências sociais, estes possibilitaram uma maior aproximação das pesquisas para com as relações humanas e os sujeitos pesquisados. Desse modo, algumas experiências apresentam as seguintes evidências, no que se refere à escolha de um método de pesquisa:

uma delas: só se conhece com profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura, quando através de um envolvimento – em alguns casos, um comprometimento – pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga. Outra: não é prioritariamente um método objetivo de trabalho científico que determina *a priori* a qualidade da relação entre os pólos da pesquisa, mas, ao contrário, com frequência é a intenção premeditada, ou a evidência realizada de uma relação pessoal e/ou política estabelecida, [...] que sugere a escolha dos modos concretos de realização do trabalho de pensar a pesquisa (BRANDÃO, 1999, p. 8, grifo do autor).

Nesse caso, a escolha de um método objetivo de pesquisa de campo não depende somente dos pressupostos teóricos, mas, em especial, do comprometimento do pesquisador para com seu sujeito a ser pesquisado, ou seja, a postura do pesquisador em relação à inserção na pesquisa e para com o sujeito/outro a ser investigado. Considera-se assim, que a relação entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa não é determinada, a partir da escolha do método a

ser utilizado, porém, em grande medida, depende do conhecimento e comprometimento pessoal ou político anterior do pesquisador para com o sujeito ou grupo social a ser analisado.

Visto isso, nos utilizamos da observação participante em reuniões e encontros do MST, visitas à equipe de comunicadores da Secretaria Nacional do MST, em São Paulo e no levantamento de informações gerais sobre a organização desse Movimento. Com base na concepção de Brandão (1999), partimos de um conhecimento e comprometimento prévio (militância), sobre nosso sujeito de pesquisa, a página de *internet* do MST, para a escolha dos métodos científicos das ciências sociais supramencionados, e em seguida apresentar a descrição e análise.

Após a realização do terceiro Congresso do MST em 1995, em que foi definida como palavra de ordem: “Reforma Agrária: uma luta de todos”, e a partir do desenvolvimento da tecnologia e da expansão da *internet* no Brasil na década de 1990, em 1997 o MST cria uma página nacional na rede mundial de computadores. O propósito desse espaço é a divulgação de notícias, artigos, imagens, vídeos, fotos, etc., sobre as demandas de luta do Movimento (MST, 2010a, p. 18). Percebe-se, com isso, que havia uma consciência por parte dos dirigentes do MST de que a compreensão dos governos e da sociedade em torno da luta dos movimentos sociais populares do campo, por um projeto de Reforma Agrária no Brasil, somente se tornaria possível com o apoio da sociedade brasileira, em especial da classe trabalhadora urbana. A partir dessa conjuntura, o portal virtual do MST adquire função importante na conscientização da população urbana sobre a atualidade e necessidade da implantação da Reforma Agrária, no país.

Nesse período o MST emerge como “sujeito coletivo” político nacional no Brasil, devido o Massacre de Eldorado de Carajás, em 1996<sup>89</sup> e a “Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, em 1997. Tais fatos provocaram uma grande repercussão nacional e internacional sobre a luta desse Movimento, paralelo a um momento de descenso de outras organizações sociais e sindicais. Nesse período, a *internet* ainda se encontra em um processo inicial no Brasil, com pouca popularidade e acessos restritos a uma pequena parcela de usuários, principalmente da classe alta e média, nas áreas urbanas, devido ao alto custo inicial da rede. Porém, havia uma esperança por parte dos grupos populares que a *internet* poderia vir a se tornar um instrumento importante na potencialização da comunicação popular. Desse modo, vários segmentos populares, entre eles o MST, passam a apostar numa possível

---

<sup>89</sup> Ver Formação do MST no capítulo 2.

apropriação do espaço da rede virtual para apresentar suas reivindicações (MST, 2010a, p. 18).

Assim, o portal foi criado para a divulgação das demandas do MST, buscando tornar as bandeiras de luta desse Movimento conhecidas na sociedade e, sobretudo, estimular o debate em torno da pauta da Reforma Agrária. Desafios que permanecem atuais, conforme relata um membro da coordenação nacional do setor de comunicação do MST, C (2011):

[...] sentíamos uma necessidade de ampliar a nossa comunicação com a sociedade, compreendendo que a reforma agrária só seria viável com o apoio da população urbana, ao mesmo tempo em que éramos demandados por diversos setores sobre nossas opiniões em inúmeros temas, além da própria reforma agrária.

Desse modo, inicialmente, quando criada, a página de *internet* do MST apresentava um conteúdo estático, com informações genéricas de suas demandas, não tendo uma atualização sistemática. Já a partir de 2003, o portal passou a ter atualização diária de conteúdo, se tornando mais dinâmico e ágil. Conforme o Manual de Redação do MST (2010a), durante a Marcha entre Goiânia e Brasília, em 2005, os sem-terra percebem a importância da página virtual para o processo de informação e comunicação. Pois, por meio desse instrumento, o Movimento teve condições de divulgar diariamente conteúdos (notícias, imagens, vídeos e áudios) na *internet* sobre a trajetória da marcha e as reivindicações dos sem-terra, estando livres de filtros ideológicos e editoriais.

Ao se utilizar da rede virtual para informar sobre a realidade da luta pela terra e pela Reforma Agrária, o MST passa a se comunicar, interagir e ampliar o conhecimento de suas reivindicações na sociedade, principalmente junto à classe trabalhadora urbana brasileira. Diante disso, a *internet* apresenta um possível potencial para um processo de comunicação popular e alternativo, aparentemente, autônomo e livre de filtros editoriais e ideológicos; além de tornar possível a associação de várias linguagens e conteúdos (textos, imagens, áudios, vídeos) no ciberespaço.

Procurando melhorar o acesso à rede virtual, conforme explica o coordenador da página do MST, E (2011)<sup>90</sup>, no ano de 2006 e 2009 o portal passou por um processo de qualificação e atualização, visual e estrutural, com mudanças na parte gráfica e *design*, adotando um sistema operacional mais ágil e flexível. O próprio MST, em seu Manual de Redação (2010a), reconhece que essa ainda é uma nova tecnologia de difícil operacionalização que precisa ser mais bem apropriada pelos trabalhadores.

<sup>90</sup> Entrevista com E, jornalista e militante, responsável pela coordenação da página virtual do MST. Realizada em 19 de novembro de 2011, em São Paulo.

Contudo, o processo de construção da página virtual demonstra que os dirigentes do MST possuem consciência quanto à necessidade de apropriar-se de um aparato virtual para o desenvolvimento de um processo de comunicação popular e alternativa. Buscando auxiliar no diálogo com uma parte da sociedade, ou seja, com os segmentos populares da classe trabalhadora urbana, ao mesmo tempo em que procura fugir do filtro editorial e ideológico dos grandes conglomerados de comunicação e se contrapor à abordagem deturpada e hegemônica da imprensa burguesa, que produzem um discurso contrário às lutas do MST e da classe trabalhadora no Brasil.

A partir da resolução do terceiro Congresso do MST é necessário criar instrumentos de comunicação que pudessem contribuir nessa comunicação com o conjunto da sociedade. A partir dessa linha política, nasce em 1997 a página do MST, que tinha como objetivo mais geral levar informações e dados para a sociedade para que ela pudesse conhecer o MST diretamente, sem passar pela mediação dos grandes meios de comunicação, que se colocam contra as reformas democráticas populares e contra a reforma agrária (E, 2011).

O depoimento evidencia que a criação do portal faz parte de uma definição política do MST voltada para a aproximação, diálogo e alianças com a sociedade urbana, procurando principalmente, o apoio da classe trabalhadora. Para isso era necessário organizar meios de comunicação populares e alternativos de maior alcance, capazes de atingir a população urbana, como também se verifica no caso da *Revista Sem Terra*. Isso demonstra como as estratégias e práticas de comunicação do MST se encontram vinculadas às linhas políticas dessa organização, podendo ser modificadas na medida em que surgem mudanças nos rumos políticos da mesma.

Porém, diante da revolução informacional e a expansão da *internet* no Brasil, a definição do MST em criar uma página virtual na rede também é determinada pelas seguintes características: agilidade, abrangência e menores custos na apropriação dessa tecnologia em relação aos demais aparatos de comunicação, como explica o membro da coordenação nacional do MST, F (2011)<sup>91</sup>:

Ela [página] vai além daquilo que é propriamente só a nossa base social – o que é diferente de uma publicação escrita, que é mais dirigida, para assinantes, para a base social. A página é uma janela aberta praticamente, e [...] pelos avanços tecnológicos a questão do custo disso influenciou, de forma fundamental. Porque [...] dá uma possibilidade de abrangência muito grande de assuntos, de atualização muito rápida e com custo reduzido [...]. O que reuniu esse conjunto de atrativos que era possível avançarmos nesse aspecto.

---

<sup>91</sup> Entrevista com F, membro da coordenação nacional do MST. Realizada em 18 de novembro de 2011, em Guararema-SP.

Desse modo, a partir da opção pela organização de uma página virtual o MST busca se apropriar das facilidades tecnológicas da rede, que pode ser acessada de qualquer lugar em nível mundial e depende de volumes menores de investimentos, ultrapassando algumas dificuldades políticas e econômicas enfrentadas por esses segmentos populares no acesso aos veículos de comunicação tradicionais. Conforme discussão anterior, Monteiro (2001)<sup>92</sup> aponta que a rede virtual leva vantagem, principalmente no aspecto econômico, por depender de investimentos menores dos segmentos populares da classe trabalhadora, para o acesso e a utilização desse aparato de comunicação na divulgação de suas demandas e interação com outros grupos sociais. Tais fatores contribuem para a apropriação e potencialização desse novo instrumento de comunicação, por parte dos movimentos sociais populares como o MST, que passa a fazer uso da *internet* para a produção e difusão de conteúdos no ciberespaço. Vejamos um exemplo, conforme imagem abaixo (Figura 2).

**Figura 02- Página do MST no formato atual**



Fonte: Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 28 set. 2013.

<sup>92</sup> Ver capítulo 1: “O processo de trabalho e as novas tecnologias da comunicação”.

### 3.3.1 Organização da página

O Manual de Redação do MST (2010a, p. 20-21) orienta sobre quais editorias devem ser utilizadas no portal virtual, sendo retratadas na produção e divulgação de matérias, artigos, imagens, vídeos e áudios. Segundo o documento, o conteúdo da página teria que se inserir nas seguintes categorias: agricultura camponesa, agronegócio, educação, cultura e comunicação, lutas e mobilizações, internacional, meio ambiente, projeto popular, Reforma Agrária, transgênicos, violência e criminalização. Outra categoria que se recomenda dar destaque é a denominada “Nossa Produção”, localizada no *menu* superior. O espaço concentra a divulgação de textos e vídeos sobre a produção nos assentamentos, com a apresentação de resultados positivos, conquistados pelas famílias assentadas. Verifica-se que, a partir da produção e divulgação de conteúdos diários, atualmente a equipe de comunicação responsável pelo portal está conseguindo seguir a orientação editorial.

Na página virtual do MST são publicados conteúdos diversos: notícias, artigos, vídeos, imagens, áudios, poesias, músicas, etc. De forma geral, segundo E (2011), a produção e divulgação de conteúdos se encontram organizada em quatro eixos principais: 1) Publicação de notícias sobre o cotidiano dos trabalhadores sem-terra, mobilizações e debates sobre a Reforma Agrária, produzidos pela equipe da página em SP e por militantes e comunicadores do MST nos estados; 2) Reprodução de informações sobre a temática da Reforma Agrária e denúncia do latifúndio e agronegócio<sup>93</sup>, publicadas pela imprensa alternativa, popular e apoiadores de esquerda; 3) Reprodução de algumas notícias divulgadas pela imprensa burguesa que criticam a lentidão da Reforma Agrária e o modelo do agronegócio; 4) Bem como a publicação de informes e textos completos de trabalhos acadêmicos e estudos de especialistas sobre a questão agrária.

De modo geral, o portal do MST é organizado como um espaço para a divulgação de conteúdos relevantes sobre as demandas de luta da sua base social e a pauta da Reforma Agrária. O espaço também possui *links* para o conteúdo de outros veículos de comunicação do MST, como o *Jornal Sem Terra*, *Revista Sem Terra*, Videoteca “Gregório Bezerra”<sup>94</sup> - que disponibiliza filmes e vídeos sobre a questão agrária no Brasil -, além do *Informativo Letra Viva* que divulga textos contendo a posição oficial do MST sobre alguns temas atuais, que os trabalhadores sem-terra consideram importante dialogar com seus aliados políticos e

<sup>93</sup> O portal divulga conteúdos de veículos de comunicação “aliados”, como: o Jornal Brasil de Fato, RadioAgênciaNP, portal Vermelho, Repórter Brasil, Greenpeace, Instituto Humanitas Unisinos, além de alguns blogs e portais públicos, como a Agência Brasil, Senado e Câmara (MST, 2010a, p. 22).

<sup>94</sup> A Videoteca é uma parceria do MST com o projeto Armazém Memória.

militantes<sup>95</sup>. Há, inclusive, um espaço denominado “Eu apoio o MST!”, que contém vídeos curtos sobre ações realizadas pelo Movimento e depoimentos de personalidades em apoio à Reforma Agrária. Alguns *links* dão acesso aos dados sobre o funcionamento do MST, tais como: número de acampamentos, assentamentos, informações econômicas e sociais relativas à questão agrária, poesias, sugestão de livros, textos e documentos (MST, 2010a).

Ao acessar a página do MST, o usuário terá acesso a um espaço geral onde o conteúdo se encontra organizado por tópicos, conforme o assunto. Ou seja, apresenta um *menu*, com os seguintes itens: **O MST, Nossa Produção, Biblioteca, Vídeos, Especiais, Mural, “Eu Apoio o MST” e o Jornal Sem Terrinha**. Em cada um desses ícones o usuário tem acesso a várias informações sobre o cotidiano de luta desse Movimento.

### **Principais tópicos da página do MST**

**O MST:** Esse tópico se divide entre os seguintes itens: *Quem Somos, Nossas Bandeiras, Organização, Linhas políticas, Notas oficiais, Lutadores do Povo, Poemas e poesias, Letra Viva, Jornal Sem Terra e Revista Sem Terra*. O espaço reúne basicamente informações gerais sobre a organização do MST e suas bandeiras de luta. De modo que os conteúdos retratam a história do MST, objetivos, organização, projeto de Reforma Agrária, posição oficial sobre a pauta da questão agrária, homenagens a lutadores póstumos, como apoiadores e sem-terra assassinados, além de poemas e os conteúdos do *Jornal Sem Terra, Revista Sem Terra*<sup>96</sup> e o *Informativo Letra Viva*.

**Nossa Produção:** Nesse espaço são apresentadas as experiências na área da produção de alimentos nos assentamentos e acampamentos do MST. Estas informações estão organizadas em um mapa do Brasil dividido por regiões.

**Biblioteca:** Essa pasta concentra diversos tipos de conteúdos das seguintes editorias: agricultura camponesa, agronegócio, direitos humanos, educação, cultura e comunicação, lutas e mobilizações, meio ambiente, internacional, projeto popular e transgênico.

---

<sup>95</sup> O boletim Letra Viva é o único aparato de comunicação oficial enviado para apoiadores, por correio eletrônico, em forma de mala-direta.

<sup>96</sup> No portal estão disponíveis as edições do Jornal Sem Terra de junho de 2009 a novembro de 2012. E as edições da Revista Sem Terra disponíveis são de maio/junho de 2004 a outubro de 2010.

**Vídeos:** apresenta vídeos curtos sobre pautas, mobilizações e experiências do MST, em diversas áreas, como na: produção, educação, participação das mulheres, assassinatos, agrotóxicos, agronegócio, juventude sem-terra, entre outros.

**Especiais:** Nesse espaço são divulgados os especiais e as campanhas organizados pelo MST, para a divulgação de “Jornadas de Lutas” ou para discutir algum assunto considerado relevante para discutir com sua base ou com a sociedade. Os especiais concentram informações, análises, imagens, vídeos, etc.<sup>97</sup>

**Mural:** Local em que os usuários podem deixar comentários de até 15 linhas sobre o MST. São aceitas mensagens de apoio, críticas e sugestões, porém, os depoimentos agressivos ou acusações sem provas não são publicadas. Verificamos mensagens de apoio ao Movimento e a Reforma Agrária, em repúdio a cobertura da imprensa, solicitações de como participar do MST, visitas, onde encontrar materiais para compra, etc.

**Eu apoio o MST:** Concentra a publicação de vídeos curtos com manifestações de apoio, com personalidade, intelectuais, artistas, entidades nacionais e internacionais, etc.

**Sem Terrinha:** O *link* direciona o usuário para a página do Sem Terrinha, que procura dialogar com a infância sem-terra. No local são publicados os seguintes conteúdos: Jornal Sem Terrinha, Revista Sem Terrinha, músicas, desenhos, jogos, livros, vídeos, etc.

Abaixo do *menu* principal outra lista com alguns ícones dá acesso aos seguintes *links*: *Loja da Reforma Agrária*, com os preços de alguns materiais do MST para venda; *Indicamos*, em que são publicados endereços de portais *online* de organizações e entidades consideradas referência pelo MST<sup>98</sup>; *Fale Conosco*, local que permite o envio de mensagem para o MST; *Assine o Jornal Sem Terra*, em que é possível fazer a assinatura do jornal. Há também um *Expediente* que informa os nomes da equipe de comunicadores que abastecem a página.

Na página geral do portal também há um *link* de acesso ao *Facebook* e ao *Twitter* oficiais do MST. Estes são atualizados pela mesma equipe de comunicação da página. O

<sup>97</sup> Os especiais em destaque no momento são do Massacre de Felisburgo, em que cinco trabalhadores sem-terra foram assassinados em 2004 e da Campanha “Para expressar a liberdade”, que defende a democratização da comunicação e propõe uma nova Lei de Comunicação no Brasil. A campanha é promovida pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e possui o apoio de várias entidades e movimentos sociais. Entre eles o MST. Disponível em: <[www.paraexpressaraliberdade.org.br](http://www.paraexpressaraliberdade.org.br)>. Acesso em: 16 ago. 2013.

<sup>98</sup> Na área da agricultura, cultura, direitos humanos, entidades, governo, literatura e notícias.

*Twitter* foi criado em 2009 e o *Facebook* passou a ser utilizado a partir de 2011. Segundo o coordenador do portal, E (2011), o *Twitter* do MST possui 25 mil seguidores, que recebem os títulos e *links* das notícias publicadas na página do Movimento, bem como outras informações, sobre temas que a direção do Movimento considera importante se manifestar. Já o *Facebook*, no dia 15 de julho de 2013, registrava 26.910 membros<sup>99</sup>. Porém, em momentos de “jornadas de lutas” há uma média de 100 compartilhamentos, nos demais períodos a média passa para 50 compartilhamentos, conforme Tabela 1 abaixo. O objetivo central do MST é aproveitar as redes sociais para ampliar os acessos da sua página virtual. Em geral, essas tecnologias publicam o conteúdo do portal e algumas informações curtas (textos, imagens e vídeos). Conforme discussão anterior<sup>100</sup>, o MST também mantém uma página no *Youtube* para divulgação de sua produção audiovisual.

**Tabela 1 – Quadro de páginas do MST nas redes sociais.**

| Veículo         | Números           | Função                                                                         |
|-----------------|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Twitter</b>  | 25.000 seguidores | Reproduz informações da página do MST e divulga textos com até 140 caracteres. |
| <b>Facebook</b> | 26.910 membros    | Reproduz <i>links</i> da página do MST e publica imagens com textos curtos.    |

Fonte: MST (2010a) e G. (2013). Data: 15 jul. 2013.

No rodapé da página principal também se encontram alguns *links* que direcionam o acesso para alguns portais de entidades parceiras<sup>101</sup> e páginas de “Comitês de Solidariedade”<sup>102</sup> em outros países. Esses Comitês são organizados de forma voluntária por grupos estrangeiros que apóiam a luta do MST no Brasil. Desse modo, os indivíduos de outros países podem ter acesso aos conteúdos produzidos por esses comitês, que geralmente reproduzem informações da página do Movimento, que são traduzidas para outras línguas. Verificamos que a reprodução de conteúdo do portal pelos comitês internacionais de apoio tem sido fundamental para a ampliação na divulgação das demandas do MST, no exterior e para o desenvolvimento de uma rede de solidariedade; que atua como um importante

<sup>99</sup> Com informações de G, jornalista e militante, integrante da equipe da página do MST. Entrevista realizada em 15 de julho de 2013.

<sup>100</sup> Ver tópico 3.2.5 sobre audiovisual.

<sup>101</sup> Associação dos Amigos da ENFF, Jornal Brasil de Fato, RadioAgênciaNP, Via Campesina, Minga Informativa e Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (Cloc).

<sup>102</sup> Os comitês se localizam na Alemanha ([www.mstbrasilien.de](http://www.mstbrasilien.de)), Holanda ([www.mstnederland.nl](http://www.mstnederland.nl)), Finlândia ([www.maattomienliike.wordpress.com](http://www.maattomienliike.wordpress.com)), Reino Unido ([www.mstbrazil.org](http://www.mstbrazil.org)), Espanha ([www.sindominio.net/mstmadrid](http://www.sindominio.net/mstmadrid)), França ([www.amisdessansterre.blogspot.com.br](http://www.amisdessansterre.blogspot.com.br)), Itália ([www.comitatomst.it](http://www.comitatomst.it)) e Suécia ([www.mstsverige.blogspot.com.br/](http://www.mstsverige.blogspot.com.br/)). Fonte: página do MST (2003).

instrumento de pressão internacional, especialmente em momentos de desrespeitos aos direitos humanos e sociais e de criminalização do MST, pela mídia ou pelo governo brasileiro. Todavia, esses comitês formam uma rede internacional virtual de apoio e solidariedade ao MST, similar ao que se verifica no caso dos zapatistas, como apresentado no capítulo um<sup>103</sup>. Nesse caso específico, a partir da insurgência em 1994, o EZLN passa a divulgar suas ações e demandas na *internet*, estimulando a formação de uma rede internacional de solidariedade, que torna os zapatistas conhecidos em vários países e impede uma repressão sangrenta por parte do governo mexicano.

Após a reformulação do portal, em 2009, o MST passou a usar o serviço do *Google Analytics* para quantificar o número de acessos à página. Em 2010 o programa registrou uma média diária de cinco mil acessos de visitantes:

Em julho de 2010, um programa que faz o controle do número de acessos apontou 5 mil visitantes por dia (e 12.000 subpáginas acessadas). Cerca de 25% dos visitantes entram diretamente no site, enquanto 60% chegaram por meio de páginas de pesquisa. Apenas 15% foram redirecionados de outras páginas na *internet* (MST, 2010a, p. 19).

Essa quantidade de acessos registra um aumento significativo em períodos que o MST realiza suas “Jornadas Nacionais de Luta”, como na semana de 17 de Abril, que se tornou o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária<sup>104</sup>. Nesses períodos, o portal também registra um volume maior de divulgação de conteúdo, produzido pelos comunicadores do MST nos locais em que se realizam as ações e as mobilizações. Segundo E (2011), nesses momentos o número de acessos na página cresce para oito mil pessoas, que acessam em torno de 16 mil subpáginas. Número que quase dobra a média diária de cinco mil acessos em dias normais, conforme se verifica abaixo, na Tabela 2.

**Tabela 2 - Número de acessos na página virtual do MST, entre 2010 e 2011.**

| Por dia              | Normais                                                                                     | “Jornadas de Luta” |
|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Número de acessos    | 5.000                                                                                       | 8.000              |
| Número de subpáginas | 12.000                                                                                      | 16.000             |
| Formas de acessos    | - 25% entram diretamente no <i>site</i> .<br>- 60% acessam por meio de páginas de pesquisa. |                    |

<sup>103</sup> Ver Ortiz (2005) e Castells (2006b).

<sup>104</sup> Após o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em que 21 trabalhadores foram assassinados pela polícia, o crime ganhou repercussão nacional e internacional. Em 2002, após a pressão dos trabalhadores sem-terra o governo FHC decretou o dia 17 de abril, como *Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária*. (BRASIL, 2002). Em seguida a Via Campesina transformou a data em *Dia Internacional de Luta Camponesa* e passou a realizar ações para relembrar a data em vários continentes.

|  |                                                                |  |
|--|----------------------------------------------------------------|--|
|  | -15% são redirecionados de outras páginas na <i>internet</i> . |  |
|--|----------------------------------------------------------------|--|

Fonte: MST (2010a) e E (2011). Data: 15 jul. 2013.

Com base na tabela conclui-se que a página do MST registra um crescimento nos períodos de “Jornadas de Luta” e mobilizações do Movimento, paralelo ao aumento no volume de produção de conteúdo e de acessos de usuários, ao mesmo tempo em que as ações também repercutem na imprensa. Desse modo, cria-se um ciclo que contribui para a referência da página enquanto fonte importante na disseminação de conteúdos que apresentam as demandas e as lutas do MST.

Evidencia-se assim, que o crescimento nos acessos na página do MST ocorre principalmente, quando este realiza mobilizações massivas de caráter nacional, como as “Jornadas Nacionais de Luta”, ou em manifestações estaduais e locais de grande impacto, como as ocupações de terras, marchas, entre outros. Diante desses fatores, comprova-se que para surtir efeito na luta contra o capital e exercer alguma pressão sobre o Estado burguês, o uso dos instrumentos da chamada revolução informacional por segmentos populares, nos termos de Lojkin (1995), como a *internet*, deve estar associada às lutas e mobilizações massivas desses grupos. Noutros termos, em geral, a consolidação da página virtual do MST em contraponto à visão hegemônica da grande mídia, em relação à luta do MST e a Reforma Agrária, depende da mobilização desses trabalhadores na rua e em espaços de disputa e pressão (como a terra, prédios públicos, etc.).

Durante pesquisa e observação do portal do MST, no dia 05 de julho de 2013, verificamos que a notícia de maior destaque, publicada foi uma entrevista do jornalista Eduardo Scolese, Agência Folha<sup>105</sup>, com o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, que na ocasião analisou os protestos ocorridos recentemente no país, iniciados a partir de mobilizações pela redução da tarifa de ônibus, convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo<sup>106</sup>. No destaque abaixo, outras cinco notícias abordavam os seguintes assuntos: “Carta dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil”, assinada por 19 organizações e movimentos sociais do campo que seria entregue à Presidente Dilma Rousseff, no dia 05 de

<sup>105</sup> SCOLESE, E. “Protestos retomam as ruas como espaço de fazer política”, afirma Stedile. ed. 02/07/2013. Disponível em: <[www.mst.org.br/Protestos-retomam-ruas-como-espaco-de-fazer-politica](http://www.mst.org.br/Protestos-retomam-ruas-como-espaco-de-fazer-politica)>. Acesso em: 05 jul. 2013.

<sup>106</sup> CARTA CAPITAL. Novos protestos contra preços do transporte público devem ocorrer durante a semana. ed. 17/06/2013. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/sociedade/novos-protestos-contra-precos-do-transporte-publico-devem-ocorrer-durante-a-semana-6759.html](http://www.cartacapital.com.br/sociedade/novos-protestos-contra-precos-do-transporte-publico-devem-ocorrer-durante-a-semana-6759.html)>. Acesso em: 05 jul. 2013.

julho de 2013, em Brasília<sup>107</sup>; as exigências de caciques Guarani do Paraná sobre as demarcações de terras indígenas e direitos sociais; inclusão da *DuPont Pioneer* (uma das maiores empresas de sementes do mundo) na “lista suja” do trabalho escravo; contra a libertação do assassino da missionária Dorothy Stang e pedindo a prisão de três suspeitos de matar uma militante da CPT e do MST no Rio de Janeiro. Abaixo outras três notícias em destaque denunciavam a incapacidade do agronegócio em abastecer o país com alimentos para o consumo dos brasileiros, convocam para um ato de paralisação das centrais sindicais e do MST, no dia 11 de julho e informam sobre a apresentação de um grupo teatral em escolas de áreas rurais e urbanas, em Pernambuco. Ver abaixo Figura 3.

Nessa data, a página contava ainda com três vídeos: um sobre a convocação de ato de paralisação das centrais sindicais e o MST para 11 de julho de 2013, outro sobre a assembléia continental da Aliança Bolivariana das Américas (ALBA) que discute a necessidade de integração entre os povos da América Latina. E um terceiro sobre a ocupação do Ministério de Minas e Energia, realizado pelos movimentos sociais populares, em 13 de maio de 2013, para exigir a suspensão dos leilões do petróleo. Nessa data, a capa do portal também apresentava artigos, textos e entrevistas sobre os seguintes assuntos: lutas por Reforma Agrária e reforma política, mobilizações da “Jornada Nacional de Luta do MST” na semana de 17 de abril de 2013, violência no campo, grilagem de terras, mineração, direitos humanos, preços dos alimentos, repercussões sobre as manifestações pelo Brasil e produção orgânica. (MST, 2013)<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup> O documento cobrava a aceleração na Reforma Agrária, recuperação da soberania nacional sobre as terras brasileiras, demarcação imediata das terras indígenas e quilombolas e reconhecimento dos direitos dos atingidos por barragens e territórios pesqueiros.

<sup>108</sup> Página virtual do MST. Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 05 jul. 2013.

Figura 03 - Principais destaques na Página do MST



Fonte: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 05 jul. 2013.

Com base na descrição dos principais assuntos publicados na página do MST evidencia-se que estes não repercutem somente o cotidiano do Movimento, suas demandas e a pauta da Reforma Agrária, mas também apresenta debates sobre outros temas relacionados à conjuntura política do país e à pauta da classe trabalhadora rural e urbana. Desse modo, além da pauta específica da questão agrária, a página virtual divulga outros conteúdos atualizados sobre o posicionamento oficial desse Movimento em relação à conjuntura atual e as lutas populares, realizadas no país.

Nesse contexto, conforme discussão anterior sobre o abandono dos governos Lula e Dilma Rousseff ao projeto de Reforma Agrária<sup>109</sup>, ocorre a diminuição das mobilizações massivas dos movimentos sociais populares do campo, entre eles o MST<sup>110</sup>. Nessa perspectiva, percebemos que além das demandas centrais (terra e Reforma Agrária) do MST a página do Movimento apresenta uma espécie de ampliação de pautas, com outros temas gerais relacionados ao conjunto da classe trabalhadora. Entre tais pautas, no momento da pesquisa destacavam-se: a Agroecologia, educação do campo, enfrentamento ao modelo do agronegócio, campanha contra os agrotóxicos, novo Código Florestal, integração latino-

<sup>109</sup> Ver capítulo 2.

<sup>110</sup> Na tentativa de alterar essa conjuntura em agosto de 2012 vários movimentos sociais populares e organizações do campo realizaram o “Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores (as), Povos do Campo, da Água e das Florestas”, em Brasília. Na tentativa de unificar as pautas sobre a Reforma Agrária. Informações detalhadas, disponível em: <[www.encontrounitario.wordpress.com](http://www.encontrounitario.wordpress.com)>. Acesso em: 14 jul. 2013.

americana dos povos, demarcação de terras indígenas, combate ao trabalho escravo, fim do monopólio da mídia, campanha contra a privatização de recursos naturais, transporte público de qualidade, entre outros.

Porém este se constitui em um processo dialético, pois na medida em que o MST retoma as mobilizações massivas por Reforma Agrária, como ocorre recentemente<sup>111</sup>, o tema é retomado como destaque central na página. O que demonstra que a Reforma Agrária continua sendo tratada como a pauta central do MST em sua página virtual, porém, em alguns momentos é ampliada, com a divulgação de outros temas sobre o cotidiano dos trabalhadores sem-terra e bandeiras de luta da classe trabalhadora rural e urbana, relacionadas, ainda que indiretamente, à questão agrária e à luta de classes, que o MST procura desenvolver.

Retornando à abordagem de outros aspectos do portal, segundo o MST (2010a), o público de usuários e leitores que acessam esse meio, de modo geral, apresenta o perfil de militantes do Movimento, amigos, aliados de outras organizações e segmentos populares, pesquisadores da questão agrária e jornalistas. A partir disso, o coordenador da página, E (2011) aponta que uma análise sobre a característica do conteúdo mais acessado no portal revelou que a maior parte da procura por informações se concentra no ícone “O MST”. No entanto, o grande volume de acessos verificados é de informações gerais sobre a formação histórica, organização, plataforma de luta e o funcionamento desse Movimento, e não de notícias e artigos sobre o debate da questão agrária. O que demonstra que a maioria do público que acessa o portal espera inicialmente, conhecer o MST, suas principais linhas de ação e objetivos. Isso também revela algumas contradições no direcionamento editorial do veículo, pois “[...] a estrutura da [...] página ainda não corresponde à necessidade daqueles que entram [nela] [...]. É uma página de notícias para fazer o enfrentamento político [...], mas [...] tem que avançar nesse outro lado [...]. Mostrar e apresentar o MST para a sociedade.” (Idem).

Com isso, a transformação do portal em uma agência de notícias não teria sentido. Primeiramente, porque não é possível atingir um nível de atualização similar nem competir com os grandes portais de notícias; e segundo, porque a potencialidade desse instrumento se encontra na sua característica singular, ou seja, na especificidade da organização e luta do MST. Assim, a ampliação no acesso à sua página e o diálogo desse Movimento com os grupos sociais, em especial da classe trabalhadora urbana, não depende somente da

<sup>111</sup> Conforme a página do MST durante as paralisações e mobilizações organizadas pelas centrais sindicais e os movimentos sociais, em 11 de julho de 2013, o MST realizou manifestações de paralisação de rodovias e liberação de pedágios em 17 estados. Disponível em: <[www.mst.org.br/MST-faz-mobiliza%C3%A7%C3%B5es-em-mais-de-17-estados-na-jornada-nacional-de-lutas](http://www.mst.org.br/MST-faz-mobiliza%C3%A7%C3%B5es-em-mais-de-17-estados-na-jornada-nacional-de-lutas)> Acesso em: 14 jul. 2013.

publicação de conteúdos sobre a questão agrária, mas também da produção de conteúdos que informem acerca do cotidiano do MST, suas demandas e dinâmica organizacional.

Uma alternativa em relação a isso, apontada pelo Manual do MST, seria melhorar a organização e aumentar os investimentos na produção audiovisual, com vídeos curtos sobre as conquistas dos assentamentos, a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas e os avanços na área da produção e educação, a fim de revelar os benefícios da Reforma Agrária para o país (MST, 2010a).

Todavia, essa qualificação da página virtual do MST, em relação ao processo de produção e divulgação sobre o cotidiano do Movimento e as ações da sua base social, depende de uma redefinição de formato e conteúdo, voltada para a potencialização de várias linguagens, como a audiovisual, por exemplo, com vistas a auxiliar na ampliação das alianças com a classe trabalhadora rural e urbana, rompendo, portanto, com a ideia da busca por um diálogo geral com o conjunto da sociedade urbana a fim de adquirir a legitimidade da luta pela Reforma Agrária. A partir do debate apresentado anteriormente<sup>112</sup>, com base em Marx e Engels (MARX, 1996; MARX E ENGELS, 1989, 1990) sobre a luta de classes, essa tentativa de interação com a sociedade em geral pode cair no vazio, pois o termo “sociedade em geral” é amplo e também engloba a classe dominante, corroborando assim para uma espécie de camuflagem do antagonismo de classes existente na sociedade e na luta de classes, presente na luta pela democratização da terra.

Na visão de F (2011) a página do MST ainda apresenta algumas deficiências, que precisam ser superadas para melhorar o potencial de articulação desse instrumento junto à sociedade, como a qualificação no processo de produção e divulgação de conteúdo sobre as conquistas do MST. Para isso considera fundamental a ampliação do coletivo de produção e alimentação desse veículo de comunicação. Na mesma linha, E (2011), também considera que o portal necessita de qualificação na parte estética e na produção de conteúdos, principalmente audiovisuais e de imagens, para melhorar a apresentação das experiências desenvolvidas pelos trabalhadores do MST nos assentamentos, cooperativas, escolas, etc. O intuito seria demonstrar como a implantação dos assentamentos têm melhorado a qualidade de vida dos camponeses, buscando de tal modo apropriar-se do potencial da rede informacional para demonstrar a importância dos assentamentos e, conseqüentemente, reforçar a necessidade da Reforma Agrária e auxiliar na polarização da luta político-ideológica.

---

<sup>112</sup> Ver capítulo 1.

Contudo, observa-se que a página do MST ainda enfrenta alguns desafios quanto ao avanço na qualificação do seu processo de produção e divulgação de conteúdo (textos, vídeos, imagens, áudios, etc.), sobre os impactos positivos dos assentamentos na vida dos camponeses, comunidades locais e nas regiões em que se encontram localizados. Também é preciso ampliar a organização dos coletivos de militantes e comunicadores para atuar na produção de conteúdos e melhoria na utilização desse novo instrumento de comunicação.

### **3.3.2 Quem produz a página e como?**

O conteúdo publicado no portal do MST não é determinado inicialmente, pelo coletivo de comunicadores do MST, localizados na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo. Pois, a pauta central desse veículo de comunicação representa a sistematização das linhas políticas do Movimento, que são definidas a partir dos debates dos núcleos de bases e as direções regionais, estaduais e nacionais, para a unificação das demandas e dos discursos dos trabalhadores sem-terra do MST. Conforme, C (2011), a página apresenta uma síntese dessa relação dialética entre a base social e as direções do Movimento, com a produção de um conteúdo que busca traduzir a construção da linha política e editorial discutida de forma coletiva.

As diretrizes emanam dos estados, são sistematizadas e produzidas coletivamente e retornam em sua versão apurada como linhas políticas. [...] a estratégia de comunicação do MST é consequência da estratégia política geral do próprio MST. Cada momento político do MST corresponde a uma determinada política de comunicação. Neste caso, não pode haver também “curto-circuito” entre a direção e os setores, porque a estratégia política da organização é uma só (C, 2011).

Desse modo, o posicionamento editorial do portal e dos outros veículos de comunicação do MST é fruto de uma estratégia de comunicação popular e alternativa orientada pelas linhas políticas desse Movimento, discutidas e definidas coletivamente pelas suas direções. Essas diretrizes devem ser garantidas pelo setor de comunicação nos estados e em nível nacional, em parceria com a Secretaria Nacional. Nesse contexto, a equipe de comunicadores da página responde pelo processo final de edição e adequação dos conteúdos (produzidos e divulgados) às linhas políticas da organização, porém, como os comunicadores participam desse Movimento nos estados, geralmente, os conteúdos produzidos refletem as orientações políticas pré-determinadas.

Atualmente, a página do MST é editada por um coletivo composto de três jornalistas e militantes do setor de comunicação do MST, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional do

MST. Esses comunicadores também são responsáveis pela produção do *Jornal Sem Terra*, a coordenação de assessoria de imprensa, a *Revista Sem Terra* e o *Informativo Letra Viva*. Colaboram ainda na atualização do portal os militantes do setor de cultura, educação, juventude, produção, saúde, e alguns dirigentes nacionais.

Há dois processos de produção das informações: o primeiro se dá através da contribuição dos setores de comunicação (e outros setores ou instâncias) do MST nos estados [...]. A segunda é através da redação em São Paulo, onde para além dos temas pontuais e conjunturais, como uma mobilização, há uma intenção de produzir matérias mais aprofundadas [...] (C, 2011).

De modo geral, a produção e divulgação dos conteúdos sobre o cotidiano do MST e suas lutas se realizam a partir de duas frentes principais: uma volta-se para a produção de informações gerais sobre mobilizações, experiências positivas e vivências nos assentamento e acampamentos, sendo produzidas pelos comunicadores do setor de comunicação nos estados; enquanto a outra frente, da qual faz parte o coletivo de comunicadores em São Paulo, elabora um conteúdo mais aprofundado sobre a questão agrária e a luta do MST, salvo algumas exceções de comunicadores nos estados que produzem materiais sobre pautas regionais, principalmente em períodos de mobilizações. Verifica-se nesse campo, a necessidade em estimular os comunicadores nos estados para avançar na produção de conteúdos mais aprofundados. Porém, observamos que os comunicadores dos estados, que abastecem o portal se encontram sobrecarregados, sendo que a maioria também acumula a função da assessoria de imprensa do Movimento.

Com isso, o coletivo de comunicadores, localizado na Secretaria Nacional do MST atua como uma espécie de redação, sendo responsável pela produção de conteúdos mais elaborados, edição e atualização da página virtual. Porém, as publicações sobre as ações da base sem-terra nos estados adquirem um volume maior durante as “Jornadas Nacionais de Luta”, congressos ou eventos massivos.

Como a atuação no campo da comunicação necessita de certa habilidade e especialização na área da escrita, áudio, imagem ou vídeo, em geral, o perfil dos integrantes do setor de comunicação do MST está dividido em dois grupos: o primeiro é composto basicamente de profissionais (jornalistas, entre outros), do meio urbano, que simpatizam com o MST, passam a atuar no Movimento e se tornam militantes; enquanto o segundo grupo, que é a maioria, possui integrantes da base social que passam a fazer parte do MST para reivindicar o acesso à terra (juntamente com suas famílias ou individualmente), e se tornam militantes, que atuam na área da comunicação. Esse segundo grupo possui desde pessoas sem formação na área, mas algumas habilidades específicas, até militantes com formação de nível

médio em comunicação - formados em cursos do MST - e um grupo de estudantes de graduação da primeira turma de “Jornalismo da Terra” da Via Campesina na UFC, que se formam em dezembro de 2013. Diante disso, não se verifica um critério definitivo quanto ao tipo de profissionais e militantes que irão atuar no setor de comunicação do Movimento. No entanto, devido à necessidade de habilidades técnicas, no caso dos veículos de comunicação nacionais opta-se por militantes formados na área ou profissionais que simpatizam com a luta do MST, que em seguida, geralmente, se tornam militantes. Porém, como atualmente o Movimento ainda possui poucos militantes formados na área de comunicação, consequentemente ainda precisa recorrer à contratação de jornalistas que simpatizam com a sua luta. Nos veículos de comunicação estaduais os procedimentos são similares, porém, menos exigentes.

O coletivo responsável pela página virtual do MST em São Paulo se insere no perfil do primeiro grupo, descrito acima. Isso ocorre devido à deficiência e as dificuldades do MST na formação de seus próprios profissionais na área da comunicação. Porém, percebe-se que esse cenário vem sendo modificado a partir da criação de cursos formais em comunicação. Em alguns estados, como Brasília, São Paulo, Paraná, Ceará, Pará, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, etc., existem comunicadores do MST que integram a turma de jornalismo da Via Campesina na UFC e já estão atuando na área.

### **3.3.3 A página e a base social**

A divulgação de conteúdo na página virtual do MST também pode produzir um efeito agregador, como por exemplo, em situações de criminalização ou violência contra os trabalhadores sem-terra, por parte de grupos armados e pistoleiros contratados por fazendeiros, pelos próprios latifundiários, pela polícia, entre outros, possibilitando assim que, por meio do portal, a base social localizada em outros estados tenha acesso a informações com maior agilidade, sobre ações violentas praticadas contra os sem-terra em um determinado estado e se mobilize com mais rapidez para a exigência de medidas necessárias, junto aos órgãos governamentais, judiciais, etc. Frente a esse contexto, a divulgação de conteúdos pela página virtual do Movimento sobre o cotidiano e a luta da sua base social nos estados, segundo C (2011), tem contribuído no fortalecimento da sua organização e unidade interna, bem como dinamizado a circulação de informações no Movimento e na divulgação para outros grupos sociais. Vale lembrar, contudo, que isso somente é possível nos locais em que a base social do MST (famílias assentadas e acampadas) tem acesso à *internet*.

[...] tem muita gente que nem energia elétrica [...] não tem, mas nos assentamentos que tem essa possibilidade de ter a *internet*, laboratórios, principalmente nas escolas, [...] a página serve, geralmente, como uma ferramenta de informação sobre o que acontece em outros estados [...]. Antigamente a gente precisava esperar o militante ir à reunião do setor ou [...] da brigada para volta pra base e repassar o que o movimento tava trabalhando [...]. A página possibilita essa rapidez de passar as informações do que está acontecendo em nível nacional (H, 2011)<sup>113</sup>.

Nesse sentido, o portal também vem se tornando um instrumento importante para o conhecimento das demandas e do cotidiano do MST e de informações conjunturais, por parte dos militantes e dirigentes e, de forma indireta, de sua base social. Porém, os trabalhadores sem-terra admitem que a interação entre a base social e o portal do Movimento ainda enfrenta um conjunto de limitações, devido às características desse novo meio de comunicação, que exige do usuário um conhecimento prévio em informática e da linguagem digital para o acesso à *internet*. Para além das exigências de formação na área informacional os camponeses esbarram ainda na ausência (quase por completa) e na precariedade desses aparatos tecnológicos no campo, como explica a coordenadora do setor de comunicação de Pernambuco:

O acesso à *internet* na nossa base ainda é bastante limitado, principalmente por falta de estrutura e políticas públicas para o meio rural. Entre a juventude esse acesso tem aumentado aos poucos, e a maioria dos nossos jovens que têm acesso a telecentros ou *lan houses* acessam a página. Mas ainda é bastante limitado, principalmente entre os adultos e mais velhos (I, 2011)<sup>114</sup>.

Além da falta de acesso às novas tecnologias da informação, no meio rural ainda se mantém um grande número de analfabetos, principalmente de jovens e adultos. Para a coordenadora nacional do setor de educação do MST, J (2011)<sup>115</sup>, a integração da base social do Movimento com a página virtual ocorre a partir do envolvimento dessas famílias no cotidiano da luta pela Reforma Agrária. Segundo ela, outro desafio a ser enfrentado é a necessidade de envolver a “base social escolar”, presente nas escolas dos assentamentos e acampamentos, composta por estudantes e educadores. Como algumas escolas rurais têm telecentros, para além da necessidade das melhorias estruturais é importante criar novos

<sup>113</sup> Entrevista com H, militante e comunicador do setor de comunicação do MST de Santa Catarina. Realizada em 24 de agosto de 2011, em Brasília.

<sup>114</sup> Entrevista com I, militante e coordenadora do setor de comunicação do Pernambuco. Realizada em 07 de outubro de 2011, em São Paulo. Verificamos que através do setor de educação, juventude, cultura e comunicação o MST vem desenvolvendo várias lutas buscando a instalação de telecentros nas escolas do campo e nos assentamentos, exigindo a efetivação do plano de universalização de banda larga do governo federal, também no campo.

<sup>115</sup> Entrevista com J, coordenadora nacional do setor de educação. Realizada em 19 de outubro de 2011, em São Paulo.

mecanismos que busquem a identificação desse público com o portal, passando a enxergá-lo como um espaço de consulta, interação e debate com o MST.

Conforme dados do IBGE (2007) e do CGI.BR (2012), apresentados anteriormente<sup>116</sup>, apesar do crescimento no acesso à *internet* da população brasileira, os números demonstram a permanência de profundos níveis de desigualdades em relação ao poder econômico (renda) e a localização geográfica entre a população urbana e rural. Desse modo, conforme Peruzzo (2006a), ainda que se verifique no país um aumento no acesso à *internet*, uma grande parcela da sociedade permanece excluída do acesso à rede virtual, devido às desigualdades econômicas e políticas, que beneficiam às classes dominantes e a classe média, em detrimento das classes dominadas (classe trabalhadora, classes populares em geral).

Assim, percebe-se que no Brasil a democratização da *internet* encontra grandes dificuldades devido à existência de profundas desigualdades entre as classes sociais, que se efetivam no baixo poder econômico e na falta de acesso à educação de grande parte da população pobre, ou seja, da classe trabalhadora. A condição de pobreza dificulta a aquisição de equipamentos e serviços, sendo acompanhada pela baixa escolaridade e formação de grande parte da população, que não possui habilidades para o manuseio do computador e o acesso à *internet*. Entretanto, o crescimento no acesso à *internet* pela população não depende somente de investimentos que venham a possibilitar o acesso público à rede virtual e aos suportes tecnológicos, mas também de capacitação técnica e ideológica para que a população se torne usuária ativa da rede (PERUZZO, 2006a). Diante disso, como discutido anteriormente<sup>117</sup>, devido às desigualdades no acesso a essa tecnologia é necessário cautela por parte dos segmentos populares quanto ao potencial de acesso ao ciberespaço.

Contudo, internamente no MST, observa-se que o público que acessa a página do Movimento com maior frequência é composto de militantes que estão integrados aos setores dessa organização e os dirigentes, que consideram o espaço uma importante fonte importante de informação para o conhecimento do cotidiano, das mobilizações e ações dos trabalhadores sem-terra em outros estados, da conjuntura atual e outras lutas populares. Para J (2011), isso ocorre porque os militantes circulam mais, precisam estar sempre informados sobre a conjuntura agrária e têm acesso a mais espaços em que é possível acessar a rede.

---

<sup>116</sup> Ver Capítulo 1, subtópico 1.2.2: “O papel da rede virtual na expressão dos movimentos sociais”.

<sup>117</sup> Ver Capítulo 1.

Um exemplo é verificado no depoimento da militante do MST do Rio Grande do Sul, K (2011)<sup>118</sup>, que acessa o portal uma ou duas vezes na semana ou quando há alguma atividade do Movimento, em busca de informações sobre ações dos trabalhadores sem-terra em outras regiões e estados.

Eu procuro exatamente essa troca de informações entre estados, por exemplo, das ações que aconteceram, as atividades, [...] não só de luta, mas atividades culturais também. O movimento é um só, mas a gente sabe que acontecem diversas atividades nos outros estados. E também, mais notícias assim da realidade, notícias latino-americanas [...]. É importante a gente tá vendo isso, que o inimigo é o mesmo, mas ataca nos estados de forma diferenciada (K, 2011).

Diante dos limites no acesso a essa tecnologia, em geral, a base do MST não participa diretamente do processo de produção de conteúdo que é divulgado no portal. Seu protagonismo se verifica nas ações e lutas que realizam, atuando como fontes sujeitos dos conteúdos produzidos pelos comunicadores do MST nos estados e regiões, que são enviados à página.

Nesse contexto, os veículos de comunicação de maior inserção na base sem-terra são o *Jornal Sem Terra* e as rádios comunitárias. O JST, salvo em momentos de crise, é enviado mensalmente aos estados para contribuir nas discussões da sua base social, e nos acampamentos e assentamentos com rádios comunitárias, que também repassam informações de outros veículos de comunicação, entre eles da página. “Nosso Jornal Sem Terra [...] vem [...] trazer informação e formação mais detalhadas [...], com mais análise de conjuntura, [...] para ser discutida nos núcleos e na militância [...]” (H, 2011).

Desse modo, as políticas públicas para a universalização do acesso a *internet* no campo, dependem de investimentos na área de infraestrutura para a expansão dessa tecnologia e em cursos de formação técnica para a capacitação da população rural no uso à *internet*. Noutros termos, a melhoria no acesso da população empobrecida (classe trabalhadora) da cidade e, especificamente do campo, à educação e à tecnologia, somente se tornará possível com políticas públicas que eliminem as desigualdades econômicas e políticas de acesso a esses serviços.

### 3.3.4 A página como referência para a imprensa

A divulgação de informações com maior agilidade a partir da *internet* e a consolidação da página virtual do MST como uma referência em relação às ações do Movimento e à

---

<sup>118</sup> Entrevista com K, militante do MST do Rio Grande do Sul. Realizada em 24 de agosto de 2011, em Brasília-DF.

questão agrária, tem exercido papel fundamental na transformação do portal em uma das principais fontes oficiais de informação desse movimento social popular, juntamente aos grandes meios de comunicação de massa. Segundo a comunicadora e assessora de imprensa do MST em Brasília, L (2013)<sup>119</sup>, a página é uma referência para os jornalistas que cobrem as pautas sobre o campo brasileiro, principalmente da questão agrária e atuação do MST, pois o espaço divulga conteúdo próprio, *releases* e notas produzidas pelos comunicadores sem-terra, que apresentam o posicionamento do MST. O que vem tornando o portal uma importante fonte de informação, ou seja, de pauta e debate, para a imprensa e a sociedade, que passam a acessá-lo na tentativa de acompanhar as ações do Movimento.

Todavia, a partir do momento em que a página virtual do MST estabelece uma regularidade na divulgação de conteúdos verifica-se também uma mudança na postura dos jornalistas quanto à fonte de informações, que passa a migrar de um contato inicial direto com a assessoria de imprensa, na busca de informações e entrevistas com dirigentes, para uma procura inicial de informações diretamente no portal do MST. Esse comportamento reduz aquele contato anterior, verificado com maior frequência aos assessores de imprensa do Movimento, para algumas procuras de informações esporádicas, em que os jornalistas não encontram informações sobre determinados assuntos no portal ou possuem dúvidas sobre alguma ação do Movimento. Para E (2011), esse processo também foi responsável pela melhoria no entrosamento entre a assessoria de imprensa e o coletivo da página do MST. “[...] A nossa página conseguiu avançar no último período, justamente porque ela conseguiu se aproximar mais da dinâmica de assessoria de imprensa. [...], Isso favorece esse trabalho de organização da página como porta-voz do MST”.

Verifica-se que tais avanços foram provocados pela criação de uma regularidade na divulgação de informações no portal e de uma mudança de postura por parte do MST no contato com os conglomerados de comunicação, a partir do momento em que o setor de comunicação passa a organizar a rede de assessoria de imprensa do MST; na tentativa de qualificar e profissionalizar o contato com a imprensa, principalmente no eixo: Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, e em estados em que o Movimento possui maior capacidade de mobilização. Devido a isso, segundo o coordenador da página, E (2011), não há como assegurar, de forma exata, qual se constitui na principal referência da imprensa para a busca de informações sobre o MST e suas ações: o portal ou a assessoria de imprensa, pois, a maioria dos conteúdos divulgados na página virtual, geralmente, também é enviado, de modo

---

<sup>119</sup> Entrevista com L, jornalista e militante do setor de comunicação em Brasília. Realizada em 08 de julho de 2013, em Brasília-DF.

simultâneo, em formato de *release* e notas para os/as jornalistas nas redações. Para o coordenador a efetividade quanto à repercussão da página pela imprensa, pode ser comprovada na medida em que se observa que a maioria das informações publicadas pela imprensa burguesa e os meios aliados têm como base o conteúdo divulgado pelos comunicadores na página do MST e para a imprensa em forma de *release*. Contudo, perceber que a construção do portal virtual do Movimento, como referência de informação para a imprensa se encontra associada a um processo anterior de produção de conteúdo pelos comunicadores do MST, próximos à sua base social e aos locais das ações.

Por outro lado, observa-se que a referência da página do Movimento no abastecimento da mídia não tem sido suficiente para gerar mudanças profundas na repercussão da luta e das ações do MST na imprensa burguesa, que segue difundindo um discurso negativo sobre esse Movimento. O que se verifica é somente uma mudança de postura da grande imprensa, em relação à fonte de informação quanto ao MST. Nesse cenário, os temas que seguem ganhando destaque nos grandes conglomerados de comunicação são as mobilizações e manifestações desse Movimento, especialmente as massivas: ocupações de terras, de prédios públicos e protestos contra as grandes empresas multinacionais, enquanto que as pautas positivas, como os avanços na área da educação, produção dos assentamentos e a melhoria na qualidade de vida das famílias assentadas não adquirem repercussão na grande mídia.

Na tentativa de elucidar o caráter do discurso jornalístico da imprensa burguesa sobre o MST, apresentamos alguns estudos desenvolvidos por Gohn (2000), pelo coletivo Intervozes (2011) e Berger (2003), que apontam para a existência de uma cobertura tendenciosa e negativa sobre o MST e suas ações. Inicialmente a relação entre a imprensa e o Movimento se apresenta de modo confuso e contraditório, pois no início da sua organização a relação com a imprensa teve um caráter estratégico para o reconhecimento dos trabalhadores do MST na sociedade:

[...] Num primeiro momento, ela foi estratégica. Por isto, as grandes ocupações de terra eram avisadas. Mas, à medida que elas passaram a ocupar as manchetes diárias, a exposição excessiva passou a ter efeitos negativos. E o MST passou a ser utilizado, pela mídia, como elemento de geração do medo e da insegurança junto à opinião pública. [...] O clima de caos social passou a ser associado, na mídia ao MST, de forma que as políticas neoliberais excludentes e geradoras de desemprego passaram a ficar encobertas (GOHN, 2000, p. 158-159).

Assim, a partir da “Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça”, em abril de 1997 - que obteve a simpatia popular e foi considerado pela mídia como um marco histórico na luta pela Reforma Agrária -, o MST experimentou um curto período de exaltação por parte

da mídia, porém, já em maio do mesmo ano, a imprensa voltou a combater as ações dos trabalhadores sem-terra (GOHN, 2000). Desse modo, após um curto ensaio de “aproximação” entre o MST e a mídia em 1997, no mês seguinte à Marcha, o MST volta a ser considerado novamente pela imprensa como uma ameaça para a sociedade, de modo que as notícias negativas relacionadas ao Movimento passem a ser associadas ao caos da sociedade, com o objetivo de criar espetáculos e esconder os problemas sociais do país.

Um estudo recente do Intervozes (2011), denominado “Vozes Silenciadas”, que analisou 301 matérias sobre o MST<sup>120</sup>, durante a CPMI do MST, em 2010, quando o alvo de investigações era o Movimento, concluiu que o discurso jornalístico desses veículos qualificou o MST e suas ações de modo negativo. O estudo revelou que a CPMI não foi o principal tema destacado por esses veículos, no período em que o enfoque central era o MST. O assunto em que o Movimento aparecia com mais frequência eram as eleições à presidência e aos governos estaduais (97 inserções). Porém, as matérias não apresentavam debates sobre as políticas agrárias, mas procuravam disseminar uma imagem “negativa” do MST, buscando atacar a candidata do PT (Dilma Rousseff) à presidência. Os temas relacionados diretamente ao Movimento, como a “Jornada Nacional de Luta por Reforma Agrária” que aparece somente em segundo lugar, qualificada pela imprensa como “Abril Vermelho”. Portanto, a cobertura da maioria das matérias sobre o assunto apresentou tom negativo e descontextualizado, não mencionando que as ações eram parte de uma “Jornada Nacional de Luta”, para relembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás.

[...] Poucas foram as matérias que citaram o Massacre de Eldorado dos Carajás na cobertura sobre a jornada anual de lutas, predominando a ideia de que o MST é um movimento violento, que comete destruições e invasões, em detrimento da explicação de que o Abril Vermelho surgiu como protesto a uma violência praticada pelo Estado contra os sem-terra [...] (INTERVOZES, 2011, p. 40-41).

Ainda segundo o Intervozes (2011), as pautas e reivindicações do MST tiveram pouco espaço na cobertura desses veículos, pois apenas 25 matérias abordam temas importantes para o Movimento, como Reforma Agrária, questão agrária e fundiária. No universo analisado foram encontrados 192 termos negativos usados na cobertura para qualificar o MST e suas ações. O termo que mais se utilizou foi “invasão” e seus desdobramentos: invasores e invadir. As matérias que tinham como destaque o Movimento, 198 ou 65,7% delas apresentavam

<sup>120</sup> A pesquisa *Vozes silenciadas*, do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social analisou matérias publicadas em três jornais de circulação nacional, três revistas e dois telejornais nacionais. Entre estes os diários: *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de São Paulo*; as revistas: *Veja*, *Época* e *Carta Capital* e os telejornais: *Jornal Nacional* e *Jornal da Record*. No Período entre 10 de fevereiro e 17 de julho de 2010, quando funcionou a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) para investigar o MST, no Congresso Nacional.

enfoque negativo, contra 21 ou 7% com coberturas positivas. Por outro lado, na maioria das matérias em que o Movimento é citado seus representantes não são ouvidos. Nesse contexto, o relatório evidencia que “a grande imprensa, em geral, recai num negativismo em grande parte panfletário ao tratar desses temas” (p. 57).

No mesmo enfoque, Berger (2003) analisa o discurso do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre (RS), sobre as ocupações de terra do MST, no período entre 1990 a 1993, e a morte do soldado da Brigada Militar, Valdeci de Abreu Lopes em um conflito com o MST na Praça da Matriz de Porto Alegre, em 08 de agosto de 1990. Em relação às ocupações de terras, a autora verifica que o jornal procura justificar a violência das desocupações como uma consequência das ocupações pelos sem-terra. Assim, “a desocupação é causa da invasão; a violência dos proprietários é causa da violência dos colonos; a ação da justiça responde a uma ação do MST e a Brigada com seu arsenal de guerra é necessária para garantir a ordem” (BERGER, 2003, p.173). Nesse contexto, a cobertura do *Zero Hora* esvazia o sentido político da problemática agrária, que gera as ocupações de terra, retratando-a como uma ilegalidade jurídica, na medida em que seu discurso jornalístico se fundamenta na defesa da propriedade privada.

No caso específico da morte do soldado Lopes, Berger (2003) aponta que a cobertura do jornal abordou o assunto de forma parcial e tendenciosa, transformando a morte do soldado em um assassinato político, buscando demonstrar com isso que o MST não somente prega a violência, mas a coloca em prática.

Além de funcionar como exemplo para outras circunstâncias, a morte do soldado, como morte politizável, permaneceu na *Zero Hora* durante três anos e mereceu 68 dias de noticiário, compreendendo a identificação dos assassinos, a prisão dos colonos, um julgamento simulado, o julgamento real, as comemorações do primeiro aniversário da morte, as homenagens e a inauguração da estátua ao soldado Valdeci (BERGER, 2003, p. 181).

A partir disso, a autora faz uma análise comparativa entre a repercussão da morte do soldado e de um colono do Movimento, que foi assassinado no ano seguinte com um tiro na cabeça durante a desocupação de uma fazenda. Segundo ela, no dia seguinte à morte do sem-terra somente o *Zero Hora* publicou uma nota interna, na editoria Geral, com uma foto do sepultamento, de modo que o tom da cobertura não questionou quem cometeu o crime, mas que a morte ocorreu em consequência dos conflitos por terra. Ao contrário da morte do soldado, que foi considerado um crime político e repercutido amplamente pelo *Zero Hora* por mais três anos, a cobertura da morte do trabalhador sem-terra pelo jornal comprova como fatos semelhantes podem produzir discursos totalmente diferentes, dependendo do enquadramento editorial e ideológico da empresa de comunicação.

A partir da análise, percebe-se que a repercussão do *Zero Hora* sobre a morte do soldado procurou disseminar junto à opinião pública do Rio Grande do Sul, um discurso de violência, ilegalidade e intransigência, em relação ao MST. Essa visão tem sido retomada em outros momentos pela imprensa para deslegitimar as lutas dos movimentos sociais populares, contribuindo para a criminalização do MST e de outras organizações populares, que lutam por mudanças sociais.

Diante dos estudos apresentados, se evidencia a existência de uma postura negativa, pejorativa e/ou discriminatória por parte da imprensa burguesa, em relação ao MST e suas ações. Em geral, esses veículos possuem um posicionamento conservador e se utilizam de um discurso tendencioso para combater e deslegitimar as lutas da classe trabalhadora, como denuncia o coordenador da página do MST, E (2011).

[Os] [...] meios de comunicação [são] controlados pela classe dominante que combate todo o tipo de luta social [...], de manifestação que expõe as contradições da nossa sociedade. Então, a repercussão [...] na maioria das vezes é negativa, porque passa [...] por esses padrões de manipulação, que a grande imprensa utiliza, especialmente no tema das lutas sociais [...].

Nesse sentido, como vimos anteriormente, o avanço da *internet* e a criação de novos meios de comunicação não são suficientes para provocar mudanças profundas no discurso negativo e pejorativo dos conglomerados da imprensa brasileira, em relação ao MST e, em geral, dos movimentos sociais populares rurais e urbanos e organizações da classe trabalhadora. A postura de manipulação e a criminalização da imprensa burguesa para com os segmentos populares demonstra qual a posição de seus proprietários, financiados por altos investimentos publicitários da fração de classe da burguesia agrária, latifundiária e da burguesia industrial, que integram a classe dominante, sendo esta contrária ao programa de Reforma Agrária Popular, voltado para a democratização da terra e o fim da concentração fundiária, apropriada historicamente pela burguesia agrária brasileira.

Considerando esse cenário, o Manual de Redação do MST (2010a) orienta seus militantes do setor de comunicação a não alimentar ilusões em relação à imprensa burguesa e organizar um processo de comunicação popular e alternativo, como base na luta dos trabalhadores sem-terra, em contraposição à hegemonia burguesa das classes dominantes e dos grandes MCM. Verificamos com isso, que o setor de comunicação do MST organiza a construção de uma política de comunicação orientada pelas linhas políticas desse Movimento, a partir da concepção de sociedade dos trabalhadores sem-terra.

### 3.3.5 Referência no diálogo com a classe trabalhadora urbana

Contudo, no que diz respeito às possíveis influências de outros setores, como partidos, sindicatos, igrejas e governos, entre outros segmentos populares da classe trabalhadora, quanto à linha editorial e a definição do tipo de conteúdo, publicados no portal virtual do MST; os entrevistados se mostram unânimes na argumentação de que o MST se organiza como um movimento social popular que possui autonomia em relações as outras instituições sociais no âmbito da sua dinâmica de organização e, conseqüentemente, na organização de seu processo de comunicação e no funcionamento de sua página de *internet*. Apresentamos dois depoimentos de integrantes e dirigentes do Movimento que demonstram isso.

Nem na página, nem no Movimento. Um dos princípios do MST, desde sua fundação em 1984 é a autonomia em relação a partidos, sindicatos e igrejas. Esta é uma das explicações para a longevidade do MST em relação a outros movimentos camponeses na história do Brasil (C, 2011).

[...] tem um setor do movimento que cuida da página que, a princípio mantém a linha política da autonomia, por exemplo, em relação aos partidos políticos. Em relação ao governo. Ou seja, a página é autônoma (M, 2011)<sup>121</sup>.

Assim, a partir das falas dos sujeitos e de dados coletados no trabalho de campo, percebemos que este movimento social popular procura manter uma autonomia política e ideológica em relação aos governos, igrejas, instituições e segmentos sociais populares brasileiros. Conforme os relatos de alguns entrevistados a postura de autonomia tem sido fundamental para garantir a sobrevivência do MST até hoje no Brasil. Diante do debate anterior, que evidencia como a construção da página virtual do Movimento é orientada pelas linhas políticas desse Movimento, essa autonomia em relação aos outros segmentos sociais, inclusive aos governos, traduz-se na estratégia de comunicação popular e alternativa do MST, mantida em seus aparatos comunicativos, entre eles seu portal virtual.

Nesse sentido, considerando as características da *internet*, (agilidade, abrangência, menor custo, etc.) o MST mantém sua página virtual na rede voltada para a preocupação quanto à divulgação de suas demandas e ampliação do diálogo com a sociedade urbana (classe trabalhadora) sobre a luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular, buscando assim, tornar o espaço do portal em uma importante fonte de informação e legitimidade da luta dos trabalhadores sem-terra na sociedade, especialmente para com os segmentos populares da classe trabalhadora urbana brasileira, como defende seu Manual de Redação:

<sup>121</sup> Entrevista com M, militante do MST e coordenação IEJC – Veranópolis (RS). Realizada em 25 de agosto de 2011.

[...] a nossa página deve ser referência e fonte de informação para a discussão sobre os modelos de agricultura (agronegócio contra pequena agricultura), a Reforma Agrária, a luta dos trabalhadores rurais Sem Terra e as realizações do MST, especialmente nas áreas da produção agrícola e educação (MST, 2010a, p. 20).

Na tentativa de ampliar o diálogo com a sociedade urbana (classe trabalhadora) o propósito principal do MST é transformar seu portal virtual em uma importante fonte de informação, para atuar como um espaço de referência na divulgação das reivindicações e ações específicas do MST e da questão agrária no Brasil.

Hoje a nossa página vem se constituindo cada vez mais, como uma página para discutir a questão agrária no Brasil. Que possa discutir a necessidade da reforma agrária e a situação dos pobres do campo e apresentar elementos e as contradições do modelo do agronegócio, que é o modelo dominante. [...] A nossa força nesse caso está na nossa especificidade. Se alguém quiser saber informações, notícias e dados, sobre a questão agrária no Brasil, da perspectiva dos trabalhadores a referência é a página do MST (E, 2011).

Com isso, a partir dos depoimentos percebe-se que o MST procura tornar seu portal virtual num instrumento de referência sobre seu cotidiano de luta e o debate da questão agrária na sociedade brasileira. Buscando por meio disso, ampliar o diálogo e as alianças com os segmentos populares da classe trabalhadora urbana e pressionar o Governo Federal para a implantação de um projeto de Reforma Agrária Popular.

Dentro desse contexto, a importância da página virtual do MST se encontra, justamente na especificidade da sua abordagem em torno das ações do Movimento e da questão agrária. Passando nos últimos anos a assumir a condição de “porta-voz” oficial do Movimento no diálogo com a classe trabalhadora urbana, com os grandes meios de comunicação de massa e sua própria base social. Para o dirigente nacional do MST, F (2011), isso se deve à tentativa dos trabalhadores sem-terra em tornar a bandeira da Reforma Agrária em uma luta de toda a sociedade brasileira. Na medida em que os dirigentes dessa organização se dão conta de que a realização de um projeto de Reforma Agrária para a democratização da terra não se tornaria possível, somente com a mobilização dos trabalhadores rurais, necessitando, contudo, do apoio da sociedade urbana. Pelas seguintes razões:

primeiro: o camponês sem-terra isolado, sozinho, não tem força política pra alcançar a Reforma Agrária. Segundo uma concepção de Reforma Agrária não se insere só no atendimento de uma demanda específica desse segmento social chamado camponês sem terra. [...] Deve chamar a sociedade pra que ela ajude a decidir que tipo de agricultura esse país quer, ou que tipo de agricultura o povo brasileiro necessita. Nisso a Reforma Agrária é mais ampla que uma demanda [...] de camponês sem-terra. É por isso que a página joga um papel importante, porque ela é uma porta, tanto de entrada de contribuições da sociedade pra luta pela Reforma Agrária,

quanto também no caminho inverso. De uma organização que está fazendo a Reforma Agrária dialogar com a sociedade sobre a proposta que ela ta querendo implementar [...] (F, 2011).

Isto posto, verificamos que no início dos anos 2000 os trabalhadores sem-terra percebem que a bandeira da luta pela Reforma Agrária não pode permanecer restrita, a esse segmento social rural, devendo buscar o apoio de toda a sociedade, principalmente da classe trabalhadora urbana; buscando debater a implantação de um projeto de agricultura e mudança social, construído pelos trabalhadores rurais e urbanos. Diante disso, o portal virtual do MST vem se consolidando em um instrumento fundamental no debate com a classe trabalhadora urbana, em especial, sobre o modelo de Reforma Agrária Popular defendido pelo Movimento e os outros segmentos populares da classe trabalhadora rural e urbana (movimentos sociais operários e do campo, sindicais, partidos de esquerda e demais organizações sociais aliadas).

### 3.3.6 Instrumento de contrainformação político-ideológico na luta pela Reforma Agrária

O MST, mediante a autonomia proporcionada pela *internet*, estando aparentemente livre de filtros externos e possibilitando o desenvolvimento de processos de produção, divulgação e gestão de conteúdos, que podem ser apropriados pelos movimentos sociais populares na divulgação de suas demandas e da visão política e ideológica de sociedade; segundo o dirigente C (2011), o Movimento passa a entender que a manutenção de uma página *web* poderia atuar como um instrumento fundamental na ampliação da autonomia do Movimento e na construção de um processo de comunicação popular e alternativo e de contrainformação à visão hegemônica da imprensa burguesa e das classes dominantes. Os depoimentos abaixo revelam que essa concepção é compartilhada pelos militantes do MST, que visualizam no portal um possível potencial de contestação da ordem capitalista.

É um contraponto. A imprensa burguesa coloca o ponto de vista do capital, com a sua lógica de dominação e controle, e na página do movimento, obviamente é uma visão dos trabalhadores. É um contraponto as informações que vem da grande mídia [...] Então, a militância de esquerda que quer de fato ter informações reais, de acordo com o ponto de vista da classe a nossa página contribui pra isso (N, 2011)<sup>122</sup>.

[...] como o sistema centralizado dos meios de comunicação no Brasil não permite que tenhamos outros instrumentos de comunicação de massa, a página é o que melhor cumpre essa função de levar a nossa visão dos fatos e o nosso projeto de sociedade para o conjunto da sociedade. Apesar de todas as limitações de acesso, principalmente entre a população do campo e a população mais pobre da cidade, que a *internet* ainda tem [...]. Principalmente no debate com a sociedade, na mobilização

<sup>122</sup> Entrevista com N, dirigente estadual do MST no Paraná. Realizada em 25 de agosto de 2011, em Brasília.

de outros setores da classe trabalhadora, [...] e na disputa ideológica com os meios burgueses (I, 2011).

[...] a página ela tem uma função de quebrar com o pensamento do monopólio, que é aquela informação classificada, [...] censurada [...] [que] serve aos interesses de grandes monopólios [...]. Então, o *site* é uma alternativa pra criar essa informação e desmentir a própria mídia [...] (O, 2011)<sup>123</sup>.

Desta forma, devido ao processo de negação, marginalização e criminalização desencadeado historicamente pelos grandes oligopólios de comunicação contra os movimentos sociais populares no Brasil, com base nos depoimentos dos militantes e dirigentes do MST e na observação sobre o funcionamento desse novo instrumento de comunicação, em geral, constata-se que, mesmo diante das contradições intrínsecas a essa tecnologia e às limitações de acesso a *internet*, esse Movimento procura utilizar sua página virtual como um espaço de contraposição e contrainformação, em relação à visão hegemônica<sup>124</sup> das classes dominantes, no que se refere à atuação dos movimentos sociais do campo e a luta pela Reforma Agrária.

Nesse cenário, conforme Moraes (2010), o principal desafio concentra-se na criação de mecanismos e canais de contra-hegemonia para a divulgação de concepções ideológicas de grupos subalternos, como os segmentos populares, voltados à construção de um consenso

<sup>123</sup> Entrevista com O, militante do MST na Paraíba. Realizada em 25 de agosto de 2011, em Brasília.

<sup>124</sup> Em relação à problemática da hegemonia em Antônio Gramsci, Anderson (1986) aponta que o conceito de hegemonia, presente em muitos trechos da obra de Gramsci, é tratado pelo autor como a oposição à estratégia da guerra de movimento. Nesse contexto, a hegemonia se refere à estratégia política que surge no Ocidente em substituição a estratégia da revolução permanente – a partir do avanço do capitalismo e da complexificação da estrutura social (Estado e sociedade civil) – que perde espaço para a estratégia da guerra de posição, presente no conceito de hegemonia civil, que se assemelha à estratégia de frente única.

Em geral, a teorização de Gramsci sobre a problemática da hegemonia apresenta várias interpretações, por vezes divergentes e contraditórias. Contudo, para Anderson (1986), uma das interpretações mais importantes em seus escritos se concentra na tese de que, se o poder da burguesia no Ocidente se fundamenta, especialmente, na hegemonia cultural sobre o proletariado, para a conquista do poder, ou seja, a direção do conjunto da sociedade, o proletariado deve apropriar-se da hegemonia cultural sem, necessariamente, transformar a estrutura do Estado. Assim, “a estratégia revolucionária de Gramsci torna-se uma longa guerra de trincheiras, imóvel, entre dois campos fixos, no qual um procura minar o outro cultural e politicamente” (ANDERSON, 1986, p. 65).

Nesse contexto, a construção da hegemonia na concepção gramsciana se refere à conquista do consenso e da liderança cultural, política e ideológica de uma classe sobre as outras, o que faz com que a direção de uma classe ou de um bloco histórico sobre os demais não depende somente das forças materiais de coerção do Estado, mas da construção de instrumentos de debate e persuasão em torno das questões sociais, também por meio da sociedade civil, ou seja, no plano das ideias.

Contudo, a construção de um consenso contra-hegemônico necessita da disputa do monopólio dos instrumentos de formação de consenso, como a imprensa, partidos políticos, sindicatos, etc. Pois, o controle desses órgãos pela classe dominante impede a participação dos segmentos sociais dominados, como a classe trabalhadora, diminuindo assim os espaços da comunicação popular e alternativa, que se contrapõem à lógica burguesa hegemônica do mercado e da valorização do capital.

O conceito de hegemonia em Gramsci é fundamental para analisarmos a importância dos meios de comunicação de massa nesse processo, que atuam como canais privilegiados de distribuição de conteúdo exercendo influência sobre as relações sociais. Sobre a problemática da hegemonia, ver Gramsci (1980). Em relação aos problemas dos diversos conceitos ou acepções do sentido de hegemonia em Gramsci, ver a crítica de Anderson em *As antinomias de Antonio Gramsci* (1986).

contra-hegemônico para a transformação das relações sociais e de poder, rompendo com a lógica da sociedade capitalista. Em outras palavras, é fundamental que a classe dominada (classe trabalhadora) organize processos de comunicação populares e alternativos, contra-hegemônicos e de mobilização social exigindo mudanças na legislação dos meios de comunicação, que culminem na eliminação dos monopólios e a democratização dos meios de comunicação de massa.

Cabe as políticas públicas estabelecer mecanismos consistentes de descentralização dos sistemas de comunicação, tanto para democratizar o regime de concessão de canais de rádio e televisão, quanto para incentivar meios comunitários e locais, a produção audiovisual independente, a criação cultural não mercantilizada e a aplicação de tecnologias digitais nos processos educacionais e científicos (MORAES, 2010, p. 73-74).

Desse modo, se apropriadas de forma crítica, às tecnologias da informação possibilitam a criação de novos espaços de resistência ao discurso hegemônico, e outros meios de comunicação populares para a produção de novos discursos informativos e culturais não mercantis. Nesse contexto, a nossa hipótese é a de que a utilização da *internet* contribui para “dar voz” às organizações sociais da classe trabalhadora, que anteriormente possuíam pouca expressão no debate de ideias junto à sociedade brasileira, dada a sua invisibilidade na imprensa burguesa.

Por outro lado, no caso do MST, a postura de contraposição à ideologia dominante, da página virtual do Movimento em relação à luta do MST e pela Reforma Agrária, se efetiva na medida em que este aparato de comunicação se torna referência de informação, junto aos movimentos sociais populares, organizações operárias, movimentos sindicais, estudantis; ou seja, se converter em fonte de informação para o conjunto da classe trabalhadora urbana e rural, como explica o coordenador da página do MST.

Certamente a nossa página é um instrumento da contra-hegemonia, na medida em que vai contra a hegemonia que está estabelecida na sociedade, pelo grande capital [...]. Por um pensamento extremamente conservador que é contra as lutas sociais. Contrapõe-se a esse tipo de hegemonia, moral, intelectual e política que foi estabelecida pela classe dominante [...]. No entanto, [...] [é] uma dimensão muito pequena diante do desafio de confrontar essa hegemonia que está estabelecida (E, 2011).

Diante disso, a página virtual do MST se consolida em uma referência para os movimentos sociais populares, partidos, sindicatos e estudantes, tendo em vista o debate político-ideológico da Reforma Agrária, na concepção dos trabalhadores sem-terra e camponeses. Ao mesmo tempo, o portal também representa um instrumento de alcance limitado no embate contrainformativo, sobretudo, em relação aos conglomerados de

comunicação brasileiros, não sendo possível compará-lo ao amplo alcance de massificação destes meios.

Conforme Peruzzo (2006a, p. 31), as mudanças no sistema convencional de informação, provocadas pela *internet* não seriam suficientes para superar o poder de influência dos meios de comunicações de massa tradicionais e monopolizados, sobre as relações sociais. Ao mesmo tempo, isso também não elimina a necessidade de potencialização de outros meios de comunicação populares e alternativos, como as rádios comunitárias, jornais, TVs, teatro, etc.

Por isso, se faz necessário reconhecer que a referência deste novo instrumento de comunicação da era informacional ainda se apresenta como insuficiente, diante da demanda de implantação de um projeto de Reforma Agrária Popular pela classe trabalhadora, além da necessidade de transformação da sociedade, destruição do Estado e construção de uma sociedade sem classes. Tais mudanças dependem da organização da classe trabalhadora na luta de classes, em contraposição à hegemonia burguesa e na construção de uma sociedade socialista.

Nesse contexto, como destaca I (2011), o acesso e a apropriação da tecnologia da informação pelos trabalhadores sem-terra devem estar associados à organização de outros meios de comunicações populares e alternativos, vinculados às lutas da classe trabalhadora por transformações sociais. Portanto, além da apropriação da *internet* pelo MST, verifica-se também a necessidade no fortalecimento do processo de comunicação popular e alternativa, para a construção de conteúdos contrainformativos e, se possível, contra-hegemônicos.

Por outro lado, um processo de democratização da comunicação no Brasil não depende somente da criação de meios de comunicação populares, mas também do fim dos grandes monopólios de comunicação, que defendem o pensamento hegemônico capitalista das frações da classe dominante, concentram a audiência, as verbas publicitárias, entre outros. De tal modo, que a construção de uma sociedade democrática, só será possível com a democratização da expressão e dos meios de comunicação, que promovam a pluralização de ideias e o acesso à comunicação de modo equitativo (justo) a todos os grupos sociais. Mesmo assim, existem limites concretos impostos pelos interesses do capital ao funcionamento da democracia burguesa (limites às liberdades políticas e aos direitos civis, políticos e sociais) na sociedade capitalista, numa palavra, limites concretos à cidadania nesse tipo de sociedade (Cf. SAES, 1987; SAES, 2003).

Contudo, a partir da sociedade informacional e da criação da rede mundial de computadores que, na tese de Lojkin (1995) e Castells (2006a), possui um potencial

importante no questionamento da divisão das classes sociais e na democratização da comunicação, no processo comunicacional do MST, verifica-se que, devido aos menores custos, a agilidade e abrangência da rede, os sem-terra antes marginalizados pela imprensa burguesa adquirem acesso à *internet*, para a divulgação de um conjunto de conteúdos (texto, imagens, vídeos, áudios, etc.) sobre suas demandas de luta.

A partir disso, o MST se torna um “sujeito coletivo” e ativo no processo de produção da comunicação virtual popular, alternativa e contrainformativa, realizada pelos comunicadores/as do setor de comunicação, com base no processo de luta desse Movimento, nos 24 estados em que se organiza. No entanto, mediante a possibilidade de uma aparente, liberdade de expressão das demandas dos setores populares, a *internet* apresenta um possível potencial importante também na luta pela democratização dos meios de comunicação no país.

A partir do contexto exposto observa-se que, mesmo com as dificuldades de acesso da população pobre, principalmente no campo, devido às facilidades da *internet*, a página virtual do Movimento contribui de forma significativa para a ampliação na repercussão das reivindicações dos trabalhadores sem-terra junto à classe trabalhadora urbana e à sua base social, bem como se consolida num instrumento de contrainformação, à visão hegemônica dos MCM.

Portanto, a partir dessa pesquisa pudemos confirmar nossa hipótese de estudo, segundo a qual o portal virtual do MST se encontra em um processo de consolidação, atuando como instrumento de contrainformação política e ideológica e de referência para a classe trabalhadora urbana, quanto ao projeto de Reforma Agrária Popular do MST, em contraposição ao modelo do agronegócio e ao domínio do capital na agricultura brasileira.

Entretanto, como apresentado anteriormente, a importância da página virtual do MST não pode ser vista como algo isolado, que somente adquire relevância no processo contrainformativo à imprensa burguesa, se estiver vinculada à luta do Movimento, como verificamos por meio da pesquisa. Da mesma forma, esse instrumento pode auxiliar no estímulo às mobilizações desse Movimento, mas não pode ser considerado como responsável pelas mobilizações de massas do MST, pois a luta concreta e a alteração da correlação de forças na sociedade brasileira dependem da capacidade real de pressão desses trabalhadores.

Diante disso, consideramos que o desafio da classe trabalhadora no embate contra-hegemônico à classe dominante – no que diz respeito à questão agrária no Brasil - depende de um amplo processo de mobilizações que culmine em mudanças sociais.

#### 4. CONCLUSÃO

Esta pesquisa nos possibilitou compreender o processo de construção da página nacional de *internet* do MST e sua importância como um novo aparato de comunicação para a divulgação das demandas desse Movimento e na referência ao debate com a classe trabalhadora, principalmente urbana, no processo de contrainformação político-ideológica na luta pela Reforma Agrária no Brasil.

As diversas mudanças que se verificam no processo de trabalho no século XX e o avanço tecnológico têm sido fundamentais para o aumento da exploração do trabalhador a fim de garantir a reprodução e acumulação do capital. O sistema capitalista se desenvolve mediante a criação de vários processos produtivos, como o *taylorismo*, *fordismo*, *toyotismo* e acumulação flexível, que atuam como mecanismos fundamentais para a ampliação do controle de trabalho e extração do sobretrabalho, gerando uma heterogeneidade, fragmentação e precarização das condições de trabalho.

O processo de reestruturação capitalista na década de 1980 cria a globalização, ampliando a concentração do capital e gerando novos avanços tecnológicos no campo das novas tecnologias da informação, como a *internet*. Para Lojkin (1995), a partir desse processo surge a revolução informacional, que provoca mudanças profundas nas relações sociais, nos sistemas políticos e culturais, originando um novo paradigma tecnológico, voltado ao uso do conhecimento como principal fonte de produtividade, baseada na tecnologia da informação.

Mesmo diante das contradições capitalistas, Lojkin (1995) considera que a revolução informacional cria novas conexões e técnicas de telecomunicações, responsáveis pela ampliação na circulação de informações e conhecimentos, antes concentrados por um pequeno grupo privilegiado, na gestão do trabalho. Para ele, as NTI tornam possível um possível questionamento da divisão social do trabalho e a aproximação entre os gestores da informação, que concentram o controle da produção e os trabalhadores, excluídos do processo de gestão do trabalho.

Ao mesmo tempo, por ser fruto da última fase do capitalismo - o processo de globalização - a *internet* também é um mecanismo importante para a diminuição da mão de obra, aumento do trabalho morto em detrimento da redução do trabalho vivo, levando à ampliação da extração da mais-valia, do lucro e da centralização do capital. A partir do desenvolvimento da rede eletrônica, a organização do capitalismo eleva-se a um sistema global, com conexões mundiais, que criam uma metarrede de fluxos financeiros.

A dinâmica da revolução informacional gera uma maior interação e comunicação entre os indivíduos. E mesmo que a *internet* ainda seja utilizada por uma pequena parcela de trabalhadores (pois na periferia do capitalismo a maioria não tem acesso aos meios eletrônicos, devido, sobretudo, a seus altos custos e aos baixos salários pagos à classe trabalhadora) como é uma rede aberta, aparentemente aberta, e com menores custos para o acesso dos usuários (se comparada aos MCM tradicionais). Esta apresenta um potencial ao rompimento com o padrão clássico dos meios de comunicação, em que os usuários podem vir a se tornar produtores de conteúdos. A partir disso, a rede virtual torna possível uma divulgação limitada<sup>125</sup> de informações, por grupos populares antes marginalizados pelos grandes conglomerados de comunicação. Conforme Castells (2006a) é fundamental que a classe trabalhadora se aproprie de tais meios para a divulgação e cobrança de suas demandas e na luta contra o capital.

Em contraposição à monopolização da rede virtual por parte dos conglomerados midiáticos, que dominam grande parte do mercado da informação e do entretenimento; verifica-se um processo de contrainformação por parte de vários segmentos populares, em relação à visão hegemônica da imprensa burguesa, através do uso dessa tecnologia, para a troca de informações e a visibilidade de grupos sociais.

Consideramos que, mediante as facilidades tecnológicas e técnicas para a troca de informações, essas novas tecnologias possuem um possível potencial, que se utilizado de forma crítica, pode adquirir um papel fundamental na divulgação das demandas, fortalecimento da tendência à ação coletiva e luta contra a exploração do trabalho capitalista, por segmentos da classe trabalhadora, como os movimentos sociais populares, a exemplo da experiência do EZLN, no México e a “Primavera Árabe”, entre outros, trabalhando assim para a organização política autônoma dos diversos setores do campo popular a fim de atenuar a tendência ao isolamento dos trabalhadores, bem como fortalecer formas de comunicação contrainformativas e contra-hegemônicas com o intuito de contribuir na construção de uma sociedade sem a lógica da extração da mais-valia e domínio do capital.

Por outro lado, exige-se cautela e visão crítica desses movimentos sociais populares e demais segmentos da classe trabalhadora, como o MST, na utilização da rede virtual, pois a *internet* também pode ser apropriada por governos e segmentos da classe dominante, com o objetivo de monitorar as ações de grupos populares, como vem se verificando no caso dos Estados Unidos, que, conforme denúncias, tem se utilizado da rede virtual para colher

---

<sup>125</sup> Como salientado por Saes na discussão sobre a democracia, que no Estado burguês permite somente a existência de liberdades políticas limitadas. Ver capítulo 1.

informações sobre grupos contrários, com a falácia da proteção aos seus cidadãos e luta contra o “terrorismo”<sup>126</sup>.

A partir de 1997, o MST se consolida no Brasil como um movimento social popular e político que procura romper com o caráter corporativo da luta pela terra e luta por Reforma Agrária. Ao realizar mobilizações de massa reivindicatórias, principalmente de ocupações de terras e prédios públicos, este se torna uma referência na luta pela terra, atuando como um “sujeito coletivo” que recoloca a pauta da Reforma Agrária na agenda do governo federal.

Contrariando as expectativas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais do campo, o governo Lula (2003-2010), não desenvolve um programa de Reforma Agrária no Brasil e mantém uma política agrária de incentivo ao agronegócio e à manutenção do latifúndio. Porém, durante seu governo, Lula cria um conjunto de políticas sociais compensatórias e assistencialistas no combate à pobreza, em que insere uma política de assentamentos para o desenvolvimento capitalista do campo, a partir da pressão e mobilização dos movimentos sociais do campo, na tentativa de amenizar os conflitos e acalmar os ânimos dos latifundiários.

Ao assumir a presidência Dilma Rousseff (PT) manteve a política de Lula, porém, no campo da política agrária, amplia-se o abandono a um projeto de Reforma Agrária, com a drástica diminuição no número de famílias assentadas e novos cortes de investimentos para as desapropriações de terra e criação de novos assentamentos, tornando a Reforma Agrária mais distante do horizonte.

A partir do abandono do projeto de Reforma Agrária pelos governos brasileiros e o avanço do capitalismo no campo na década de 1990, no segundo programa agrário, em 2007, o MST passa a defender a necessidade de um projeto de Reforma Agrária Popular, com base na mobilização popular de massa dos movimentos sociais populares do campo e o apoio dos segmentos populares urbanos. Nessa perspectiva, na concepção do MST, a luta por Reforma Agrária Popular, se vincula à luta de classes, dependendo das transformações estruturais e justiça social.

Tendo em conta essa difícil conjuntura da luta de classes no Brasil, com base na luta pela Reforma Agrária, o MST desenvolve um processo de comunicação popular e alternativo que contribuiu nas estratégias organizativas para a consolidação da unidade nacional e divulgação das demandas, junto aos governos e à sociedade, em especial à classe trabalhadora

---

<sup>126</sup> Ver matéria de Deutsche Welle. *EUA podem espionar quase tudo que internauta faz, revelam documentos*. Revista Carta Capital, de 31/07/2013. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/internacional/eua-podem-espionar-quase-tudo-que-internauta-faz-revelam-documentos-6157.html](http://www.cartacapital.com.br/internacional/eua-podem-espionar-quase-tudo-que-internauta-faz-revelam-documentos-6157.html)>. Acesso em: 18 ago. 2013.

urbana. Na medida em que a comunicação representa uma estratégica política na organização interna do MST e no diálogo externo, este Movimento cria alguns veículos nacionais e regionais de comunicação populares, entre eles os principais são: o JST, as rádios comunitárias, Revista Sem Terra, a brigada de audiovisual, Jornal Sem Terrinha, rede de assessoria de imprensa e a página de *internet*.

O portal virtual do MST surge com o propósito de ampliar o diálogo dos trabalhadores sem-terra com a sociedade urbana e legitimar suas bandeiras de luta. O principal diferencial desse novo meio de comunicação em relação aos demais é que possibilita ao MST a apropriação, ainda que de modo parcial, da tecnologia informacional, para a divulgação de suas demandas e ações no espaço virtual, por meio de vários conteúdos (textos, imagens, vídeos, áudios, vídeos, etc.). A partir disso, o MST se torna um sujeito ativo no processo de produção e divulgação de conteúdo sobre suas ações na *internet*.

Nesse contexto, associado à assessoria de imprensa do MST, o portal se consolida como uma referência enquanto fonte de informações sobre o MST e suas ações junto à imprensa. Por outro lado, conforme constata Berger (2003) e Intervenções (2011) a imprensa burguesa segue disseminando um discurso negativo e pejorativo sobre o MST e suas ações, e as lutas sociais dos segmentos populares, numa velada tentativa de criminalização das lutas sociais.

A construção da página ainda enfrenta alguns desafios na produção e divulgação de conteúdo, em relação às conquistas do MST e à melhoria de vida nos assentamentos. Porém, constata-se que o portal vem assumindo a posição de “porta-voz” do MST, na interação com sua base social, relação com a imprensa e no diálogo com a classe trabalhadora, se constituindo como referência tanto no acesso às informações sobre esse Movimento, quanto no debate da questão agrária na sociedade brasileira.

O MST reconhece que o portal também apresenta limites no acesso de sua base social (famílias acampadas e assentadas) devido à completa carência dessas tecnologias no campo, os altos índices de analfabetismo e o baixo poder econômico dos camponeses e trabalhadores rurais. Nesse cenário, o acesso à *internet* na área rural depende de políticas públicas de universalização no acesso à banda larga na área rural, que deve ser acompanhada da garantia à educação pública, voltada à realidade do campo (educação do campo), melhoria na qualidade de vida dos camponeses e eliminação das desigualdades no acesso das tecnologias informacionais.

Contudo, a construção de um processo contra-hegemônico por parte das classes dominadas, principalmente dos seus segmentos organizados, depende da luta

contrainformativa perante o monopólio dos instrumentos midiáticos que impõem o consenso do capital, como a imprensa, partidos políticos, sindicatos, etc.; pois, ao concentrar esses instrumentos a classe dominante restringe a participação dos segmentos sociais dominados, sufocando a comunicação popular e alternativa, que combate a hegemonia burguesa, atrelada ao capital.

Para reproduzir a hegemonia de setores mais poderosos da classe dominante, o Estado cria mecanismos de negação da luta dos trabalhadores e da luta de classes, tentando evitar a organização de segmentos populares da classe trabalhadora, como o MST. Conforme Saes (2003), o Estado Burguês busca desorganizar as classes trabalhadoras e populares, neutralizando a ação política coletiva de classe desses segmentos populares. Como parte do processo de desorganização das lutas dos trabalhadores e negação das classes, o Estado utiliza a ideologia do *Estado-Nação*. O Estado também faz uso da força, da coerção política e da repressão permanentemente, a fim de aumentar a repressão quando a ordem social capitalista é ameaçada pelos movimentos sociais populares de cunho revolucionário.

Nesse sentido, ao criar novos instrumentos que auxiliam na propagação de uma visão contrainformativa ao discurso hegemônico da burguesia, a *internet* apresenta um potencial importante na luta político-ideológica de setores da classe trabalhadora urbana e rural. Assim, se estiver aliada a outros meios de comunicação populares e alternativos e à mobilização de massa dos segmentos populares, a rede virtual pode ter um papel importante na difusão de discursos informativos e culturais, de cunho socialista, voltado às mudanças sociais.

Por outro lado, no contexto da comunicação atual, os meios de comunicação de massa ainda mantêm uma importante influência sobre a sociedade, chegando à grande parte da população, de tal modo que a *internet* contribui com parte da democratização da comunicação, porém ainda não é acessada por todos os segmentos populares. Assim, diante dos limites da *internet* em relação ao poder de massificação da grande imprensa, a página do MST ainda representa um instrumento limitado na construção de contrainformação e, por conseguinte, de uma contra-hegemonia ao capital.

Contudo, ao se contrapor à visão hegemônica da classe dominante e suas frações de classes (como o segmento da burguesia agrária), na problemática da Reforma Agrária e dos problemas sociais, entre eles a concentração da terra, este instrumento passa a difundir, no âmbito da rede virtual, um discurso contrainformativo, em relação a essa temática. Assim, os trabalhadores sem-terra do MST buscam se tornar protagonistas desse processo, na pressão ao governo federal sobre a efetivação dessa política e diálogo com os segmentos populares da classe trabalhadora urbana.

Portanto, a página de *internet* do MST se consolida como uma fonte de referência para os movimentos sociais populares, partidos políticos, sindicatos, aliados e estudantes, quanto à luta do MST por Reforma Agrária. Atua como um instrumento de contrainformação político-ideológico em relação à visão hegemônica da burguesia sobre a Reforma Agrária, ao modelo do agronegócio e domínio do capital na agricultura brasileira.

Diante disso, conclui-se que a rede virtual não apresenta um potencial transformador intrínseco, devido às limitações da democracia burguesa e às contradições do sistema capitalista, mas auxilia na expressão e mobilização social de segmentos populares antes marginalizados pela imprensa burguesa. Desse modo, o processo de contrainformação do MST à hegemonia burguesa deve estar aliado à organização, mobilizações e reivindicações dos trabalhadores sem-terra. Ou seja, o uso da rede virtual deve estar aliado a um processo de luta, como se verifica no caso da página do MST, que se constitui como um instrumento importante no estímulo às mobilizações sociais e reconhecimento desse Movimento junto à classe trabalhadora; porém a luta contra-hegemônica depende do poder de mobilização em conjunto com a maioria social: mobilizações de rua, ocupações de terras e ações de pressão aos governos, para a implantação de um programa de Reforma Agrária Popular e de mudanças sociais.

## 5. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ANDERSON, P. *As antinomias de Antonio Gramsci*. São Paulo: Jorúês, 1986.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2002a.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002b.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado – Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- BERGER, C. *Campos em confronto: a terra e o texto*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BOGO, A. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das letras, 1999.
- BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. IN: Brandão, C. R (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BRUNO, R. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. Rio de Janeiro: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 5. nov, 1995. Disponível em: <[www.168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm](http://www.168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm)>. Acesso em: 07 mai. 2012.
- CABRAL FILHO, A. V; CARVALHO A. Da "alterglobalização" à "indignação": reconstruindo as redes sociais no início do século XXI. *Revista Acadêmica de La Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social*. ed. 86. fev/jul, 2013. Disponível em: <[www.dialogosfelafacs.net/da-alterglobalizacao-a-indignacao-reconstruindo-as-redes-sociais-no-inicio-do-seculo-xxi/](http://www.dialogosfelafacs.net/da-alterglobalizacao-a-indignacao-reconstruindo-as-redes-sociais-no-inicio-do-seculo-xxi/)>. Acesso em: 22 mai. 2013.
- CALDART, R. S. Educação do campo. In: *Dicionário da Educação do Campo*. ALENTEJANO, P.; CALDART, R. S.; FRIGOTTO, G.; PEREIRA, I. B. (Org.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. *Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável*. Brasília-DF, 2006. Disponível em: <[www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia%20%20Novo%20Paradigma%2002052006-ltima%20Verso1.pdf](http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia%20%20Novo%20Paradigma%2002052006-ltima%20Verso1.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006a. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

\_\_\_\_\_. A outra face da terra: movimentos sociais contra a nova ordem global. In: *O poder da identidade*. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006b. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 2).

\_\_\_\_\_. *Redes de Indignação e Esperança*. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVALCANTE, R. F. *Ciberativismo: como as novas formas de Comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação*. 2010. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Área de Especialização Estudo dos Media e do Jornalismo. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2010.

CHAUÍ, M. *Simulacro e Poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

\_\_\_\_\_. *Tecnologia e as manifestações recentes*. Entrevista. Revista Cult, agosto de 2013. Disponível em: <[www.revistacult.uol.com.br/home/2013/08/marilena-chau-i-no-espaco-cult-2/](http://www.revistacult.uol.com.br/home/2013/08/marilena-chau-i-no-espaco-cult-2/)>. Acesso em: 23 ago. 2013.

CHOMSKY, N. *Confronting the Empire*, Noam Chomsky. World Social Fórum. Porto Alegre: Brazil, 2003. Disponível em: <[www.scoop.co.nz/stories/HL0302/S00032.htm](http://www.scoop.co.nz/stories/HL0302/S00032.htm)>. Acesso em: 17 ago. 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo: Brasil 1992: Luta e Sonho na Terra*. Goiânia: Loyola/CPT, 1993.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Revista Estudos Avançados*. v. 15. n. 43. dez, 2001. p. 157-172. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a13.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a13.pdf)>. Acesso em: 06 abr. 2012.

DE MERA, C. M. P. A Questão Agrária no Brasil: as contribuições de Caio Prado Junior e Ignácio Rangel. *XI Encontro Regional de Economia - ANPEC-Sul*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008. Disponível em: <[www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-Sul/artigos\\_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-04-a\\_questao\\_agraria\\_no\\_bra.pdf](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-04-a_questao_agraria_no_bra.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2011.

DI FÁTIMA, B. Primavera Árabe: vigilância e controle na sociedade da informação. *Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação*. 2012. Disponível em: <[www.bocc.ubi.pt/pag/fatima-branco-primavera-arabe-vigilancia-e-controle.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/fatima-branco-primavera-arabe-vigilancia-e-controle.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2013.

DURAN GIL, A. A dialética do latifúndio e minifúndio: caráter da política agrária boliviana nos últimos 60 anos, *Anais do XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia*, de 6 a 11 de setembro de 2011. UFPE, Recife. p. 1-20. Disponível em: <[www.starlinetecnologia.com.br/alias/arquivos/alias\\_GT14\\_Aldo\\_Duran\\_Gil.pdf](http://www.starlinetecnologia.com.br/alias/arquivos/alias_GT14_Aldo_Duran_Gil.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2012.

ENGELMANN, S. I.; DURAN GIL, A. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. *Revista Eletrônica do CEMOP*, n. 02. set, 2012.

Disponível em: <[www.memoriaoperaria.org.br/revistaelectronica/solange\\_e\\_aldo\\_duran.pdf](http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaelectronica/solange_e_aldo_duran.pdf)>. Acesso em: 09 out. 2012.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. *Currículo sem Fronteiras*, v. 3. n. 1. jan/jun, 2003. p. 11-27. Disponível em: <[www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf](http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/bernardo.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. O MST e os desafios para a realização da Reforma Agrária no governo Lula. *Revista del Observatorio Social de América Latina*. ano 4. n. 11. Argentina. may/ago, 2003. Disponível em: <[www.cibera.de/fulltext/6/6704/ar/libros/osal/osal11/d1fernandes.pdf](http://www.cibera.de/fulltext/6/6704/ar/libros/osal/osal11/d1fernandes.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2012.

FURTADO, C. *Formação econômica da América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

GODOY, C. G. Sitios mapuches en internet: Reimaginando la identidad. *Revista Chilena de Antropología Visual*. n. 3. Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2003. p. 59-83. Disponível em: <[www.antropologiavisual.cl](http://www.antropologiavisual.cl)>. Acesso em: 28 mai. 2013.

GOHN, M. G. *Mídia, terceiro setor e MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GONÇALVES, R. Assentamentos como pactos de (des)interesses nos governos democráticos. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 65, 2006. Disponível em: <[www.pucsp.br/neils/downloads/v15\\_16\\_renata.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_renata.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2013.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GRILLO, O. Políticas de Identidad en Internet. Mapuexpress: imaginario activista y procesos de hibridación. Razón y Palabra. *Primeira Revista Electrónica en América Latina Especializada en Comunicación*. n. 54. ano 11. dez.2006/jan.2007. Disponível em: <[www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n54/ogrillo.html#4](http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n54/ogrillo.html#4)>. Acesso em: 22 mai. 2013.

GUINDANI, J. F.; ENGELMANN, S. I. A comunicação popular e alternativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: história e contexto de uma luta contra-hegemônica (MST). *Revista Brasileira de História da Mídia*. v. 1. n. 1. out.2011/mar.2012. p. 61-70. Disponível em: <[www.unicentro.br/rbhm/ed01/ed01artigos.asp](http://www.unicentro.br/rbhm/ed01/ed01artigos.asp)>. Acesso em: 28 mai. 2012.

HAGUETTE, T. M. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_.; MARICATO, E.; ŽIŽEK, S.; DAVIS et. al., M. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

IANNI, O. O príncipe eletrônico. *Perspectivas*. Revista de Ciências Sociais, v. 22. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1999. p. 11-29.

INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Vozes silenciadas: a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. São Paulo, 2011.

LENIN, V. I. *Que fazer?* As questões palpitantes de nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1978.

LIMA, V. A. *Mídia: Teoria e Política*. 2ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

\_\_\_\_\_. O novo salariado informacional: Nas fronteiras do salariado. São Paulo: *Revista Crítica Marxista*. n. 25. 2007. Disponível em: <[www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo141Artigo2-25.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo141Artigo2-25.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2013.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependência. 1973. In: *América Latina, dependência y globalización: fundamentos conceptuales* Ruy Mauro Marini. Bogotá: Siglo del Hombre, CLACSO, 2008. Disponível em: <[www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf](http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2012.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista NERA*. Presidente Prudente. ano 11. n. 12. jan./jun, 2008. p. 57-67.

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1983.

MARX, K. *Capítulo VI*: inédito de O Capital. Tradução: Eduardo Sucupira Filho. 1ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, v. 1. 1996.

MARX, K. & ENGEL, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1990.

MENDONÇA, S. R. de; STEDILE J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MONTEIRO, L. A internet como meio de comunicação: Possibilidades e limitações. *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Campo Grande/MS. set, 2001. Disponível em: <[www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/comunicacaovirtual/0158.pdf](http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/comunicacaovirtual/0158.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2010.

MORAES, D. de. Comunicação hegemônica e contra-hegemônica: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*. Porto Alegre. v. 4. n.1. jan./jun, 2010. p. 54-77. Disponível em: <[www.seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420/8298](http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420/8298)>. Acesso em: 29 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. Vol. XXIII. n. 2. jul./dez, 2000. p. 142-155. Disponível em: <[www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16072-16073-1-PB.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16072-16073-1-PB.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2013.

MORIN, E.; VIVERET, P. *Como viver em tempos de crise?* São Paulo: Bertrand Brasil, 2013.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTA, S. P. Direitos indígenas no ciberespaço: a conectividade nas margens. *Quaderns-e*. n. 15 (1). 2010. p. 22-42. Disponível em: <[www.antropologia.cat](http://www.antropologia.cat)>. Acesso em: 25 mai. 2013.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Construindo o caminho*. São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Manual de redação para os veículos do MST*. documento interno, 2010a.

\_\_\_\_\_. *V Congresso Nacional do MST: uma obra coletiva da militância*. Cartilha interna. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária*. *Revista Estudos Avançados*. v. 15. n. 43. São Paulo. set/dez, 2001. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext)>. Acesso em: 17 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. A “não Reforma Agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. *Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO*. Porto Alegre/RS, 2006.

\_\_\_\_\_. A política de Reforma Agrária no Brasil. In: *Direitos Humanos no Brasil 2009*. Relatório Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2009.

ORTIZ, P. H. F. Das montanhas mexicanas ao ciberespaço. *Estudos Avançados*. v. 19. n. 55. São Paulo, set./dez, 2005. p. 173-186. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/11.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/11.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2013.

PERUZZO, C. M. K. Internet e Democracia Comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação. *Diálogos Possíveis: Revista da Faculdade Social da Bahia*. ano 5. n. 2. jul./dez. 2006a. p. 29-48. Disponível em: <[www.fsba.edu.br/dialogospossiveis/artigos/9/2dp\\_cicilia.pdf](http://www.fsba.edu.br/dialogospossiveis/artigos/9/2dp_cicilia.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Núcleo de Pesquisa “Comunicação para Cidadania”. *Anais...* Brasília-DF. INTERCOM/UnB, 6 a 9 de set. 2006b. p. 1-17.

Disponível em:  
[www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf](http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf).  
 Acesso em: 05 ago. 2013.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO, E. *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus, 1989.

PRADO JR., C. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RANGEL, I. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto. v. 2, 2005.

RIBEIRO, M. Educação popular: um projeto coletivo dos movimentos sociais populares. *Perspectiva*. Florianópolis. v. 26. n. 1. jan./jul. 2008. p. 41-67. Disponível em:  
[www.journal.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795x.2008v26n1p41/9565](http://www.journal.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795x.2008v26n1p41/9565).  
 Acesso em: 18 jul. 2013.

ROMÃO, L. M. S. Imprensa e MST: A ficção em dois capítulos do discurso jornalístico. *Observatório da Imprensa*. ed. 301. 14 dez, 2004. Disponível em:  
[www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=307IMQ006](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=307IMQ006). Acesso em: 10 set. 2010.

SAES, D. *A democracia burguesa e a luta proletária*. In: SAES, Décio. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. 2ª ed. Campinas: Gráfica do IFCH/UNICAMP, 1998a.

\_\_\_\_\_. *A questão da evolução da cidadania política no Brasil*. São Paulo: Estudos Avançados. v. 15. nº 42. mai/ago, 2001a. Disponível em:  
[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000200021](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200021). Acesso em: 09 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania*. São Paulo: *Revista Crítica Marxista*. n. 16. 2003. p. 9-38. Disponível em:  
[www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo939\\_merged.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo939_merged.pdf). Acesso em: 20 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *Democracia no capitalismo*. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas. In: SAES, D. *A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001b.

\_\_\_\_\_. *O conceito de Estado burguês*. In: SAES, D. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. 2ª ed. Campinas: Gráfica do IFCH/UNICAMP, 1998b.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCARSO, A. E a Reforma Agrária, presidenta Dilma? *Jornal Brasil de Fato*. ed. 10/04/2012. Disponível em: [www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br). Acesso em: 05 mai. 2012.

SCHAFF, A. *A sociedade informática*. São Paulo: UNESP, Editora Brasiliense, 1995.

SCOLESE, E. "Protestos retomam as ruas como espaço de fazer política", afirma Stédile. ed. 02/07/2013. Disponível em: <[www.mst.org.br/Protestos-retomam-ruas-como-espa%C3%A7o-de-fazer-pol%C3%ADtica-afirma-Stedile](http://www.mst.org.br/Protestos-retomam-ruas-como-espa%C3%A7o-de-fazer-pol%C3%ADtica-afirma-Stedile)>. Acesso em: 05 jul. 2013.

SHANIN T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*. ano 8. n. 7. jul./dez. 2005. Disponível em: <[www.revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1456/1432](http://www.revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1456/1432)>. Acesso em: 10 ago. 2012.

STÉDILE. J. P. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

\_\_\_\_\_. (org.). *A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, B. M. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

\_\_\_\_\_; AGGESE S. *O MST muda o foco*. Carta Capital. ed. 01/08/2011. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/politica/o-mst-muda-o-foco](http://www.cartacapital.com.br/politica/o-mst-muda-o-foco)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

STRONZAKE, J. Jornal Sem Terra, o porta-voz do MST. In: JORNAL SEM TERRA. *Encarte especial JST 30 anos*. Jun/Jul, 2011. Disponível em: <[www.mst.org.br/Encarte-especial-marca-30-anos-do-JST](http://www.mst.org.br/Encarte-especial-marca-30-anos-do-JST)>. Acesso em: 12 jul. 2013.

TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: Ensaios sobre economia brasileira*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

THERBORN, G. *The Ideology of Power and the Power of Ideology*. London: Verso, 1980.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

WELLE, D. *EUA podem espionar quase tudo que internauta faz, revelam documentos*. Carta Capital. ed. 31/07/2013. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/internacional/eua-podem-espionar-quase-tudo-que-internauta-faz-revelam-documentos-6157.html](http://www.cartacapital.com.br/internacional/eua-podem-espionar-quase-tudo-que-internauta-faz-revelam-documentos-6157.html)>. Acesso em: 18 ago. 2013.

WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1987.

## Sites Consultados

AGÊNCIA BRASIL. *Plano Safra 2011/2012*. Disponível em: <[www.agenciabrasil.ebc.com.br](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BRASIL. *Constituição Federal do Brasil de 1988*. Brasília: 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 29 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. *LEI nº 4.504*. Brasília: 30 de novembro de 1964. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *LEI nº 9.612*. Brasília: 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm)>. Acesso em: 13 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. *LEI Nº 10.469*. Brasília: 25 de junho de 2002. Disponível <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110469.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110469.htm)>. Acesso em: 14 jul. 2013.

CARTA CAPITAL. *Novos protestos contra preços do transporte público devem ocorrer durante a semana*. ed. 17/06/2013. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/sociedade/novos-protestos-contra-precos-do-transporte-publico-devem-ocorrer-durante-a-semana-6759.html](http://www.cartacapital.com.br/sociedade/novos-protestos-contra-precos-do-transporte-publico-devem-ocorrer-durante-a-semana-6759.html)>. Acesso em: 05 jul. 2013.

CENTRO DE INFORMAÇÕES INTERNET BRASIL. *Guia do empreendedor Internet/Brasil*. versão 1.0. Abril, 1996. Disponível em: <[www.cgi.br/faq/guia-rnp.pdf](http://www.cgi.br/faq/guia-rnp.pdf)> Acesso em: 17 jun. 2013.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Disponível em: <[www.cgi.br](http://www.cgi.br)>. Acesso em: 15 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2011*. São Paulo, 2012. Disponível em: <[www.op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-e-empresas-2011.pdf](http://www.op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-e-empresas-2011.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Acampamentos*. 2003. Disponível em: <[www.cptnacional.org.br/index.php?option=com\\_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=7&catid=18](http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=7&catid=18)>. Acesso em: 08 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. *Conflitos no Campo Brasil 2010*. Goiânia: CPT, 2011. Disponível em: <[www.cptnacional.org.br/index.php?option=com\\_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=192&catid=4](http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=192&catid=4)>. Acesso em: 13 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. *Conflitos no Campo: Brasil 2012*. CPT Nacional: Brasil, 2013. Disponível em: <[www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/316-conflitos-no-campo-brasil-2012?Itemid=23](http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/316-conflitos-no-campo-brasil-2012?Itemid=23)>. Acesso em: 04 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. *Conflitos no Campo: 34 trabalhadores assassinados*. 2010. Disponível em: <[www.cptnacional.org.br/index.php?option=com\\_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=217&catid=37](http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=217&catid=37)>. Acesso em: 11 dez. 2011.

ENCONTRO UNITÁRIO DOS TRABALHADORES, TRABALHADORAS E POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS. Disponível em: <[www.encontrounitario.wordpress.com/](http://www.encontrounitario.wordpress.com/)>. Acesso em: 14 jul. 2013.

EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL. Disponível em: <[www.ezln.org/](http://www.ezln.org/)>. Acesso em: 21 mai. 2013.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR. 2012. Disponível em: <[www.fetraf.org.br](http://www.fetraf.org.br)>. Acesso em: 23 ago. 2012.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. *Campanha "Para expressar a liberdade"*. Disponível em: <[www.paraexpressaraliberdade.org.br](http://www.paraexpressaraliberdade.org.br)>. Acesso em: 16 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário de 2006*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 26 abr. 2012.

\_\_\_\_\_.; NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*, 2005. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/internet.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/internet.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Criação de assentamentos pelo Incra cresce 73,2% entre 2002 e 2011*. 2012. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em: 15 jun. 2012.

LOCAWEB. Disponível em: <[www.locaweb.com.br](http://www.locaweb.com.br)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. Disponível em: <[www.diplomatique.org.br](http://www.diplomatique.org.br)>. Acesso em: 29 jun. 2013.

MAPUEXPRESS. *Informativo Mapuche*. Disponível em: <[www.mapuexpress.net](http://www.mapuexpress.net)>. Acesso em: 22 mai. 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <[www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

\_\_\_\_\_.; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. 2005. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em: 01 abr. 2012.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 15 jul. e 28 set. 2013.

\_\_\_\_\_. *Governo federal assentou apenas 1.651 famílias do MST em 2011*. 2012. Disponível em: <[www.mst.org.br/Governo-assentou-somente-1600-familias-do-MST](http://www.mst.org.br/Governo-assentou-somente-1600-familias-do-MST)>. Acesso em: 14 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. *MST faz mobilizações em 17 estados na jornada de lutas*. Disponível em: <[www.mst.org.br/MST-faz-mobiliza%C3%A7%C3%B5es-em-mais-de-17-estados-na-jornada-nacional-de-lutas](http://www.mst.org.br/MST-faz-mobiliza%C3%A7%C3%B5es-em-mais-de-17-estados-na-jornada-nacional-de-lutas)>. Acesso em: 14 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. *MST: Lutas e Conquistas*. 2ª ed. São Paulo. 2010b. Disponível em: <[www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf](http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. *Nossa História*. 2009a. Disponível em: <[www.mst.org.br/node/7702](http://www.mst.org.br/node/7702)>. Acesso em: 08 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *Nossos Objetivos*. 2009b. Disponível em: <[www.mst.org.br/node/7703](http://www.mst.org.br/node/7703)>. Acesso em: 11 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *Nota à imprensa*. 2005. Disponível em: <[www.mra.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=311&Itemid=2](http://www.mra.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=311&Itemid=2)>. Acesso em: 20 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. *Organização*. 2009c. Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)>. Acesso em: 10 mai. 2012.

\_\_\_\_\_. *Vídeos MST*. Disponível em: <[www.youtube.com/user/videosmst](http://www.youtube.com/user/videosmst)>. Acesso em: 15 ago. 2013.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. *Registro de Domínios para a Internet no Brasil*. Disponível em: <[www.registro.br](http://www.registro.br)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

OUTRAS PALAVRAS. Disponível em: <[www.outraspalavras.net](http://www.outraspalavras.net)>. Acesso em: 28 jun. 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Fome zero*. Disponível em: <[www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

VIA CAMPESINA. <[www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)>. Acesso em: 19 jul. 2013.

## Entrevistas

A, promotor cultural de Uberlândia. Entrevista realizada em 19 de novembro de 2011, em Uberlândia-MG.

B, coordenadora de gestão de rede da página do MST. Entrevista realizada em 25 de junho de 2013, em São Paulo.

C, coordenador nacional do setor de comunicação do MST. Entrevista realizada em 20 de setembro de 2011, em Guararema-SP.

D, coordenador da Escola Nacional Florestan Fernandes. Entrevista realizada em 20 de maio de 2012, em Guararema-SP.

E, jornalista, coordenador da página virtual do MST e militante do setor de comunicação do MST. Entrevista realizada em 19 de novembro de 2011, em São Paulo.

F, membro da coordenação nacional do MST. Entrevista realizada em 18 de novembro de 2011, em Guararema-SP.

G, jornalista e militante, da equipe da página do MST. Entrevista realizada em 15 de julho de 2013, por correio eletrônico.

H, militante e comunicador do setor de comunicação do MST de Santa Catarina. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2011, em Brasília.

I, militante e coordenadora do setor de comunicação do MST no Pernambuco. Entrevista realizada em 07 de outubro de 2011, em São Paulo.

J, coordenadora nacional do setor de educação do MST. Entrevista realizada em 19 de outubro de 2011, em São Paulo.

K, militante do MST do Rio Grande do Sul. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2011, em Brasília-DF.

L, jornalista e militante do setor de comunicação do MST em Brasília. Entrevista realizada em 08 de julho de 2013, em Brasília-DF.

M, militante do MST e membro da coordenação do IEJC – Veranópolis/RS. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2011.

N, dirigente estadual do MST no Paraná. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2011, em Brasília.

O, militante do MST na Paraíba. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2011, em Brasília.

## ANEXOS

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

#### Roteiro de entrevistas semi-estruturadas - Dirigentes do MST

##### (modalidade 1)

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Assentamento ( ) Acampamento ( ) Nome: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Formação: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência ou trabalho no movimento: \_\_\_\_\_

1. Qual a importância da página do MST para a luta e mobilização, nos estados e em nível nacional?
2. Como e quem determina o que será publicado nesse espaço: a base, a direção (comando) ou os dois?  
Como isso ocorre?
3. De que forma e por quem são produzidas as informações publicadas na página?
4. Existe conflito entre base e direção (comando) pela definição da estratégia e do conteúdo da comunicação via página da internet?
5. Como esse espaço contribui na apresentação da plataforma de luta, mobilização social, diálogo com a sociedade e pressão governamental?
6. Como a base se interage com esse instrumento de comunicação? Qual a influência na informação e formação da base (acampamentos e assentamentos) sobre a luta e reivindicações do MST, nos vários estados?
7. Existe alguma influência ou interferência do PT ou dos governos Lula e Rousseff na definição do conteúdo da página de internet do MST?
8. Como as informações veiculadas na página repercutem na imprensa burguesa? De forma mais negativa ou positiva?
9. Qual a importância desse instrumento no processo de contra-hegemonia em relação às informações veiculada nos grandes meios de comunicação?
10. Qual a importância da página *online* do MST e da *internet* na democratização dos meios de comunicação no Brasil?
11. É utilizada a internet para busca de informação, interação e troca de experiências de luta com as páginas de outros movimentos populares da América Latina?
12. Com que movimentos populares e setores (sindicatos, partidos de esquerda etc.) da América Latina o MST têm mais contato?
13. Qual a contribuição da página *online* para a luta do MST e visualização da luta pela Reforma Agrária na sociedade?
14. Qual sua avaliação sobre a utilização da página da internet pelo MST.

### Roteiro de entrevistas semi-estruturadas – Comunicadores do MST

#### (modalidade 2)

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Assentamento ( ) Acampamento ( ) Nome: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Formação: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência ou trabalho no movimento: \_\_\_\_\_

1. Qual a importância da página do MST na luta e mobilização social para os trabalhadores?
2. De que forma são produzidas as informações enviadas para a página do MST? Com que frequência?
3. Existe conflito entre base e direção (comando) pela definição da estratégia e do conteúdo da comunicação via página da internet?
4. Existe algum tipo de conflito entre a coordenação do Setor de Comunicação e os comunicadores do MST nos estados?
5. Que tipo de conteúdo é enviado para a publicação na página do MST?
6. Existe alguma influência ou interferência do PT ou dos governos Lula e Rousseff na definição do conteúdo da página de internet do MST?
7. Como as informações veiculadas na página repercutem na imprensa burguesa? De forma mais negativa ou positiva?
8. Qual a contribuição da página no diálogo do MST com a sociedade?
9. Como a base do MST vê e interage com a página do MST?
10. Qual a função desse instrumento em relação à informação e formação da base, sobre as demandas de luta?
11. Como esse instrumento é utilizado pelos MST nos estados na divulgação de lutas, locais, regionais e estaduais?
12. Qual a importância desse instrumento no processo de contra-hegemonia em relação às informações veiculada nos grandes meios de comunicação?
13. Qual a contribuição da página *online* para a luta do MST?
14. A internet é utilizada para busca de informação, interação e troca de experiências de luta com páginas de outros movimentos populares da América Latina?
15. Com que movimentos populares e setores (sindicatos, partidos de esquerda etc.) da América Latina o MST têm mais contato?
16. Qual a importância da página online do MST e da *internet* na democratização da comunicação no Brasil?
17. Qual sua avaliação sobre a utilização da página da internet pelo MST.

**Roteiro de entrevistas semi-estruturadas – Coordenação Setor de Comunicação do MST  
(modalidade 2)**

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Assentamento ( ) Acampamento ( ) Nome: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Formação: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência ou trabalho no movimento: \_\_\_\_\_

1. Qual o objetivo do MST ao criar uma página online?
2. De que forma e por quem são produzidas as informações publicadas na página?
3. Que tipo de conteúdo é veiculado na página do MST?
4. Há alguma filtragem? Como se determina o que será publicado nesse espaço?
5. Existe conflito entre base e direção (cúpula) pela definição da estratégia e do conteúdo da comunicação via página da internet?
6. Essa tecnologia ajuda a luta do MST? De que forma?
7. Como esse espaço é utilizado para a apresentação da plataforma de luta, mobilização social, diálogo com a sociedade e pressão governamental?
8. Existe alguma influência ou interferência do PT ou dos governos Lula e Rousseff na definição do conteúdo da página de internet do MST?
9. Como esse instrumento é utilizado pelos estados na divulgação de lutas, locais, regionais e estaduais?
10. A imprensa burguesa utiliza a página do MST como fonte de informação? De que forma?
11. Como as informações veiculadas na página repercutem na imprensa burguesa?
12. Qual a importância desse instrumento no processo de contra-hegemonia em relação às informações veiculada nos grandes meios de comunicação?
13. Qual a função desse instrumento em relação à informação e formação da base, sobre as demandas de luta?
14. Qual a importância desse instrumento para a democratização dos meios de comunicação no Brasil?
15. É utilizada a internet para busca de informação, interação e troca de experiências de luta com as páginas de outros movimentos populares da América Latina?
16. Com que movimentos populares e setores (sindicatos, partidos de esquerda etc.) da América Latina o MST têm mais contato?
17. Qual a contribuição da página online para a luta do MST?
18. Qual sua avaliação sobre a utilização da página da internet pelo MST.

**Roteiro de entrevistas semi-estruturadas – Comunicadores do MST (Coordenação página online do MST)**  
**(modalidade 2)**

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Assentamento ( ) Acampamento ( ) Nome: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Formação: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência ou trabalho no movimento: \_\_\_\_\_

1. Qual sua trajetória no MST e no setor de comunicação?
2. Qual o objetivo do MST, com a criação de uma página online?
3. Como é a dinâmica de atualização da página?
4. De que forma, como e quem são as pessoas que produzem as informações publicadas na página?
5. As informações são publicadas com que periodicidade?
6. Que tipo de conteúdo é publicado na página?
7. Quem determina o que será publicado nesse espaço? Há alguma filtragem de conteúdo?
8. Existe conflito entre base e direção (cúpula) pela definição da estratégia e do conteúdo da comunicação via página da internet?
9. A página possui algum espaço de interatividade?
10. Existe alguma influência ou interferência do PT ou dos governos Lula e Rouseff na definição do conteúdo da página de internet do MST?
11. Qual a frequência diária e mensal de acessos à página?
12. Como as informações veiculadas na página repercutem na imprensa burguesa?
13. É utilizada a internet para busca de informação, interação e troca de experiências de luta com as páginas de outros movimentos populares da América Latina?
14. Com que movimentos populares e setores (sindicatos, partidos de esquerda etc.) da América Latina o MST têm mais contato?
15. Qual sua avaliação sobre a utilização da página da internet pelo MST.

### Roteiro de entrevistas semi-estruturadas - Militantes do MST

#### (modalidade 3)

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Assentamento ( ) Acampamento ( ) Nome: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_ Formação: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência ou trabalho no movimento: \_\_\_\_\_

1. Há quanto tempo está no MST?
2. Conhece a página do MST?
3. Com que frequência tem acesso à página?
4. Ao acessar a página do MST o que mais procura?
5. Qual a importância da página para o conhecimento das lutas que ocorrem em outras regiões e estados?
6. Na sua opinião, com que frequências os militantes e a base do MST acessam a página do MST para obter informações sobre as lutas e reivindicações do Movimento?
7. Existe alguma influência ou interferência do PT ou dos governos Lula e Rousseff na definição do conteúdo da página de internet do MST?
8. A base participa de alguma forma na definição das notícias veiculadas pela página? Como isso ocorre?
9. Existe interação ou não entre a base e a coordenação de comunicação-comunicador em relação à utilização da página?
10. Considera a página um instrumento importante na divulgação da luta do MST ou não?
11. Com que movimentos populares e setores (sindicatos, partidos de esquerda etc.) da América Latina o MST têm mais contato?
12. Como esse instrumento contribui na luta do MST?
13. Qual sua avaliação sobre a utilização da página da internet pelo MST.
14. É utilizada a internet para busca de informação, interação e troca de experiências de luta com as páginas de outros movimentos populares da América Latina?